



Universidade de Aveiro
2013

Departamento de Economia, Gestão e Engenharia
Industrial

**CATARINA FERREIRA
DIAS DINIS**

**INVESTIMENTO PÚBLICO E DESENVOLVIMENTO
LOCAL NO NORTE DE PORTUGAL**



**CATARINA FERREIRA
DIAS DINIS**

**INVESTIMENTO PÚBLICO E DESENVOLVIMENTO
LOCAL NO NORTE DE PORTUGAL**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão e Planeamento em Turismo, realizada sob a orientação científica do Doutor Rui Augusto da Costa, Professor Auxiliar Convidado do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro

Dedico este trabalho aos meus pais e avós,
por todo o apoio e amor incondicional.

o júri

presidente

Prof^a. Doutora Zélia Maria de Jesus Breda
professora auxiliar convidada da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor João José Lourenço Marques
professor auxiliar da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Rui Augusto da Costa
professor auxiliar convidado da Universidade de Aveiro

agradecimentos

O desafio de redigir uma dissertação, ao contrário do que possa parecer, não resulta de um esforço meramente individual. É um trabalho que inclui o suporte de algumas pessoas e instituições, às quais deixo, neste espaço, os mais profundos agradecimentos.

Em primeiro lugar, ao meu orientador, Rui Augusto da Costa, por toda a paciência, conselhos, sabedoria e amizade, transmitidos a qualquer momento. A sua força e palavras de motivação fizeram com que olhasse sempre para o meu trabalho de uma forma bem mais simples e inspirador.

A toda a minha família, a quem dedico esta dissertação, por todo o amor, pelo constante apoio e compreensão, pela partilha de histórias e suporte em todos os dias desta longa caminhada, e em toda a minha vida. Especial destaque para a minha mãe, a melhor amiga, e para o meu pai, meu fiel conselheiro.

Ao Vitor, com enorme gratidão, por ter sido sempre o melhor amigo e a melhor companhia. Obrigada por todo o amor e amizade, por teres acreditado sempre em mim, e sobretudo pelas boas energias que me transmites, estando longe ou perto. Foste (e és) o meu principal pilar!

À Catarina, Denise, Daniela, Mónica e Camila, pelo afeto e dedicação, pelos ótimos momentos de alegria, pela partilha de experiências, risos e lágrimas, e por me proporcionarem tudo o que há de bom. À Inês, Mónica, Carolina e Cristina, pela enorme amizade e por todo o suporte ao longo de todos estes meses, mesmo quando a distância foi maior.

Por outro lado, quero agradecer à CCDR-N (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte), na pessoa do Eng. Rui Monteiro e da Dra. Raquel Vasconcelos, pela disponibilização da base de dados necessária à realização de toda a análise empírica.

Por último, a todas as outras pessoas que não referi, mas que contribuíram, de alguma forma, para me dar toda a força durante a realização deste trabalho.

palavras-chave

Turismo, desenvolvimento local, sector público, política pública, investimento, Região Norte de Portugal

resumo

O turismo é uma indústria com uma relevância incontestável, pela influência que exerce no desenvolvimento e criação de riqueza nos destinos. O papel e suporte do sector público no que diz respeito à alavancagem desta atividade é evidente. Sem a sua intervenção, através da definição de um alargado leque de políticas públicas, seria difícil criar as condições necessárias para o crescimento e desenvolvimento deste sector e para aumentar a atração e fixação de visitantes nos destinos.

As entidades governamentais, sobretudo ao nível local, detêm um conjunto de responsabilidades e funções específicas, dado que é a este nível que as políticas são implementadas e onde o impacto gerado pelo turismo tem maior expressão. Neste contexto, o planeamento do turismo é fundamental, no sentido de ser possível desenvolver os destinos tendo em conta as necessidades dos visitantes, e sem comprometer o bem-estar das comunidades residentes.

O presente estudo incide sobre a Região Norte de Portugal, tendo sido analisada e explorada uma base de dados que integra os projetos de investimento público realizados na área do turismo, no período compreendido entre 2007 e 2013. Os dados foram analisados com auxílio do *software* estatístico *Statistical Program for Social Sciences* (SPSS), com o propósito de se averiguar a existência de relações estatisticamente significativas entre as variáveis em estudo. Num contexto geral, concluiu-se que o investimento público em turismo apresenta contributos positivos para o desenvolvimento local.

keywords

Tourism, local development, public sector, public policy, investment, North of Portugal

abstract

The tourism industry has an unquestionable relevance because of its influence in the development and creation of a destination wealth and success. The role and support of public sector is evident regarding the leverage of this activity. Without its intervention, through the definition of a wide set of public policies, it would be difficult to create the conditions required to the development of this sector and to increase the destination attractiveness, plus the loyalty of visitors.

The government entities, mainly the local ones, hold a variety of responsibilities and specific functions, once it is at local level that the policies are implemented and the impacts of tourism activity have expression. In this context, tourism planning is vital to provide the capability of destinations to develop taking into account the needs of visitors and without compromise the host community wellness.

This study focus into the Northern Region of Portugal, and the basis of the practical analysis was a database that gathers public investment projects conducted into the tourism area, in the period between 2007 and 2013. Data were analyzed using the Statistical Program for Social Sciences (SPSS) to ascertain the existence of significant relationships between the variables in study. The results show, in general, that public investment in tourism has a positive contribution to the local development.

ÍNDICE

Introdução.....	1
Capítulo 1. O sector do turismo	5
1.1 Introdução.....	5
1.2 Sistematização dos principais conceitos.....	5
1.2.1 A Conta Satélite do Turismo	8
1.2.1.1 A Classificação Portuguesa das Atividades Económicas e a CST	10
1.3 Importância do planeamento do turismo.....	13
1.4 Turismo e desenvolvimento	18
1.4.1 Contribuição do turismo para o desenvolvimento	19
1.4.2 Turismo e desenvolvimento regional e local	22
1.4.3 Impactos do turismo.....	23
1.5 Conclusão	26
Capítulo 2. Sector público e turismo	29
2.1 Introdução.....	29
2.2 Importância da intervenção do sector público no turismo.....	30
2.2.1 Funções do sector público no turismo.....	34
2.2.2 Diferentes níveis de intervenção do sector público no turismo	37
2.2.2.1 Nível nacional	39
2.2.2.2 Nível regional.....	39
2.2.2.3 Nível local	40
2.3 Política pública de turismo	43
2.3.1 Níveis de intervenção das políticas públicas de turismo.....	48
2.3.2 Política e planeamento do turismo.....	50
2.4 Investimento público em turismo	51
2.5 Conclusão	54
Capítulo 3. O turismo na Região Norte de Portugal	57
3.1 Introdução.....	57
3.2 O turismo em Portugal	58
3.2.1 A política nacional de turismo	59
3.2.2 O poder regional e local.....	60

3.2.3	Indicadores relevantes de turismo	61
3.2.3.1	Principais indicadores da oferta	63
3.2.3.2	Principais indicadores da procura	64
3.3	A Região Norte de Portugal	66
3.3.1	Caraterização geral	66
3.3.1	O turismo na RNP	70
3.3.1.1	Indicadores da Oferta na RNP	71
3.3.1.2	Indicadores da Procura na RNP	73
3.4	O Programa Operacional Regional do Norte	77
3.4.1	Enquadramento	77
3.4.1.1	O turismo no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte	81
3.5	Conclusão	83
Capítulo 4.	Metodologia.....	85
4.1	Introdução	85
4.2	Etapas do processo de investigação	86
4.2.1	Seleção do tema e definição do problema e objetivos de investigação	87
4.2.1.1	Definição do problema	87
4.2.1.2	Definição dos objetivos de investigação	88
4.2.2	Definição do modelo teórico	90
4.2.2.1	A exploração – Revisão bibliográfica	90
4.2.2.2	Construção do modelo teórico	91
4.2.3	Definição do modelo de investigação – análise empírica	94
4.2.3.1	Recolha e sistematização dos dados.....	94
4.2.3.2	Análise das informações	104
Capítulo 5.	Investimento público em turismo no âmbito do ON.2.....	113
5.1	Introdução.....	113
5.2	Análise univariada	114
5.2.1	Eixo Prioritário	114
5.2.2	Regulamento Específico.....	114
5.2.3	Natureza do Investimento	116
5.2.4	NUTS III	117
5.2.5	Agrupamento das NUTS III por proximidade e número de projetos	119

5.2.6	Agrupamento das NUTS III por litoral e interior	120
5.2.7	Concelhos	121
5.2.8	Concelhos agrupados de acordo com os 4 destinos promocionais.....	122
5.2.9	Código CAE a 5 dígitos	123
5.2.10	Código CAE a 2 dígitos	125
5.2.11	Código CAE a 2 dígitos agrupados.....	126
5.2.12	Investimento.....	127
5.2.13	FEDER	128
5.3	Relação entre o investimento e as restantes variáveis.....	128
5.3.1	Eixo prioritário	128
5.3.2	Regulamento específico	130
5.3.3	Natureza do investimento	131
5.3.4	Código CAE a 5 dígitos	133
5.3.5	Código CAE a 2 dígitos agrupados.....	135
5.3.6	NUTS III.....	136
5.3.6.1	Natureza do investimento por NUTS III	137
5.3.7	NUTS III (agrupadas por proximidade e nº de projetos)	138
5.3.8	NUTS III (por litoral e interior)	139
5.3.9	Concelhos	140
5.3.9.1	Alto Trás-os-Montes	141
5.3.9.2	Ave.....	142
5.3.9.3	Cávado.....	142
5.3.9.4	Douro.....	143
5.3.9.5	Entre Douro e Vouga	145
5.3.9.6	Grande Porto	146
5.3.9.7	Minho-Lima	147
5.3.9.8	Tâmega	148
5.3.10	Concelhos (por 4 destinos promocionais).....	149
5.4	Conclusão	150
Capítulo 6. Análise e discussão dos resultados		155
6.1	Introdução.....	155
6.2	Caracterização geral do investimento – Diferenças nas médias.....	156

6.2.1	Investimento médio por Eixo Prioritário.....	156
6.2.2	Investimento médio por Regulamento Específico	158
6.2.3	Investimento médio por Natureza do Investimento.....	160
6.2.4	Investimento médio por Código CAE	162
6.2.5	Investimento médio por código CAE a 2 dígitos agrupados.....	163
6.3	Territorialização do investimento – diferenças nas médias.....	165
6.3.1	Investimento médio por NUTS III.....	165
6.3.2	Investimento médio por NUTS III agrupadas por proximidade e número de projetos.....	166
6.3.3	Investimento médio por NUTS III do Litoral e NUTS III do Interior	167
6.3.4	Investimento médio por municípios.....	168
6.3.5	Investimento médio por municípios agregados nos 4 Destinos turístico-promocionais.....	170
6.4	Conclusão	171
Capítulo 7. Síntese e conclusões		173
7.1	Contributos, limitações e sugestões para investigações futuras	178
Referências Bibliográficas		181

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.1 - Correspondência das atividades da Conta Satélite do Turismo com os Códigos CAE Rev-3 (2 dígitos).	12
Quadro 1.2 – Impactos (positivos e negativos) gerados pelo fenómeno turístico.	25
Quadro 3.1 – Número de Estabelecimentos Hoteleiros, Nº de Quartos e Capacidade de Alojamento, em Portugal.	63
Quadro 3.2. Estada média nos estabelecimentos hoteleiros e estada média de hóspedes estrangeiros.	65
Quadro 3.3 – Municípios da Região Norte de Portugal, por NUTS III.	68
Quadro 3.4 – Estabelecimentos hoteleiros e Capacidade de alojamento por em Portugal e NUTS II.....	71
Quadro 3.5 – Número de hóspedes nos Estabelecimentos Hoteleiros na Região Norte de Portugal, em 2011.	74
Quadro 3.6 – Estada média nos Estabelecimentos hoteleiros da Região Norte de Portugal, por NUTS III.....	75
Quadro 3.7 – Regulamentos específicos do Eixo 1 do ON.2.	79
Quadro 3.8 - Regulamentos específicos do Eixo 3 do ON.2.....	80
Quadro 3.9 - Regulamentos específicos do Eixo 4 do ON.2.....	80
Quadro 4.1– Objetivos gerais e específicos de cada capítulo da investigação.	90
Quadro 4.2 – Enquadramento teórico: principais referências bibliográficas.	91
Quadro 4.3 – Classificação e codificação das variáveis em análise.	101
Quadro 4.4 – Regulamentos Específicos incluídos na base de dados.....	102
Quadro 4.5 – Interpretação do teste t.	106
Quadro 4.6 – Teste da Normalidade.	107
Quadro 4.7 – Teste da homogeneidade de variâncias.	108
Quadro 4.8 – Interpretação do teste ANOVA.	108
Quadro 4.9 – Interpretação do teste Kruskal-Wallis.	109
Quadro 5.1 – Número de projetos por Eixo Prioritário.	114
Quadro 5.2 – Número de projetos por Regulamento Específico.	115
Quadro 5.3 - Número de projetos por Natureza do Investimento.	116
Quadro 5.4 - Número de projetos por NUTS III.	118
Quadro 5.5 - Número de projetos por NUTS III agrupadas por proximidade e número de projetos.....	119

Quadro 5.6 - Número de projetos por NUTS III litoral e interior.	120
Quadro 5.7 – Número de projetos associados a cada município.	121
Quadro 5.8 - Número de projetos por concelhos agrupados pelos 4 destinos promocionais.	122
Quadro 5.9 - Número de projetos por CAE a 5 dígitos.	124
Quadro 5.10 - Número de projetos por CAE a 2 dígitos.	126
Quadro 5.11 – Número de projetos por CAE a 2 dígitos agrupados.	127
Quadro 5.12 – Investimento por Eixo Prioritário.	129
Quadro 5.13 - Investimento por Regulamento Específico.	130
Quadro 5.14 - Investimento por Natureza do investimento.	132
Quadro 5.15 – Investimento por Código CAE.	134
Quadro 5.16 - Investimento por CAE a 2 dígitos agrupados.	135
Quadro 5.17 - Investimento por NUTS III.	136
Quadro 5.18 – Natureza do investimento por NUTS III.	137
Quadro 5.19 - Investimento por NUTS III agrupados por proximidade e número de projetos.	139
Quadro 5.20 - Investimento por NUTS III agrupadas por litoral e interior.	140
Quadro 5.21 - Investimento por concelhos da NUTS III Alto Trás-os-Montes.	141
Quadro 5.22 - Investimento por concelhos da NUTS III Ave.	142
Quadro 5.23 - Investimento por concelhos da NUTS III Cávado.	143
Quadro 5.24 - Investimento por concelhos da NUTS III Alto Trás-os-Montes.	144
Quadro 5.25 - Investimento por concelhos da NUTS III Entre Douro e Vouga.	145
Quadro 5.26 - Investimento por concelhos da NUTS III Grande Porto.	146
Quadro 5.27 - Investimento por concelhos da NUTS III Minho-Lima.	147
Quadro 5.28 - Investimento por concelhos da NUTS III Tâmega.	148
Quadro 5.29 - Investimento por concelhos agregados por 4 destinos turístico-promocionais.	149
Quadro 6.1 – Testes de normalidade associados aos Eixos Prioritários.	157
Quadro 6.2 – Valores do teste Kruskal-Wallis e investimento médio – Eixo Prioritário.	157
Quadro 6.3 - Testes de normalidade associados aos Regulamentos Específicos.	158
Quadro 6.4 – Teste da Homogeneidade de variâncias – Regulamento Específico.	159
Quadro 6.5 - Valores do teste Kruskal-Wallis e investimento médio – Regulamento Específico.	159
Quadro 6.6 - Testes de normalidade associados à Natureza do Investimento.	160
Quadro 6.7 - Teste da Homogeneidade de variâncias – Natureza do investimento.	161
Quadro 6.8 - Valores do teste Kruskal-Wallis e investimento médio – Natureza do investimento.	161
Quadro 6.9 - Teste da Homogeneidade de variâncias – Código CAE.	162

Quadro 6.10 - Valores do teste Kruskal-Wallis e investimento médio – Código CAE.	163
Quadro 6.11 - Teste da Homogeneidade de variâncias – Código CAE a 2 dígitos agrupados. ...	164
Quadro 6.12 - Valores do teste Kruskal-Wallis e investimento médio – Código CAE a 2 dígitos agrupados.	164
Quadro 6.13 - Teste da Homogeneidade de variâncias – NUTS III.	165
Quadro 6.14 - Valores do teste Kruskal-Wallis e investimento médio por NUT III – NUTS III...166	166
Quadro 6.15 – Teste ANOVA (investimento médio por NUTS III agrupadas por proximidade e número de projetos.	167
Quadro 6.16 – Teste t (investimento médio por NUTS III do litoral vs. Interior).	168
Quadro 6.17 - Valores do teste Kruskal-Wallis – Municípios.....	169
Quadro 6.18 - Teste da Homogeneidade de variâncias – Concelhos agregados por 4 destinos turístico-promocionais.	170
Quadro 6.19 - Valores do teste Kruskal-Wallis – Municípios agregados pelos 4 destinos turístico-promocionais.	171

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1– Formas e categorias de turismo.	7
Figura 1.2 – Produtos específicos e não específicos da CST.	9
Figura 1.3 – Planeamento do turismo tendo em conta os diferentes componentes de um destino.	17
Figura 3.1 – Posição e estrutura hierárquica do sector do turismo em Portugal.....	58
Figura 3.2 – Hóspedes e dormidas (Portugal/Estrangeiro) nos estabelecimentos hoteleiros por NUTS II, em 2011.....	64
Figura 3.3 – Principais recursos da Região Norte de Portugal.	66
Figura 3.4 – Localização da Região Norte de Portugal no continente e respetiva divisão por NUTS III.....	67
Figura 3.5 – Dimensão dos municípios da Região Norte de Portugal.	69
Figura 3.6 – Produtos estratégicos de promoção da Região Norte de Portugal.	70
Figura 3.7 – Número e tipo de estabelecimentos hoteleiros da Região Norte de Portugal, por NUTS III.....	72
Figura 3.8 – Evolução dos Estabelecimentos Hoteleiros da Região Norte de Portugal, por NUTS III.	73
Figura 3.9 – Hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros da Região Norte de Portugal, segundo o país de residência (2011).....	74
Figura 3.10 – Hóspedes distribuídos pelas NUTS III da Região Norte de Portugal, segundo a residência habitual.....	75
Figura 3.11 – Divisão da Região Norte de Portugal tendo em conta os 4 destinos promocionais.	77
Figura 3.12 – Logótipo do Programa Operacional Regional do Norte (ON.2).....	79
Figura 4.1 – Etapas do procedimento metodológico.....	87
Figura 4.2 – Pergunta e os objetivos da investigação.	89
Figura 4.3 – Modelo teórico da investigação.....	93
Figura 4.4 – Processo de seleção dos projetos para a base de dados final.....	95
Figura 4.5 – Variáveis originais e variáveis criadas para o estudo.	97
Figura 4.6 – Processo de agrupamento dos códigos CAE a 2 dígitos e formação do novo código.	98
Figura 4.7 – Quatro destinos turístico-promocionais da Região Norte de Portugal e respetivos municípios.....	99

Figura 4.8 – Caracterização e territorialização do investimento no âmbito do ON.2.	105
Figura 4.9 – Objetivos específicos e hipóteses de investigação do capítulo 5.	110
Figura 4.10 - Objetivos específicos e hipóteses de investigação do capítulo 6.	111
Figura 5.1 – Municípios com maior representatividade em termos de investimento total na Região Norte de Portugal.	153

LISTA DE ABREVIATURAS

- ANA – Aeroportos de Portugal
- CAE – Classificação Portuguesa das Atividades Económicas
- CAE-Rev.3 – Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3
- CST – Conta Satélite do Turismo
- EH – Estabelecimento hoteleiro
- ERT – Entidade Regional de Turismo
- ERTPNP – Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal
- FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo
- FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- IPDT – Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo
- NUTS – Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas
- OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- OMT – Organização Mundial do Turismo
- ON.2 – Programa Operacional Regional do Norte (O Novo Norte 2007-2013)
- PENT – Plano Estratégico Nacional do Turismo
- PIB – Produto Interno Bruto
- QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional
- RNP – Região Norte de Portugal
- SPSS – Statistical Package for the Social Sciences

INTRODUÇÃO

Tourism is significant not just because of its size in terms of the number of people travelling, how many people it employs, or how much money it brings into a destination. Tourism is significant also because of the enormous impact it has on people's lives and on the places in which they live, and because of the way in which tourism is itself substantially affected by the world around it (Hall, 2008, p.1).

O turismo é um fenómeno com uma importância crescente e com vantagens competitivas evidentes, quando comparado com outros sectores, sendo considerado, por isso, um “grande negócio” e, mais ainda, a maior indústria a nível mundial. Contribui para o bem-estar e estabilidade económicos, para a criação de oportunidades de emprego e para o aumento da qualidade de vida da população. Para além disso, é importante destacar a contribuição para a paz e melhoria das relações entre diferentes países e culturas (Elliott, 1997; Goeldner e Ritchie, 2009; Kerr, 2003; OMT, 1998a; Santos e Fernandes, 2010; Sharpley e Telfer, 2002).

Segundo Goeldner e Ritchie (2009), a atividade turística é constituída por quatro componentes principais: o visitante, o conjunto de bens e serviços que são oferecidos ao visitante, as entidades do sector público da área recetora e, por último, a população local. Outro aspeto a ter em atenção prende-se com o facto de o turismo estar ligado a uma grande variedade de outras indústrias económicas, tais como o ambiente, a saúde, as tecnologias, o entretenimento, aspetos económico-financeiros, educação, agricultura, entre muitas outras (Goeldner e Ritchie, 2009; Reid, 2003). Tal como já foi referido anteriormente, a indústria do turismo tem vindo a expandir-se e a diversificar-se rapidamente, sendo considerada uma das principais atividades económicas do mundo. Segundo a OMT (2013b), a melhor forma de comprovar este facto prende-se com a análise do número de chegadas internacionais de turistas, que passou de 25 milhões em 1950 para 1.035 milhões em 2012.

Para que os destinos se desenvolvam de forma sustentável, e no sentido de responderem às necessidades dos visitantes e dos residentes, deve ser levado a cabo um processo de planeamento que tenha em consideração os vários componentes do destino e, por outro lado, que tenha em conta a perspetiva da procura turística. Por outras palavras, o planeamento deve concentrar-se em vários componentes em simultâneo, no sentido de se levar a cabo uma gestão eficiente dos impactos da atividade turística nos destinos. Apesar da constante evolução de áreas de investigação relacionadas com o desenvolvimento e com o turismo, a interação entre estes dois temas é reduzida. Pearce (1989) refere que a grande maioria dos estudos de âmbito turístico (que abordam questões de desenvolvimento) focam, maioritariamente, a questão dos impactos. Por outras palavras, investigadores da área do turismo reconhecem a importância do sector como uma estratégia de desenvolvimento, mas apenas um pequeno número de estudos foca a sua atenção neste âmbito.

Noutro sentido, o sector do turismo é, atualmente, um tema de interesse para académicos, governos, indústria e para o público em geral (Hall, 2008). De acordo com Goeldner e Ritchie (2009), é possível destacar, dentro da complexa organização deste sector, funções de planeamento, desenvolvimento e promoção, a vários níveis de intervenção, onde a cooperação entre diferentes hierarquias e os sectores público e privado é fundamental para o bom funcionamento desta atividade. A OMT (1998a) destaca a importância da relação entre os sectores público e privado, no que diz respeito aos processos de planeamento e implementação de políticas de turismo, para que o desenvolvimento seja passível de atingir objetivos comuns.

O interesse pelo turismo e pelo seu desenvolvimento é uma questão com uma importância crescente, pelo facto de ser possível associar a evolução desta indústria à criação de emprego e ao crescimento económico, o que leva a implicações substanciais na utilização dos recursos ao nível local (Hall, 1994). A intervenção do sector público neste sector é indispensável e o seu envolvimento pode ser ativo ou passivo, isto é, muito das decisões do sector público, mesmo que não estejam relacionadas com a atividade turística, acabam por influenciá-la (Jeffries, 2001). Hall (2005) sugere que se analise o sector do turismo, as suas mudanças, os papéis do sector público e as políticas que lhe estão associadas não só de uma perspetiva interna, mas também externa, no sentido de ser possível olhar para a atividade como um todo.

Tal como refere Costa (2012, p.58), *“dada a importância económica, social e política deste setor [do turismo], é fundamental analisar e avaliar a forma como o setor público pode e deve intervir no turismo, e quais as razões do seu envolvimento”*. Tal como será possível entender na presente investigação, o papel do sector público inclui questões que passam pela promoção, transportes aéreos, comunicação, arte e cultura, parques nacionais, conservação do património, planeamento urbano, praias, infraestruturas desportivas, artísticas e de recreação, parques urbanos, e muitas outras (Veal, 2002).

O investimento em turismo, por parte do sector público, abrange um alargado leque de áreas, atividades e componentes. Esta função das entidades públicas é fundamental no seio da atividade turística, dado que diz respeito ao desenvolvimento e disponibilização de infraestruturas básicas para poder receber os visitantes e satisfazer as suas necessidades. Para além deste facto, o investimento por parte do sector público constitui-se como o suporte para a criação de todas as superestruturas desenvolvidas pelo sector privado e que permitem a atração e fixação dos visitantes nos destinos.

Neste sentido, e face a todas as informações apresentadas, pretende-se, nesta investigação, entender ***“de que forma é que o investimento público realizado no sector do turismo pode contribuir para alavancar e melhorar as condições de desenvolvimento do sector ao nível local?”***, a partir de um objetivo central onde se pretende ***“demonstrar que o investimento por parte do sector público no turismo pode contribuir para alavancar e melhorar as condições***

de desenvolvimento do sector ao nível local". Para isso, o presente estudo apresenta um conjunto de objetivos gerais que pretendem responder à pergunta apresentada. Nesse sentido, o documento encontra-se estruturado em 3 capítulos de enquadramento teórico, um capítulo onde se descreve todo o procedimento metodológico adotado e, por último, dois capítulos que representam a componente empírica.

O primeiro objetivo geral, respeitante à temática apresentada no *Capítulo 1*, visa "**Analisar conceitos relevantes relacionados com o fenómeno turístico e compreender diferentes abordagens de planeamento e desenvolvimento, com especial ênfase para o desenvolvimento ao nível regional e local**". Por outro lado, o segundo objetivo, associado ao *Capítulo 2*, propõe-se a "**Avaliar a importância da intervenção do sector público no turismo e da definição de uma política de atuação e de investimento para o setor**". O terceiro e último capítulo do enquadramento teórico tem como objetivo "**Analisar o setor do turismo na região Norte de Portugal e compreender a estratégia e a política de investimento do ON.2 para este sector**".

Apesar de grande parte das investigações em turismo se basear em análises qualitativas, o presente estudo foca-se numa **abordagem quantitativa**, através da qual se pretende dar resposta, de forma rigorosa e detalhada, aos dois objetivos centrais da análise empírica, que consistem em "**Demonstrar que os projetos de investimento realizados pelo sector público no turismo, no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte, concentram-se na componente infraestrutural do setor e nos principais destinos turísticos**" e, por outro lado, "**Demonstrar que existem diferenças em termos de investimento segundo a natureza dos projetos, a atividade económica, e o território onde se localiza**".

Tal como já foi referido, a **Região Norte de Portugal** constitui o caso de estudo e objeto de análise da presente investigação, nomeadamente ao nível das NUTS III e municípios que aí se inserem. Nesse sentido, a análise empírica baseia-se na exploração de uma base de dados disponibilizada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), através da qual se pretendem entender as principais dinâmicas de investimento em turismo, por parte do sector público, na referida região, no âmbito do **Programa Operacional Regional do Norte**, cujo período de vigência se encontra compreendido entre 2007 e 2013.

Por último, importa realçar o facto de o levantamento e identificação das principais conclusões ter sido baseado num conjunto de análises (univariada e bivariada) focadas na relação entre o investimento e as diferentes variáveis da base de dados que constituiu objeto de estudo da componente empírica. Uma das relações principais baseia-se na análise da territorialização do investimento, ou seja, na localização e concentração do investimento na Região Norte de Portugal.

CAPÍTULO 1. O SECTOR DO TURISMO

1.1 INTRODUÇÃO

O primeiro capítulo da presente investigação foca a sua atenção no sector do turismo, e tem como principal objetivo apresentar as principais características deste fenómeno emergente e com uma crescente importância a nível global. Este capítulo apresenta, assim, um conjunto de conceitos relevantes para toda a investigação, merecendo ser destacadas algumas ideias fundamentais para dar seguimento aos temas abordados.

Em primeiro lugar, e indo ao encontro do que acabou de ser referido, apresenta-se uma **contextualização de conceitos** relacionados com o sector do turismo – definições gerais, tipologias e categorias de turismo, e, também, as duas perspetivas a partir das quais esta indústria pode ser estudada – oferta e procura.

A secção seguinte aborda uma questão essencial para o estudo do turismo, relacionada com as diferentes formas de medir e organizar todas as atividades relacionadas com o sector do turismo, através de indicadores estatísticos. Esta informação encontra-se agregada na **Conta Satélite do Turismo**, através da qual é possível entender o fenómeno turístico pelo lado da oferta e procura. Por outro lado, a **Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE)** pode associar-se, em alguns casos, à CST, e é possível estabelecer uma ligação entre estes dois elementos a partir da sua análise conjunta (sendo apresentados, desta forma, os principais elos de ligação entre ambos).

Ainda no seio do presente capítulo, importa salientar a importância do estudo e análise do **planeamento dos destinos**, para um **desenvolvimento** eficaz do turismo, tendo sempre em atenção a satisfação de todas as necessidades dos visitantes e, por outro lado, a “proteção” dos próprios locais e das comunidades residentes. Por outro lado, importa referir a **contribuição do turismo para o desenvolvimento**, nomeadamente ao nível regional e local.

Por fim, destaca-se uma temática que deriva do último tópico apresentado, que se relaciona com os potenciais **impactos** que podem derivar do desenvolvimento do turismo nos destinos, sendo destacados os principais aspetos positivos e negativos decorrentes da prática desta atividade nos locais (em termos económicos, socioculturais e ambientais).

1.2 SISTEMATIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS CONCEITOS

O turismo é um fenómeno complexo e multidisciplinar que abrange um conjunto de noções, características e particularidades que são necessários para uma compreensão rigorosa desta indústria. Deste modo, a presente secção tem como finalidade expor alguns conceitos e definições fundamentais para uma análise mais eficiente dos capítulos subsequentes.

Em primeiro lugar, e antes de prosseguir, é essencial definir o conceito de turismo, na medida em que este constitui o objeto central da investigação. A sua conceptualização é complexa, dadas as características do turismo e de todas as atividades, disciplinas e assuntos que se relacionam com esta atividade. A **definição mais comum** é a da OMT, que descreve o turismo como “o conjunto de todas as atividades realizadas por indivíduos que viajam para locais fora do seu ambiente habitual, por um período consecutivo inferior a 12 meses, com propósitos de lazer, negócios ou outros¹” (OMT, 1995, p.12). A quantidade de definições existentes na bibliografia é ilimitada, e tem em conta várias abordagens e pontos de vista.

O turismo pode ser definido de inúmeras formas, dependendo não só dos objetivos gerais da investigação que está a ser levada a cabo, mas também tendo em consideração a base do estudo, relacionada com inúmeras disciplinas (geografia, sociologia, psicologia, economia, etc.). As atividades praticadas no destino, por parte dos visitantes, e as infraestruturas e disponibilização de serviços constituem, também, uma temática relevante. Questões de planeamento e desenvolvimento do turismo, e consequentes impactos da atividade são, por outro lado, importantes para a definição desta atividade, segundo alguns autores, para além dos papéis dos sectores público e privado. É consensual que o sector do turismo possui um conjunto de particularidades relacionadas com o propósito da viagem, com os componentes do destino e com o perfil dos visitantes, com as interações entre visitantes e residentes, entre muitos outros aspetos. Desta forma, e no sentido de sintetizar a informação exposta, existem quatro componentes essenciais a ter em atenção quando se pretende realizar uma conceptualização do fenómeno turístico: (i) os visitantes; (ii) toda a oferta que satisfaz as necessidades dos visitantes; (iii) as entidades que governam o destino; e (iv) a comunidade recetora. O turismo resulta, assim, dos processos, atividades e resultados das interações entre todos estes elementos (Elliott, 1997; Goeldner e Ritchie, 2009; Gunn, 1993; Hall e Page, 2002; Holloway e Taylor, 2006; Lickorish e Jenkins, 1997).

Segundo a OMT (1995), é possível entender o turismo de três formas distintas:

- (i) doméstico ou interno** (as atividades praticadas pelos residentes de um determinado país que viajam para um local dentro desse país, mas fora do seu ambiente habitual, por um período consecutivo inferior a 12 meses, com propósitos de lazer, negócios ou outros);
- (ii) recetor** (as atividades praticadas por indivíduos não residentes, numa área que não faz parte do seu ambiente habitual, por um período consecutivo inferior a 12 meses, com propósitos de lazer, negócios ou outros);
- (iii) emissor** (as atividades praticadas pelos residentes de uma determinada área, que viajam para um local que esteja fora do seu ambiente habitual, por um período consecutivo inferior a 12 meses, com propósitos de lazer, negócios ou outros).

¹ Os propósitos de viagem podem dividir-se em “Lazer, Recreio e Férias”, “Visita a familiares e amigos”; “Negócios e/ou profissionais”; “Saúde”; “Religião/Peregrinação”, e “Outros”.

Tal como é possível observar na Figura 1.1, se o turismo doméstico, recetor e emissor forem combinados, emergem três categorias distintas de turismo (OMT, 1995):

1. **Turismo interior** (que resulta da junção do turismo doméstico e do recetor),
2. **Turismo nacional** (que combina o turismo doméstico e o emissor);
3. **Turismo internacional** (composto pelo turismo recetor e emissor).

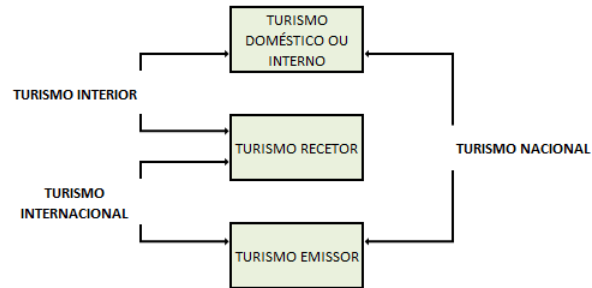


Figura 1.1– Formas e categorias de turismo.
Fonte: Elaboração própria com base em OMT (1995)

Por outro lado, e depois de terem sido apresentados os critérios essenciais para a conceptualização do turismo, importa introduzir outra questão considerada de grande relevância para o estudo desta atividade. Dada a complexidade e diversidade de abordagens relacionadas com o sector do turismo², é usual dividir-se o seu estudo tendo em conta duas perspetivas distintas: a primeira, sob o ponto de vista da **oferta**, e a segunda pelo lado da **procura**.

Assim, a **oferta turística** pode ser descrita como o conjunto de recursos e características de um destino, e é composta por recursos primários, facilidades turísticas, pela própria estrutura socioeconómica do local, por diversas infraestruturas e pelo próprio ambiente. É importante referir que as atrações turísticas (naturais, culturais, históricas, patrimoniais, entre outras) são consideradas o principal elemento da oferta, pelo facto de serem estas a principal razão das deslocações dos visitantes. Para além destas, importa que o destino possua infraestruturas básicas, uma superestrutura completa (todas as facilidades que respondem às necessidades dos visitantes, como hotéis, restaurantes, determinadas atrações, entre outras), questões relacionadas com a modernização tecnológica, a informação disponibilizada, a gestão dos destinos, entre muitos outros aspetos. Assim, a oferta turística corresponde ao conjunto de bens, serviços e organizações diretamente relacionados com a experiência turística, como um todo (Fazenda, Silva e Costa, 2008; Goeldner e Ritchie, 2009; Holloway e Taylor, 2006; OMT, 1998b).

A **procura turística**, por outro lado, é um aspeto complexo do fenómeno turístico, e pode ser estudada de várias formas, ou tendo em conta diversas perspetivas. No entanto, é possível

² “O turismo é um fenómeno complexo, o que dificulta o processo de definição do mesmo de forma sucinta” (Goeldner e Ritchie, 2009)

afirmar que o principal elemento da procura são os visitantes³, dado que, sem estes, a atividade turística não existiria. A motivação, planeamento da viagem, experiências e relações entre os visitantes e as comunidades recetoras constituem alguns dos aspetos mais estudados na literatura, no âmbito do estudo da procura turística. Para além disso, muitos autores identificam um conjunto de determinantes que caracterizam a procura turística: económicos, demográficos, geográficos, socioculturais, entre outros. Como conclusão, é possível afirmar que a procura turística é formada pelo conjunto de consumidores (visitantes) de bens e serviços relacionados com o turismo (Fazenda et. al, 2008; Holloway e Taylor, 2006; OMT, 1998b; OMT, 2008; Vanhove, 2005).

Embora muitos autores tenham em consideração esta divisão, convém lembrar que o sector do turismo deve ser entendido como um sistema funcional, onde o lado da oferta deve encontrar-se em pleno equilíbrio com o lado da procura (OMT, 1998a), dado que a produção e o consumo “de turismo” são simultâneos⁴ (Vanhove, 2005, p.75). Por outras palavras, importa que os destinos possuam todas as infraestruturas e facilidades necessárias para o desenvolvimento do turismo nesses locais, com o principal objetivo de conseguir satisfazer as necessidades de todos os visitantes.

1.2.1 A CONTA SATÉLITE DO TURISMO

A Conta Satélite do Turismo (CST) é um documento fundamental no que diz respeito ao enquadramento e conceptualização do turismo, e que permite uma delimitação clara da oferta e procura turísticas. Tradicionalmente, as estatísticas relacionadas com o sector do turismo focavam-se, maioritariamente, no perfil e número de visitantes. Enquanto se realizavam estimativas relacionadas com a magnitude económica do turismo, os resultados obtidos nem sempre estavam corretos, quando comparados com dados de outras grandes indústrias (Smith, 2010).

Assim, a CST surgiu com o intuito de compilar e simplificar a informação económica relacionada com o sector do turismo, incluindo (i) agregados macroeconómicos como o PIB, Valor Acrescentado do Turismo e o PIB Turístico; (ii) dados relacionados com o consumo turístico; (iii) contas de produção associadas aos diferentes ramos de atividade do turismo; (iv) informação relevante para a elaboração de modelos de impacto económico do turismo; e (v) correspondência entre os dados económicos disponibilizados e determinados indicadores de turismo, tais como chegadas, dormidas e estada média (OMT, 1999).

³ Segundo a OMT (2008, p.111), um visitante “é o indivíduo que se desloca para um local que se situa fora do seu ambiente habitual, por um período consecutivo menor que um ano, por questões de lazer, negócios ou outras, e cujo principal motivo não seja o de exercer uma atividade remunerada no destino”.

⁴ Uma das principais características do produto turístico é a **simultaneidade** entre o momento de produção e de consumo, por parte dos visitantes. Para além desta característica, é possível referenciar a **intangibilidade**, a **heterogeneidade**, e a **perecibilidade** (OMT, 1998b).

“A estrutura fundamental da CST é baseada no equilíbrio entre a oferta e a procura” (OMT, 1999, p.15). Em primeiro lugar, a **oferta turística** pode ser definida através da classificação dos bens e serviços consumidos pelos visitantes em **específicos** e **não específicos** (Eusébio, 2006), tal como será possível perceber ao longo da presente secção. Dentro dos bens e serviços específicos, é possível distinguir dois domínios distintos: os produtos **caraterísticos** e os produtos **conexos** (Figura 1.2).

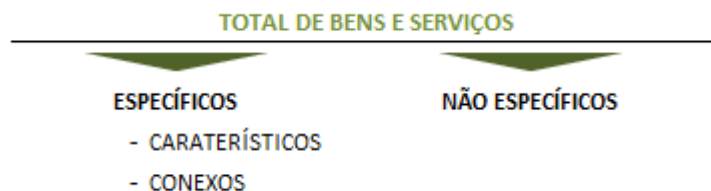


Figura 1.2 – Produtos específicos e não específicos da CST.
 FONTE: Elaboração própria com base em OMT (1999)

No primeiro caso (produtos específicos) incluem-se os produtos típicos da indústria que está a ser estudada, ou seja, *“aqueles que na maior parte dos países deixariam de existir numa quantidade significativa, ou cujo consumo diminuiria de forma significativa, na ausência do turismo, e para os quais parece ser possível obter dados estatísticos”*⁵ (OMT, 1999, p.39). Os produtos conexos referem-se a bens e serviços mais generalizados, mas que entram nas despesas turísticas. De acordo com a OMT (1999, p.39), os produtos conexos são aqueles que *“são consumidos pelos visitantes em quantidades significativas para os visitantes e/ou para quem os fornece mas que não estão incluídos na lista dos produtos caraterísticos do turismo”*⁶.

Desta forma, é possível identificar um conjunto de atividades que se relacionam, direta ou indiretamente, com o sector do turismo. Segundo a CST, existem 8 áreas que integram grande parte das atividades do sector, e que correspondem às atividades específicas – e características:

- (1) Alojamento;
- (2) Restauração e bebidas;
- (3) Transporte de passageiros;
- (4) Aluguer de equipamento de transporte de passageiros;
- (5) Agências de viagem, operadores turísticos e guias intérpretes;
- (6) Serviços culturais;
- (7) Atividades de desporto, recreio e lazer;
- (8) Outros serviços de turismo.

⁵ São exemplos de produtos caraterísticos o alojamento, restauração e bebidas, transportes, organização de viagens e guias turísticos, serviços culturais e recreativos.

⁶ Os produtos conexos incluem serviços de táxi, artesanato local e recordações.

Por outro lado, importa também salientar, no âmbito da Conta Satélite do Turismo, a importância da componente da procura turística e, mais especificamente, dos visitantes, já que são estes que se encontram no centro da atividade turística, e sem os quais não seria possível desenvolver a indústria. Assim, para que seja possível estudar o lado da procura no seio da CST, é necessário compreender três componentes essenciais:

(i) **Consumo turístico individual** – O consumo de cada visitante constitui o núcleo da avaliação económica da componente da procura. Assim, este elemento corresponde à *“despesa total de consumo efetuada por um visitante ou por conta de um visitante para e durante a sua viagem e a sua permanência no local de destino”* (OMT, 1999, p.144).

(ii) **Consumo turístico coletivo** – *“inclui as despesas das autoridades públicas em certos serviços coletivos não mercantis, utilizados pelos visitantes e pelas atividades produtivas que os servem”* (OMT, 1999, p.144).

(iii) **Formação Bruta de Capital Fixo Turístico** – *“é a soma da FBCF em ativos fixos produzidos específicos do turismo por todas as atividades produtivas da economia e a FBCF dos ramos de atividade comercial turística em ativos fixos não específicos do turismo”* (OMT, 1999, p.146). Por outras palavras, inclui ativos fixos especificamente produzidos para o turismo (como, por exemplo, os hotéis), investimento efetuado pelo ramo de atividade do turismo em ativos fixos corpóreos não específicos do turismo (lavandarias, sistemas informáticos de hotéis) e, por último, infraestruturas (aeroportos, estradas, serviços públicos de base).

Costa (2012) realça as inúmeras vantagens da implementação da Conta Satélite do Turismo, tais como o aumento e melhoria do conhecimento da importância económica do turismo face à totalidade das atividades económicas de um determinado país; o fornecimento de um instrumento que permita a elaboração de políticas mais eficientes relacionadas com o turismo; a criação de uma consciência entre os diversos atores direta e indiretamente envolvidos no turismo, da importância económica desta atividade e, conseqüentemente, do seu papel nas indústrias envolvidas na produção de bens e serviços procurados pelos visitantes.

1.2.1.1 A Classificação Portuguesa das Atividades Económicas e a CST

A Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE), Revisão 3, estabelece o novo quadro das atividades económicas portuguesas, vindo substituir a CAE-Rev.2. Esta publicação, elaborada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), tem como principal objetivo agrupar e classificar todas as atividades económicas das mais variadas indústrias. É importante salientar que a CAE possui um sistema de codificação característico, que pode dividir-se em duas partes: uma alfabética com um nível (correspondente a uma secção) e outra numérica com quatro níveis (divisão, grupo, classe e subclasse, com 2, 3, 4, 5 dígitos, respetivamente). Ao nível numérico, a divisão corresponde ao código mais abrangente e, por outro lado, a subclasse diz respeito à codificação mais específica.

O documento que define os parâmetros dos códigos CAE-Rev.3, elaborado pelo INE (2007), destaca o sector do turismo como uma indústria complexa que combina um alargado leque de serviços. Por outras palavras, e tal como já foi referido anteriormente, esta atividade depende de serviços como os transportes, o alojamento, a restauração, os serviços recreativos e culturais, para que seja possível atrair e fixar os visitantes. Por este motivo, e dado que o turismo se encontra ligado a muitas outras áreas e indústrias, não possui uma posição definida na CAE-Rev.3.

No entanto, é possível estabelecer uma correspondência entre a CAE e a Conta Satélite do Turismo (CST), para que seja mais simples perceber quais as atividades económicas associadas aos eixos da CST. Indo ao encontro do que acabou de ser referido, Costa (2012, p.208) considera *“fundamental conciliar a informação contida na CAE com a estrutura da Conta Satélite do Turismo, de forma a aferir pormenorizada e criteriosamente a importância económica do setor do turismo, e em particular os subsectores que integram a estrutura do core do setor”*.

Desta forma, e para que seja mais simples entender toda a informação que acabou de ser exposta, apresenta-se, no Quadro 1.1, uma breve sistematização das relações entre os códigos da CAE-Rev.3 (a dois dígitos) e os eixos da Conta Satélite do Turismo que lhe estão associados.

Quadro 1.1 - Correspondência das atividades da Conta Satélite do Turismo com os Códigos CAE Rev-3 (2 dígitos).

1. Atividades específicas do turismo		
1.1. Atividades características do turismo		
1.1.1. Alojamento		
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	55	Alojamento
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	68	Actividades imobiliárias
1.1.2. Restauração e Similares		
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	56	Restauração e similares
1.1.3. Transportes de passageiros		
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	49	Transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	50	Transportes por água
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	51	Transportes aéreos
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	52	Armazenagem e actividades auxiliares dos transportes (inclui manuseamento)
1.1.4. Aluguer de equipamento de transporte de passageiros		
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	77	Actividades de aluguer
1.1.5. Agências de viagem, operadores turísticos e guias turísticos		
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	79	Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e actividades relacionadas
1.1.6. Serviços culturais		
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	79	Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e actividades relacionadas
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	90	Actividades de teatro, de música, de dança e outras actividades artísticas e literárias
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	91	Actividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras actividades culturais
1.1.7. Recreação e lazer		
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	77	Actividades recreativas, culturais e desportivas
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	78	Actividades de emprego
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	79	Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e actividades relacionadas
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	85	Educação
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	93	Actividades desportivas, de diversão e recreativas
1.1.8. Outros serviços de turismo		
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	64	Actividades de serviços financeiros, excepto seguros e fundos de pensões
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	65	Seguros, resseguros e fundos de pensões, excepto segurança social obrigatória
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	74	Outras actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	77	Actividades de aluguer
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	78	Actividades de emprego
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	79	Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e actividades relacionadas
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	82	Actividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	84	Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	85	Educação
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	88	Actividades de apoio social sem alojamento
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	93	Actividades desportivas, de diversão e recreativas
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	96	Outras actividades de serviços pessoais
1.2. Atividades conexas		
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	45	Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	49	Transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	52	Armazenagem e actividades auxiliares dos transportes (inclui manuseamento)
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	74	Outras actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	79	Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e actividades relacionadas
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	85	Educação
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	92	Lotarias e outros jogos de aposta
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	93	Actividades desportivas, de diversão e recreativas
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	96	Actividades das organizações associativas
2. Atividades não específicas do turismo		
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	47	Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos
CAE-Rev.3 (2 dígitos)	95	Reparação de computadores e de bens de uso pessoal e doméstico

Restantes atividades

FONTE: Elaboração própria com base em INE (2013).

Tal como é possível observar, cada eixo da Conta Satélite do Turismo integra um ou mais códigos correspondentes à Classificação Portuguesa das Atividades Económicas. Através desta correspondência e interligação, é possível analisar, de forma mais concreta, quais os códigos da CAE que se relacionam, direta ou indiretamente, com o sector do turismo. Por outro lado, o estudo desta relação é de extrema importância no âmbito da presente investigação, dado que se pretende entender, de certa forma, qual o papel do sector público nos vários eixos da CST, na medida em que este instrumento se encontra muito direccionado para o sector privado.

Deste modo, e dada a predominância do sector privado no desenvolvimento da atividade (nomeadamente ao nível do alojamento e da restauração), importa entender o papel e participação do sector público nos diferentes eixos da CST. Tendo em conta a subdivisão das atividades da Conta Satélite do Turismo (e a respetiva correspondência com os Códigos CAE), é possível afirmar que, à partida, as atividades do sector público se concentram, maioritariamente, nos eixos relacionados com a cultura, recreio e lazer. No entanto, pretende-se, ao longo de toda a investigação, perceber se o sector público também se encontra presente noutros eixos, onde predomina o sector privado.

1.3 IMPORTÂNCIA DO PLANEAMENTO DO TURISMO

O termo “planeamento” é utilizado em muitos contextos do dia-a-dia, e diz respeito à antecipação e regulação de mudanças num determinado sistema, no sentido de promover um desenvolvimento metódico e, por outro lado, reforçar os benefícios sociais, económicos e ambientais desse processo de desenvolvimento (Murphy, 1985; Veal, 2002). O planeamento é, raramente, dedicado exclusivamente ao sector do turismo, só por si. Isto é, o planeamento do turismo é uma “*amalgama de considerações económicas, sociais e ambientais*”, que refletem a diversidade de fatores que influenciam o desenvolvimento desta atividade (Heeley, 1981, citado por Hall e Page, 2002).

Para Hall (2008), o processo de planeamento do turismo caracteriza-se pelas suas **formas** (desenvolvimento, infraestruturas, uso do solo e dos recursos, organização, recursos humanos, promoção e marketing); **estruturas** (organizações governamentais, semigovernamentais e não governamentais); **escalas de governação** (internacional, transnacional, nacional, regional, local, setorial, individual); **escalas espaciais** (internacional, nacional, regional, local); e, por último, **escalas temporais** (medição de mudanças, desenvolvimento, implementação, avaliação e cumprimento satisfatório dos objetivos de planeamento).

Segundo a OMT (1998b), o estudo do planeamento turístico tem vindo a mudar ao longo dos anos. Numa primeira fase, o planeamento “físico” das infraestruturas e a promoção eram as questões que suscitavam maior preocupação; porém, verificou-se uma transição para uma abordagem mais ampla, com enfoque para as necessidades da indústria, dos visitantes e das comunidades receptoras, no sentido de ser possível criar ligações positivas entre o sector do turismo e os meios social, económico e ambiental. Atualmente, com a procura e respetivas motivações cada vez mais exigentes, o destino turístico deve fornecer experiências de qualidade aos seus visitantes, no sentido de se manter competitivo no mercado (para isso, a conservação dos recursos e a satisfação das necessidades de todas as partes interessadas são questões essenciais no processo de planeamento).

Uma das questões mais relevantes associadas ao planeamento prende-se com a justificação da sua **importância**, no seio turístico. Para Fazenda et. al (2008, p.79), “*o planeamento turístico*

constitui uma ferramenta para salvaguardar os recursos naturais e histórico-culturais, dos quais a atividade turística depende, e, simultaneamente, para promover uma maior eficácia e eficiência nos investimentos públicos e privados a realizar numa determinada região”.

Goeldner e Ritchie (2009) defendem que o planeamento do turismo oferece oportunidades de emprego; gera procura por capital estrangeiro; aumenta os rendimentos; aumenta o PIB nacional; estimula o comércio e indústria de diferentes locais; aumenta as receitas governamentais; diversifica a economia; melhora a imagem dos destinos; fomenta a educação; oferece um conjunto de infraestruturas e facilidades turísticas que podem ser usadas não só por visitantes, mas também por residentes.

Para Hall e Page (2002), o planeamento do turismo não se refere unicamente ao desenvolvimento e à promoção, embora estes elementos sejam consideravelmente importantes. O enfoque e os métodos de planeamento do turismo evoluíram no sentido de ir ao encontro das necessidades da procura, com especial ênfase para um envolvimento mais direto do sector público em questões de desenvolvimento regional, ambientais e de marketing do turismo. Por outro lado, registou-se uma diminuição do envolvimento dos governos na oferta de infraestruturas turísticas, e uma maior ênfase no desenvolvimento de parcerias público-privadas.

Inskeep (1991) destaca a importância do planeamento ao nível local, sendo que é necessário ter em conta o número e distribuição dos turistas na área, bem como variações previsíveis no futuro, fluxos adicionais de tráfego devido à atividade turística, procura adicional ao nível dos equipamentos e infraestruturas criadas para o turismo, proteção do património natural, social e cultural, e a capacidade do local em termos de estacionamento, sanitários, centros de informação e apoio ao cliente e sinalização.

O conceito de planeamento relaciona-se com a importância de organizar determinados eventos futuros, no sentido de se atingirem objetivos previamente especificados (Cooper, Fletcher, Gilbert e Wanhill, 1993). Neste sentido, os autores anteriormente citados enumeram um conjunto de aspetos que, no seu todo, constituem o processo de planeamento:

1. Preparação do estudo
2. Elaboração dos objetivos
3. Pesquisa
4. Análise
5. Formulação da política e do plano
6. Recomendações
7. Implementação
8. Monitorização e modificação

Qualquer forma de desenvolvimento implica um planeamento cuidadoso, para que os objetivos fixados se tornem passíveis de serem concretizados. O mesmo acontece com o desenvolvimento do sector do turismo que, sendo uma atividade multissetorial e que tem consequências ambientais, sociais e económicas, exige um planeamento considerável no sentido de conseguir tornar-se bem-sucedido (Cooper et al, 1993).

Quando viajam, os visitantes procuram um alargado leque de facilidades e serviços que são disponibilizados por uma infinidade de fornecedores ao longo de toda a deslocação. Desta forma, é necessário compreender a estrutura da oferta dos destinos⁷ e entender o papel de todos os agentes envolvidos no seu desenvolvimento⁸, no sentido de se poder satisfazer todo o conjunto de necessidades dos visitantes (Pearce, 1989).

Apesar de ser considerado um fenómeno complexo e multifacetado, o turismo é composto por um conjunto de particularidades e elementos que o distinguem de outras atividades e setores económicos, sendo possível atribuir-lhe um conjunto de vantagens comparativas relativamente a outras indústrias. Desta forma, muitos governos impulsionam o desenvolvimento do turismo nos seus países, pelo facto de esta indústria se relacionar com atrações naturais e culturais; recorrer a importações com menor frequência que outros sectores; possuir uma elevada taxa de crescimento; conseguir estabilizar as exportações; e por estar relacionada com uma natureza de trabalho intensivo (Vanhove, 2005).

Os meios através dos quais cada governo implementa políticas de desenvolvimento e promove o investimento variam de país para país. No entanto, o desenvolvimento do turismo deve orientar-se sempre por uma política “cuidadosamente planeada”, baseada não só em valores (lucros e prejuízos), mas também nos ideais e princípios do bem-estar da sociedade. Essa política deve ter em conta questões de utilização do solo (zoneamento), criação e manutenção de infraestruturas e esforços nas áreas de promoção e marketing (Goeldner e Ritchie, 2009; OMT, 1992)

O desenvolvimento do turismo resulta em oportunidades de investimento, melhores infraestruturas e melhoria da economia local. Para além disso, oferece a oportunidade de trocas culturais e aumenta as oportunidades de entretenimento para as comunidades locais. Nesse sentido, devem ser objetivos primordiais: melhorar a qualidade de vida da sociedade através dos benefícios económicos do turismo; desenvolver infraestruturas e facilidades e serviços recreativos para visitantes e residentes; assegurar o desenvolvimento apropriado de centros de visitantes, de *resorts* e outras áreas; estabelecer um programa de desenvolvimento consistente com a filosofia cultural, social e económica adotada pelo governo e pela própria

⁷ A estrutura da oferta é constituída por atrações, alojamento, infraestruturas, transportes, outras facilidades e serviços e, por último, serviços orientados para os visitantes (Pearce, 1989).

⁸ Os agentes envolvidos no processo de desenvolvimento incluem o sector privado, o sector público e um alargado leque de organizações presentes em diferentes níveis, que podem juntar interesses públicos e/ou privados (Pearce, 1989).

comunidade residente; e, por último, otimizar a satisfação dos visitantes (Goeldner e Ritchie, 2009; Nunkoo e Smith, 2013).

Simão e Partidário (2012) destacam o papel relevante do sector público no desenvolvimento do turismo, já que é capaz de influenciar esta atividade de várias formas (promovendo e apoiando a construção de infraestruturas; regulando e legislando; promovendo o ordenamento do território; fornecendo diferentes orientações; criando incentivos ao investimento; preservando o património histórico e cultural e, por último, promovendo o marketing do turismo)⁹.

Para que seja possível desenvolver o sector do turismo num determinado local, é necessário ter em atenção um conjunto de questões relevantes, no sentido de evitar conflitos e minimizar impactos negativos no destino: assegurar que a comunidade local está de acordo e é um elemento ativo no planeamento do turismo; desenvolver áreas dentro dos parâmetros legais; não destruir património histórico e arquitetónico; conservar o ambiente e ter em conta os valores locais; aproveitar os recursos locais; criar emprego para a mão-de-obra local; assegurar a construção adequada de infraestruturas, entre muitas outras (Doswell, 1997).

Tal como acontece com o planeamento, o processo de desenvolvimento também é composto por um conjunto de fases distintas, distribuídas por um determinado período de tempo (Cooper et al, 1993):

1. Identificação e inventário da situação atual
2. Previsões futuras
3. Formulação do plano
4. Desenvolvimento de projetos específicos
5. Implementação

O reconhecimento da importância do planeamento para um desenvolvimento turístico consistente tem vindo a alargar-se de forma considerável ao longo das últimas décadas. Um planeamento adequado é necessário para que o destino tenha um potencial turístico e possa contribuir para a economia local. Por outro lado, os componentes que integram o sistema turístico (alojamento, restauração, transportes), juntamente com as disciplinas que se relacionam com esta indústria (ambiente, legislação, engenharia, saúde) devem ser cuidadosamente estudados, no sentido de se entender o modelo de desenvolvimento que irá ser levado a cabo num determinado destino (OMT, 1998b).

O planeamento é central para o desenvolvimento eficaz do turismo e para o benefício de todas as partes, e é um processo “tão complexo e multifacetado como o turismo”. Encontra-se presente em várias escalas geográficas, dentro das quais é possível observar interações entre

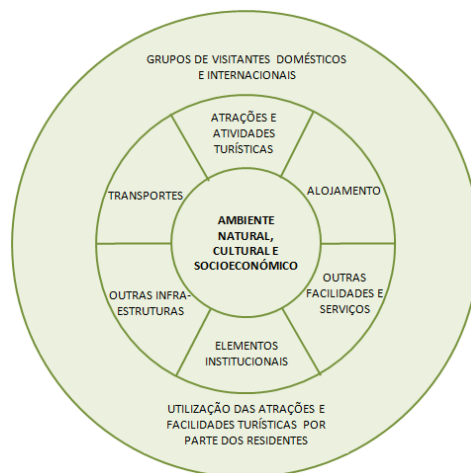
⁹ Temática respeitante ao *Capítulo 2* “Sector público e turismo”.

um variado leque de organizações públicas e privadas, no sentido de se definirem políticas e planos para o desenvolvimento do turismo (Davidson e Maitland, 1997).

Tendo em conta o ponto de vista de Breda (2001), o planeamento é particularmente importante para o desenvolvimento do turismo, na medida em que esta indústria possui ligações a muitos outros sectores e negócios e goza de uma especificidade local. Desta forma, é necessário minimizar impactos negativos e maximizar os benefícios. No seguimento do que acabou de ser referido, para além da gestão dos impactos, o planeamento também deve ter em conta o envolvimento da comunidade local na atividade turística, ou seja, deve pensar nos visitantes e nos residentes (Liu e Wall, 2006; OMT, 1998a).

O processo de planeamento e desenvolvimento do turismo deve ser integrado em diferentes escalas (nacional, regional e local), que devem manter-se interligadas e influenciar-se umas às outras, embora cada nível deva tomar a iniciativa de desenvolver o sector do turismo nessa área de atuação, através de políticas e estratégias de planeamento. Os impactos negativos do turismo podem ser minimizados se for efetuado um bom planeamento, desenvolvimento e gestão da atividade turística, ou seja, deve existir uma monitorização constante, para se assegurar a sustentabilidade do sector. Desta forma, é fulcral a necessidade do planeamento estratégico da indústria turística, no sentido de ser possível maximizar o impacto positivo desta atividade no desenvolvimento e, simultaneamente, evitar potenciais problemas e obstáculos. (Kerr, 2003; OMT, 1998a).

O sector do turismo é constituído por diferentes componentes que devem ser bem entendidos, para que seja possível planear e desenvolver esta indústria de uma forma integrada e com sucesso (OMT, 1998a). Inskeep (1991) desenvolveu um modelo de planeamento do turismo onde integrou os diferentes componentes, e que pode ser observada na Figura 1.3.



**Figura 1.3 – Planeamento do turismo tendo em conta os diferentes componentes de um destino.
 FONTE: Elaboração própria com base em Inskeep (1991).**

Desta forma, e tal como é possível observar, são sete os componentes a ter em consideração no processo de planeamento do turismo, em qualquer nível de intervenção, e com o intuito de desenvolver o destino da melhor forma:

1. Mercados de visitantes (domésticos e internacionais)
2. Atrações e atividades turísticas
3. Alojamento
4. Outras facilidades e serviços turísticos
5. Transportes
6. Outras infraestruturas
7. Elementos institucionais

O planeamento da atividade turística permite, a todos os níveis, efetuar uma gestão racional dos recursos, evitando que haja um desenvolvimento desequilibrado dos mesmos e, assim, ajuda a tirar o maior partido dos benefícios económicos, sociais e ambientais do turismo. Porém, o processo de planeamento não é simples, e resulta de uma multiplicidade de fatores que devem ser considerados no seio de cada destino: os recursos, as infraestruturas e os equipamentos, bem como as relações com os residentes e os investimentos em turismo a longo-prazo (OMT, 1998b).

1.4 TURISMO E DESENVOLVIMENTO

Crescimento, avanço, evolução, progresso e incremento são alguns termos que facilmente se associam ao termo desenvolvimento (Porto Editora, 2013). Segundo Pike (2006), o processo de definição de desenvolvimento é árduo, por quatro razões distintas: (i) a sua noção muda ao longo do tempo, por razões históricas e políticas; (ii) aspetos geográficos influenciam o conceito (este varia de lugar para lugar); (iii) um enfoque inicial para associar o desenvolvimento a fatores económicos alargou-se a questões sociais, ecológicas, políticas e culturais; (iv) diferentes abordagens enfatizam diferentes termos (como âmbito regional e local e a sua crescente relevância).

Para Sharpley (2002), o desenvolvimento é um termo impreciso que descreve o processo através do qual a sociedade se move de uma condição para outra, e onde existe um objetivo a cumprir. Por outro lado, pode também ser considerado um conceito que está associado a um estado que se deseja atingir no futuro, onde os planos de desenvolvimento determinam os passos necessários para atingir esse patamar. Desta forma, segundo o referido autor, o desenvolvimento pode ser visto como “uma filosofia, um processo, um resultado que, juntamente com um plano, tornam possível o alcance de determinados objetivos”.

Para Hettne (1995), citado por Reid (2003), o desenvolvimento é um processo espontâneo e irreversível, inerente a cada elemento da sociedade; implica mudanças estruturais e

funcionais; pode dividir-se em determinadas fases que se distinguem pelos diferentes níveis de evolução; pode ser impulsionado por forças externas (concorrência) e internas.

Segundo Goulet (1968), citado por Pearce (1989), a utilização do termo desenvolvimento é ambígua, na medida em que este conceito pode referir-se a um **processo** – uma transformação que leva a uma determinada condição – ou a um **estado** – dizer-se que uma sociedade é “desenvolvida” ou se encontra “em desenvolvimento” retrata a sua condição presente. No entanto, e independentemente de qualquer uma das situações, o desenvolvimento é um conceito que pode possuir muitos significados e muitas características bem marcadas, que incluem valores económicos e sociais, e atributos mais gerais como a autoconfiança e independência (Pearce, 1989).

Definições iniciais de desenvolvimento centravam-se, unicamente, em questões relacionadas com crescimento económico (Pearce, 1989; Telfer, 2005). Atualmente, o desenvolvimento é um conceito complexo e multidimensional, que engloba não só questões económicas, mas também reúne e contempla indicadores sociais (saúde, educação e habitação), políticos, culturais e assuntos relacionados com todos os elementos da sociedade (Sharpley, 2002).

O nível de desenvolvimento de um determinado país depende da combinação de um conjunto de processos e condições económicas, sociais e políticas (Sharpley e Telfer, 2002). Para além disso, estudos relacionados com o desenvolvimento encontram-se em constante variação e reformulação (Reid, 2003, p.75).

1.4.1 CONTRIBUIÇÃO DO TURISMO PARA O DESENVOLVIMENTO

O turismo é amplamente considerado como um meio de atingir o desenvolvimento dos destinos, sendo essa a principal justificação para a sua promoção em praticamente todo o mundo. Desta forma, é necessário estudar as razões pelas quais este sector, ao contrário de outras indústrias e sectores económicos, é visto como um veículo atrativo para o desenvolvimento (Sharpley, 2002).

Tourism may be a more benign form of development than the best of alternatives. That said, improvements in its implementation will only occur as a result of critiques of this type, and by improved practices on the part of tourism planners and the industry. (Reid, 2003, p.72).

Até há relativamente pouco tempo, o turismo não era considerado um veículo eficaz de desenvolvimento, e a atitude relativamente a esta indústria era negativa, no seio de algumas investigações. No entanto, atualmente, a postura relativamente a este sector mudou radicalmente e o turismo passou a ser conotado como um importante meio de desenvolvimento, “recebendo toda a atenção que merece” (Vanhove, 2005, p.170).

É importante referir que é, certamente, irrealista, pensar numa só ferramenta de desenvolvimento que sirva de solução para todos os problemas de um determinado país e, em certos casos, é assim que o sector do turismo é visto (Sharpley e Telfer, 2002). Por outras palavras, o turismo é um entre muitos sectores que contribuem para o desenvolvimento dos locais, e da própria sociedade (Reid, 2003). No entanto, e tendo em conta a perspetiva do mesmo autor, o turismo é utilizado como um instrumento de estruturação de países em desenvolvimento e, por outro lado, um símbolo de modernidade dos países desenvolvidos, o que faz com que o planeamento eficaz desta indústria esteja incluído em muitos estudos relacionados com o desenvolvimento.

Para Sharpley (2002), a indústria turística é, sem dúvida, *um dos maiores fenómenos sociais e económicos dos tempos modernos* (p.11). Dado o seu rápido crescimento e a potencial contribuição económica, este sector é considerado, não só na prática, mas também no meio académico, como um meio eficaz de atingir o desenvolvimento.

Segundo a OMT (2013b), o turismo constitui a solução para o desenvolvimento, para a prosperidade e para o bem-estar e, por esse motivo, é cada vez maior o número de destinos recetivos ao sector do turismo e que investem nesta atividade, vista como o principal meio de progresso socioeconómico (através de receitas de exportações, criação de emprego e empresas e desenvolvimento de infraestruturas). Sharpley (2002) apresenta várias razões que justificam o papel do turismo como opção de desenvolvimento: é uma indústria em crescimento; distribui a riqueza (quer internacional, quer nacionalmente); não possui barreiras; utiliza recursos livres (praias, clima, paisagem); por último, impulsiona a economia local (muitos dos bens e serviços utilizados pelos visitantes são adquiridos nos próprios destinos).

Tal como o autor anteriormente citado, Cooper et. al (1993) também apresentam alguns motivos que justificam o facto de o turismo poder constituir uma opção de desenvolvimento: (i) é um “produto” com características únicas; (ii) adquire fácil e rapidamente capital estrangeiro; (iii) tem uma natureza de trabalho intensiva; (iv) aposta na educação e formação da mão-de-obra; (v) possui ligações com muitos outros sectores económicos; (vi) é flexível e, por outro lado, competitivo, em relação aos preços; (vii) é uma atividade sazonal. A importância do turismo para o desenvolvimento de uma região deve-se, particularmente, à sua capacidade de criação de emprego, à sua contribuição para a diversificação das atividades económicas regionais e aos variados efeitos indiretos decorrentes dos gastos efetuados por parte dos visitantes (União Europeia, 1997).

Tal como já foi referido anteriormente, o sector do turismo é frequentemente citado como *“um agente atrativo de desenvolvimento, capaz de gerar emprego e capital estrangeiro num determinado destino”* (Telfer, 2005, p.188). No entanto, a contribuição desta indústria para o desenvolvimento de um determinado destino depende, em larga medida, do **ambiente**

existente no local, das **decisões de gestão tomadas por parte da indústria e das entidades do local** e, por outro lado, de **questões externas** ao destino, como a globalização. Por outras palavras, a natureza do destino influencia a forma como o turismo deve ser gerido no sentido de promover o desenvolvimento. É importante destacar a importância e o papel dos governos no desenvolvimento das suas áreas de atuação, através do investimento em infraestruturas gerais e específicas da atividade turística, incentivos ao investimento e influências sobre as taxas de câmbio (*Elliot, 1997; Opperman e Chon, 1997, citados por Telfer, 2005*).

Vanhove (2005) defende que a contribuição (geralmente positiva) do turismo para a balança de pagamentos e o suporte que esta indústria oferece a outros sectores de atividade (comercialização de bens e serviços produzidos no destino, e adquiridos pelos visitantes) são razões mais do que válidas para considerar este sector um veículo de desenvolvimento com vantagens comparativas relativamente a regiões mais atrasadas ou em desenvolvimento. No entanto, o turismo não deve ser analisado de uma forma totalmente otimista. Como será possível entender mais à frente, este sector é sensível a problemas internos, questões políticas, doenças, catástrofes, entre outros.

Mihalič (2002) defende que o turismo é visto como uma ferramenta de desenvolvimento, dada a sua contribuição em termos económicos. Por outras palavras, o sector do turismo possui um grande potencial no que diz respeito à sua contribuição para o desenvolvimento económico das áreas-destino, como a geração de emprego e rendimento, os resultados citados com maior frequência. Sharpley e Telfer (2002) defendem que só recentemente é que foi possível fazer uma ponte entre os benefícios económicos do turismo e a sua contribuição para o desenvolvimento, ou seja, é geralmente assumido que o sector do turismo, quando planeado e gerido no sentido de minimizar impactos sociais e ambientais, fornece uma variedade de benefícios económicos que contribuem, consequentemente, para o crescimento.

Para Reid (2003), o turismo é uma força dinâmica que promove a igualdade da sociedade e das culturas em todo o mundo, e é reconhecido como um meio de desenvolvimento económico de muitos países. Apesar de nem sempre ter sido reconhecido como um fator positivo para todas as partes associadas ao processo de desenvolvimento, o sector do turismo é considerado, por parte de muitos governos e empresas, o mecanismo através do qual é possível retirar as pessoas da pobreza e torná-las membros válidos da sociedade. Shone e Memon (2008) acrescentam que a utilização do turismo como motor de desenvolvimento económico é amplamente reconhecida. A nível internacional, esta indústria é utilizada como um mecanismo através do qual os governos conseguem atingir objetivos de desenvolvimento de âmbito nacional, regional e local. Porém, e embora se dê muita importância à relação entre o turismo e questões relacionadas com o crescimento económico, para muitos investigadores, o desenvolvimento implica muito mais do que bem-estar económico, ou seja, também está relacionado com questões sociais, tais como educação, saúde, liberdade e independência (*Sharpley e Telfer, 2002*).

Pike (2006) afirma que as questões relacionadas com o desenvolvimento regional e local mudaram de uma perspetiva que tinha em conta a quantidade do desenvolvimento, para o ponto de vista oposto, ou seja, a preocupação com a sua qualidade. Por outras palavras, as questões meramente económicas passaram a ser substituídas por assuntos relacionados com a qualidade de vida, uma das principais características do “**desenvolvimento sustentável**”¹⁰. Telfer (2005) destaca a melhoria da qualidade de vida, da educação, da esperança de vida e da satisfação das necessidades básicas de todos os elementos da sociedade, para além de questões políticas, como alguns dos objetivos que geralmente se associam à questão do desenvolvimento sustentável. A partir do final dos anos 80, o turismo começou a associar-se a questões relacionadas com o desenvolvimento sustentável, verificando-se, nessa época, uma explosão do número de investigações onde se tentava entender qual a via mais eficaz para gerir o turismo, no sentido de eliminar possíveis efeitos negativos decorrentes da prática desta atividade (Hall, 2008).

Diferentes tipos de destinos (rurais, urbanos, costeiros, entre muitos outros), e diferentes estados de desenvolvimento apresentam diferentes tipos de potencial no que toca ao desenvolvimento global desses locais e ao papel que o turismo poderá exercer (Telfer, 2005). Em muitos casos, o turismo e o desenvolvimento são conceitos estudados num âmbito global, embora muitos estudos já apontem para o turismo como um catalisador de desenvolvimento ao nível local e, mais especificamente, ao nível das comunidades (Sharpley e Telfer, 2002). É tendo em conta esta linha de raciocínio que se segue o estudo da relação entre o turismo e o desenvolvimento regional e local.

1.4.2 TURISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL

Para Pike (2006), definir desenvolvimento regional e local é uma questão muito relevante, embora não seja tarefa simples. Este conceito ampliou-se no sentido de incluir preocupações económicas, sociais, ambientais, políticas e culturais, para além do facto de depender de contextos históricos, princípios e valores, da diversidade geográfica e de todas as mudanças que se sentem ao longo do tempo. É relevante ter em conta que o desenvolvimento regional e local influencia duas partes: por um lado, as pessoas (indivíduos e famílias); por outro lado, os espaços, locais e territórios, tais como comunidades, vilas, cidades, regiões e países (Pike, 2006). O desenvolvimento regional e local constituem questões globais com uma importância crescente, que começaram a fazer parte do conjunto de assuntos prioritários de muitos governos em todo o mundo por volta da década de 60 e 70. Neste período, começou a questionar-se o que constituiria o sucesso e o desenvolvimento de regiões e locais (municípios).

¹⁰ O desenvolvimento sustentável refere-se ao desenvolvimento que tem como objetivo satisfazer as necessidades das gerações presentes, sem comprometer as futuras, tendo em consideração questões ambientais (OCDE, 2008)

O desafio de aumentar a prosperidade, melhorar o bem-estar e aumentar os padrões de vida da sociedade tornou-se um assunto relevante não só para países desenvolvidos, mas também para os que se encontram em desenvolvimento, quer ao nível regional, quer ao nível local/municipal (Pike, 2006). Tendo em conta a perspetiva de Telfer (2002), umas das principais formas de entender o turismo como um meio de desenvolvimento regional mede-se através dos benefícios da presença desta indústria numa determinada região. Este sector é uma ferramenta para amenizar desequilíbrios, sendo capaz de gerar emprego e originar novas fontes de rendimento. Por último, é de destacar a importância das entidades do sector público na forma como gerem o turismo no sentido de atingirem os objetivos anteriormente citados.

Segundo a perspetiva de Elliott (1997), é possível verificar um número crescente de entidades do sector público, ao nível local, a tomarem decisões relacionadas com o desenvolvimento do sector do turismo, como uma forma de impulsionarem a economia local e as respetivas receitas. Não há qualquer dúvida quanto ao facto de o sector do turismo, como fenómeno económico, influenciar as economias nacional, regional e local (Mihalič, 2002).

Soukiazis e Proença (2008) enfatizam a importante relação que existe entre o turismo e o desenvolvimento, com especial ênfase para os níveis em análise. Telfer (2005) salienta o facto de o turismo poder expressar-se e desenvolver-se de diferentes formas, consoante o destino em causa, e tendo em conta o horizonte temporal. No entanto, as estratégias a implementar devem ser, em todo o caso, elaboradas pelo governo, pela indústria e pela própria população local, para que seja possível maximizar os benefícios do desenvolvimento do local em questão.

1.4.3 IMPACTOS DO TURISMO

Impactos dizem respeito ao *“resultado de todas as inter-relações num conjunto alargado de fenómenos”* (Mathieson e Wall, 1982, p.34). Num contexto turístico, impactos são os efeitos das interações entre os visitantes, o destino e a população local, e são positivos até ao momento em que os limites de tolerância se excedem (nesse ponto, tornam-se nocivos não só para o destino, mas também para a comunidade recetora). Hall (2008) indica a *“mudança”* como algo comum nas experiências humanas. Porém, o sector do turismo pode acelerar as taxas de variação acima do nível aceitável para a maioria das pessoas. Por outras palavras, novos edifícios, novas estruturas económicas e, mais importante ainda, a grande afluência de novas pessoas (os visitantes e todas as pessoas que os servem) podem alterar dramaticamente a rede de relações existentes entre as pessoas e o seu local de residência, e afetar, também, o planeamento e o desenvolvimento do turismo.

As motivações e experiências dos visitantes, as expectativas e ajustamentos realizados por parte dos residentes nas áreas recetoras e os papéis desempenhados por um alargado leque de agências e organizações podem provocar um conjunto diverso e complexo de **impactos**, que serão estudados na presente secção (Mathieson e Wall, 1982). Tal como já foi referido, o sector do turismo pode definir-se como um complexo fenómeno com diferentes tipos de

impactos. É necessário ter em consideração as possíveis consequências desses impactos, decorrentes da atividade turística, no sentido de se desenvolverem esforços de planeamento e gestão eficazes do desta indústria (Bull, 1995). A acrescentar à informação que acabou de ser exposta, a OMT (1998a) defende que o principal objetivo de planeamento, desenvolvimento e gestão do turismo passa por elaborar políticas que minimizem os impactos negativos e reforcem os positivos.

Para Bull (1995), o sector do turismo possui características especiais que acabam por diferenciá-lo de outras indústrias, relativamente aos impactos que podem originar: a **concentração no espaço** (a produção e o consumo simultâneos, nos destinos); a **concentração no tempo** (elevados graus de sazonalidade); o **rápido crescimento e intensidade da indústria**; a **visibilidade** e, por último, a **natureza peculiar** que caracteriza a indústria do turismo (a interação entre diferentes culturas, costumes, tradições, etc.). No entanto, muitos defensores olham para o turismo como sendo a solução para todos os problemas de desenvolvimento de um determinado local. Este ponto de vista é irrealista, dado que os benefícios podem vir acompanhados de “consequências prejudiciais”. Desta forma, é necessário perceber que o turismo “*não é uma bênção nem uma praga*” (Goeldner e Ritchie, 2009, p.31), e deve ser estudado tendo em conta os seus pontos fortes e fracos.

Tal como refere Elliott (1997), o desenvolvimento do turismo pode ter efeitos adversos nos residentes. Desta forma, para que este processo seja considerado benéfico, deve ter em consideração os sentimentos da própria comunidade e do ambiente onde esta reside. Hashimoto (2002, citado por Telfer, 2005) sustenta a afirmação anterior, ao mencionar que a presença da atividade turística numa comunidade pode provocar um conjunto de impactos nomeadamente relacionados com questões sociais (migração, mudanças na língua, efeito de demonstração). No entanto, a forma como esses impactos são geridos não só pela própria comunidade local, mas também pelo governo, irá determinar se o turismo é uma força positiva ou negativa para o processo de desenvolvimento.

Segundo a perspetiva de Murphy e Murphy (2004), os governos tentam sempre distribuir os impactos do turismo para áreas que não façam parte do seu âmbito de intervenção, no sentido de prevenir um desenvolvimento irregular do turismo nos seus territórios. Goeldner e Ritchie (2009) defendem que o sector do turismo acarreta **benefícios e custos económicos e não económicos** para os residentes, e estes não se verificam de forma equilibrada, na maior parte dos casos. Um desenvolvimento irrefletido, inadequado e excessivo pode ser a principal causa de estragos no ambiente. Assim, os mesmos autores enfatizam a importância de um plano de desenvolvimento coordenado, que inclua o sector do turismo e a sua gestão adequada.

Pender (2002) salienta que o sector do turismo tem o poder de originar um grande número de benefícios, incluindo o facto de ser, em alguns países, a principal fonte de criação de emprego e rendimento. Porém, também identifica algumas consequências negativas que podem advir

da prática desta atividade, tais como a destruição do ambiente e das tradições da comunidade residente. Por último, Bull (1995) acrescenta que, para além de impactos económicos, socioculturais e ambientais, o sector do turismo pode provocar um conjunto de impactos **noutros sectores de atividade** (p.91). Desta forma, a criação de fortes ligações entre o sector do turismo e outros sectores de atividade, o estímulo à criação de emprego local e o aumento dos gastos, por parte dos visitantes, em produtos locais são abordagens relevantes (OMT, 1998a).

Tendo em conta todos os pontos de vista apresentados, e no seio de toda a investigação realizada sobre a presente temática, foi notório o agrupamento dos impactos em três grupos distintos: **económicos**, **socioculturais** e **ambientais**. O Quadro 1.2 traduz esta divisão, sustentando-se nas perspetivas mais relevantes de alguns autores de renome.

Quadro 1.2 – Impactos (positivos e negativos) gerados pelo fenómeno turístico.

IMPACTOS					
ECONÓMICOS		SOCIAIS		AMBIENTAIS	
+	-	+	-	+	-
Receitas de capital estrangeiro	Elevada dependência do turismo	Trocas culturais	Efeito de demonstração	Preservação e restauro de edifícios e locais históricos	Qualidade do ar, água e ruído
Aumento do rendimento	Aumento da inflação	Promoção das artes e ofícios locais	Prostituição, Crime, Jogo	Criação de parques nacionais/naturais	Poliuição
Geração de emprego	Aumento das importações	Utilização das atrações turísticas por parte dos residentes	Mudanças na estrutura da comunidade, na língua	Proteção de praias e recifes	Congestionamento
Melhoria da estrutura económica	Sazonalidade da produção	Aumento da participação dos residentes em atividades associadas ao turismo	Doenças	Manutenção de florestas	Crescimento exponencial de hotéis e outras infraestruturas
Encorajamento do empreendedorismo	Custos elevados de desenvolvimento do turismo	Fortalecimento dos valores e tradições locais	Sobrelocação de espaços	Desenvolvimento de novas instalações e facilidades	
Aumento do PIB		Aumento do orgulho local e do espírito de comunidade			
Melhoria da balança de pagamentos		Manutenção da autenticidade			
Efeito multiplicador					
Aumento dos padrões de vida					
Criação de novas atrações, facilidades e infraestruturas					
Investimento e desenvolvimento					
Crescimento económico					

Fonte: Elaboração própria com base em Mathieson e Wall (1982); Cooper et al. (1993); Pearce (1989); OMT (1998a); OMT (1998b); Hall e Page (2002); Holloway e Taylor (2006); Doswell (1997); Goeldner e Ritchie (2009); Pender (2002); Bull (1995); Vanhove (2005).

Como forma de concluir, Mathieson e Wall (1982) defendem um planeamento no sentido de ser possível aliviar os impactos do turismo, sem esquecer as necessidades a disponibilização de experiências de alta qualidade aos visitantes. Esse processo deve ter em vista a eliminação de potenciais impactos negativos, e, por outro lado, deve apoiar-se no marketing do turismo para manipular, de certa forma, as decisões de viagem dos indivíduos.

1.5 CONCLUSÃO

Em suma, tendo sido abordados os conceitos introdutórios da presente investigação, pretende-se compilar um conjunto de ideias fundamentais para a compreensão dos capítulos subsequentes. Desta forma, é possível olhar para o turismo como uma atividade/um sector multifacetado, com um grande número de particularidades, e que pode ser estudado tendo em conta um grande número de abordagens.

Embora o leque de perspectivas e abordagens seja extremamente alargado, existem determinados aspetos comuns, e que merecem especial destaque. A conceptualização do turismo passa por entendê-lo de duas formas distintas – pelo lado da procura ou pelo lado da oferta. Para o primeiro caso, realçam-se os visitantes como elementos nucleares da atividade e, num sentido contrário, a oferta baseia-se na estrutura e no conjunto de características, recursos e atividades existentes nos destinos, capazes de satisfazer as necessidades dos visitantes. Importa realçar que estas duas componentes se encontram interligadas, de forma dinâmica, e que o sector do turismo resulta da junção de ambas, ou seja, mesmo que sejam estudadas de formas separadas, em muitos casos, a sua complementaridade para a compreensão do sector do turismo como um todo é essencial.

É necessário realçar, por outro lado, a importância de métodos de quantificação económica do sector do turismo, através da Conta Satélite do Turismo. A partir da sua implementação, é possível quantificar a perspectiva não só da oferta, mas também da procura, em termos económicos. No âmbito da presente investigação, importa focar atenções maioritariamente na componente da oferta, através da qual é possível observar a organização dos bens e serviços relacionados com o sector do turismo em específicos (característicos e conexos) e não específicos.

A par da Conta Satélite do Turismo, é possível abordar a Classificação Económica das Atividades Portuguesas que, tal como o nome indica, é um documento fundamental onde é possível classificar, agrupar e codificação o total de unidades estatísticas produtoras de bens e serviços pertencentes a qualquer atividade económica. Como o sector do turismo é uma indústria multifacetada, ou seja, composta por um conjunto indefinido de atividades, não possui uma posição definida no âmbito da CAE. No entanto, é possível estabelecer uma ligação direta entre os códigos da CAE e todos os eixos da CST referidos anteriormente, sendo possível, dessa forma, entender qual a dimensão e abrangência de atividades económicas enquadradas no contexto nacional.

Noutra perspectiva distinta, importa realçar a relevância de um processo de planeamento eficaz, no sentido de desenvolver os destinos turísticos sem os prejudicar e sem lesar a própria população local. Um processo de planeamento deve ser levado a cabo, no sentido de desenvolver uma oferta integrada, e que satisfaça todas as necessidades dos visitantes. Apesar de constituírem dois processos complexos e em constante mudança, face a alterações

externas, o planeamento e desenvolvimento do turismo são essenciais para que se garanta o bem-estar de todos os elementos envolvidos na indústria turística.

Por outro lado, a contribuição do turismo para o desenvolvimento constitui outro aspeto relevante a ter em consideração, no âmbito da presente investigação, nomeadamente aos níveis regional e local. Em primeiro lugar, este é um conceito multifacetado (associado a questões económicas, sociais, políticas, ambientais e culturais) que se encontra em constante mudança, e é já praticamente consensual a ideia de que o turismo contribui para o desenvolvimento dos locais. Isto significa que, muitas vezes, esta indústria é vista como a solução de grande parte dos problemas de um destino e, por esse motivo, é considerada um instrumento de estruturação de países desenvolvidos e um símbolo de modernidade de países em desenvolvimento.

Desta forma, importa salientar a importância do sector do turismo para o desenvolvimento eficaz dos destinos, não só em termos económicos, mas também no que diz respeito a aspetos socioculturais, políticos e ambientais. É necessário destacar o importante papel do turismo para o desenvolvimento aos níveis regional e local, dado que é nestes que se sentem, efetivamente, os impactos (positivos e negativos) que podem ser gerados: económicos, sociais e ambientais.

CAPÍTULO 2. SECTOR PÚBLICO E TURISMO

2.1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo introduz a temática mais relevante e central da presente investigação, relacionada com a intervenção do sector público no turismo e com um conjunto de aspetos que lhe estão associados. Em primeiro lugar, apresenta-se um **enquadramento geral sobre o sector público**, a necessidade da sua intervenção no seio da atividade turística e a importância de todas as suas ações.

Todo o conjunto de **funções desempenhadas pelo sector público** relativamente ao desenvolvimento da indústria turística nos destinos é imprescindível e, por essa razão, salientam-se algumas das perspetivas mais significativas no que diz respeito a esta questão, no sentido de ser possível realizar uma sistematização das principais atividades e funcionalidades de todas as entidades governamentais.

Por outro lado, a secção seguinte destaca outro aspeto expressivo, que se prende com os **diferentes níveis de intervenção** do sector público no turismo – nacional, regional e local. Existem diferenças entre cada nível da hierarquia, dado que as medidas e os processos de tomada de decisão variam de forma considerável do maior para o menor (as funções ao nível nacional são mais generalizadas, ao passo que, ao nível local, se observam os impactos resultantes da intervenção do sector público). No seio da presente investigação, importa destacar **os níveis regional e local**, dado que é sobre este que incide a análise empírica.

As **políticas públicas de turismo**, bem como os níveis em que estas são implementadas, são outro aspeto a ter em consideração neste capítulo. Destacam-se perspetivas de diversos autores, com o intuito de ser possível estabelecer comparações e retirar conclusões válidas. Importa salientar que as políticas de turismo englobam políticas de outras indústrias, dada a complexidade da indústria em análise, e, por isso, importa perceber de que forma é que estas se organizam, quais as suas principais características e implicações para o desenvolvimento do turismo nos locais.

Por último, **o investimento em turismo, por parte do sector público**, é uma questão fundamental não só pelo facto de dar continuidade a toda a informação exposta ao longo do capítulo, mas também porque é sobre esta temática que incide a análise empírica da presente investigação. Apresentam-se, desta forma, assuntos relacionados com a importância do investimento por parte do sector público, sendo atribuída grande relevância à construção das infraestruturas básicas que constituem a “alavanca” para o desenvolvimento de todas as superestruturas capazes de receber e fixar os visitantes nos locais.

2.2 IMPORTÂNCIA DA INTERVENÇÃO DO SECTOR PÚBLICO NO TURISMO

The great complexity of tourism, of the industry and of its products, calls for coordination and cooperation, which arguably only governments have the authority and apparatus to organize". (Jeffries, 2001, p.108).

Para Elliott (1997), o sector público engloba não só todo o leque de organizações públicas de todos os ministérios e departamentos do governo, mas também a todas as empresas governamentais e departamentos que lhe pertencem. Este sector é caracterizado pela sua diversidade e complexidade, onde é possível observar ligações e relações complexas entre um vasto conjunto de organizações e as mais diversas atividades.

Veal (2002) defende que o governo é responsável pela sociedade em geral e por determinadas organizações, respeitando sempre um quadro legislativo. O governo, juntamente com uma infinidade de agências e um sistema judicial independente, compõem o sector público, e possuem funções de defesa nacional, lei e ordem, gestão de falhas de mercado, entre muitas outras questões. Desta forma, é possível afirmar que, de um modo geral, o sector público engloba todas as atividades económicas de qualquer natureza, exercidas por entidades públicas ou, por outras palavras, corresponde a todas as entidades controladas pelo poder político.

O sector do turismo desempenha um papel importante na economia de muitos países, oferecendo oportunidades de emprego, contribuindo para a balança de pagamentos e estimulando o crescimento económico. Pelos referidos motivos, muitos governos mostram, cada vez mais, o seu interesse pelo desenvolvimento do turismo, e quanto mais um país se envolve no incremento desta atividade, maior atenção é prestada por parte do sector público (Costa, 2012; Holloway, 1994).

Para Elliott (1997), o sector público constitui uma realidade da indústria turística. Por esse motivo, o turismo não conseguiria sobreviver sem a intervenção das entidades governamentais, dado que só estas últimas conseguem garantir estabilidade política, segurança e um quadro legal e financeiro adequado para o bom funcionamento da atividade turística.

Na sequência do que foi referido, Veal (2002) defende que as áreas "nucleares e substanciais" da indústria turística são de domínio público, e incluem parques urbanos e nacionais, muitas infraestruturas para a prática de desportos e realização de eventos, instalações e organizações artísticas, promoção do turismo e conservação do património natural e cultural. Isto significa que serviços essenciais e infraestruturas básicas para o desenvolvimento do turismo dependem da intervenção do sector público (Elliott, 1997). Costa (1996) complementa a

informação anterior observando que as organizações do sector público representam uma parte significativa da indústria turística, e, por esse motivo, são estas que controlam, em grande parte, a atividade.

Dredge e Jenkins (2007) vêm reforçar a importância da indústria turística para muitos países em todo o mundo, enfatizando o papel cada vez mais ativo do uso do turismo como uma ferramenta de desenvolvimento, não só em termos internacionais, mas também nacionais, regionais e locais. Shone e Memon (2008) defendem que o turismo é utilizado como um mecanismo através do qual os governos são capazes de abordar uma variedade de objetivos de desenvolvimento.

As responsabilidades do sector público no turismo foram reinventadas durante os anos 80 e 90, e todos os níveis de intervenção (nacional, regional e local) possuem diversos papéis relacionados com este sector. A indústria do turismo não conseguiria sobreviver sem a intervenção do governo, pelo facto de este último possuir o poder e a legitimidade necessários para proporcionar estabilidade política, infraestruturas, segurança, locais apropriados para o desenvolvimento do sector, os tipos de produtos e serviços a disponibilizar aos visitantes, os níveis de financiamento para iniciativas relacionadas com o turismo e todo um enquadramento legal e financeiro (Dredge e Jenkins, 2007; Elliott, 1997; Murphy e Murphy, 2004). Desta forma, Wang e Bramwell (2012) afirmam que o sector público tem o importante papel de gerir e promover o turismo, e Ruhanen (2013) acrescenta que este é o principal interveniente no processo político de desenvolvimento da indústria.

Jeffries (2001) apresenta a justificação para a intervenção “deliberada” do sector público no turismo. Por um lado, este sector possui motivos fortes para se envolver na atividade turística (resolução de questões políticas e sociais, emprego e instabilidades regionais). Murphy e Murphy (2004) complementam esta informação ao afirmarem que o envolvimento do sector público no turismo também varia consoante o âmbito e competências, o compromisso de gerir a atividade e os recursos disponíveis por parte das próprias entidades governamentais. Costa (2012) acrescenta, ainda, que quando o desenvolvimento do turismo num país se encontra numa fase inicial, o envolvimento do sector público é superior, dado que é necessário desenvolver as infraestruturas básicas e impulsionar a estruturação da oferta. Assim, é possível afirmar que a relevância da intervenção do sector público no turismo pode ser justificada pelo facto de esta atividade necessitar de regulação e coordenação com outros sectores de diferentes indústrias, funções que caracterizam os governos de muitos países, e que serão estudadas com mais pormenor nas secções seguintes.

Segundo a OMT (1998a), muitos países tendem a pensar no sector privado como sendo a principal via para todos os tipos de desenvolvimento (onde se inclui o desenvolvimento do turismo). Por outras palavras, a tendência de privatizar funções que eram desempenhadas pelo sector público, anteriormente, tem vindo a afetar a natureza do seu envolvimento ao

longo do tempo (Hall e Jenkins, 1995). Porém, em países onde o turismo está a desenvolver-se, o sector público continua a desempenhar um papel fundamental no que diz respeito à coordenação e gestão do sector do turismo.

Ao contrário do sector privado, o sector público é composto por entidades governamentais de várias escalas geográficas e está relacionado com o turismo por razões **económicas, políticas, sociais e ambientais**¹¹ (Hall e Page, 2002). Elliott (1997) defende, ainda, que o papel do sector público no turismo é crucial, visto que é este que disponibiliza as orientações políticas necessárias para a prática do turismo e, para além disso, oferece o ambiente, as infraestruturas e a capacidade de gestão necessários de um ponto de vista económico ou tendo em conta diferentes prismas. Neste sentido, é possível observar que este último tem vindo a envolver-se cada vez mais em questões relacionadas com o sector do turismo, dado que esta atividade é vista, em muitos casos, como um meio para desenvolver economicamente os locais (O'Brien, 2010). Posto isto, é possível afirmar que o sector público pode ser visto como um *“facilitador do desenvolvimento”* (OMT, 1998a, p.98).

A forma como os governos usam o seu poder e idealizam e implementam as suas políticas depende de vários fatores, que incluem a cultura política, questões socioeconómicas, o panorama ambiental, os detentores/agentes de poder político e económico e, também, a própria perceção que possuem do turismo na economia e na sociedade (Devine e Devine, 2011; Elliott, 1997; Hall, 2008; Kerr, 2003). Briedenhann (2007) complementa esta informação referindo que a intervenção do governo no turismo, tal como acontece noutras indústrias, depende da filosofia política em vigor em cada destino. O mesmo autor afirma que apenas o governo é capaz de atribuir incentivos no sentido de encorajar o investimento e gerar emprego, ou, por outro lado, apoiar novos negócios relacionados com o turismo. O suporte de marketing realizado pelo sector público é igualmente importante, bem como a disponibilização de oportunidades de educação, formação e programas de sensibilização e ações para melhorar a qualidade e disponibilização de formação no sector do turismo.

Elliott (1997) enfatiza a questão anterior ao referir que os governos possuem diferentes tipos de poder, dependendo dos destinos onde a cultura política e a perceção relativamente ao turismo podem ser distintos. Bramwell (2011) vai ao encontro dessa informação, defendendo que o estado nem sempre promove a democracia, a elaboração eficiente de políticas, resultados equitativos ou objetivos sustentáveis. No entanto, a sua influência é significativa, por variadas razões como, por exemplo, o facto de desenvolver esforços no sentido de garantir o bem-estar da população. Wearing e Neil (2009) afirmam que a natureza multidisciplinar do

¹¹ Por **razões económicas** entendem-se melhorias na balança de pagamentos, atracção de investimento externo, aumento dos níveis de rendimento e emprego. As **razões políticas** incluem o controlo do processo de desenvolvimento associado ao turismo, a proteção do interesse público e das minorias e o apoio a diferentes ideologias políticas. **Questões sociais** estão associadas ao bem-estar de todos os indivíduos, proteção de costumes, tradições, recursos e património, promoção da cultura de uma região. Por último, **assuntos ambientais** integram a administração dos recursos turísticos e o desenvolvimento sustentável.

turismo faz do governo e das restantes entidades públicas os únicos capazes de coordenarem os seus esforços, no sentido de elaborarem políticas sustentáveis de turismo, não só a nível nacional, mas também regional e local.

Jessop (2008) defende que o sector público tende a dar prioridade a questões económicas, no sentido de produzir riqueza. A intervenção nesse campo pode incluir os direitos legais de propriedade individual e o marketing com o propósito de atrair visitantes para os locais. Porém, quando a prioridade é dada a questões relacionadas com o crescimento económico através do turismo, os recursos ambientais e socioculturais podem ser negligenciados e ignorados. Por outro lado, é também importante garantir a segurança das comunidades locais no sentido de obter apoio por parte das mesmas e, assim, evitar conflitos entre diferentes grupos, indivíduos e organizações.

Para além de disponibilizar as infraestruturas básicas e essenciais para a prática da atividade turística, o sector público é responsável pela criação de um quadro legal onde a indústria opera (OMT, 1996). No mesmo seguimento, Kerr (2003) afirma que os governos são fundamentais para o turismo no mundo moderno. Embora haja ocasiões em que estes são desprovidos de fundamentos, têm falta de imaginação, não cooperam ou se encontram mais preocupados com outros sectores, a indústria não poderia sobreviver sem a sua intervenção.

Uma das razões mais apontadas para a intervenção do sector público no turismo prende-se com questões económicas. Elliott (1997, p.29) declara que os governos mostraram, desde sempre, o seu interesse pelo turismo, maioritariamente por **razões económicas**, ou seja, no sentido de beneficiarem as suas economias com base no turismo. No seguimento desta afirmação, Shaw, Greenwood e Williams (1988), citados por Devine e Devine (2011), identificaram um conjunto de **fatores económicos** que justificam o envolvimento do sector público no turismo: melhoria na balança de pagamentos; fomento do desenvolvimento regional; diversificação da economia nacional; aumento das receitas públicas; aumento dos níveis de rendimento e criação de emprego. Murphy e Murphy (2004) partilham da mesma opinião que os autores anteriores, acrescentando a grande atratividade de investidores estrangeiros. Ruhanen (2013) sustenta a informação anterior, referindo que o grande desafio para o governo, a todos os níveis, passa pelo seu encorajamento no sentido de pensar no turismo como um meio de desenvolvimento e crescimento económico. Assim, o governo tem vindo a assumir responsabilidades acrescidas e, como consequência, maior envolvimento no processo de planeamento e desenvolvimento dos destinos turísticos.

Tal como já foi referido anteriormente, é o governo que controla a indústria turística através de ministérios e outras instituições, leis, e vários programas e iniciativas de financiamento (Elliott, 1997) e as razões da sua intervenção são sociais, ambientais, económicas e políticas (Nyaupane e Timothy, 2010; Wanhill, 1987). Nunkoo e Smith (2013) complementam esta afirmação, ao acrescentarem que alguns efeitos negativos do turismo e a relutância de

algumas comunidades locais relativamente a esta atividade fizeram com que as funções do governo se estendessem para além da económica, à qual se juntaram preocupações ambientais e sociais. Por exemplo, Simão (2009), citando Swarbrooke (1999), afirma que o sector público possui características únicas, no sentido de desenvolver práticas de turismo sustentável, como a representação de toda a população, a imparcialidade e equidistância de diversos interesses, e o desenvolvimento de uma visão de longo-prazo.

Segundo a perspetiva de Costa (2012), o envolvimento do sector público no turismo pode estar relacionado com diversos fatores e, citando Pearce (1989), “os governos interessam-se pelo turismo sobretudo devido aos vários benefícios que podem advir deste setor para os países em questão”. Desta forma, é possível concluir que os principais fatores que levam à intervenção do sector público no turismo são **económicos, socioculturais, ambientais e políticos** (Costa, 2012) e, por outro lado, as entidades do sector público que estão a cargo do turismo organizam-se em diversas áreas, tais como **planeamento e desenvolvimento, serviços de marketing, estatísticas e investigação** e, por último, **educação e formação** (OMT, 1998a, p.13).

2.2.1 FUNÇÕES DO SECTOR PÚBLICO NO TURISMO

The functions of the state will affect tourism planning, policy and development to different degrees. (Hall, 2008, p.64).

O sector do turismo é, muitas vezes, considerado uma atividade maioritariamente privada. Porém, governos da maioria dos países desenvolvidos têm vindo a considerar o turismo uma ferramenta de desenvolvimento económico desde a década de 60 e têm vindo a trabalhar no sentido de incrementar cada vez mais os benefícios que podem advir desta indústria (Hall, 2008). No seguimento do que acabou de ser referido, Breda (2001) explica que, em meados da década de 60, os governos começaram a sentir-se forçados a avançar com a construção de infraestruturas, dada a crescente procura pelas viagens, ou seja, para além de gastos com transportes, seguiram-se investimentos para ajudar a compensar a falta dos mesmos por parte do sector privado, e para questões de educação e formação dos recursos humanos. Seguiram-se questões de controlo de preços, taxas, e, assim, foi possível observar uma posição cada vez mais intervencionista por parte do sector público no turismo.

Durante as últimas décadas, têm-se verificado mudanças na evolução dos objetivos dos governos relativamente ao sector do turismo e, conseqüentemente, a sua intervenção também tem vindo a adaptar-se (Breda, 2001). Por essa razão, muitos autores têm prestado atenção a questões relacionadas com o papel do sector público no turismo, bem como a posição (ativa, passiva ou intermédia) que este ocupa no desenvolvimento do turismo, tal como será possível entender ao longo da presente secção.

Segundo Hall (2008, p.163), são **oito** as principais funções do sector público no sentido de desenvolver o turismo: **(i) Coordenação; (ii) Planeamento; (iii) Legislação e regulação; (iv) Empreendedorismo; (v) Estímulo; (vi) Promoção; (vii) Turismo social; (viii) Papel mais amplo de proteção de interesses.** É possível, assim, identificar um grande número de responsabilidades do sector público associadas ao desenvolvimento do turismo, mesmo que possam variar de país para país. A perspetiva deste autor relativamente às diversas formas de intervenção do sector público no turismo é muito abrangente e, por esse motivo, é uma das mais citadas na revisão da literatura, sendo considerada, por vezes, um modelo sobre o qual os investigadores baseiam as suas teorias. Porém, e tal como já foi referido anteriormente, existe um grande número de pesquisas realizadas por outros autores, igualmente relevantes, que serão expostas de seguida, no sentido de se estabelecerem comparações, encontrarem diferenças e para que seja possível tirar conclusões, no final da presente secção.

Para Holloway e Taylor (2006), as funções do sector público dividem-se em quatro áreas – funções de planeamento e controlo, funções de marketing, funções financeiras e, por último, funções de coordenação (p.439). Para Hall (2005), as principais funções do governo prendem-se com a formação/construção do panorama económico da indústria, a oferta das infraestruturas e educação necessárias, a criação do quadro regulamentar no qual as empresas operam e, por último, a promoção e o marketing.

A OMT (1998a) considera que, habitualmente, os papéis do sector público no que toca ao desenvolvimento do turismo passam pela política, planeamento e investigação; disponibilização de infraestruturas básicas; desenvolvimento de determinadas atrações turísticas; definição e gestão de instalações turísticas e padrões de serviço; administração do uso do solo e de regras de proteção ambiental; estabelecimento de normas e incentivos à educação e formação; manutenção da saúde e segurança públicas; e, por último, funções de marketing.

Tendo em conta a perspetiva da OCDE (2012), os governos envolvem-se no turismo e atuam de diversas formas, tais como segurança fronteiriça, regulação de alguns mercados (como a aviação), controlo ou gestão de atrações turísticas e financiamento para o desenvolvimento de estradas e outras infraestruturas. Se o sector público e a indústria não trabalharem eficazmente, este sistema complexo pode não funcionar da melhor forma.

Segundo a perspetiva de Zhang, Chong e Ap (1999) as atividades e funções do sector público podem agrupar-se em 6 áreas distintas: operador, regulador, estimulador de investimento, promotor, coordenador e educador. Cooper e Flehr (2006) enumeram algumas das funções que o governo desempenha, geralmente, com o intuito de desenvolver o turismo, sendo que este pode estar associado ao investimento direto de um projeto, pode estar relacionado com parcerias com empresas privadas, pode participar na definição de taxas de viagem e de outras concessões, pode disponibilizar infraestruturas, entre outras.

Simão e Partidário (2012) referem que o sector público desempenha um papel importante no desenvolvimento do turismo, possuindo a capacidade de influenciar esta atividade de várias formas: promovendo e apoiando a construção de infraestruturas, regulando e legislando, promovendo e planeando, mostrando conhecimento, criando incentivos ao investimento, preservando o património histórico e cultural e, por último, promovendo a imagem e o marketing do turismo.

Veal (2002) identifica quatro funções principais assumidas pelos governos: disponibilização de infraestruturas de oferta/promoção, suporte/apoio, regulação/controlo e proibição. Por sua vez, Alejziak (2008), citado por Qin, Wall e Liu (2011), identificou um conjunto de tarefas e competências do sector público relativamente ao turismo: regulação, planeamento, investigação, subsídios, gestão, educação e formação, apoio ao consumidor, turismo social, transportes, promoção, gestão de eventos e receção de visitantes.

Vlami, Zacharatos e Tsamos (2006) defendem que a função mais importante do governo no que toca a questões relacionadas com o sector do turismo é a de coordenação, justificando que a formulação de uma política de turismo bem-sucedida requer uma combinação eficaz de todas as outras funções do estado (planeamento, conservação, legislação, regulação, simulação e financiamento). Por outras palavras, a coordenação trata-se do processo de comunicação de informação a todos os agentes envolvidos no processo de elaboração da política de turismo e do modo de lidar com o esforço por parte de todos os agentes no processo de tomada de decisão.

Tendo em conta todas as perspetivas apresentadas, para que seja possível desenvolver o turismo em determinados países, os governos devem garantir a existência e oferta de um conjunto de infraestruturas básicas, tais como estradas, caminhos-de-ferro, aeroportos, entre outras, isto é, torna-se necessário que o sector público intervenha e assegure a construção de todos os serviços públicos adequados para que, posteriormente, o sector privado possa investir nas **superestruturas** necessárias associadas ao turismo, tais como hotéis, restaurantes, entretenimento, atrações turísticas e outras atividades que atraem os visitantes (Holloway, 1994). Assim, o sector público está diretamente relacionado com o desenvolvimento da atividade turística nos destinos e deve cooperar com os produtores do sector privado, que disponibilizam os diferentes componentes do produto turístico.

Hall (2005) destaca a importância de um aumento no envolvimento do sector público em questões de desenvolvimento regional, regulação ambiental e marketing e, por outro lado, uma redução da intervenção no que toca à oferta de infraestruturas turísticas. Para além disso, o mesmo autor enfatiza a relevância do desenvolvimento de parcerias público-privadas. Assim, e em jeito de conclusão, é possível identificar um conjunto de funções gerais que estão associadas à intervenção do sector público no turismo: **o planeamento, a política e regulação,**

a disponibilização de infraestruturas, a promoção e investigação, a educação e formação, o marketing e a coordenação.

2.2.2 DIFERENTES NÍVEIS DE INTERVENÇÃO DO SECTOR PÚBLICO NO TURISMO

Cooper e Flehr (2006) enfatizam a participação dos governos em diferentes níveis de intervenção – **nacional, regional e local** –, embora determinadas atividades ocorram mais em certos níveis do que noutros. Porém, todas as entidades públicas, a todos os níveis, são importantes, num contexto de empreendedorismo e investimento. O mesmo acontece com a intervenção do governo no sector do turismo, como será possível entender nesta secção.

O sector público intervém e estimula o turismo através de uma estrutura governamental complexa e vertical, onde é possível visualizar diferentes níveis hierárquicos: no topo, o **nacional**, e na base, o **local**. No entanto, é necessário ter em atenção que esta estrutura não significa que existe maior concentração de poder e influência num nível, em detrimento dos outros, no que diz respeito ao desenvolvimento de políticas para o sector (Jeffries, 2001, p.114).

At the national level policies and guidelines will be clearly established. At the other levels they will be interpreted and tested against the opportunities and constraints locally perceived. (Doswell, 1997).

Desta forma, a intervenção do governo pode ser estudada através de características espaciais, dado que as atividades desempenhadas diferem consoante as escalas espaciais, ou consoante pontos geográficos particulares. As escalas podem ser **internacionais, nacionais, regionais ou locais**, e as atividades são ajustadas ou reorganizadas no sentido de evitar contradições, linhas de conflito e crises na sociedade (Bramwell, 2011). Church (2004) acrescenta que as “fronteiras funcionais” entre os diferentes níveis têm vindo a tornar-se mais ténues, sendo que algumas atividades anteriormente pertencentes a níveis superiores são, atualmente, dispersas para outras escalas hierárquicas.

No entanto, de acordo com Inskip (1991), o sector público deve assumir inteira responsabilidade no que diz respeito ao desenvolvimento de políticas e planeamento, à criação e manutenção das instalações e serviços, a aspetos de marketing e, cada vez mais, à qualidade ambiental das zonas turísticas, independentemente do nível de intervenção, ou seja, quer seja uma entidade ao nível nacional como ao nível local.

Elliott (1997) refere que, em cada um dos níveis de intervenção do sector público, a gestão do turismo e os poderes das entidades diferem. As atividades podem, por um lado, auxiliar o turismo através da disponibilização de serviços ou, por outro lado, assumir um papel de controlo da indústria, no sentido de garantir que os padrões de segurança relacionados com a prática de todas as suas funções se mantêm. Neste sentido, Shone e Memon (2008) defendem

que as iniciativas políticas por parte do sector público indicam uma mudança ideológica no sentido de garantir um papel do governo mais pró-ativo, com especial destaque para os níveis regional e local e para o desenvolvimento do turismo através de parcerias com o sector privado. Porém, e segundo Hall (1994), diferentes níveis de intervenção possuem diferentes conjuntos de objetivos relativamente ao desenvolvimento do turismo, ideia também suportada por Dredge e Jenkins (2003), que afirmam que, por vezes, existe alguma **sobreposição de responsabilidades** do governo entre as organizações regionais e locais, o que poderá originar algumas tensões que se perpetuam ao longo do tempo.

O sector do turismo encontra-se em constante mudança nas entidades governamentais a todos os níveis de intervenção, bem como na sua própria estrutura, intenções e objetivos. Por outras palavras, o sector público tem vindo a fazer esforços no sentido de determinar qual o seu papel em questões de planeamento em turismo, desenvolvimento, marketing e promoção, tendo sempre que lidar com questões inerentes à própria indústria ou a todo o leque de políticas públicas existentes (Jenkins, 2001, citado por Hall, 2005). Para Murphy e Murphy (2004), as entidades governamentais, a todos os níveis, centram as suas atenções nos aspetos económicos do turismo, e enfatizam a promoção da atividade. Porém, um dos seus principais papéis está associado à forma eficaz como representam a sociedade, ou seja, a sua capacidade de definir e fazer cumprir leis (onde se incluem taxas e regras de utilização do solo) no sentido de exercerem uma grande influência no desenvolvimento do turismo e na sua gestão.

Segundo a perspetiva de Smith (1989), todas as entidades do sector público, a todos os níveis de intervenção, têm vindo a adotar um papel cada vez mais ativo no que diz respeito à utilização do sector do turismo como uma ferramenta de desenvolvimento, considerando esta atividade a “panaceia” para possíveis problemas de desemprego em áreas menos desenvolvidas. A OCDE (2012) complementa a afirmação anterior referindo que todas as entidades, do nível nacional ao local, têm vindo a desempenhar um papel cada vez mais ativo no que toca à disponibilização dos serviços turísticos aos visitantes.

Tal como foi referido anteriormente, o sector do turismo tem sido adotado pelos governos como uma “força condutora”, não só a nível nacional, mas também com um olhar sobre o desenvolvimento regional. É possível observar que existem altas expectativas relacionadas com o facto de o turismo levar à diversidade das atividades económicas regionais, oferecendo novas oportunidades de negócio, criando emprego, aumentando o rendimento, facilitando o investimento e o desenvolvimento de novas infraestruturas. Desta forma, a produção da identidade de cada destino fornece uma perspetiva útil no sentido de estudar instabilidades a nível regional (Dredge e Jenkins, 2007).

Como forma de conclusão, é possível afirmar que algumas responsabilidades do sector público relativamente ao sector do turismo são partilhadas por todos os níveis, ou seja, todos podem estar envolvidos, mesmo que as políticas de um sejam predominantes (Veal, 2002). No

entanto, há determinadas funções que são mais facilmente delegadas a certos níveis, e que, embora interligadas, fazem mais sentido numa escala hierárquica.

2.2.2.1 Nível nacional

“A atuação do sector público ao nível nacional pode ser bastante abrangente e é, na maior parte dos casos, imprescindível para o sucesso da indústria turística de um país” (Breda, 2001, p.55). Representa o nível superior de intervenção e é a este nível que se definem as áreas centrais de atuação do sector público no turismo (Costa, 2012).

Veal (2002) refere que apesar de poder ser uma possível “ameaça” para os níveis inferiores, o nível nacional detém a “soberania”, ou seja, é possível afirmar que existe uma grande concentração de políticas neste nível. Segundo Costa (2012), é a este nível que se definem as áreas centrais de atuação do setor público no turismo, política e estratégia, objetivos e linhas de ação. Para além disso, é também ao nível nacional que são estudadas questões como educação e formação, financiamento, enquadramento legislativo e coordenação.

Na maior parte dos casos, as políticas e objetivos relacionados com o turismo e definidos pelo sector público, são definidos e implementados em “quadros nacionais de turismo”, e as responsabilidades, a este nível, incluem funções de planeamento e controlo, marketing, funções financeiras e de coordenação. Porém, algumas destas funções podem ser delegadas a níveis inferiores, mas sempre sob a supervisão do nível nacional, que coordena e observa todas as ações (Holloway, 1994). Segundo a perspetiva do mesmo autor, as funções que o sector público desempenha, a nível nacional, são a de planeamento e suporte do turismo, supervisão e controlo dos componentes da indústria, participação direta e exploração da atividade, promoção do país e dos produtos turísticos, apoio de interesses turísticos “chave” num momento de crise financeira.

A OMT (1998a) enumera funções que passam pela política nacional de turismo, estrutura de planeamento, acesso internacional ao país e redes de transportes dentro do mesmo, principais atrações turísticas, principais programas turísticos, facilidades e serviços, educação e formação, investimento, marketing e, por último, disponibilização de serviços de informação em todo o país.

2.2.2.2 Nível regional

A definição de políticas e estratégias, e das áreas de intervenção do setor público no turismo, não diferem muito entre o nível nacional e o nível regional. Os domínios e áreas de intervenção de ambos os níveis de planeamento são, em termos gerais, muito semelhantes, diferindo, como é natural, no âmbito territorial de incidência, no nível de abrangência dos objetivos e nas medidas e linhas de ação definidas, que se caracterizam ao nível regional por serem mais

específicas, direccionadas e operacionais, do que as definidas ao nível nacional.
(Costa, 2012, p.75)

Entre o nível superior (nacional) e o inferior (local) existe um nível intermediário da organização do turismo, designado por **regional**. Este nível constituiu, desde sempre, a “base” para o desenvolvimento do turismo, onde se abordam questões relevantes, relacionadas com o planeamento, a política de turismo, o desenvolvimento e o marketing (Dredge e Jenkins, 2007). Neste nível intermédio, o sector do turismo pode ajudar a resolver problemas de desemprego e a recuperar atividades que já perderam a sua vantagem competitiva, como por exemplo o sector da agricultura (Soukiazis e Proença, 2008).

É necessário ter em conta os benefícios da intervenção do governo a nível regional, já que é possível juntar as comunidades, as entidades locais e todos os stakeholders, criando-se, assim, coesão e consistência no mercado (Zahra, 2011). A criação de uma marca, o desenvolvimento de infraestruturas, os *lobbys*, a formação, a criação de parcerias e a implementação de políticas nacionais são exemplos de importantes funções desempenhadas pelas entidades do sector público ao nível regional, relativamente ao turismo (Jenkins, 2000).

Segundo a perspetiva de Inskeep (2001, p.35), as áreas de atuação do sector público no turismo prendem-se com a política regional; redes de transportes; tipologia e localização de atrações turísticas; instalações e serviços ao nível regional; localização de áreas de desenvolvimento turístico; quantificação, tipologia e localização do alojamento turístico; questões ambientais, socioculturais e económicas, e respetivos impactos); estratégias de marketing e promoção; estruturas organizacionais, legislação e políticas de investimento.

De acordo com a OMT (1998a), o sector público trata de assuntos como política regional de turismo, planeamento, programas turísticos regionais, acessibilidades e redes de transportes para a região, facilidades e serviços, políticas de investimento e marketing. Costa (2012) complementa a informação anteriormente exposta, assumindo a crescente relevância deste nível, pelo facto de uma região se constituir, ela própria, como um destino turístico, em muitos casos.

2.2.2.3 Nível local

Apesar de grande parte da atividade económica do turismo dizer respeito às entidades governamentais do nível nacional, as organizações ao nível local desempenham, também, um papel fundamental (Bull, 1995), uma vez que é a este nível que se criam os empregos, que se dinamizam as atividades locais e que o efeito multiplicador desta atividade se faz sentir com maior evidência, e pelo facto de ser aí que os impactos do turismo se sentem de forma direta (Costa, 2012, p.78). Estas entidades são tão importantes como as de níveis superiores, pelo facto de representarem a comunidade residente e por lidarem e afetarem as pessoas de forma direta. Para além disso, é de destacar o facto de ser ao nível local que as decisões e os planos

formulados são implementados, mesmo que tenham sido definidos por níveis superiores (Elliott, 1997, p.138).

As entidades locais têm uma importância particular no que toca à elaboração da política e planeamento dos destinos (Veal, 2002; Dredge e Jenkins, 2007). As organizações regionais de turismo, as agências de desenvolvimento económico local/regional e as agências do sector público de desenvolvimento e planeamento exercem influência, mesmo que indireta, no planeamento e política locais (Dredge e Jenkins, 2007). Porém, Hall (1994) refere que, apesar de representarem uma parte essencial da política de turismo, as entidades governamentais ao nível local têm sido algo “negligenciadas” no seio de muitas investigações, mesmo que possuam objetivos em comum com as entidades de níveis superiores, tais como questões de emprego e desenvolvimento económico.

Segundo a OMT (1998b), a intervenção das autoridades locais no turismo centrava-se, anteriormente, na promoção e no desenvolvimento “físico” da atividade turística no local, para além da disponibilização das infraestruturas básicas que acompanham o desenvolvimento urbano, a manutenção dos elementos culturais e a promoção. No entanto, tal como foi possível verificar nos níveis superiores, os papéis e funções das entidades do sector público ao nível local encontram-se em constante mudança, que vai acompanhando as evoluções dos locais.

Elliott (1997) afirma que a gestão do turismo levada a cabo pelo sector público, ao nível local, é realizada, na sua maioria, por entidades deste nível, embora estas últimas tenham que respeitar as normas e teorias de gestão dos níveis superiores. Assim, todos os níveis devem manter-se interligados, não só entre organizações públicas, mas também com o sector privado, e devem cooperar no sentido de melhorar o seu desempenho. Costa (2012) acrescenta que são as câmaras municipais que desenvolvem o turismo através de ações de promoção definidas por níveis superiores, ou através de iniciativas na área do lazer e recreio direcionadas, em alguns casos, para a comunidade local.

São as entidades locais que habitualmente assumem a responsabilidade que advém de problemas relacionados com o desenvolvimento do turismo (Aronsson, 2000; Ruhanen, 2013) e que, por outro lado, controlam a maior parte dos aspetos do planeamento e do desenvolvimento associados ao turismo (Dredge e Jenkins, 2007). Desta forma, o governo local é responsável pela preparação de declarações políticas e pelo desenvolvimento de estratégias de gestão e, por isso, é considerado um “agente-chave” no desenvolvimento e gestão da atividade turística (Godfrey, 1998, citado por Ruhanen, 2013).

Segundo Dredge e Jenkins (2007), as entidades locais possuem um conjunto de funções políticas importantes, tais como o planeamento do uso do solo, a gestão ambiental, a disponibilização de infraestruturas e o desenvolvimento económico. Para além disso,

trabalham de acordo com as políticas definidas nos níveis superiores (nacional e regional), têm em conta influências históricas, exercem papéis e responsabilidades do estado e, por último, possuem um papel em constante mudança. A disponibilização e manutenção de infraestruturas, o planeamento do uso do solo, a gestão ambiental, o planeamento e gestão de espaços abertos, a gestão da saúde e segurança públicas, o desenvolvimento económico local, a educação, formação e emprego, a promoção e marketing do turismo, o desenvolvimento das artes e da cultura, o desenvolvimento da comunidade e os serviços "humanos" são, também, referidos pelos autores. Stevenson, Airey e Miller (2008) enfatizam algumas dessas funções e acrescentam outras, tais como a promoção turística, a disponibilização de informação aos visitantes, a elaboração de políticas, a gestão e o desenvolvimento de visitantes e atrações.

Holloway (1994) afirma que a organização do turismo ao nível local é, muitas vezes, fragmentada, devido à multiplicidade de organizações existentes e aos respetivos objetivos definidos por cada uma das mesmas. No entanto, é possível destacar algumas linhas orientadoras que devem ser seguidas por todas as entidades, que passam por contabilizar o número de visitantes no local num determinado período, prever mudanças nos fluxos de visitantes, identificar oportunidades de crescimento, avaliar o impacto do turismo no emprego e rendimento locais, identificar a necessidade de conservação e preservação do território, avaliar a contribuição do turismo para o desenvolvimento local, entender possíveis impactos para o local, resultantes da prática desta atividade (parques de estacionamento, centros de informação, atrações turísticas, alojamento, restauração, entre outras infraestruturas). Porém, e segundo o mesmo autor, as autoridades locais cujo principal objetivo se prende com o desenvolvimento da atividade turística devem ter em atenção possíveis conflitos que podem surgir, dado que podem entrar em discórdia com os objetivos definidos por outras atividades e quando a competição relacionada com recursos escassos está "em jogo".

Jeffries (2001, p.132) defende que *"é ao nível local que a política de turismo é mais específica"* e onde as ações são realmente tomadas. Assim, é possível enumerar um conjunto de funções e responsabilidades que as entidades do sector público devem assumir ao nível local, tais como a disponibilização de facilidades não só aos visitantes, mas também aos residentes, o planeamento, o controlo sobre o uso do solo, a disponibilização de serviços aos visitantes, os estacionamentos, a produção de dados estatísticos relacionados com o sector do turismo no local, o marketing e a promoção, a conservação de edifícios históricos, a preservação da saúde pública e questões de segurança e, se for o caso, a gestão de aeroportos (Holloway, 1994).

Para Elliott (1997, p.139), as responsabilidades do sector público ao nível local vão para além de questões legais ou económicas, ou seja, incluem outros assuntos tais como o bem-estar da população, boas relações entre visitantes e residentes, aspetos culturais e conservação do ambiente natural e construído. Para além disso, o mesmo autor foca funções de disponibilização de serviços básicos, infraestruturas e segurança. Costa (2004) define áreas como cultura e património; lazer e recreio; qualidade de vida das populações; fontes de

receitas e de emprego alternativas; sustentabilidade; gestão, inovação e organização de recursos; licenciamento e financiamento como principais políticas e domínios de atuação dos municípios portugueses no turismo. Ateljevic e Doorne (2000) defendem o papel promocional e o desenvolvimento de produtos enquadrados em programas que primam pela qualidade.

De acordo com a OMT (1998a), é ao nível local que o sector público implementa planos de turismo de níveis superiores (planos mais abrangentes), define estratégias de planeamento urbano e gere a utilização do solo para facilidades e atrações turísticas. Para além disso, é a este nível que se desenvolvem programas turísticos específicos como ecoturismo e turismo rural, programas de educação e formação, disponibilização de informações turísticas e outras funções de gestão da atividade. Por último, é de destacar a perspetiva de Costa (2012), que definiu quatro grandes funções do sector público ao nível local: (i) **áreas de recreio e lazer**; (ii) **sistema local de transportes**; (iii) **infraestruturas e equipamentos de base**; e (iv) **higiene e segurança pública**.

Por último, torna-se importante focar os interesses das **comunidades residentes** ao nível local. Para além de deterem maior responsabilidade no que diz respeito à vitalidade económica do local, as entidades governamentais devem ter sempre em atenção a qualidade de vida dos residentes (Hall, 1994; Veal, 2002). Como complemento, Elliott (1997) afirma que é importante que o sector público tenha em atenção (e que assuma como uma das suas principais prioridades) o interesse público, pelo facto de serem os residentes aqueles que sofrem os impactos do turismo de forma direta, tendo que viver com estes de forma permanente. Desta forma, e segundo o mesmo autor, as entidades do sector público ao nível local são importantes, muito pelo facto de representarem as pessoas que são afetadas pelo turismo e pelas suas políticas, ou seja, estas organizações devem servir de “ponte” entre a indústria e os cidadãos.

2.3 POLÍTICA PÚBLICA DE TURISMO

Policy is the same thing to a government as values are to an individual.
(Doswell, 1997).

Segundo a perspetiva de Dredge e Jenkins (2007), a política, por si só, pode definir-se como uma posição, uma estratégia, uma ação ou um produto adotado pelos governos, e que surge a partir da discussão de diferentes ideias, valores e interesses. É um conjunto de linhas orientadoras que indicam o caminho, e é composta por estratégias que especificam as ações necessárias à sua implementação (Doswell, 1997). Para Veal (2002), a política diz respeito aos princípios e objetivos das entidades governamentais.

Majone (1981), citado por Hall (2011), descreve política como uma teoria, ou seja, um conjunto de conclusões no sentido de definir uma hipótese, e Dredge e Jenkins (2007) definem implementação de políticas como *“o processo através do qual as ideias e os planos são postos em prática”*. Este termo reflete uma crescente ênfase na construção social, nas interações entre atores e entidades e, por último, nos valores adotados no processo de elaboração dessas mesmas políticas. Hall (2008) acrescenta que a política é o resultado dos objetivos definidos no processo de planeamento, dado que é elaborada no sentido de os implementar.

Pfarr (2005) afirma que não existe um consenso universalmente aceite relativamente ao termo "política pública". Porém, apesar de uma grande diversidade e complexidade, existe uma base comum. É consensual que se trata de decisões tomadas pelo governo, ou seja, o que o este decide ou não fazer (Dye, 1992, citado por Hall, 2008), e a elaboração da política pública é um processo formado por um conjunto ou rede complexa de atores. Liu (2006), citado por Mei, Arcodia e Ruhanen (2012), define política pública como uma série de princípios normativos determinados pelo governo, com o objetivo de desenvolver um fenómeno social.

Desta forma, e segundo o que foi referido anteriormente, para ser considerada pública, a política deve ser processada, ou pelo menos autorizada e aprovada por entidades públicas (Hall e Jenkins, 1995), isto é, a política pública é o foco principal da atividade dos governos (Hall, 2008).

Dye (1992), citado por Hall (2008), defende a relevância do estudo da política de turismo, destacando a importância da compreensão das causas e consequências das decisões políticas e o aumento do conhecimento sobre a sociedade, as razões profissionais e, por último, os motivos políticos, no sentido de entender se as políticas são implementadas de forma correta, com o intuito de se atingirem determinadas metas. Para Liu, Tzeng e Lee (2012), a política pública envolve, também, a implementação de políticas em benefício do público/da sociedade, ou seja, inclui questões que permitem beneficiar o interesse público.

A política pública é influenciada pelos conjuntos de valores do respetivo local e, por outro lado, por questões de natureza política. Para além disso, é possível acrescentar a importância de características económicas, sociais e culturais da própria sociedade, questões ambientais e institucionais (Veal, 2002; Hall, 2008).

Hall (1994) considera que a investigação relacionada com as políticas públicas é considerada *“problemática”*, dada a complexidade que lhe é inerente, especialmente pelo facto de ser um processo com uma natureza temporal, ou seja, que vai sofrendo mudanças ao longo do tempo, influenciado por diversos fatores. No entanto, e segundo Dredge e Jenkins (2007, p.6), a política pública *“é, por natureza, uma questão política e envolve compromisso entre diferentes problemas e decisões relacionados com a forma como a gestão de alguns recursos – especialmente os escassos – é levada a cabo”*.

Apesar de alguns académicos se terem dedicado à investigação das várias dimensões políticas do turismo desde o final dos anos 80 e o princípio dos anos 90 (que constituem a década mais importante no que toca à formulação de políticas de turismo), a literatura existente relativamente a esta temática é ainda relativamente escassa e, por essa razão, necessita urgentemente de estudos relacionados com as políticas públicas para o sector (Pforr, 2005; Dredge e Jenkins, 2007; Hall, 2008; Goeldner e Ritchie, 2009; O'Brien, 2010).

Foi a partir das duas últimas décadas que o turismo começou a ser visto como um assunto de grande importância para os governos de muitos países, sendo um sector entendido como **multisectorial**, ou seja, influenciado por várias políticas de outras áreas (Bull, 1995; Pforr, 2005). Este "mix de políticas" torna difícil a criação de fronteiras e, talvez por essa razão, a criação de uma política pública de turismo tenha sido ignorada durante muito tempo (Pforr, 2005).

No entanto, e segundo Hall (1994), apesar de toda a complexidade que caracteriza a política de turismo, não deve ser esquecida a sua investigação. Assim, a política pública de turismo pode ser definida como o conjunto de decisões que os governos podem ou não tomar, relativamente a este sector (Hall e Jenkins, 1995). Tendo em conta a perspectiva de Goeldner e Ritchie (2009, p.414), a política de turismo é "o conjunto de normas, leis, linhas de orientação, diretivas e objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção disponibilizados num quadro dentro do qual são tomadas decisões individuais e coletivas que afetam o desenvolvimento do turismo a longo-prazo, assim como as decisões tomadas no destino, no dia-a-dia". Na mesma linha de pensamento, Dredge e Jenkins (2011) defendem que a política de turismo é o resultado de pensamentos, ideias, ações e colaboração por parte de diversos atores, agências e instituições.

Davidson e Maitland (1997) assumem que nem todos os países se interessam da mesma forma pelo turismo, e esse interesse reflete, em grande parte, a importância atual ou potencial desta indústria na economia. Como consequência, se o sector do turismo não for relevante para um determinado país, é provável que não exista uma política de turismo bem definida para o mesmo. No entanto, Hall (2005) considera que o facto de o turismo ser algo positivo é um consentimento quase universal, por parte dos governos e, por essa razão, a maioria das políticas de turismo têm vindo a ser elaboradas no sentido de expandir esta indústria e todas as atividades que lhe estão associadas.

Goeldner e Ritchie (2009) justificam a importância da definição de uma política de turismo, dado que engloba áreas como as normas através das quais todos os stakeholders se devem orientar; as atividades e comportamentos aceitáveis dos visitantes; as estratégias e objetivos dos destinos; a estrutura e o papel dos sectores público e privado, bem como a sua influência no sector do turismo e na sociedade em geral; as interações da indústria com outros sectores

da economia. No fundo, para estes autores, a política de turismo “*define as regras do jogo*” (p.415).

Cada governo deve elaborar e implementar a sua própria política de turismo, não só a nível nacional, mas também local (Wanhill, 1987). Halkier (2010) acrescenta que o principal desafio da política de turismo gira em torno da questão da coordenação das atividades desempenhadas por todos os stakeholders do sector do turismo. Isto significa que a política de turismo procura assegurar que os visitantes são recebidos de forma a maximizar os benefícios de todos os stakeholders, pretendendo, em simultâneo, minimizar efeitos negativos e custos. Por outras palavras, a política de turismo tem como objetivo a disponibilização de experiências de alta qualidade aos seus visitantes, tendo em vista o lucro, e em benefício de todos os grupos de interesse (Goeldner e Ritchie, 2009).

No entanto, e tendo em conta que o turismo se relaciona com muitos outros sectores, Dredge e Jenkins (2007) afirmam que a política pública desta atividade é de interesse não só para os *stakeholders* do sector, mas também para entidades governamentais, estudantes e investigadores das mais variadas áreas disciplinares. Inclui tópicos relacionados com a história do turismo e das suas organizações, o papel do sector público no processo de elaboração da política, a participação pública nos processos de planeamento, a liderança, as comparações entre políticas de diferentes locais, entre muitos outros.

Wang e Ap (2013) complementam a informação anterior ao defenderem que a compreensão do processo de elaboração e implementação das políticas de turismo é importante, dada a natureza multifacetada deste sector e a complexidade das relações interorganizacionais. Importa, também, salientar a perspetiva de Cheong e Miller (2000), que destacam o facto de as políticas de turismo se encontrarem, muitas vezes, relacionadas com (ou subordinadas a) outras políticas mais generalizadas, o que pode impedir o desenvolvimento eficaz e sustentável do sector e, por outro lado, “enfraquecer” a representação dos diferentes stakeholders em cada destino. De acordo com Beeton (1999), citado por Briedenhann (2007), as políticas do sector público relativas aos transportes, ao uso do solo, à conservação do património e à gestão da água e de outros recursos, exercem influência no sector do turismo e, por isso, as decisões tomadas em qualquer área podem entrar em conflito com outras. Porém, esse sem número de políticas mais abrangentes, controladas pelos governos, pode também exercer um efeito significativo no que toca ao sucesso do turismo e dos destinos turísticos, em questões de atratividade, competitividade e sustentabilidade (Goeldner e Ritchie, 2009, pg. 420). Assim, é possível concluir que a falta de coordenação entre as várias entidades pode enfraquecer a eficácia das políticas tomadas para monitorizar e controlar os impactos negativos do desenvolvimento do turismo, tal como refere Elliot (1997), mas, por outro lado, uma boa comunicação entre diferentes sectores pode beneficiar o seu desempenho e maximizar os efeitos positivos.

Farsari, Butler & Szivas (2011) definem o processo de elaboração da política de turismo como um fenómeno complexo que envolve vários atores e instituições, no sentido de existir uma negociação relacionada com a distribuição do poder e com a complexidade organizacional. No mesmo sentido, Mei, Arcodia e Ruhanen (2012) afirmam que a política de turismo é uma relevante área de estudos, dada a sua importância teórica e prática e, segundo Wang e Ap (2013), a implementação dessa política pode ser influenciada por quatro fatores distintos: o macro ambiente, acordos institucionais, coordenação e relações interorganizacionais e, por último, grupos de interesse.

Tendo em conta a perspectiva de Pforr (2005), para que seja possível entender o fenómeno turístico nas suas dimensões políticas, é fundamental desenvolver um entendimento do ambiente de cada local. Assim, a interação complexa das características, funções e recursos do sistema político, os desenvolvimentos históricos e constitucionais, a estrutura económica, os fatores demográficos e socioculturais e o cenário geográfico são vistos como determinantes essenciais para o processo de desenvolvimento da política de turismo.

A OCDE (2012) indica que o desenvolvimento de uma política de turismo eficaz constitui um desafio por vários motivos. Em primeiro lugar, esta atividade corresponde a uma indústria “aberta” que está constantemente sujeita a transformações de ordem política, social, ambiental e tecnológica, às quais deve dar resposta. Pelo facto de possuir uma natureza fragmentada, é necessária coordenação por parte do governo (a todos os níveis), e em todas as empresas do sector privado.

Fayos-Solá (1996) refere que os conteúdos das políticas de turismo têm variado de forma substancial ao longo dos anos, e o foco dos objetivos e instrumentos de política de turismo tem vindo a mudar, progressivamente, de uma teoria que visava a maximização do número de visitantes, para a criação das condições necessárias à competitividade das empresas ligadas ao turismo e aos próprios destinos. Por outras palavras, e segundo o referido autor, a indústria do turismo encontra-se em constante mudança, sendo possível destacar a transição do turismo de massas para a segmentação de mercado, o uso de novas tecnologias, a diferenciação do produto e a adoção de novas práticas de gestão. Todos esses aspetos levam, conseqüentemente, à implementação de diferentes abordagens e conteúdos nas políticas de turismo levadas a cabo pelo governo. Hall e Jenkins (2004) complementam esta informação defendendo que as políticas públicas de turismo se encontram incluídas num processo dinâmico e contínuo, e é cada vez mais evidente o esforço, por parte dos governos, de se compreender esta indústria, os seus impactos e tendências futuras, e as suas formas de intervenção.

Outra questão de grande relevância prende-se com o **âmbito** das políticas públicas de turismo, ou seja, as características, áreas de intervenção e questões a ter em conta no processo de elaboração dessas políticas. Vários autores defendem que as políticas públicas centradas no

desenvolvimento dos destinos se focavam, tradicionalmente, na atração de visitantes através de atividades promocionais (Church, 2004; Henriksen e Halkier, 2009; Fayos-Solá, 1996). Porém, e como será possível observar de seguida, as políticas de turismo são muito mais abrangentes, e incluem variadas áreas de intervenção.

Beaumont e Dredge (2010) consideram que também se devem englobar questões como a sustentabilidade, o bem-estar da comunidade, a coesão social e a redução da pobreza. A incorporação destes temas na política do turismo é resultado da forma como todos os atores interagem e trabalham em conjunto, e da forma como diferentes interesses, ideias, valores e conhecimento são discutidos e negociados.

Veal (2002) considera que a política pública de turismo engloba questões relacionadas com os impactos positivos (maioritariamente económicos, tais como a criação de emprego e o aumento do rendimento) e os impactos negativos (questões ambientais) observados nesta atividade. Por outro lado, a elaboração de políticas deve lidar com dois objetivos que são, de certa forma, contraditórios: maximizar o número de visitantes e respetivos gastos turísticos, e minimizar os impactos ambientais no destino. Não obstante do que foi referido anteriormente, Edgell (1999), citado por Kerr (2003), defende que se as políticas de turismo forem bem concebidas, beneficiarão os consumidores (visitantes), o governo/sector público, o sector privado e toda a comunidade no geral.

2.3.1 NÍVEIS DE INTERVENÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO

Fazenda et. al (2008) afirmam que no âmbito da elaboração, desenvolvimento e implementação de políticas públicas relacionadas com o desenvolvimento do turismo, é possível definir **três níveis de intervenção e organização turística** – nacional, regional e local. Para que as políticas definidas nos vários níveis de intervenção sejam coerentes e consistentes, é necessária muita coordenação por parte de todas as entidades governamentais nesse sistema de integração vertical, para assegurar que as políticas são eficazes (OCDE, 2012).

Tendo em conta o que foi referido anteriormente, Murphy e Murphy (2004) realçam o facto de que diferentes níveis do sector público possuem diferentes metas e objetivos prioritários e, por este motivo, as normas e regras associadas ao sector do turismo são diversificadas. Davidson e Maitland (1997) complementam a informação anterior, afirmando que cada entidade governamental, em cada nível de intervenção, deve elaborar uma política de turismo apropriada, no sentido de evitar conflitos entre visitantes e residentes, comportamentos inadequados e ações contra a atividade turística nos destinos.

Em qualquer um dos níveis, é possível identificar “áreas-chave” das políticas de turismo, tais como desenvolvimento de produtos, segurança e proteção dos recursos e do património, marketing e promoção e outros incentivos económicos (Murphy e Murphy, 2004).

Segundo Davidson e Maitland (1997), a manifestação mais explícita, por parte do sector público, de gerir a indústria turística, passa pela definição da **Política Nacional de Turismo**. A formulação dos seus objetivos reflete, em grande parte, as prioridades políticas, económicas, ambientais e sociais dos governos, ou seja, depende de questões mais abrangentes e de objetivos mais alargados das entidades governamentais. Assim, à medida que as prioridades e as circunstâncias ao nível nacional se alteram, é possível que os objetivos das políticas de turismo também tenham que se adaptar.

Ao nível nacional, a política de turismo deve abordar áreas como a influência desta atividade no desenvolvimento socioeconómico dos destinos, taxas, financiamento, transportes e infraestruturas, regulação (linhas aéreas, agências de viagem), práticas e restrições ambientais, imagem e credibilidade da indústria, relações com a comunidade, recursos humanos e emprego, legislação, tecnologia, marketing, entre outras questões (Goeldner e Ritchie, 2009, p. 416). Segundo a perspetiva de Doswell (1997, p.24), a política nacional de turismo deve incorporar vários assuntos, como questões de sustentabilidade, emprego, empreendedorismo, investimento, conservação do património, cultura, acessibilidades, facilidades, infraestruturas turísticas, serviços e atrações, coordenação entre os sectores público e privado e disponibilização de informação relacionada com o crescimento do sector do turismo, não só internacional, mas também doméstico.

Por outro lado, Kumral e Önder (2009) acrescentam que a indústria do turismo tem vindo a ganhar cada vez mais importância no âmbito de políticas não só a nível nacional, mas também a nível **regional e local**. As novas políticas de turismo, ao contrário de algumas estratégias tradicionais, têm como principal objetivo o aumento da competitividade dos locais através do constante e cada vez maior apoio à qualidade da experiência e, por outro lado, a promoção e inovação dos serviços relacionados com o turismo.

Para Davidson e Maitland (1997), há um número considerável de diferenças entre a política de turismo ao nível nacional e políticas definidas em níveis inferiores. Nos níveis regional e local, a política de turismo dá maior ênfase às ações específicas e necessidades locais. Pearce (2001, p.351) afirma, por seu turno, que a política de turismo ao **nível local** é uma *“justaposição feliz das pessoas certas e das competências certas e de um município simpático, mais do que o resultado de estruturas e processos claros”*.

A OMT (1998a) defende que na definição de uma política cujo principal objetivo seja o de aumentar os benefícios económicos do turismo, é fundamental que se estabeleçam ligações fortes com outros setores de atividade económica, ou seja, o turismo deve aproveitar tudo o que uma área tem para oferecer, como produtos e serviços locais, tais como alimentos, materiais de construção e decoração, artes e ofícios, e serviços locais de viagens e turismo.

2.3.2 POLÍTICA E PLANEAMENTO DO TURISMO

Segundo a OMT (1998a), a gestão da atividade turística compreende um conjunto alargado de funções, sendo possível destacar a coordenação com outras agências governamentais, o estabelecimento de regras e padrões para as facilidades e serviços turísticos, marketing, educação e formação, a manutenção da vitalidade do sector, monitorização e, por último, a **política e o planeamento**.

Os conceitos “política” e “planeamento” encontram-se intimamente relacionados (Hall, 2008), devendo ser vistos como componentes integrantes de um sistema contínuo de gestão dos destinos, embora as suas definições foquem, por vezes, processos diferentes (Goeldner e Ritchie, 2009). Desta forma, é importante conseguir encontrar pontos comuns e pontos divergentes entre estes dois conceitos, num contexto turístico.

Tendo em conta a linha de pensamento de Goeldner e Ritchie (2009), a política e o planeamento lidam com o desenvolvimento das regiões e, por outro lado, ambos enfatizam as *opções estratégicas de ação/gestão*. As diferenças destacam a abrangência da formulação de políticas, em contraste com os detalhes do planeamento; o processo criativo e intelectual da política e, no lado oposto, o exercício prático e limitado do planeamento; a questão “*o que será feito?*” na formulação da política, ao contrário do planeamento, que pensa mais na perspectiva “*como será feito?*”; a visão de longo-prazo da política e o horizonte temporal mais restrito no planeamento (p.444-445).

O debate relacionado com as definições de política e planeamento mostra que a política é a “manifestação formal da posição do governo” e o processo de planeamento é o meio de desenvolvimento dessa política (Dredge e Jenkins, 2007, p.10). São conceitos que incluem questões políticas, assuntos atuais, todas as pessoas envolvidas e, também, a definição de planos de ação para resolver potenciais problemas. Veal (2002) acrescenta que o planeamento se encontra sobreposto, em grande parte, com o processo de elaboração de políticas, ou seja, é o processo através do qual são tomadas as decisões ótimas, no sentido de implementar as políticas e atingir os objetivos pretendidos.

Segundo Goeldner e Ritchie (2009), para que o sucesso da atividade turística se verifique, todos os stakeholders devem elaborar uma filosofia para o destino, bem como formular, de forma consistente, uma política, visão e estratégia. Estes elementos, por seu turno, fornecerão as indicações necessárias às diferentes iniciativas de planeamento e desenvolvimento, no sentido de garantir a qualidade de todas as experiências que o destino pode oferecer (p.20). No seguimento do que acabou de ser referido, Dredge e Jenkins (2007) referem que o planeamento é um processo que ocorre até ao momento da tomada de decisão, mesmo que não termine depois desta última, e após a adoção da política, o que significa que é um processo contínuo que contribui para o “refinamento” da política (p.10).

Tendo em conta a perspetiva de Hall (2008), o planeamento e a política de turismo devem ter em conta questões relacionadas com as **relações interorganizacionais**, dada a complexidade do envolvimento do sector público na indústria turística. Assim, é importante analisar as relações não só ao nível horizontal (no mesmo nível de intervenção), mas também ao nível vertical (entre diferentes níveis governamentais).

A relação entre os conceitos política e planeamento levou à estruturação e definição de alguns tipos de instrumentos que levam a cabo o cumprimento de determinados objetivos, por parte dos governos. É importante, desta forma, destacar a perspetiva de Hall (2008), que definiu cinco instrumentos de política e planeamento do turismo: (i) **regulatórios** – leis, licenças, direitos de propriedade; (ii) **voluntários** – informação e educação, associações voluntárias e organizações não-governamentais, assistência técnica; (iii) **despesas** – contratação, investimento, empresas públicas, monitorização, promoção; (iv) **financeiros** – fixação de preços, impostos, garantias e empréstimos, subsídios; e, por último (v) de **não intervenção** – quando o governo decide não intervir.

Tendo em conta o ponto de vista de Dredge e Jenkins (2007), são quatro os principais tipos de instrumentos de política associados ao turismo: (i) **de apoio** – planos estratégicos de turismo, projetos de demonstração, comportamento da comunidade, encorajamento ao investimento internacional; (ii) **monetários** – taxas turísticas e de alojamento; incentivos ao investimento, subsídios, licenças; (iii) de **ação governamental** – disponibilização de infraestruturas, desenvolvimento e gestão de atrações e serviços, marketing e promoção, educação, investigação; (iv) **legislativos** – zonamento, regulação da utilização do solo e dos edifícios, saúde pública, e regulação do investimento externo.

Por último, cita-se Sharma (2004), que subdivide os instrumentos de política pública em dois grandes grupos: por um lado, os instrumentos de “Procura e Receita”, que incluem o marketing e a promoção, a disponibilização de informação, a definição de preços e o controlo dos acessos; por outro lado, os instrumentos de “Oferta e Despesa”, que englobam a propriedade e controlo do território, regulamentos de construção, regulação de mercado, taxas, aspetos financeiros e de desenvolvimento, educação e formação e incentivos ao investimento.

2.4 INVESTIMENTO PÚBLICO EM TURISMO

O investimento realizado no seio do sector do turismo divide-se num alargado leque de segmentos – alojamento, restauração, transportes, atrações de lazer e recreio, serviços relacionados o suporte da indústria, educação e formação, e muitos outros. Determinados tipos de investimento são de pequena escala, e outros podem resultar de projetos multinacionais de grande complexidade. Todo o investimento no sector do turismo num determinado destino é da responsabilidade dos sectores público e privado, e as tendências e

padrões de investimento dependem da cooperação destes dois elementos, no sentido de aumentar a competitividade dos locais (OCDE, 2013).

No entanto, e no sentido de ir ao encontro das secções precedentes, importa estudar e compreender o investimento em turismo levado a cabo pelo sector público. Assim, é necessário afirmar a grande relevância deste último, dado que sem a sua intervenção, não seria possível garantir os alicerces essenciais do turismo nos destinos. Por outras palavras, é o sector público que cria as condições necessárias para o desenvolvimento das **infraestruturas** básicas para o posterior impulsionamento e construção das **superestruturas** apropriadas para receber os visitantes¹².

Em termos gerais, Krutwayshe e Bramwell (2010) reconhecem que as políticas desenvolvidas pelo sector público refletem todos os papéis a desempenhar pelo mesmo. Por outras palavras, o sector público tem em conta questões de segurança e ordem social, necessárias para o bom desempenho das diversas atividades económicas; preocupa-se com o bem-estar e educação da população e com a redução de externalidades; para além disso, apoia a economia que, por seu turno, produz a riqueza e cria empréstimos/taxas, através dos quais oferece oportunidades de investimento, de emprego e todo um clima de prosperidade que é procurado pela população.

Mathieson e Wall (1982) declaram não ter dúvidas quanto ao facto de existirem oportunidades favoráveis de investimento não só para o sector público, mas também para o sector privado. Porém, o foco central da presente secção pretende estudar e analisar os tipos de investimentos realizados por parte do sector público, no sentido de desenvolver o sector do turismo nos locais, e de que forma é possível conciliar diferentes interesses: os dos visitantes e os dos residentes.

Bull (1995) defende o comprometimento por parte do sector público no que diz respeito à realização de investimentos relacionados com o turismo, dado que este não possui, na maioria dos casos, propósitos lucrativos. Goeldner e Ritchie (2009, p.394) referem que a indústria turística possui uma estrutura única, caracterizada por um aglomerado de “pequenas unidades”, que incluem uma grande variedade de serviços. Assim, o investimento em infraestruturas e superestruturas, por parte do governo, estimula o investimento em inúmeros negócios de pequena dimensão.

Murphy e Murphy (2004) declaram que o facto de o turismo ser um fenómeno relativamente recente e ser dominado maioritariamente por pequenos negócios, pode dificultar o papel do

¹² O desenvolvimento eficaz dos destinos requer a existência de infraestruturas necessárias, como os transportes (acessibilidades, estradas, aeroportos...), serviços públicos (eletricidade, água, comunicações) e outros serviços (saúde e segurança) – **investimentos levado a cabo pelo sector público**. O desenvolvimento de **superestruturas** que satisfaçam as necessidades dos visitantes (tais como o alojamento, as atrações, e outros) é, na generalidade, uma função do sector privado, possuindo propósitos lucrativos (Cooper et al., 1993; Goeldner e Ritchie, 2009).

sector público relativamente à percepção dos potenciais impactos relativamente às suas políticas e gastos no desenvolvimento do turismo. No entanto, é certo que o sector público beneficia com o facto de o turismo aumentar a reputação internacional, nacional e regional de uma determinada área, dado que esta última consegue atrair investimento adicional, para além de fomentar o orgulho, a cultura e história entre a comunidade.

Sakai (2006) afirma que o investimento público em infraestruturas no sentido de impulsionar a prática da atividade turística é habitual, dado que estas satisfazem, na maior parte dos casos, as necessidades não só dos visitantes mas também das comunidades residentes.

Murphy e Murphy (2004) defendem que os potenciais ganhos provenientes da atividade turística só podem ser alcançados se as infraestruturas existentes num determinado local se encontrarem disponíveis e em boas condições, não só para os visitantes, mas tendo também em conta os residentes. Desta forma, a organização “física” de um local é um importante fator a ter em conta na indústria do turismo, dado que as infraestruturas que satisfazem as necessidades dos visitantes vão para além da disponibilização de aeroportos, acessibilidades e outras facilidades, ou seja, também incluem serviços turísticos e alimentação “segura” e água potável, sistemas de esgotos, hospitais e policiamento.

Soukiazis e Proença (2008) afirmam que a capacidade de uma economia beneficiar do turismo depende da disponibilidade de investimento existente para desenvolver as infraestruturas necessárias, para além de posteriores aptidões para providenciar todos os serviços que os visitantes procuram, tais como alojamento, restauração, transportes, animação e saúde, entre outros. Por esse motivo, é necessário reforçar a ideia de que existem ligações fortes entre o turismo e outros sectores económicos, onde se incluem os transportes, a venda a retalho, o comércio grossista, a agricultura, as artes e ofícios, e muitos outros.

Segundo a perspetiva de Bull (1995), a maior parte do investimento realizado por parte do sector público ocorre em três áreas fundamentais: (i) investimento e manutenção de infraestruturas; (ii) apoio ao desenvolvimento do turismo; e (iii) estratégias de marketing (maioritariamente através das Organizações Nacionais de Turismo).

Doswell (1997) refere que muitos governos financiam, só por si, as infraestruturas necessárias à prática da atividade turística, conseguindo, posteriormente, recuperar os gastos através do desenvolvimento realizado por parte do sector privado (venda de propriedades, arrendamentos, entre outros). Tendo em conta o ponto de vista de Briedenhann (2007), só os governos conseguem disponibilizar os incentivos necessários para encorajar o investimento e a criação de emprego, ou fornecer o apoio necessário para a criação de novos negócios relacionados com o sector do turismo.

A OMT (1998a) declara que a existência de recursos financeiros adequados é essencial no que toca ao desenvolvimento do sector do turismo (p.103). Segundo o estudo levado a cabo pela referida organização, os investimentos efetuados por parte do sector público são, na sua maioria, relacionados com questões de **planeamento e desenvolvimento** (financiamento das principais ações de planeamento ao nível local, tais como planos locais/urbanos e planeamento de atrações turísticas de domínio público. O governo tem a responsabilidade de estabelecer os padrões de desenvolvimento e rever os planos); **desenvolvimento de infraestruturas** (a maior parte das infraestruturas é financiada pelo sector público, e a aplicação de taxas é a opção mais utilizada no sentido de recuperar o investimento efetuado) e **gestão das principais atrações turísticas** (parques locais, regionais e nacionais, sítios históricos e arqueológicos, museus, centros culturais e outros tipos de atrações são, normalmente, financiados pelo sector público, e são, na maior parte dos casos, o motivo de deslocação dos visitantes aos locais)¹³.

Murphy e Murphy (2004) afirmam que o sector público pode pôr em prática normas, regras e incentivos no sentido de desenvolver e impulsionar o turismo, dado que possui recursos e fundos suficientes para suportar e sustentar tal esforço. *No entanto, os mesmos autores consideram que, em alguns casos, o governo pode tornar-se relutante a investir no turismo, dada a complexidade do sector, os vários níveis de apoio público e, por vezes, fundos e opções de financiamento limitados.*

Não obstante do que foi referido anteriormente, a OCDE (2012) destaca a importância da avaliação das políticas e programas definidos e desenvolvidos por parte do sector público, na medida em que é necessário entender a eficácia dos gastos públicos. A indústria turística deve fornecer evidências claras acerca da sua contribuição para a economia nacional, para que o sector público se sinta atraído para continuar a investir.

2.5 CONCLUSÃO

Em primeiro lugar, importa salientar a grande relevância do sector público e da sua intervenção no sector do turismo. Tal como foi possível entender, o sector público deve participar de forma ativa no desenvolvimento do sector do turismo, dado que é este que garante a estabilidade política, um clima de segurança e um quadro legal e financeiro necessário para o bom funcionamento da atividade. Os elementos que constituem o “núcleo” da indústria turística são desenvolvidos, maioritariamente, por parte do sector público, e incluem parques urbanos, infraestruturas para a prática de desportos e realização de eventos, instalações artísticas, a própria promoção e, ainda mais importante, todo o conjunto de infraestruturas básicas que devem existir em todos os destinos, tais como as acessibilidades.

¹³ No entanto, em qualquer um dos casos apresentados, o papel do sector privado é, também, preponderante para o sucesso do desenvolvimento do turismo.

O envolvimento do sector público varia consoante o estado de desenvolvimento dos países, sendo que, numa fase inicial, a intervenção deste é muito superior, justificada pela necessidade de construção de infraestruturas básicas, regulação, elementos legislativos, entre outras questões fundamentais. Ao contrário do que muitas vezes se afirma, o sector privado, só por si, não garante o desenvolvimento eficaz da indústria turística. Para que isso seja possível, é necessário o suporte de infraestruturas e funções de coordenação e gestão, única e exclusivamente desempenhadas pelo sector público, por razões económicas, políticas, sociais e ambientais.

Tal como foi referido, o sector público é um facilitador do desenvolvimento do turismo, através do investimento realizado e da geração de emprego, em certos casos, e, por outro lado, pelo facto de garantir o bem-estar da população. Por outras palavras, a intervenção do sector público no turismo centra-se nos benefícios que podem surgir a partir do desenvolvimento da indústria, em termos económicos, socioculturais, ambientais e políticos. As funções das entidades públicas são abrangentes, e é possível organizá-las em diversas áreas, tais como planeamento e desenvolvimento, promoção/marketing, investigação e educação e formação.

Todo o conjunto de funções desempenhadas por parte do sector público, no sentido de desenvolver a indústria turística, variam de acordo com o nível de intervenção que está a ser alvo de análise. Por outras palavras, é possível identificar três grandes níveis hierárquicos a partir dos quais se conseguem distinguir diferentes funções do sector público – nacional, regional e local. Esta divisão não pressupõe a existência de “fronteiras” entre os diferentes níveis, ou seja, existem ligações entre eles, embora a predominância de determinadas funções num dado nível não se verifique da mesma forma noutras escalas.

Importa realçar que a intervenção do sector público ao nível nacional, regional e local difere, em certos casos, em termos de atividades desempenhadas, embora todas estejam interligadas e se influenciem mutuamente. Os níveis inferiores devem respeitar as questões definidas em níveis superiores, sendo flexíveis a possíveis mudanças. Tal como já foi referido anteriormente, é principalmente nos níveis regional e local que se sentem os impactos originados pelo sector do turismo e, por esse motivo, importa que algumas das funções das entidades destes níveis se baseiem mais na gestão dos mesmos, para garantir a proteção dos locais e das comunidades receptoras.

Outra questão a ter em consideração é a definição de políticas por parte do sector público, dado que é a partir das suas orientações que as estratégias de desenvolvimento são postas em prática. Todas as decisões tomadas por parte de entidades públicas partem de um conjunto de ideias, teorias e princípios que constituem o foco principal da atividade dos governos. As políticas públicas constituem uma temática complexa, dada a sua flexibilidade e constante necessidade de mudança ao longo do tempo. As políticas públicas de turismo possuem uma

natureza multissetorial, dado que são influenciadas por políticas de muitas outras áreas e atividades, e a sua definição depende da relevância que a indústria tem num determinado local.

Tal como no caso da intervenção do sector público no turismo (e respetivas funções), também as políticas públicas são diferentes consoante o nível hierárquico que está a ser alvo de estudo: nacional, regional ou local. Por outras palavras, a definição de políticas relacionadas com o sector do turismo necessita de grande coordenação por parte de todas as entidades a todos os níveis, para assegurar a eficácia da sua implementação. Ao nível nacional, as políticas devem ser mais generalizadas, e devem ter em consideração questões relacionadas com o desenvolvimento dos destinos, infraestruturas, promoção e recursos humanos. Os níveis regional e local dão maior ênfase a questões mais específicas dos próprios destinos e às necessidades locais.

A política e o planeamento do turismo são duas questões que se encontram interligadas, pelo facto de funcionarem em conjunto para a contínua gestão e desenvolvimento dos destinos. O planeamento baseia-se nas políticas definidas para um determinado local, e é a partir das suas orientações que é possível impulsionar o turismo. A elaboração de políticas fornece as indicações necessárias para o correto planeamento dos destinos, e engloba questões regulatórias, financeiras, legislativas, entre muitas outras.

Por último, importa referir a extrema relevância do investimento em turismo por parte do sector público, dado que constitui uma das suas principais funções e, no seio da presente investigação, é pertinente destacá-la das restantes. O investimento público em turismo baseia-se, maioritariamente, na construção de infraestruturas que servem de suporte e alicerce ao posterior desenvolvimento de superestruturas. Se um destino não possuir infraestruturas básicas que impulsionam as deslocações de visitantes, o desenvolvimento da atividade turística torna-se mais difícil. O investimento por parte do sector público pretende satisfazer não só as necessidades dos visitantes, mas também das comunidades recetoras, e passa pela disponibilização de aeroportos, acessibilidades, serviços de saúde e polícia e, por outro lado, serviços turísticos relacionados com a animação, promoção e organização de eventos e atividades de recreação e lazer.

CAPÍTULO 3. O TURISMO NA REGIÃO NORTE DE PORTUGAL

3.1 INTRODUÇÃO

O terceiro e último capítulo da componente teórica da presente investigação tem como principal objetivo apresentar o caso concreto da Região Norte de Portugal. Pretende-se, por um lado, estudar o fenómeno turístico nesta região e, por outro, concretizar a ligação entre o enquadramento teórico e a análise empírica, que se baseia nesta NUTS II, e respetivas subdivisões, tal como será possível entender.

A primeira secção tem como propósito realizar um enquadramento relacionado com o **turismo em Portugal**, apresentando as **principais características** desta atividade em termos globais (país com elevada propensão para receber visitantes, pela oferta diversificada de que dispõe); a **estrutura do sector** do turismo em Portugal (onde se enfatiza a importância dos poderes regional e local para uma compreensão mais eficaz da investigação realizada); a **política nacional de turismo** (materializada no Plano Estratégico Nacional do Turismo); e, por último, a apresentação dos **principais indicadores** de turismo em termos gerais (contribuições e relevância do fenómeno), tendo sempre em conta as perspetivas da **oferta e procura**.

A segunda secção centra-se no principal propósito do capítulo, que consiste no **estudo da Região Norte de Portugal em termos globais** (através de uma caracterização geral do território, tendo em consideração o estudo da mesma ao nível dos municípios) e, por outro lado, na **análise do sector do turismo nesta NUTS II** (a partir da apresentação de indicadores turísticos sob uma perspetiva do lado da oferta e da procura e, sempre que possível, ao nível dos municípios)¹⁴.

Por último, e não menos relevante, importa realçar que a terceira secção se foca na introdução de uma questão que constituirá objeto de estudo na parte empírica da presente investigação: o **Programa Operacional Regional do Norte** ou **ON.2** (um dos Programas Operacionais Regionais do QREN, no período compreendido entre 2007 e 2013). O principal objetivo desta contextualização passa por entender qual a importância do sector do turismo no âmbito deste programa e, para isso, apresentam-se as **principais características**, a **forma como este se encontra estruturado** e, por último, o **enquadramento da indústria turística** no seio do ON.2.

¹⁴ Os dados apresentados correspondem aos valores mais recentes disponibilizados, na sua maioria, pelo Instituto Nacional de Estatística.

3.2 O TURISMO EM PORTUGAL

Tal como já foi referido anteriormente, o sector do turismo tem vindo a assumir-se, cada vez mais, como uma área de intervenção prioritária em muitos países em todo o mundo, dada a sua importante contribuição para aspetos económicos, sociais e ambientais. Naturalmente Portugal não é exceção, e é por este motivo que, na presente secção, se apresenta a caracterização da indústria turística neste país, através da exposição de informação e indicadores relevantes.

Localizado no extremo sudoeste da Europa continental, Portugal caracteriza-se pelos 1800 km de linha costeira e por um clima ameno, condições extremamente favoráveis para a prática da atividade turística (Simão e Partidário, 2012). Portugal desde sempre foi promovido, em termos turísticos, como um país de sol e mar. Embora muito do desenvolvimento do turismo se tenha centrado essencialmente neste produto, nos últimos anos é possível verificar maior investimento promocional noutros tipos de produtos e destinos, tais como os do interior (Fernandes, Monte e Castro, 2003).

O turismo em Portugal assume uma relevante importância não só em termos económicos, mas também sociais, e constitui uma ferramenta indispensável no que diz respeito ao desenvolvimento regional (Fazenda et. al, 2008). Tendo em conta questões relacionadas com a **estrutura e organização**, o sector do turismo em Portugal enquadra-se no Ministério da Economia e, mais especificamente, na Secretaria de Estado do Turismo. O órgão máximo responsável pela gestão e dinamização da indústria é o **Turismo de Portugal I.P.**, entidade pública cuja missão envolve a promoção e valorização da atividade turística nacional.

Tal como é possível observar a partir da Figura 3.1, o Turismo de Portugal subdivide-se em cinco **Entidades regionais de turismo** (ERT) – Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve –, duas **Direções regionais de turismo** – Açores e Madeira –, sete **Agências regionais de promoção turística** – Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira – e, por último, por **Equipas do Turismo de Portugal no estrangeiro**.



Figura 3.1 – Posição e estrutura hierárquica do sector do turismo em Portugal.

FONTE: Elaboração própria com base em Governo de Portugal (2013) e Turismo de Portugal, I.P. (2013).

No âmbito da presente investigação, importa apresentar, de forma mais pormenorizada, a **Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal (ERTPNP)**, dado que é sobre esta região que assenta todo o estudo realizado para o presente capítulo e para a componente empírica. Adotando a designação oficial de “Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.”, este organismo é responsável pela gestão e promoção turística da área Regional de Turismo do Norte. Sedeada em Viana do Castelo, a ERTPNP encontra-se representada nas cidades do Porto, Guimarães, Chaves, Bragança e Braga, cada uma delas responsável pela dinamização de um produto estratégico.

Para além do Turismo de Portugal e das Entidades Regionais de Turismo, é também importante realçar, no âmbito da presente investigação, a relevância de outras entidades que, mesmo não tendo sido criadas exclusivamente com propósitos de dinamização e gestão da atividade turística, influenciam o desenvolvimento e a promoção desta indústria – as **Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)**. Segundo Fazenda et. al (2008), estas entidades “*promovem, à escala regional, a mobilização e a necessária articulação intersectorial e institucional que é determinante para o desenvolvimento do turismo*”. Por outro lado, são estes organismos que gerem os Programas Operacionais Regionais do QREN, questão abordada mais à frente no presente capítulo, com uma grande relevância para o presente estudo. Tal como já foi referido anteriormente, e dado que é a Região Norte de Portugal que está a ser alvo de análise, importa centrar atenções na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N).

3.2.1 A POLÍTICA NACIONAL DE TURISMO

O Turismo de Portugal, I.P. é a entidade que assume a inteira responsabilidade sobre a elaboração da política de turismo ao nível nacional. Conforme descrito no **Decreto-Lei nº 191/2009, de 17 de Agosto**, foram definidas e elaboradas as bases das políticas públicas de turismo, sendo que este é um sector estratégico na economia nacional. Estas políticas públicas de turismo, “*enquadradas por um conjunto de diretrizes, metas e linhas de ação*”, inserem-se no **Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)**.

A Política Nacional de Turismo tem como principais objetivos, e nos termos do Decreto-Lei nº 191/2009, de 17 de Agosto, (a) o aumento dos fluxos turísticos, da permanência e do gasto médio dos turistas nacionais e estrangeiros; (b) a contribuição para o desenvolvimento económico e social do país, para a criação de emprego, para o crescimento do PIB e para a redução de assimetrias regionais; (c) a promoção do reforço da organização regional de turismo, no sentido de aproximar comunidades locais e empresas; (d) a melhoria do acesso dos portugueses aos benefícios do turismo; (e) a melhoria das acessibilidades para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade condicionada; (f) o estímulo à competitividade internacional da atividade turística portuguesa através da qualificação da oferta e do incentivo à inovação e criatividade; (g) a criação de condições mais favoráveis para o aumento do investimento privado no turismo; (h) a construção de uma identidade turística nacional; (i) o

estímulo à criação de parcerias público-privadas na prossecução da política de turismo; (j) a introdução de mecanismos de compensação das comunidades locais, pela conversão do uso do solo e pela instalação de empreendimentos turísticos em zonas territoriais não destinadas previamente a uma finalidade turística.

As áreas de atuação da Política Nacional de Turismo encontram-se agrupadas em sete grandes âmbitos: qualificação da oferta; formação e qualificação dos recursos humanos; promoção turística; acessibilidades; apoio ao investimento; informação turística e, por último, conhecimento e investigação.

Embora Portugal contenha uma política nacional de turismo bem definida, Costa (2012, p.57) refere que *“apesar da reconhecida importância económica atribuída a este setor, o crescimento observado em Portugal tem-se concretizado mais numa perspetiva quantitativa do que propriamente qualitativa. (...) Tem-se observado alguma dificuldade em atingir os objetivos da política e estratégia definida para o setor, daí considerar-se vital proceder a uma monitorização e avaliação das políticas e estratégias que têm vindo a ser definidas ao longo dos últimos anos.”*

Como forma de conclusão, apesar de Portugal possuir uma política de turismo consistente e muito sustentada nos recursos existentes, deve apostar de forma mais eficiente na prossecução dos objetivos definidos, no sentido de fomentar cada vez mais a atividade turística, tendo consciência da sua extrema relevância a nível nacional.

3.2.2 O PODER REGIONAL E LOCAL

É relevante a importância de todos os agentes públicos do turismo, não só a nível nacional, mas também regional e local, envolvidos no planeamento, desenvolvimento e concretização das políticas de turismo: o membro do governo responsável pela área do turismo, a autoridade turística nacional, as entidades regionais de turismo, as direções regionais de economia, as comissões de coordenação e desenvolvimento regional, o instituto da conservação da natureza e da biodiversidade, as regiões autónomas e, por último, as autarquias locais (**Decreto-Lei nº 191/2009, de 17 de Agosto**).

Simão e Partidário (2012) referem que a responsabilidade da definição da política nacional de turismo diz respeito ao Turismo de Portugal, embora o apoio ao nível regional também seja preponderante, no sentido de atingir objetivos, a este nível, que se encontrem ajustados com os definidos pelo PENT. Por outro lado, os mesmos autores defendem que alguns poderes e funções de coordenação têm vindo a ser transferidos para a alçada das autoridades locais, evidenciando a sua relevância, sendo que é a este nível que se implementam, efetivamente, as políticas definidas em níveis superiores.

Segundo Costa (2004, p.4), os municípios desempenham um papel extremamente relevante na área do turismo, e isso pode justificar-se através da **“(i) Necessidade de uma nova política para o sector** (saber aquilo que temos para oferecer ('inventariar'); saber como utilizar aquilo que temos ('definir capacidades e limites de utilização'); saber o que é que os visitantes procuram nos nossos municípios ('procura'); saber como oferecer produtos que estejam em sintonia com a oferta e com os objetivos de desenvolvimento das comunidades locais ('desenvolvimento local')); e pelo facto de **(ii) Os impactes criados pelo turismo terem uma tradução essencialmente local**. Apesar do facto da movimentação de pessoas se dar entre países, os impactes gerados pelo turismo são, na maior parte das situações, sentidos numa escala regional/local”.

Desta forma, importa reforçar, no âmbito da presente investigação, a importância, por um lado, das **Entidades Regionais de Turismo** (com especial destaque para a do Porto e Norte) e de todas as **autarquias locais** (da NUTS II que está a ser alvo de análise). No primeiro caso, cabe às Entidades Regionais de Turismo *“valorizar e desenvolver as potencialidades turísticas da respetiva área regional de turismo, bem como a gestão integrada dos destinos no quadro do desenvolvimento turístico regional, de acordo com as orientações e diretrizes da política de turismo definida pelo Governo e os planos plurianuais da administração central e dos municípios que as integram”* (Decreto-Lei nº33/2013).

Por outro lado, e segundo Carvalho et al. (2012), as autarquias locais *“visam a prossecução de interesses próprios da população residente na circunscrição concelhia”* (p.25), e possuem funções sociais, económicas e outras. O sector do turismo enquadra-se nas funções económicas, e em 2010 representava, em conjunto com o comércio, cerca de 7,3% das funções económicas dos municípios.

3.2.3 INDICADORES RELEVANTES DE TURISMO

No sentido de demonstrar a importância do sector do turismo em Portugal, para além da caracterização geral da estrutura desta indústria, é importante apresentar um conjunto de indicadores relacionados com a atividade turística em Portugal, com o intuito de se darem a conhecer as características, contribuições e relevância do fenómeno ao nível nacional. Segundo a AICEP (2012), e tendo em conta os dados de 2011, o turismo contribuiu em cerca de 12,7 mil milhões de euros para a economia nacional, em termos diretos.

De acordo com o *Barómetro Mundial de Turismo* da OMT (2013a), o **número de chegadas de turistas internacionais** foi de aproximadamente 1035 milhões, em 2012. Tal como tem sido possível verificar ao longo dos anos, a Europa foi o continente que recebeu o maior número de turistas internacionais – 535 milhões, ou seja, cerca de 52% do total. Em termos de evolução deste indicador, é possível concluir que, em termos internacionais, o número de chegadas aumentou 3,8% face ao ano anterior (996 milhões em 2011), ao passo que, na Europa, o

aumento foi de 3,4%. Tendo em conta o ranking de países com maior número de chegadas internacionais, a França, os Estados Unidos da América e a China ocupam os três primeiros lugares, e **Portugal** surge na 36ª posição, com 7,4 milhões de chegadas em 2011 (OMT, 2013a). Tendo em consideração o seu posicionamento na Europa, Portugal foi o 10º em termos de chegadas e o 14º em termos de receitas, em 2011 (Simão e Partidário, 2012).

A informação relacionada com a estrutura do sector diz respeito a 2010. Nesse ano, o **número de empresas** enquadradas no sector de Alojamento, Restauração e Similares era de 85205, ou seja, cerca de 7,3% do total de empresas em Portugal. Relativamente ao **número de empregos**, em 2010, o sector do turismo empregou aproximadamente 290 mil indivíduos, o que representa cerca de 7,3% do total de emprego. No entanto, este valor sofreu uma quebra de -1,2% relativamente a 2009 (neste ano, o número de empregos era superior a 328.000). Segundo a OCDE (2012), o turismo contribuiu, em 2010, para **9,2% do PIB** (comparado com 8,8 pontos percentuais em 2009).

O Anuário Estatístico de Portugal de 2011, elaborado pelo **INE (2012b)**, identifica oito países como sendo os **principais mercados emissores para Portugal**: Reino Unido, Espanha, Alemanha, Países Baixos, França, Brasil, Itália e Irlanda. Em termos de dormidas de não residentes, 24,1% corresponderam ao Reino Unido, 13,3% a Espanha, 13% à Alemanha, 7,7% aos Países Baixos e, por último, 7,4% a França.

No que diz respeito às **principais regiões de destino em Portugal**, e tendo em conta os dados apresentados no Anuário Estatístico de Portugal de 2011 (INE, 2012b), o Algarve ocupou a primeira posição, com 35,4% do total de dormidas, seguindo-se de Lisboa, com 22,9% e Madeira, com 14,1% das dormidas.

Por último, importa referir que o **saldo da Balança Turística** foi, em 2012, positivo, sendo que as receitas associadas ao turismo corresponderam, em 2012, a 8606 milhões de euros e, por outro lado, as despesas foram de, aproximadamente, 2946 milhões de euros. Daqui é possível concluir que o turismo contribui, de forma positiva, para a balança de pagamentos, e é um sector com uma relevância extrema para a economia portuguesa em termos globais.

Tendo em consideração os factos expostos, é possível afirmar que o sector do turismo tem uma forte relevância para a economia nacional e uma importância estratégica justificada pelos resultados evidenciados – as receitas que são originadas, o emprego gerado, o efeito multiplicador que se reflete em várias áreas, entre muitos outros aspetos. Posto isto, a secção seguinte apresenta alguns indicadores relacionados com a oferta turística e, posteriormente, um conjunto de dados associados à procura.

3.2.3.1 Principais indicadores da oferta

Tal como já foi referido anteriormente, a oferta é um dos principais componentes do sistema turístico, e é o principal motivo das deslocações dos indivíduos para determinados destinos. Para isso, é importante apresentar todos os elementos que atraem os visitantes para os locais, não só em termos de atrações, mas também ao nível de indicadores relacionados com a atividade turística. Desta forma, constituem objeto de estudo da presente secção o número de **estabelecimentos hoteleiros**¹⁵, o **número de quartos** e a **capacidade de alojamento**.

Os dados apresentados pretendem caracterizar a oferta turística em Portugal e, simultaneamente, compreender, ainda que de forma superficial, o posicionamento da **Região Norte de Portugal** no contexto nacional. Desta forma, sempre que for possível e pertinente fazê-lo, procede-se a uma ênfase desta região, no sentido de entender a sua relevância. Importa ainda referir que nem todos os indicadores se encontram atualizados e, por esse motivo, nem sempre se tornou possível apresentar os dados mais recentes.

Posto isto, foquem-se atenções para o desempenho da oferta turística em Portugal. Tendo como base o ano de 2001, contabilizaram-se 2.019 estabelecimentos hoteleiros em Portugal, sendo que 43% respeitavam à categoria Hotéis (873) e 32% a Pensões (656). Tal como é possível observar no Quadro 3.1, destacam-se as NUTS II **Norte**, **Centro** e **Algarve** como as que possuem o maior número de estabelecimentos hoteleiros (453, 414 e 416, respetivamente), o que significa que estas três regiões representam cerca de 64% da oferta total de estabelecimentos. Num sentido contrário, as NUTS II **Alentejo** e **Açores** são as que têm menor oferta, com uma representatividade de apenas 12%.

Quadro 3.1 – Número de Estabelecimentos Hoteleiros, Nº de Quartos e Capacidade de Alojamento, em Portugal.

2011	Nº EH's	Nº Quartos	Cap. Alojamento
PORTUGAL	2 019	128 336	289 107
CONTINENTE	1 752	110 083	251 137
Norte	453	19 272	40 156
Centro	414	19 626	40 733
Lisboa	311	25 785	54 912
Alentejo	158	5 909	12 874
Algarve	416	39 491	102 462
R.A. AÇORES	80	4 222	8 871
R.A. MADEIRA	187	14 031	29 099

FONTE: Elaboração própria com base em INE (2012b)

Relativamente ao número de quartos (Quadro 3.1), Portugal dispunha de um total de 128.336 quartos, destacando-se o número significativamente superior apresentado pelas NUTS II **Algarve** e **Lisboa**, atingindo uma representatividade de, aproximadamente, 51% do total. O **Alentejo** e os **Açores** apresentaram os menores números, tal como verificado no indicador anterior, perfazendo apenas 7,8% do total.

¹⁵ Segundo o INE, os estabelecimentos hoteleiros englobam hotéis, pensões, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos, aldeamentos turísticos, motéis, pousadas e estalagens.

Por último, importa analisar, a par do número de quartos, a capacidade de alojamento, que indica o número máximo de indivíduos que os estabelecimentos podem alojar (normalmente medido em termos de número de camas). Tendo em conta o mesmo ano de análise dos indicadores anteriores (2011), a capacidade de alojamento em Portugal foi de 289.107. Mais de um terço deste valor (35%) corresponde à Região do Algarve, com uma capacidade de alojamento igual a 102.462 unidades, seguindo-se a NUTS II de Lisboa (19%) e as NUTS II Norte e Centro que, em conjunto, representaram, sensivelmente, 28% do total. Mais uma vez, o Alentejo e os Açores ocuparam o lugar de NUTS II com menor representatividade (cerca de 7,5 pontos percentuais).

3.2.3.2 Principais indicadores da procura

Se por um lado é necessário que os locais disponham de um conjunto de elementos atrativos, por outro, são os visitantes que influenciam e impulsionam o desenvolvimento dos locais em termos turísticos. Para que seja possível entender o fenómeno turístico em Portugal, tendo em conta a perspetiva da procura, apresentam-se indicadores como **Hóspedes**, **Dormidas** e **Estada Média**. Tal como aconteceu no caso da oferta, nem todos os dados estão atualizados e, por isso, apresentam-se os anos mais recentes para cada um dos casos.

Outra questão de extrema relevância prende-se com o facto de ser importante voltar a salientar a posição da Região Norte de Portugal no seio da investigação. Por essa razão, apresentam-se os principais indicadores da procura e, em simultâneo, destaca-se a contribuição da Região Norte através dos dados registados.

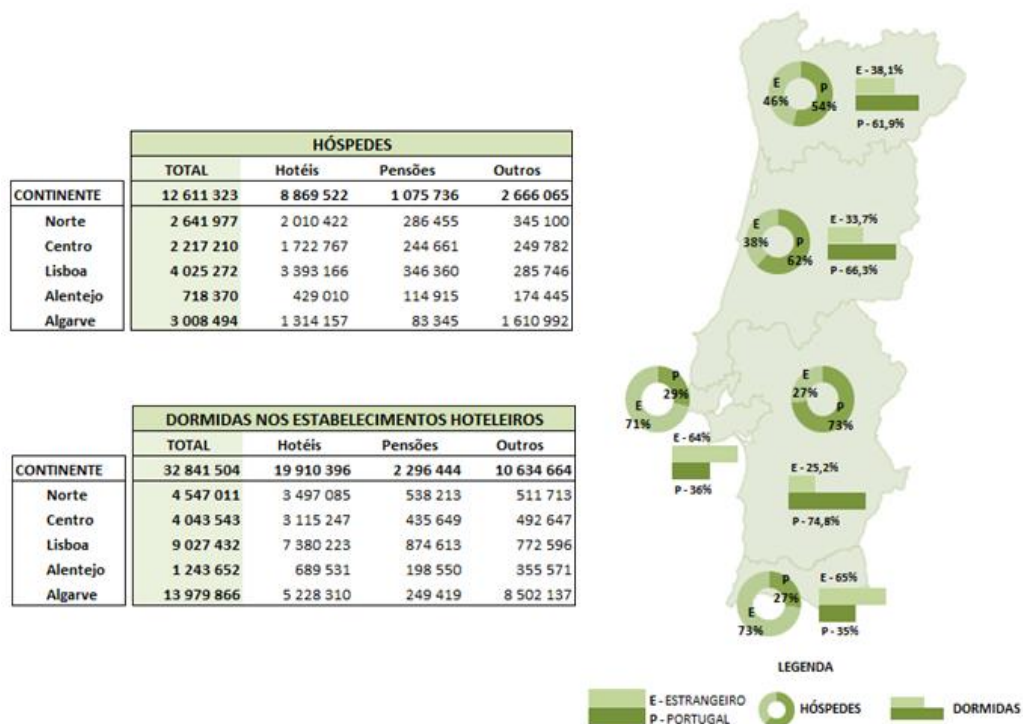


Figura 3.2 – Hóspedes e dormidas (Portugal/Estrangeiro) nos estabelecimentos hoteleiros por NUTS II, em 2011.
 FONTE: Elaboração própria com base em INE (2012b).

A Figura 3.2 traduz, em termos estatísticos, a procura para as cinco NUTS II de Portugal Continental, o que, por si, permite avaliar a orientação dos mercados emissores e dos fluxos domésticos. Assim sendo, no que concerne ao número de hóspedes, Lisboa e Algarve foram as regiões que registaram o maior volume, com a sua representatividade a alcançar os 32% e 24% do total, respetivamente. Por sua vez, a região Norte foi local de dormida para mais de 2,6 milhões de turistas ou 21% do total de hóspedes em Portugal Continental, posicionando a região logo atrás das referidas anteriormente. Em sentido inverso, o Alentejo registou o menor volume de hóspedes, com um peso de apenas 5,7% do total. A análise deste indicador fica completa com a referência à proporção de hóspedes estrangeiros e nacionais, em cada uma das NUTS II identificadas. Sendo duas das principais áreas turísticas de Portugal, o Algarve e Lisboa destacam-se das demais pelo facto de apresentarem um “desequilíbrio” em termos da distribuição dos hóspedes, por nacionalidade. Neste ponto, são as regiões do continente que registam maior proporção de hóspedes estrangeiros, sensivelmente, 70% em cada um dos casos. Por outro lado, o Norte, Centro e Alentejo são as regiões que registam maior volume de hóspedes portugueses, sendo que a primeira se destaca pelo equilíbrio apresentado – 46% hóspedes estrangeiros; 54% hóspedes portugueses.

Já no que diz respeito aos dados das dormidas, a conclusão é em tudo semelhante à anterior, com as regiões do Algarve e de Lisboa a superarem as restantes, embora o Algarve ultrapasse, neste caso, a anterior (13,9 milhões e 9 milhões de dormidas, respetivamente). Uma vez mais, a região Norte surge na sequência destas duas regiões, totalizando 13,6% ou 4,5 milhões de dormidas verificadas em Portugal Continental. Uma breve análise à distribuição das dormidas por nacionalidade permite averiguar que o Algarve e Lisboa concentram maior volume de dormidas efetuadas por hóspedes estrangeiros (aproximadamente, 65%), enquanto as restantes registam uma tendência contrária, algo que vai ao encontro do que havia sido verificado para o indicador anterior.

Quadro 3.2. Estada média nos estabelecimentos hoteleiros e estada média de hóspedes estrangeiros.

	ESTADA MÉDIA NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS				ESTADA MÉDIA DE HÓSPEDES ESTRANGEIROS
	TOTAL	Hotéis	Pensões	Outros	
CONTINENTE	2,6	2,2	2,1	4,0	3,2
Norte	1,7	1,7	1,9	1,5	2,1
Centro	1,8	1,8	1,8	2,0	2,1
Lisboa	2,2	2,2	2,5	2,7	2,5
Alentejo	1,7	1,6	1,7	2,0	1,8
Algarve	4,6	4,0	3,0	5,3	5,2

Fonte: Elaboração própria com base em INE (2012b).

Por último, centrando atenções para a estada média nos estabelecimentos hoteleiros, compreende-se, através do Quadro 3.2, que a tendência em Portugal Continental aponta para uma estada média superior dos hóspedes estrangeiros, algo que se assiste, de igual forma, para todas as NUTS II em questão. De destacar a região algarvia, onde a estada média é de 4,6

noites, sendo de 5,2 noites no caso dos hóspedes estrangeiros, e as regiões Norte e Alentejo onde a estada média é a mais baixa do continente (1,7 noites), embora a dos hóspedes estrangeiros seja ligeiramente superior na primeira (2,1 noites).

3.3 A REGIÃO NORTE DE PORTUGAL

3.3.1 CARATERIZAÇÃO GERAL

Quem visita o Porto e Norte de Portugal leva consigo mais do que imagens e lembranças. Experimenta na alma, porventura o mais português dos sentimentos: saudade. (ATPN, 2012).

A Região Norte de Portugal (RNP) é considerada uma região com características únicas, uma grande herança cultural e um encanto peculiar. É uma das mais antigas regiões de Portugal, e é nesta NUTS II que se situa a segunda cidade mais importante do país – o Porto. A história, património, hospitalidade e gastronomia engrandecem esta região, e é praticamente impossível qualificá-la (AICEP, 2012; ATPN, 2012). Ainda assim, é possível identificar um conjunto de recursos com grande significado para a região em estudo – a cidade do Porto, as Caves de Gaia, as cidades históricas de Guimarães, Braga e Viana do Castelo, o Rio Douro, o Alto Douro vinhateiro, o património arqueológico e, por último, a gastronomia e vinhos existentes (Figura 3.3).

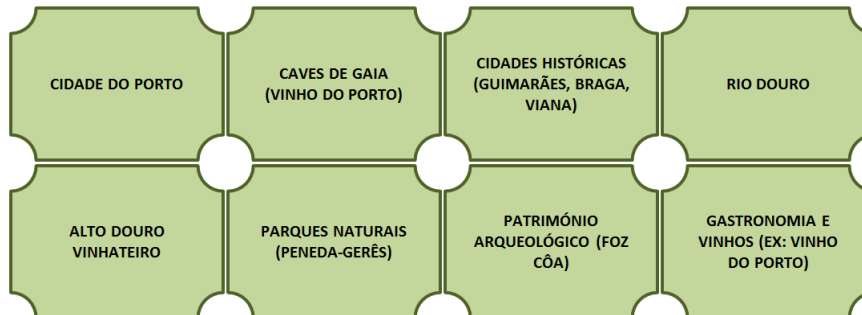


Figura 3.3 – Principais recursos da Região Norte de Portugal.
FONTE: Elaboração própria com base em MEI (2007).

Dos recursos apresentados, é possível identificar um conjunto de fatores distintivos do Norte de Portugal, ou seja, elementos únicos que diferenciam esta Região de todas as outras: as **Vinhas do Douro e o Vinho do Porto**; o **centro histórico do Porto**; uma **oferta diversificada para *touring*** (pela história e natureza existentes neste território); e, por último, a **gastronomia e vinhos**.

A RNP é uma das maiores áreas territoriais do continente, sendo constituída por oito sub-regiões, ou NUTS III – Minho-Lima, Cávado, Ave, Grande Porto, Tâmega, Entre Douro e Vouga, Douro e Alto Trás-os-Montes. Com uma área de 21285,9 km², corresponde a cerca de 24% da área total do continente, e o seu comprimento máximo no sentido Norte-Sul é de 155 km, e no eixo Este-Oeste de 224 km (Figura 3.4). Importa destacar o facto de cerca de 40% do território

em análise se encontrar sob estatuto de conservação da natureza e dos seus recursos e, por esse motivo, merecer atenção por parte de qualquer estratégia regional de desenvolvimento que se pretenda definir (Programa Operacional Regional do Norte, 2012).



Figura 3.4 – Localização da Região Norte de Portugal no continente e respetiva divisão por NUTS III. FONTE: Elaboração própria.

Em 2012, a população residente na Região Norte de Portugal era de **3.666.234** habitantes (47,7% do sexo masculino e 52,3% do sexo feminino), ou seja, o equivalente a **36,7%** da população total do continente português. Por outro lado, é aqui que se concentra a população mais jovem do Continente (cerca de 38% do total da população entre os 15 e 24 anos). A densidade populacional da Região Norte (172,9 hab/km²) é superior à do continente (112,6 hab/km²) e regista-se um fenómeno importante: a concentração da população no litoral¹⁶ é cerca de 10 vezes superior à do interior (365 e 36, respetivamente), o que enfatiza a questão da desertificação do interior do país (Carvalho et al., 2012; CCDR-N, 2012; INE, 2012).

No que diz respeito à estrutura da região, e tal como acabou de ser referido, regista-se uma intensa oposição entre o litoral (constituído maioritariamente por planícies) e o interior (composto por colinas e serras, na maior parte do território). No primeiro caso, destacam-se a cidade do Porto (a capital da Região Norte de Portugal), Braga e Guimarães, e no interior da Região Norte destacam-se, apenas, as cidades de Chaves, Bragança e Vila Real (CCDR-N, 2012).

A Região Norte de Portugal é composta por 86 concelhos/municípios e 2.028 freguesias, distribuídos pelas 8 sub-regiões anteriormente identificadas. Tal como é possível observar no Quadro 3.3 seguinte, as NUTS III Entre Douro e Vouga e Douro representam as regiões com o número mínimo (cinco) e máximo (dezanove) de municípios, respetivamente.

¹⁶ No âmbito da investigação, entenda-se litoral como todas as NUTS III que possuem contacto com a linha marítima – no caso da Região Norte de Portugal, as NUTS III do litoral são Minho-Lima, Cávado e Grande Porto.

Quadro 3.3 – Municípios da Região Norte de Portugal, por NUTS III.

NUTS III	Nº	MUNICÍPIOS
Minho-Lima	10	Arcos de Valdevez; Caminha; Melgaço; Monção; Paredes de Coura; Ponte da Barca; Ponte de Lima; Valença; Viana do Castelo; Vila Nova de Cerveira
Cávado	6	Amares; Barcelos; Braga; Esposende; Terras de Bouro; Vila Verde
Ave	8	Fafe; Guimarães; Póvoa de Lanhoso; Santo Tirso; Trofa; Vieira do Minho; Vila Nova de Famalicão; Vizela
Grande Porto	9	Espinho; Gondomar; Maia; Matosinhos; Porto; Póvoa de Varzim; Valongo; Vila do Conde; Vila Nova de Gaia
Tâmega	15	Amarante; Baião; Cabeceiras de Basto; Castelo de Paiva; Celorico de Basto; Cinfães; Felgueiras; Lousada; Marco de Canaveses; Mondim de Basto; Paços de Ferreira; Paredes; Penafiel; Resende; Ribeira de Pena
Entre Douro e Vouga	5	Arouca; Oliveira de Azeméis; Santa Maria da Feira; São João da Madeira; Vale de Cambra
Douro	19	Alijó; Armamar; Carraceda de Ansiães; Freixo de Espada à Cinta; Lamego; Mesão Frio; Moimenta da Beira; Penedono; Peso da Régua; Sabrosa; Santa Marta de Penaguião; São João da Pesqueira; Sernancelhe; Tabuaço; Tarouca; Torre de Moncorvo; Vila Flor; Vila Nova de Foz Côa; Vila Real
Alto Trás-os-Montes	14	Alfândega da Fé; Boticas; Bragança; Chaves; Macedo de Cavaleiros; Miranda do Douro; Mirandela; Mogadouro; Montalegre; Murça; Valpaços; Vila Pouca de Aguiar; Vimioso; Vinhais
TOTAL	86	municípios

FONTE: Elaboração própria com base em INE (2012a).

Segundo o *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2010* (Carvalho et. al, 2012), os concelhos podem ser considerados pequenos, médios ou grandes, consoante o número de habitantes que cada um possui. Um município pequeno tem uma população menor ou igual a 20.000 habitantes; um médio tem uma população entre os 20.000 e os 100.000 habitantes; por último, um município grande tem mais de 100.000 habitantes. Desta forma, e relativamente aos municípios da Região Norte de Portugal, é possível afirmar que existem **10 grandes** (12%), **33 médios** (38%), e **43 pequenos** (50%). Importa salientar que os concelhos de grande dimensão, ou seja, aqueles com população superior a 100.000 habitantes são, ordenados alfabeticamente, Barcelos, Braga, Gondomar, Guimarães, Maia, Matosinhos, Porto, Santa Maria da Feira, Vila Nova de Famalicão e, por fim, Vila Nova de Gaia.

A Figura 3.5 apresenta a Região Norte de Portugal, dividida por NUTS III e municípios, acompanhadas por uma legenda que permite entender quais os municípios pequenos, médios e grandes, e a sua respetiva distribuição. A partir da imagem é possível salientar um conjunto de aspetos relevantes:

- Os concelhos de grande dimensão situam-se, apenas, nas NUTS III do litoral ou próximas (Grande Porto – 5, Ave – 2, Cávado – 2 e Entre Douro e Vouga – 1).
- Os concelhos e dimensão média concentram-se, maioritariamente, nas NUTS III Grande Porto, Tâmega e Entre Douro e Vouga. É igualmente possível observar a existência de municípios com uma dimensão média nas restantes NUTS III, ainda que em número significativamente inferior às referidas.
- Os concelhos de pequena dimensão localizam-se principalmente nas NUTS III do interior, com especial ênfase para Alto Trás-os-Montes e Douro. No entanto, também é possível observar que as regiões Minho-Lima, Ave e Tâmega também registam alguns casos.



Figura 3.5 – Dimensão dos municípios da Região Norte de Portugal.
 FONTE: Elaboração própria com base em Carvalho et al. (2012).

Posto isto, é possível evidenciar, mais uma vez, a existência de uma clara oposição entre o litoral e o interior da Região Norte de Portugal, em termos de população dos concelhos – grande parte concentra-se, maioritariamente, nas sub-regiões do litoral, ao passo que o interior é caracterizado pelo número substancialmente menor de habitantes. Desta forma, e tal como já foi referido anteriormente, assumem-se como regiões do litoral aquelas que possuem municípios em contacto com a linha marítima (Minho-Lima, Cávado e Grande Porto), ao passo que as restantes passam a ser consideradas NUTS III do interior da RNP.

No que diz respeito a acessibilidades, a Região Norte possui uma rede de itinerários principais e complementares bem organizada, com excelentes infraestruturas **rodoviárias** (cerca de 22161 km, distribuídos por autoestradas (2737 km), IP's e IC's, **ferroviárias** (cerca de 516 km de rede, servindo mais de metade da população da Região), **marítimas** (2 portos – Viana do Castelo e Leixões – que contribuem para cerca de 39% das exportações nacionais, nomeadamente ao nível de bens de consumo – têxteis e calçado – e produtos industriais) e **aeroportuárias** (1 aeroporto e 9 aeródromos). Importa salientar a ampla **rede metropolitana** da cidade do Porto, constituída por 6 linhas, 81 estações, e cobrindo 7 concelhos dessa área (AICEP, 2012; CCDR-N, 2007, 2012).

É a cerca de 11 km da cidade do Porto que se situa o aeroporto Francisco Sá Carneiro, o segundo mais importante de Portugal (o primeiro lugar pertence ao Aeroporto da Portela, em Lisboa). Inaugurado em 1945, este aeroporto tem vindo a expandir-se ao longo dos anos, e atualmente possui 14 companhias aéreas a operar, a partir das quais é possível voar para 64 destinos. Em 2011, foi considerado o 3º melhor aeroporto Europeu pelo *Airport Council International*. Em 2012, o número de passageiros desembarcados neste aeroporto foi

2.987.075, ou seja, cerca de 20% do total de passageiros desembarcados em Portugal¹⁷. Deste valor, cerca de 42,9% dos voos foram tradicionais, 55,7% corresponderam a voos *low cost* e apenas 1,4% a voos Charter (ANA, 2013 citado por Turismo de Portugal, 2013).

Por último, e no sentido de efetuar uma caracterização mais completa da Região Norte de Portugal, é relevante apresentar um conjunto de indicadores económicos que dizem respeito a esta área territorial. Em primeiro lugar, o PIB da RNP era de aproximadamente 49 mil milhões de euros, em 2010, o que corresponde a 13 mil euros quando se apresenta o mesmo indicador *per capita*. No mesmo ano, havia cerca de 1733 mil indivíduos empregados, com uma produtividade de 25 milhares de euros (AICEP, 2012).

3.3.1 O TURISMO NA RNP

O Turismo do Porto e Norte de Portugal, sugerindo a sofisticação de ambientes e atmosferas que decorrem fora dos limites do tempo, leva o turista à descoberta de renovados encantos que primam pela singularidade e hospitalidade (Porto e Norte, 2013).

A Região Norte de Portugal possui uma grande potencialidade no que diz respeito ao desenvolvimento do turismo, dada a multiplicidade de produtos turísticos que é possível encontrar: praia, montanha, estâncias termais e zonas rurais (Santos e Fernandes, 2010). Para além destes aspetos, é importante salientar as quatro qualificações da UNESCO desta região: o centro histórico do Porto, o centro histórico de Guimarães, o Vale do Douro e o Vale do Côa (ATPN, 2012).

A promoção da RNP, por parte da **Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte**, “*tem como base um conjunto de sete produtos estratégicos, nomeadamente Turismo de Negócios; City & Short Breaks; Gastronomia e Vinhos; Turismo de Natureza; Turismo Religioso; Touring Cultural & Paisagístico e do Património; e Turismo de Saúde e Bem-Estar*” (Porto e Norte, 2013) (Figura 3.6).

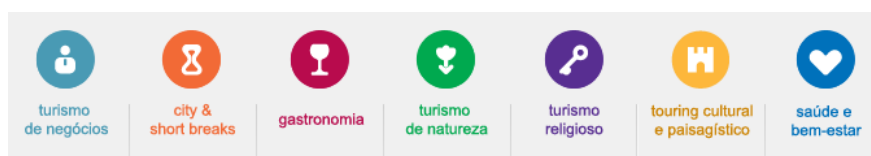


Figura 3.6 – Produtos estratégicos de promoção da Região Norte de Portugal.
FONTE: Porto e Norte (2013)

Segundo o Plano Estratégico Nacional do Turismo, “*pretende-se que o turismo na região cresça em quantidade e valor (...) os objetivos passam por um incremento significativo do turismo de*

¹⁷ O número de passageiros desembarcados em todos os aeroportos portugueses foi de 14.988.057.

lazer na cidade do Porto e pelo desenvolvimento e proteção da região do Douro, onde se pretende um crescimento em quantidade acompanhado por um aumento do valor. Por outro lado, o produto turismo de Negócios deverá reduzir a sazonalidade da região” (MEI, 2007, p.53).

3.3.1.1 Indicadores da Oferta na RNP

No que diz respeito ao estudo da Região Norte, e mais especificamente ao lado da oferta turística, o estudo dos indicadores “estabelecimentos hoteleiros” e “capacidade de alojamento” é indispensável, não só a partir da apresentação e discussão dos valores, mas também a partir da análise da sua evolução ao longo dos anos. Numa primeira instância, pretende-se analisar a Região Norte de Portugal como um todo e, de seguida, compreender o comportamento dos indicadores nas 8 sub-regiões que a compõem¹⁸. Por último, e dado que os municípios constituem a base do estudo da presente investigação, é necessário entender o contributo de cada um para a oferta existente em toda a Região Norte de Portugal.

Assim, e tal como é possível observar no Quadro 3.4, a Região Norte é, de todas as NUTS II, aquela que possui maior oferta de estabelecimentos hoteleiros, representando cerca de 22% do total. Por outro lado, no que diz respeito à capacidade de alojamento, a Região Norte de Portugal é ultrapassada pelas NUTS II Centro, Lisboa e Algarve, representando apenas 13,9% do total. Daqui é possível concluir que, apesar de possuir a maior oferta em termos de estabelecimentos hoteleiros, o número máximo de indivíduos que podem ser alojados nos mesmos é menor do que noutras regiões do país, ou seja, a sua capacidade de alojamento é menor por estabelecimento.

Quadro 3.4 – Estabelecimentos hoteleiros e Capacidade de alojamento por em Portugal e NUTS II.

	EH's (Nº)	Capacidade de Alojamento (Nº)
PORTUGAL	2 019	289 107
CONTINENTE	1 752	251 137
NORTE	453	40 156
Minho-Lima	55	3614
Cávado	65	5451
Ave	32	2665
Grande Porto	167	19202
Tâmega	28	1790
Entre Douro e Vouga	12	1166
Douro	39	2466
Alto Trás-os-Montes	55	3802
CENTRO	414	40 733
LISBOA	311	54 912
ALENTEJO	158	12 874
ALGARVE	416	102 462
R.A. AÇORES	80	8 871
R.A. MADEIRA	187	29 099

FONTE: Elaboração própria com base em INE (2012a).

¹⁸ Tal como já foi referido anteriormente, as 8 sub-regiões correspondem às NUTS III Minho-Lima, Cávado, Ave, Grande Porto, Tâmega, Entre Douro e Vouga, Douro e Alto Trás-os-Montes

Tendo em conta a divisão da Região Norte de Portugal pelas NUTS III anteriormente referidas, é possível destacar, de forma substancial, o Grande Porto, não só em termos de estabelecimentos hoteleiros, mas também tendo em consideração a capacidade de alojamento. De facto, o Grande Porto contribui de forma significativa para a oferta turística da Região Norte, representando cerca de 37% do total de estabelecimentos hoteleiros desta NUTS II, e 48% da capacidade de alojamento. A NUTS III Cávado é a segunda região mais representativa, com uma oferta de estabelecimentos hoteleiros e capacidade de alojamento de 14% e 13,6%, respetivamente, embora seja notória a diferença de representatividade em relação à NUTS III Grande Porto. Na perspetiva contrária, salienta-se a sub-região Entre Douro e Vouga como sendo a que possui menor oferta, não só em termos de estabelecimentos hoteleiros (cerca de 2,6%), mas também relativamente à capacidade de alojamento disponível (cerca de 2,9%).

Outra análise relevante a ter em conta prende-se com o tipo de estabelecimentos hoteleiros existentes em cada NUTS III. A organização deste indicador baseou-se na categorização efetuada pelo INE, e tal como é possível observar, pela Figura 3.7, o Grande Porto destaca-se de todas as outras NUTS III, não só em termos de Hotéis, mas também no que diz respeito ao número de Pensões e Outros Estabelecimentos. Nas NUTS III Minho-Lima, Cávado e Alto Trás-os-Montes, é possível observar que o número de Pensões é superior ao de Hotéis¹⁹. Já nas NUTS III Ave, Tâmega, Entre Douro e Vouga e Douro, os Hotéis superam as Pensões e os Outros Estabelecimentos.

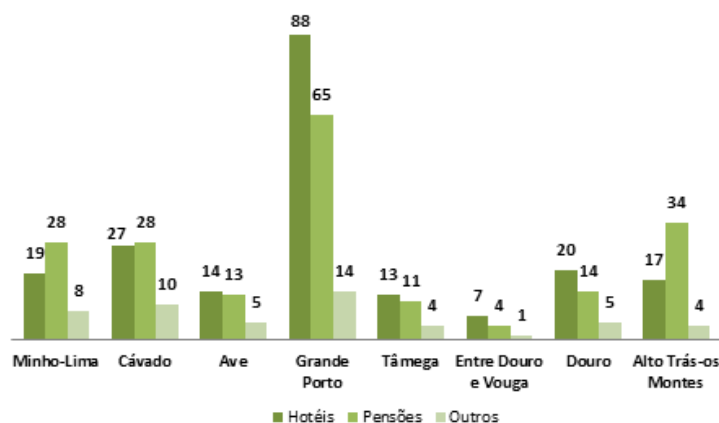


Figura 3.7 – Número e tipo de estabelecimentos hoteleiros da Região Norte de Portugal, por NUTS III.
 FONTE: Elaboração própria com base em INE (2012a).

Relativamente à evolução do número de estabelecimentos hoteleiros nas NUTS III da Região Norte de Portugal, realizou-se um estudo para o período compreendido entre 2000 e 2011 (período mais recente disponibilizado), e tal como é possível entender através da Figura 3.8, há um conjunto de considerações importantes a retirar. Em primeiro lugar, a NUTS III Entre Douro e Vouga é a única que, no período em estudo, não apresentou evoluções significativas, e a sua

¹⁹ A Região Norte de Portugal caracteriza-se por um grande peso das pensões na oferta de alojamento (MEI, 2007).

oscilação ao longo dos anos foi praticamente residual. As NUTS III Ave, Tâmega e Douro registaram alguma evolução, embora sempre compreendida entre os 20 e os 40 estabelecimentos hoteleiros.



Figura 3.8 – Evolução dos Estabelecimentos Hoteleiros da Região Norte de Portugal, por NUTS III.
 FONTE: Elaboração própria com base em INE (2012a)

Minho-Lima, Cávado e Alto Trás-os-Montes, com números de estabelecimentos superiores aos das NUTS III anteriores, registaram evoluções significativas nos primeiros anos em análise, embora depois se tenha verificado uma tendência de estagnação. Mais uma vez, o Porto destaca-se de forma significativa das restantes NUTS III, por ser a região que registou um maior crescimento do número de Estabelecimentos Hoteleiros ao longo do período em análise.

3.3.1.2 Indicadores da Procura na RNP

Tendo em conta a perspetiva da Procura da Região Norte de Portugal, importa destacar dois indicadores relevantes – Hóspedes e Estada Média. Relativamente ao primeiro indicador, o total de Hóspedes nos Estabelecimentos Hoteleiros da Região Norte de Portugal foi de 2 641 977, em 2011. Este valor representa aproximadamente 21% do total de hóspedes de Portugal Continental. Outro aspeto importante que pode ser observado no Quadro 3.5, relaciona-se com o facto da NUTS III Grande Porto se destacar, tal como seria de esperar (tendo em conta os indicadores apresentados do lado da Oferta) – só nesta NUTS III, concentraram-se, no ano de 2011, cerca de 60% dos hóspedes que visitaram a Região Norte de Portugal.

Quadro 3.5 – Número de hóspedes nos Estabelecimentos Hoteleiros na Região Norte de Portugal, em 2011.

CONTINENTE	12 611 323
NORTE	2 641 977
Minho-Lima	162 466
Cávado	276 779
Ave	174 927
Grande Porto	1 548 085
Tâmega	90 679
Entre Douro e Vouga	56 596
Douro	142 488
Alto Trás-os-Montes	189 957

Fonte: Elaboração própria com base em INE (2012a)

Por outro lado, importa entender o perfil dos hóspedes dos estabelecimentos hoteleiros, através do país de residência habitual. Desta forma, e tendo em conta a informação apresentada na Figura 3.9, é possível perceber que cerca de 62% dos hóspedes são residentes em Portugal e, por outro lado, os restantes 38% são de outros países. Deste último grupo, é possível entender que os principais países de residência dos hóspedes coincidem com os principais países emissores para Portugal: Espanha, França, Alemanha, Itália, Reino Unido, Países Baixos e Estados Unidos da América. No entanto, existe ainda um componente “Outros”, onde se concentram os restantes hóspedes que não provêm de nenhum dos países anteriormente referidos.

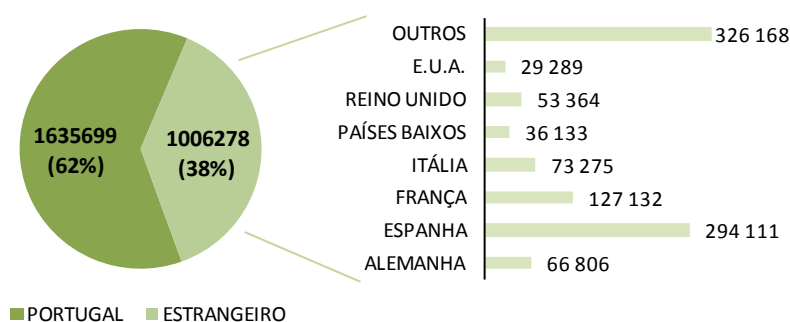


Figura 3.9 – Hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros da Região Norte de Portugal, segundo o país de residência (2011)

FONTE: Elaboração própria com base em INE (2012a)

Posto isto, importa salientar a importância do mercado nacional para o turismo na Região Norte de Portugal, que para além de corresponder a cerca de 62% de hóspedes, equivale a aproximadamente 70% das dormidas (PENT, 2007). Por outro lado, importa perceber a distribuição dos hóspedes que visitam a Região Norte de Portugal por NUTS III, e tendo em consideração o facto de serem Portugueses ou Estrangeiros. Em 2011, e tendo em conta a informação apresentada na Figura 3.10, é possível realçar a grande concentração de hóspedes portugueses e estrangeiros na NUTS III Grande Porto. Por outro lado, esta é a única NUTS III na qual o número de hóspedes portugueses e estrangeiros é praticamente o mesmo, embora o primeiro seja superior.

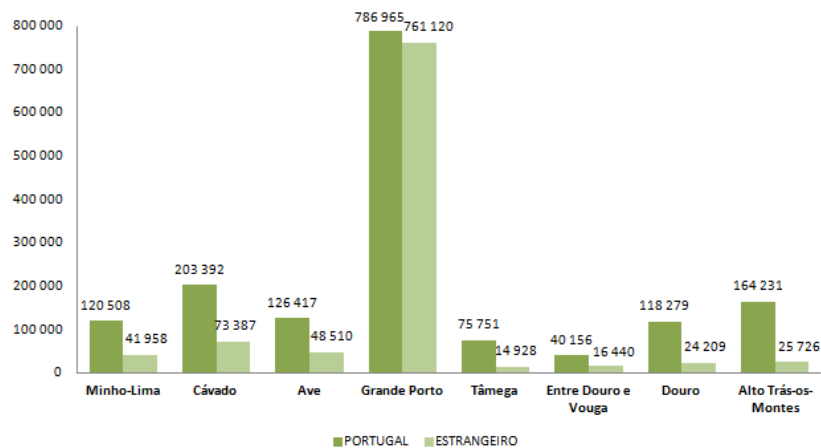


Figura 3.10 – Hóspedes distribuídos pelas NUTS III da Região Norte de Portugal, segundo a residência habitual.

FONTE: Elaboração própria com base em INE (2012a)

Para além disso, é possível observar que em todas as restantes NUTS III, o número de hóspedes provenientes de outras regiões de Portugal é significativamente superior ao número de hóspedes estrangeiros. Tendo em consideração a informação disponibilizada no MEE (2013) um dos objetivos prioritários para a Região Norte de Portugal, em termos de dormidas, prende-se com a importância do crescimento do mercado internacional, no sentido de se atingir um equilíbrio com o mercado nacional, até ao ano 2015.

Relativamente à Estada Média (Quadro 3.6), face aos valores registados para o Continente e para a RNP, é possível verificar que a estada média em termos globais corresponde a mais do dobro que no caso da região em estudo. Isto significa que, por norma, quem visita a RNP, não pernoita durante muito tempo. As NUTS III com maior valor médio de estada média são o Grande Porto e Entre Douro e Vouga (com 1,8), ao passo que o Cávado e a região do Tâmega possuem 1,7 de média. As NUTS III com menor valor são Ave, Douro e Alto Trás-os-Montes.

Quadro 3.6 – Estada média nos Estabelecimentos hoteleiros da Região Norte de Portugal, por NUTS III.

ESTADA MÉDIA NOS EH'S (2011)	
CONTINENTE	2,6
Norte	1,7
Minho-Lima	1,6
Cávado	1,7
Ave	1,5
Grande Porto	1,8
Tâmega	1,7
Entre Douro e Vouga	1,8
Douro	1,5
Alto Trás-os-Montes	1,5

Fonte: Elaboração própria com base em INE (2012a)

O estudo “Perfil dos turistas do Porto e Norte de Portugal” desenvolvido pelo Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo (IPDT), em parceria com a Entidade Regional do Porto e Norte de Portugal (ERTPNP) e o Aeroporto Sá Carneiro (IPDT, 2013), pretende reunir e

sistematizar as principais características dos indivíduos que visitam a região em análise via aeroporto, tais como o perfil sociodemográfico e profissional, as motivações, a forma de organização da viagem, as características da visita, o consumo e satisfação. Desta forma, e tendo em conta os resultados do 2º trimestre de 2013, 40,6% dos indivíduos deslocou-se à RNP por motivos de Lazer, 31,5% para Visita a Familiares e Amigos, 25,2% em Negócios e 2,7% para a realização de Estudos.

Segundo o mesmo estudo, os principais mercados emissores foram os indivíduos provenientes de França (34%), Espanha (19%), Alemanha (13,5%) e Inglaterra (7,7%) e deslocaram-se, maioritariamente, em companhias *Low Cost* (cerca de 46% do total). O principal meio de reserva foi a Internet (68,3%), seguida das empresas empregadoras (24,6%). No que diz respeito à companhia de viagem, predominam os familiares (aproximadamente 75%), seguindo-se colegas de trabalho (16,1%). O município do Porto concentrou cerca de 67% do total de dormidas, seguindo-se os municípios de Gaia, Gondomar e Matosinhos (com uma representatividade menor), e o meio de alojamento principal é o Hotel (representando cerca de 48 pontos percentuais).

Relativamente à estada média na RNP, o segmento de Lazer/Férias pernoita, em média, 3,7 noites; os indivíduos que visitam familiares e amigos atingem as 7 noites e, por último, o segmento de negócios regista uma média de 2,7 noites. Em termos globais, os visitantes da RNP consomem, em média, cerca de 600€ em 6 noites, e as atividades praticadas na região, de uma forma global, passam por experimentar a gastronomia, fazer compras, observar as paisagens, comprar artesanato, visitar monumentos, conhecer a atividade noturna, entre muitos outros aspetos. Por último, importa salientar que a satisfação global com a Região Norte de Portugal – que é avaliada a partir de atributos do destino, tais como alojamento, hospitalidade, relação qualidade/preço, limpeza, gastronomia, natureza, segurança, e outros – é de aproximadamente 6,3 (numa escala de 0 a 7).

A apresentação de um estudo como o que acabou de ser exposto é de grande relevância, dado que pretende sintetizar as principais características dos segmentos que visitam a Região Norte de Portugal, permitindo criar estratégias eficazes de planeamento e desenvolvimento do destino, no sentido de atrair cada vez mais indivíduos de todo o tipo de segmentos. Desta forma, valoriza-se a região, de forma mais consistente, criam-se cada vez mais condições para atrair e fixar os visitantes por mais tempo.

Por último, e tendo em conta as perspetivas delineadas pelo Plano Estratégico Nacional do Turismo (MEI, 2007) para 2015, pretende-se que as dormidas de estrangeiros atinjam entre 3,1 e 3,3 milhões de dormidas de estrangeiros (a uma taxa média anual de 8,5%). Por outro lado, o número de dormidas de turistas nacionais deverá crescer a um ritmo anual de 2,9%.

Para efeitos da presente investigação, o estudo da Região Norte de Portugal teve em conta a divisão do território a partir das 8 NUTS III que o constituem. No entanto, é possível observar que, em muitos estudos relacionados com a RNP, é usual a repartição e a análise do território em quatro secções distintas, ou “destinos turístico-promocionais” – **Minho, Trás-os-Montes, Porto e Douro** (Figura 3.11).



Figura 3.11 – Divisão da Região Norte de Portugal tendo em conta os 4 destinos promocionais.
FONTE: Elaboração própria com base em Idtour (2010).

Importa realçar, no entanto, que as quatro subáreas não correspondem à agregação de NUTS III, mas sim de concelhos. Por outras palavras, a criação dos quatro destinos turístico-promocionais altera, de certa forma, a constituição das NUTS III, dado que algumas acabam por se subdividir e fazer com que determinados concelhos fiquem a pertencer a destinos distintos. Desta forma, e embora esta repartição seja de extrema importância para questões promocionais e de apresentação da informação de forma mais simplificada, a informação estatística é sempre apresentada a partir da organização do território por NUTS III (e respetivos municípios). Daí se ter optado por estudar os diversos indicadores a partir das divisões “convencionais” (NUTS III e municípios). No entanto, importa ressaltar que é também relevante apresentar a abordagem dos quatro destinos, para que seja possível entender alguns aspetos relevantes no capítulo de análise empírica da presente investigação.

3.4 O PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE

3.4.1 ENQUADRAMENTO

O Quadro de Referência Estratégico Nacional define as orientações fundamentais para a utilização nacional de fundos comunitários, no período compreendido entre 2007 e 2013, e a prossecução do objetivo de desenvolvimento da política comunitária de coesão económica e social, que está subjacente ao QREN, concretiza-se através de diversos Programas Operacionais (PO) – **temáticos, regionais, de cooperação territorial** e de **assistência técnica**:

- PO Temáticos (Potencial Humano, Fatores de Competitividade e Valorização do território, cofinanciados pelo Fundo Social Europeu e pelo FEDER e Fundo de Coesão).
- PO Regionais do Continente (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve, cofinanciados pelo FEDER²⁰) e das Regiões Autónomas (Açores e Madeira, cofinanciados pelo FEDER e pelo Fundo Social Europeu).
- PO de Cooperação Territorial (transfronteiriça, transnacional, inter-regional e de redes de cooperação inter-regional, cofinanciados pelo FEDER).
- PO de Assistência Técnica (cofinanciados pelo FEDER e pelo Fundo Social Europeu).

Todos os Programas referidos têm como principal objetivo tornar operacionais três grandes Agendas Temáticas – **Potencial Humano, Fatores de Competitividade e Valorização do Território** –, a partir das quais se pretende assegurar o desenvolvimento económico, social e territorial de Portugal, no período compreendido entre 2007 e 2013. Tal como já foi referido anteriormente, os Programas Operacionais do Continente são totalmente cofinanciados pelo FEDER, e representam cerca de 55% deste fundo estrutural (CCDR-N, 2011).

No âmbito da presente investigação, e tendo em conta toda a informação apresentada até ao momento (com maior destaque para o presente capítulo), o Programa Operacional mais relevante para o estudo e sobre o qual se baseia a análise empírica é o “**Programa Operacional Regional do Norte**”, também denominado “**ON.2 – O Novo Norte**”. Desta forma, de seguida é possível entender as principais características e particularidades deste programa, bem como o estudo da relevância do sector do turismo no âmbito dos investimentos realizados.

“As regiões possuem particulares responsabilidades na gestão de recursos financeiros com incidência no seu desenvolvimento turístico regional, nomeadamente no âmbito dos Programas Operacionais Regionais do QREN 2007-2013” (Fazenda et. al, 2008, p. 87)

O ON.2 – O Novo Norte, ou Programa Operacional Regional do Norte (Figura 3.12), é um instrumento financeiro de apoio ao desenvolvimento regional do Norte de Portugal (NUTS II), integrado no Quadro de Referência Estratégico Nacional e no novo ciclo de fundos estruturais da União Europeia destinados a Portugal, para o período compreendido entre 2007 e 2013. Este programa operacional é o que apresenta a maior dotação financeira quando comparado com os restantes, e é financiado exclusivamente pelo FEDER.

²⁰ O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) “*destina-se a reforçar a coesão económica e social da União Europeia, através da correção dos desequilíbrios regionais*” (Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P., 2013).



Figura 3.12 – Logótipo do Programa Operacional Regional do Norte (ON.2).
 FONTE: Novo Norte (2013)

O PO Regional do Norte representa cerca de 12,5% do total do QREN, e é o principal instrumento financeiro da Região Norte de Portugal. No âmbito dos Programas Operacionais Regionais, tem uma representatividade de 36,8% da dotação financeira, equivalendo a aproximadamente 2,7 mil milhões de euros disponibilizados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Sendo um instrumento financeiro, o programa operacional em análise é considerado um “*contributo estratégico para a promoção do desenvolvimento socioeconómico e territorial da Região Norte de Portugal*” (O Novo Norte).

Este programa assenta em **5 Eixos Prioritários**, compostos por um conjunto de Regulamentos Específicos, com o objetivo de subdividir e organizar os projetos de uma forma coerente, dizendo respeito a diferentes áreas de atuação:

- **Eixo 1: Competitividade, Inovação e Conhecimento** – Composto pelos domínios de intervenção que mais diretamente visam a recomposição da base económica da região e o relançamento da competitividade das atividades de bens transacionáveis internacionalmente (Quadro 3.7).

Quadro 3.7 – Regulamentos específicos do Eixo 1 do ON.2.

<u>Eixo 1 - Regulamentos Específicos</u>
Sistema de Incentivos I&DT
Sistema de Incentivos à Inovação
Sistema de Incentivos à Qualificação de PME
Sistema de Apoio a Infra-estruturas Científicas e Tecnológicas
Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional
Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento
Sistema de Apoio a Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica
Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística
Sistema de Apoio a Ações Colectivas
Apoios à Formação Profissional
Economia Digital e Sociedade do Conhecimento
Energia
Promoção e Capacitação Institucional
Sistema de Apoios à Modernização Administrativa

FONTE: Elaboração própria com base em Novo Norte (2013)

- **Eixo 2: Valorização Económica de Recursos Específicos** – Reflete a importância que é atribuída a recursos próprios do Norte de Portugal (recursos culturais, simbólicos e identitários, naturais, etc.) no quadro de estratégias regionais simultaneamente

diferenciadas e sustentáveis. Este eixo possui apenas um Regulamento Específico, com a mesma designação.

- **Eixo 3: Valorização do Espaço Regional** – Orientado, de forma explícita, para a valorização e qualificação do espaço regional, abrangendo, nomeadamente, a melhoria dos níveis de acesso e qualidade da provisão dos principais serviços coletivos regionais (em particular, valorização e proteção ambiental, espaços de sustentabilidade, saúde e cultura) (Quadro 3.8).

Quadro 3.8 - Regulamentos específicos do Eixo 3 do ON.2.

<u>Eixo 3 - Regulamentos Específicos</u>
Acções de Valorização do Litoral
Acções de Valorização e Qualificação Ambiental
Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados
Optimização da Gestão de Resíduos
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Materiais
Prevenção e Gestão de Riscos Naturais e Tecnológicos - Acções Imateriais
Reabilitação de Locais Contaminados e Zonas Extrativas
Saúde
Património Cultural
Rede de Equipamentos Culturais

FONTE: Elaboração própria com base em Novo Norte (2013)

- **Eixo 4: Coesão Local e Urbana** – Visa promover o desenvolvimento integrado de comunidades sustentáveis, na dupla vertente competitiva e inclusiva e numa perspetiva intergeracional, designadamente da qualificação dos serviços coletivos territoriais de proximidade e da promoção de um sistema urbano simultaneamente mais competitivo e equilibrado (Quadro 3.9).

Quadro 3.9 - Regulamentos específicos do Eixo 4 do ON.2.

<u>Eixo 4 - Regulamentos Específicos</u>
Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação
Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana
Equipamentos para a Coesão Local
Ciclo Urbano da Água "Vertente em baixa - modelo não verticalizado"
Requalificação da Rede Escolar de 1.º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar
Requalificação da rede de escolas dos 2º e 3º ciclos do ensino básico
Acções inovadoras para o desenvolvimento urbano
Iniciativa Jessica
Mobilidade Territorial
Sistema de Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística

FONTE: Elaboração própria com base em Novo Norte (2013)

- **Eixo 5: Assistência Técnica** – Este eixo, de natureza instrumental, junta-se aos eixos prioritários anteriores, no sentido de prestar assistência técnica e financeira à implementação do Programa Operacional (Novo Norte, 2013). Tem como objetivo a implementação e funcionamento dos sistemas e estruturas de coordenação, gestão, acompanhamento, controlo e avaliação e difusão do Programa Operacional Regional. Tal como no caso do eixo 2, o presente eixo possui apenas um Regulamento Específico, com a mesma denominação.

Importa salientar que a distribuição do montante disponibilizado pelo FEDER (aproximadamente 2,7 milhões) não é equitativa. Por outras palavras, os eixos prioritários definidos no PO Regional do Norte possuem pesos relativos distintos. O primeiro (Competitividade, Inovação e Conhecimento) representa 36,1% do total financiado; o segundo eixo (Valorização Económica de Recursos Específicos) tem um peso relativo de 8,7%; a Valorização do Espaço Regional representa 9,8%; o eixo Coesão Local e Urbana é o que abrange o maior montante, com um peso de 42,6%; por último, as questões de Assistência Técnica correspondem a 2,8% do total.

3.4.1.1 O turismo no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte

Sendo o turismo um fenómeno transversal e que se relaciona com inúmeras indústrias e atividades económicas, é possível encontrar referências a esta atividade num alargado conjunto de objetivos e prioridades estratégicas do Programa Operacional Regional do Norte, no período compreendido entre 2007 e 2013. O crescimento do sector do turismo é considerado uma oportunidade valiosa no que diz respeito ao desenvolvimento da Região Norte, *embora esse facto se possa justificar pelo rápido aumento da procura a nível mundial* (CCDR-N, 2012).

O desenvolvimento turístico da Região Norte constitui uma aposta fundamental e distintiva do “ON.2 – O Novo Norte” (CCDR-N, 2012). Essa aposta é traduzida no **apoio a investimentos na valorização turística regional**, quer na **vertente empresarial da oferta** (hotelaria, turismo em espaço rural, animação cultural, ...), no **reforço, qualificação e diversificação das infraestruturas de suporte** (formação especializada, turismo de cruzeiros e fluvial, ...), como em **ações de promoção e animação**.

Através de programas como o ON.2, pretende-se estimular e modernizar a qualidade da oferta dos serviços turísticos e, por outro lado, incentivar e dinamizar a procura de novos produtos. No seguimento do que acabou de ser referido, o turismo é definido, no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte, como um **tema prioritário**, onde se destacam questões como a promoção de recursos naturais, a proteção e desenvolvimento do património natural e, para além destes, outro tipo de assistência destinada a melhorar os serviços culturais (ODRN e CCDR-N, 2009; CCDR-N, 2012).

Tendo em conta as perspetivas de Fazenda et. al (2008, p.88), durante o período 2007 a 2013, "torna-se necessária uma estreita ligação entre os referenciais estratégicos de turismo (de âmbito nacional e regional) e os instrumentos financeiros (nomeadamente do QREN 2007-2013)" e onde se enquadra o Programa Operacional Regional do Norte.

Desta forma, o sector do turismo na Região do Norte tem vindo a merecer cada vez mais atenção, por parte do ON.2, o que está em linha com a sólida expansão que, mesmo num contexto internacional de crise, este sector observa na região. No seu conjunto, os concursos já lançados, associados ao turismo, configuram um nível de apoio público sem precedentes ao desenvolvimento turístico da região, tendo em conta projetos relevantes enquadrados nos objetivos associados à economia do mar e à valorização da cultura e da criatividade, que apresentam igualmente uma vocação turística. Este forte incremento do nível de apoio está em correspondência com o crescimento que a atividade turística tem observado na região (CCDR-N, 2012).

De um modo geral, os projetos que visam a qualificação territorial apresentam uma componente infraestrutural mais significativa e, por isso, são financeiramente mais pesados, enquanto aqueles que se destinam à promoção regional e local são mais de natureza imaterial e, portanto, apresentam níveis de financiamento mais reduzidos (ODRN e CCDR-N, 2009).

Tal como já foi referido anteriormente, o Programa Operacional Regional do Norte encontra-se dividido em 5 Eixos Prioritários que, por sua vez, se fragmentam em Regulamentos Específicos. O turismo encontra-se contemplado nos quatro eixos principais – (i) Competitividade, inovação e conhecimento; (ii) Valorização económica de recursos específicos; (iii) Valorização do espaço regional e (iv) Coesão local e urbana – sendo possível destacar o segundo como aquele que possui uma ligação mais estreita com a indústria em análise. Tal como o nome indica, a valorização económica de recursos específicos diz respeito a questões relacionadas com os recursos da região em estudo, bem como o seu aproveitamento estratégico. Assim sendo, o turismo está associado, em grande parte, à utilização dos recursos naturais, culturais e patrimoniais dos destinos e, por isso, faz sentido que grande parte dos objetivos relacionados com esta atividade se concentre no Eixo 2. Como forma de comprovar a informação que acabou de ser exposta, um dos principais objetivos específicos do Eixo Prioritário II relaciona-se com a **Valorização Económica da Excelência Turística Regional**.

Este objetivo específico, totalmente direcionado para o sector do turismo, abrange e enfatiza um conjunto de questões essenciais, tais como a promoção da marca "Porto e Norte de Portugal", os principais produtos turísticos da RNP, os investimentos em infraestruturas de apoio ao desenvolvimento do turismo e o restauro e conservação de património com potencialidades turísticas. Por último, e ainda no âmbito deste objetivo, um dos principais focos centra-se no Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro, através de um conjunto de intervenções e promoção e preservação de todos os recursos disponíveis.

Por outro lado, é possível encontrar referências ao sector do turismo noutros contextos, ou seja, há um conjunto de objetivos que referenciam o sector do turismo, mesmo não sendo esse o seu contexto principal. É o caso dos objetivos “Requalificação, inovação e reforço das cadeias de valor nos sectores de especialização” e “Promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional e local”, pertencentes ao eixo prioritário 1; “Valorização de novos territórios de aglomeração de atividades económicas” e “Valorização económica de recursos endógenos em espaços de baixa densidade e diversificação da atividade económica dos territórios rurais”, pertencentes ao eixo prioritário 2; e, por último, “Qualificação da rede regional de espaços de sustentabilidade”, pertencente ao eixo prioritário 3.

3.5 CONCLUSÃO

O turismo em Portugal é considerado um fenómeno relevante não só em termos económicos, mas também sociais, e contribui de forma significativa não só para o desenvolvimento a nível nacional, mas também aos níveis regional e local. A diversidade de recursos, produtos, e todos os elementos da oferta fazem deste país um local bastante atrativo para visitantes de todo o mundo. A entidade máxima responsável pela gestão e dinamização da indústria ao nível nacional é o Turismo de Portugal, I.P., e é esta que tem legitimidade para definir a política de turismo.

Em termos de indicadores relacionados o turismo, Portugal ocupou o 10º lugar em termos de chegadas internacionais e o 14º em termos de receitas, em 2011, tendo em conta o seu posicionamento na Europa. Por outro lado, contribuiu para 7,3% do emprego e para 9,2% do PIB, em 2010. Tendo em consideração os principais indicadores da oferta turística, Portugal possuía 2.019 estabelecimentos hoteleiros, com um total de 128.336 quartos e uma capacidade de alojamento de 289.107 camas, em 2012. Relativamente aos indicadores da procura turística, o número de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros foi superior a 13,8 milhões de visitantes, equivalente a 39,7 milhões de dormidas, e uma estada média a rondar 3 noites. Importa também destacar a proporção de hóspedes estrangeiros, que ultrapassa os 50%, sendo possível enfatizar a relevância do desenvolvimento da atividade turística no país.

No âmbito da presente investigação, importa salientar do contexto nacional uma região específica, que constitui o objeto de análise dos capítulos subsequentes, e que permitirá efetuar uma ligação entre as componentes teórica e prática: a Região Norte de Portugal. Esta NUT II caracteriza-se pela sua história e por um conjunto de particularidades únicas, sendo constituída por elementos que não é possível encontrar noutros locais, e que não permitem qualquer tipo de qualificação.

Em termos gerais, esta região subdivide-se em 8 NUTS III que, por sua vez, organizam 86 concelhos e 2.028 freguesias. No que diz respeito ao sector do turismo, a Região Norte possui 453 estabelecimentos hoteleiros (cerca de 22,4% do total ao nível nacional) e uma capacidade

de alojamento de 40.156 (equivalente a 13,9% do total nacional). Ao nível das NUTS III que compreendem a RNP, destaca-se o Grande Porto como a que concentra o maior número de estabelecimentos hoteleiros (aproximadamente 50% do total da região) e, também, a maior capacidade de alojamento (cerca de 50%, também). Ao nível da procura turística, o número de hóspedes, em 2012, superou os 2,6 milhões e o número de dormidas foi superior a 4,5 milhões.

Dado que a Região Norte de Portugal constitui o caso de estudo da presente investigação, importa realçar a importância do Programa Operacional Regional do Norte (ON.2), como instrumento financeiro integrado no QREN, para o período compreendido entre 2007 e 2013. Este programa orienta-se por 5 eixos prioritários – Competitividade, Inovação e Conhecimento; Valorização Económica dos Recursos Específicos; Valorização do Espaço Regional; Coesão local e Urbana; e, por último, Assistência Técnica, e é unicamente financiado pelo FEDER. Dado que o ON.2 é composto por projetos relacionados com as mais variadas áreas, revelou-se importante perceber o posicionamento do turismo no âmbito do programa.

Assim, foi possível entender que o turismo é uma aposta sólida do Programa Operacional Regional do Norte, e passa pela valorização turística regional, pelo reforço, qualificação e diversificação de infraestruturas e ações de promoção e animação. Apesar de ser referido inúmeras vezes em contextos diversificados, o sector do turismo enquadra-se, maioritariamente, num objetivo específico do Programa Operacional, relacionado com a Valorização Económica da Excelência Turística Regional, tendo em consideração os recursos e o património existentes, e por outro lado todo o aproveitamento desses elementos.

CAPÍTULO 4. METODOLOGIA

4.1 INTRODUÇÃO

Dado por concluído o enquadramento teórico da presente dissertação, apresenta-se a metodologia, secção que constitui o elemento de ligação entre a componente de revisão bibliográfica e a análise empírica. Segundo Costa (2012, p.179), “*é neste capítulo que se realiza o enquadramento e explicação da metodologia adotada, a definição do modelo de análise e a explicação e sequência do processo de investigação*”.

Em primeiro lugar, é necessário realçar a importância do processo de investigação em turismo, dado que é possível estudar esta indústria através de um largo conjunto de perspectivas, disciplinas académicas, teorias, e métodos (Botterill e Platenkamp, 2012). Tal como refere Smith (2010), a investigação em turismo é realizada por leque alargado de pessoas, pelas mais variadas razões (em meios académicos, por parte dos governos e indústrias, ou para diferentes processos de tomada de decisão).

Segundo a OMT (2001), a investigação em turismo baseia-se no “processo de formulação de perguntas, na recolha sistemática de informação para responder a essas perguntas, e na organização e análise dos dados com o intuito de obter padrões de comportamento, relações e tendências que auxiliem a compreensão desta indústria, a tomada de decisões e a previsão de determinados cenários”.

De acordo com Veal (2006), é possível identificar três tipos de investigação: **descritiva** (tal como o nome indica, refere-se ao processo de descoberta e exposição dos fenómenos que estão a ser alvo de estudo), **explicativa** (vai para além da descrição dos fenómenos, ou seja, pretende compreender os padrões e tendências observados – tenta responder às questões “Porquê?” e “Como?”) e, por último, de **avaliação** (permite apreciar o sucesso ou eficácia de políticas e programas).

A presente investigação é composta pelas três abordagens que foram expostas anteriormente, em diferentes momentos. Os capítulos teóricos correspondem à investigação descritiva, dado que se procedeu ao estudo e exposição das temáticas a abordar; por outro lado, a análise empírica, apresentada nos capítulos subsequentes consiste numa investigação explicativa, sendo que tenta expor e esclarecer, através de variadas técnicas, os fenómenos identificados na primeira fase; por último, o segmento de avaliação encontra-se presente em todas as conclusões retiradas, a partir das quais foi possível retirar ideias, deduções e consequências de toda a informação estudada.

Neste sentido, o capítulo metodológico encontra-se dividido num conjunto de procedimentos e etapas, que correspondem aos diferentes capítulos da presente investigação. Desta forma,

num primeiro momento, apresenta-se a “Seleção do tema e definição do problema e objetivos de investigação”, seguida da “Definição do Modelo Teórico” e, por último da “Definição do modelo de investigação (ou análise empírica)”. Cada uma das fases encontra-se devidamente explicada, apresentando-se, assim, as principais ideias a ter em consideração em cada capítulo da investigação, não só em termos teóricos, mas também tendo em conta as questões práticas.

4.2 ETAPAS DO PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

“A conceção e o desenho do modelo de investigação são centrais para qualquer investigação” (Costa, 2012, p.182). Nesse sentido, apresentam-se as perspetivas de diferentes autores (Veal, 2006; Quivy e Campenhoudt, 1998) ou entidades (OMT, 2001), no sentido de se compreender, de melhor forma, a relevância do desenvolvimento de um modelo de investigação, e respetivas etapas ou procedimentos.

O modelo do processo de investigação apresentado por Veal (2006) encontra-se dividido em 9 fases distintas – (i) Seleção do tema; (ii) Revisão da literatura; (iii) elaboração do quadro conceptual; (iv) Perguntas de investigação; (v) Necessidade de informação; (vi) Tomada de decisão relativamente à estratégia de investigação; (vii) Obtenção de certificação “ética”; (viii) Condução da investigação; e, por último, (ix) Conclusões da investigação. No entanto, o mesmo autor defende que os projetos de investigação podem não seguir o mesmo processo e a mesma sequência de fases anteriormente expostas.

De acordo com a OMT (2001), o processo de investigação integra 7 fases: (i) enfoque e justificação do problema; (ii) construção do modelo teórico; (iii) determinação da população objeto de estudo e da amostra correspondente; (iv) codificação e obtenção dos dados; (v) análise dos resultados; (vi) adequação da investigação aos fins propostos; (vii) conclusões do estudo.

Para Quivy e Campenhoudt (1998, p.26-28), o procedimento metodológico é composto por 7 etapas: (i) a pergunta de partida; (ii) a exploração – que inclui as leituras e as entrevistas exploratórias; (iii) a problemática; (iv) a construção do modelo teórico; (v) a observação; (vi) a análise das informações; e, por último, (vii) as conclusões. Para além da definição destas 7 etapas, estes autores identificam três atos distintos no procedimento metodológico: a **ruptura** – *“romper com os preconceitos e as falsas evidências”* – a **construção** – *“um sistema conceptual organizado, suscetível de exprimir a lógica que o investigador supõe estar na base do fenómeno”* – e, por último, a **verificação** – *“uma proposição só tem direito ao estatuto científico na medida em que pode ser verificada pelos factos”*.

Desta forma, a análise dos modelos anteriormente citados permitiu a elaboração do processo de investigação do presente estudo, através do ajuste de algumas etapas e da introdução de outras. Desta forma, para que seja possível compreender os conteúdos, a ordem de ideias e a

organização do presente estudo, foram definidas 7 etapas no procedimento metodológico, tal como é possível observar na Figura 4.1.

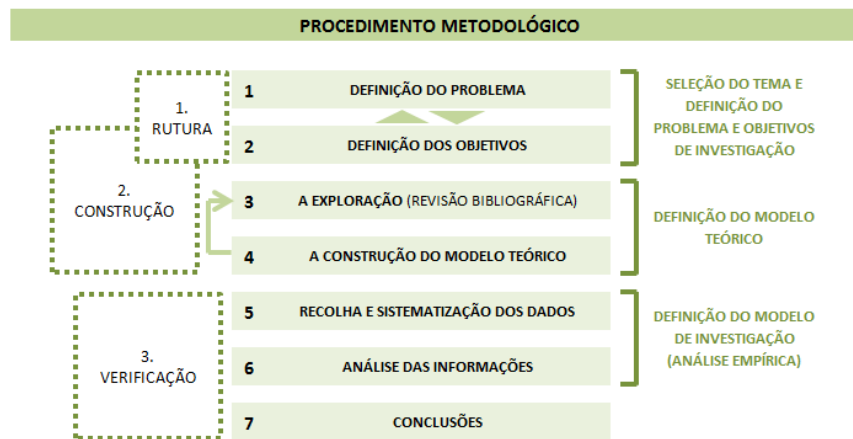


Figura 4.1 – Etapas do procedimento metodológico.

FONTE: Elaboração própria com base em OMT (2001), Quivy e Campenhoudt (1998), Veal (2006)

As duas primeiras fases, “definição do problema” e “definição dos objetivos”, enquadram-se na etapa da **seleção do tema e definição do problema e objetivos de investigação**; por outro lado, a “exploração” e a “construção do modelo teórico” inserem-se na **definição do modelo teórico**; por último, a “recolha e sistematização dos dados” e a “análise das informações” incluem-se na questão da **definição do modelo de investigação**, ou seja, a análise empírica.

Por outro lado, é possível associar as três fases definidas por Quivy e Campenhoudt (1998) – rutura, construção e verificação – às diferentes etapas do processo de investigação. Tal como é possível observar na Figura 4.1, a definição do problema e dos objetivos diz respeito à rutura; a construção, por sua vez, corresponde à definição dos objetivos, à exploração e à definição do modelo teórico; e, por último, a recolha e sistematização dos dados, a sua análise e as respetivas conclusões enquadram-se na fase da verificação.

Posto isto, o capítulo metodológico subdivide-se nas três secções acima expostas, ou seja, em primeiro lugar apresenta-se a seleção do tema e a definição do problema e objetivos de investigação; segue-se a definição do modelo teórico e, por último, a definição do modelo de investigação. Cada uma das três etapas possui um conjunto de subsecções, no sentido de organizar a informação e apresentar, com a maior clareza, a estrutura e ordem de ideias desta investigação.

4.2.1 SELEÇÃO DO TEMA E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA E OBJETIVOS DE INVESTIGAÇÃO

4.2.1.1 Definição do problema

A definição do problema de investigação constitui uma das partes mais importantes de uma investigação (Kerlinger, 1986). Quivy e Campenhoudt (1998) defendem que “a melhor forma

de começar um trabalho de investigação em ciências sociais consiste em esforçar-se por enunciar o projeto sob a forma de uma pergunta de partida” (p.44). Tal como refere Smith (2010), a investigação em turismo, tal como acontece noutros tipos de investigação, inicia-se com o levantamento de questões, e está associada à descoberta de conhecimento novo e útil.

Desta forma, a definição do problema de investigação da presente investigação constituiu o ponto de partida e o momento a partir do qual se desenrolou todo o processo de estudo. Esta questão é importante para dar continuidade ao trabalho, na medida em que é sobre esta que incide toda a investigação realizada, isto é, todos os componentes (teóricos ou práticos) têm que estar relacionados com a pergunta de investigação, para que, no final, seja possível encontrar respostas e explicações para a mesma.

Tendo em conta todos os pressupostos acima referidos, definiu-se a seguinte pergunta de investigação: ***“De que forma é que o investimento público realizado no sector do turismo pode contribuir para alavancar e melhorar as condições de desenvolvimento do sector ao nível local?”***.

4.2.1.2 Definição dos objetivos de investigação

O objetivo central da investigação – ***Demonstrar que o investimento por parte do sector público no turismo pode contribuir para alavancar e melhorar as condições de desenvolvimento do sector ao nível local*** – pretende dar resposta à questão inicial (pergunta de investigação) e subdivide-se em vários objetivos gerais, correspondentes aos diferentes capítulos da investigação.

Posto isto, e tal como é possível observar na Figura 4.2, apresenta-se a relação entre a pergunta de investigação, o objetivo central e os objetivos gerais (bem como a sua associação aos diferentes capítulos). Nenhum dos elementos referidos é estático, antes pelo contrário: todos se encontram interligados e influenciam-se mutuamente. Em primeiro lugar, o objetivo central está diretamente relacionado com a pergunta de investigação, ou seja, é a partir do mesmo que é possível dar resposta à questão definida inicialmente.

Por outro lado, todos os objetivos gerais definidos contribuem para responder à questão inicial, ou seja, todos objetivos definidos no enquadramento teórico e na análise empírica ajudam a responder ao objetivo central que, por sua vez, vai permitir tirar conclusões a partir da pergunta inicialmente elaborada.

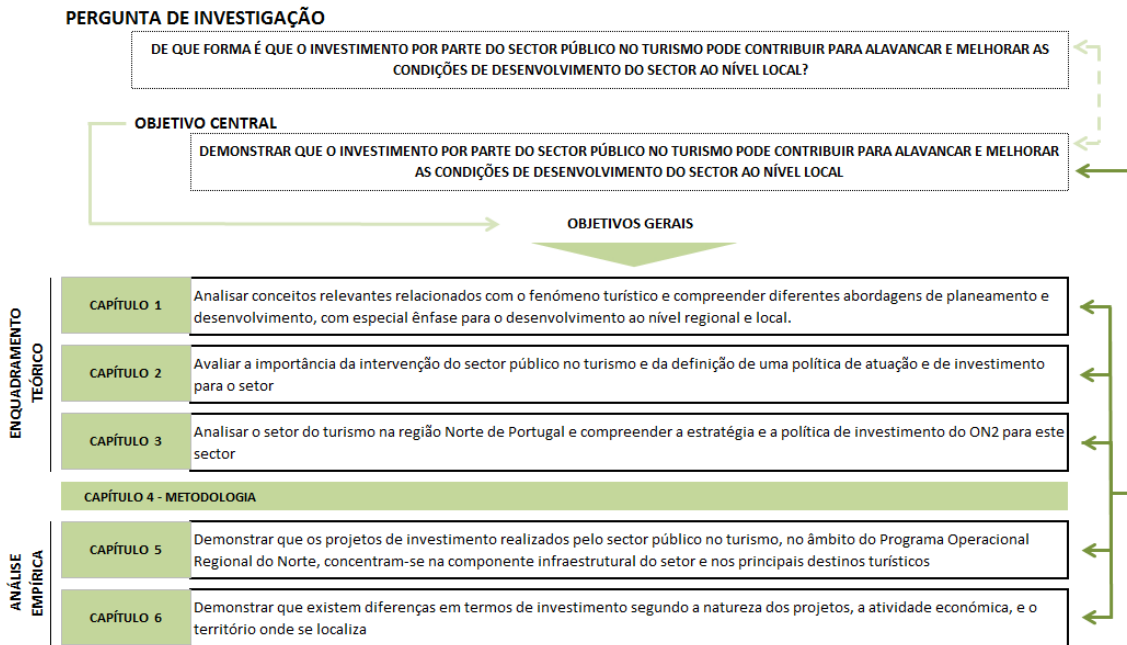


Figura 4.2 – Pergunta e os objetivos da investigação.
FONTE: Elaboração própria.

4.2.1.2.1 Objetivos específicos da investigação

Cada capítulo da investigação é composto por um objetivo geral que, por sua vez, se subdivide em dois objetivos específicos, em todos os casos. Os últimos pretendem identificar, de forma mais específica, as áreas abordadas no capítulo no qual se inserem, no sentido de facilitar o cumprimento dos objetivos mais genéricos e, conseqüentemente, responder à pergunta de investigação definida inicialmente.

Por outro lado, a definição de objetivos mais pormenorizados é útil, pelo facto de ser possível orientar a investigação de forma mais eficaz, dado que ao atingir os objetivos específicos responde-se, à partida, ao objetivo geral de cada capítulo. O Quadro 4.1 apresenta a ligação entre os diferentes objetivos definidos, no sentido de facilitar a compreensão geral dos elementos que compõem a investigação.

Quadro 4.1– Objetivos gerais e específicos de cada capítulo da investigação.

OBJETIVOS GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Capítulo 1. Analisar conceitos relevantes relacionados com o fenómeno turístico e compreender diferentes abordagens de planeamento e desenvolvimento, com especial ênfase para o desenvolvimento ao nível regional e local	<ol style="list-style-type: none"> 1. Compreender a estrutura da cadeia de valor do sector do turismo 2. Avaliar a importância do sector do turismo para o desenvolvimento regional e local
Capítulo 2. Avaliar a importância da intervenção do sector público no turismo e da definição de uma política de atuação e de investimento para o sector	<ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliar a relevância da intervenção do sector público no turismo 2. Compreender a importância da definição de uma política estratégica e de investimento público para o sector do turismo
Capítulo 3. Analisar o sector do turismo na região Norte de Portugal e compreender a estratégia e a política de investimento do ON2 para este sector	<ol style="list-style-type: none"> 1. Analisar a importância do sector do turismo, em termos da oferta e da procura, na região Norte de Portugal 2. Entender a estrutura político-estratégica e de financiamento do ON2
Capítulo 5. Demonstrar que os projetos de investimento realizados pelo sector público no turismo, no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte, concentram-se na componente infraestrutural do sector e nos principais destinos turísticos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Demonstrar que o investimento público no sector do turismo, no período de 2007-2013, concentra-se principalmente na componente infraestrutural e de qualificação da oferta do sector 2. Demonstrar que entre 2007-2013, o investimento público no turismo, na região Norte, concentrou-se fundamentalmente nos principais destinos turísticos
Capítulo 6. Demonstrar que existem diferenças em termos de investimento segundo a natureza dos projetos, a atividade económica, e o território onde se localiza	<ol style="list-style-type: none"> 1. Demonstrar que o investimento médio varia de acordo com a natureza do investimento e a atividade económica 2. Demonstrar que não existem diferenças em termos de investimento médio no que diz respeito à sua territorialização

FONTE: Elaboração própria.

4.2.2 DEFINIÇÃO DO MODELO TEÓRICO

4.2.2.1 A exploração – Revisão bibliográfica

“Quando um investigador inicia um trabalho, é pouco provável que o assunto tratado nunca tenha sido abordado por outra pessoa, pelo menos em parte ou de forma indireta. (...) É, portanto, normal que um investigador tome conhecimento dos trabalhos anteriores que se debruçam sobre objetos comparáveis e que explicita o que aproxima ou distingue o seu trabalho destas correntes de pensamento” (Quivy e Campenhoudt, 1998, p.50).

Tal como é possível observar a partir da Quadro 4.2, a realização do enquadramento teórico deste estudo envolveu a pesquisa e análise pormenorizada de uma extensa lista de referências bibliográficas, onde se apresentam diferentes perspetivas e abordagens, e o facto de se apresentarem informações com anos de publicação significativamente distantes permite, por um lado, comparar diferentes teorias e, por outro, entender se se verificaram mudanças ao longo dos anos, no que diz respeito às diversas temáticas abordadas nos primeiros capítulos teóricos.

As referências pesquisadas e consultadas possuem particularidades distintas, e não provêm todas das mesmas fontes. Para a realização da componente teórica analisaram-se diversas referências bibliográficas, tais como livros, artigos publicados em coletâneas de artigos, artigos em publicações periódicas científicas, documentos de diversas entidades (INE, Turismo de Portugal, Organização Mundial do Turismo, OCDE, etc.), legislação, dissertações de mestrado e doutoramento, revistas e jornais, entre muitos outros.

Quadro 4.2 – Enquadramento teórico: principais referências bibliográficas.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	
CAPÍTULO I	Hall, 2008; Veal, 2002; Murphy, 1985; Hall e Page, 2002; OMT, 1998; Goeldner e Ritchie, 2009; Inskoop, 1991; Costa, 2012; Cooper et. al, 1993; Pearce, 1989; Vanhove, 2005; Reid, 2003; Simão e Partidário, 2012; Doswell, 1997; Davidson e Maitland, 1997; Breda, 2001; Liu e Wall, 2006; Kerr, 2003; Sharpley e Telfer, 2002; Pike, 2006; OMT, 2013; UE, 1997; Shone e Memon, 2008; Elliott, 1997; Mathieson e Wall, 1982; Bull, 1995; Murphy e Murphy, 2004
CAPÍTULO II	Hall, 2008; Goeldner e Ritchie, 2009; Hall, 1994; Jeffries, 2001; Costa, 2012; Veal, 2002; Elliott, 1997; Holloway, 1994; Costa, 1996; Dredge e Jenkins, 2007; Shone e Memon, 2008; Murphy e Murphy, 2004; Wang e Bramwell, 2013; Ruhanen, 2013; OMT, 1998; Hall e Jenkins, 1995; O'Brien, 2010; Devine e Devine, 2011; Briedenham, 2007; Kerr, 2003; Bramwell, 2011; Jessop, 2008; Breda, 2001; Holloway e Taylor, 2006; OCDE, 2013; Cooper e Flehr, 2006; Alejziak, 2008; Dredge e Jenkins, 2003; Smith, 1989; Pforr, 2005; Liu, Tzeng e Lee, 2012; Dredge e Jenkins, 2011; Maitland, 1997; Wanhill, 1987; Wang e Ap, 2013; Solá, 1996; Beaumont e Dredge, 2010; Fazenda, Silva e Costa, 2008; Pearce, 2001
CAPÍTULO III	Instituto Nacional de Estatística (1990; 1995; 2000; 2005; 2007-2013); Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional; Turismo de Portugal, Governo de Portugal; Novo Norte, 2013; Simão e Partidário, 2012; Costa, 2004; Costa, 2012; AICEP, 2012; Associação de Turismo do Porto e Norte, 2012; PENT, 2007; PENT, 2013; Carvalho et. al, 2012; idtour, 2010

FONTE: Elaboração própria

4.2.2.2 Construção do modelo teórico

“A construção de um quadro conceptual é a parte mais importante de qualquer investigação e, também, a mais difícil. (...) Envolve todas as temáticas abordadas na investigação e as diferentes relações entre estas” (Veal, 2006, p.54). Segundo Quivy e Campenhoudt (1998, p.109), *“o trabalho exploratório tem como função alargar a perspetiva de análise. (...) Porém, estas perspetivas e ideias novas devem poder ser exploradas o melhor possível para compreender e estudar de forma precisa os fenómenos concretos que preocupam o investigador. (...) É necessário, portanto, traduzi-las numa linguagem e em formas que as habilitem a conduzir o trabalho sistemático de recolha e análise de dados que deve seguir-se”*.

Assim, é possível afirmar que um modelo teórico é um quadro conceptual que tem como principal objetivo explicar as relações entre diferentes abordagens, variáveis ou áreas de estudo. De acordo com Smith (2010), os modelos são uma forma de simplificar a informação e são construídos com o intuito de apresentar os principais conceitos e relações rápida e eficazmente. Para Finn, Elliott-White e Walton (2000), uma investigação contém muita componente descritiva. Porém, é importante apresentar a informação de forma coerente, para que seja possível compreender os processos, relações e áreas abordados ao longo do estudo. É usual que essa informação seja apresentada com recurso a um quadro conceptual – o modelo teórico – que deriva de toda a teoria presente na investigação.

Tendo em conta a perspetiva de Veal (2006), são quatro os elementos que devem estar presentes na elaboração de um modelo teórico: (i) a **exploração e explicação das relações entre os diferentes conceitos**; (ii) a **identificação dos conceitos**; (iii) a **definição dos conceitos**; (iv) a **operacionalização dos conceitos**. Tendo em conta a informação anteriormente exposta, o modelo teórico elaborado para a presente investigação, apresentado na Figura 4.3, tem como principal objetivo relacionar todos os elementos pertencentes a cada capítulo, ou seja, pretende criar associações e apresentar toda a informação relevante que foi abordada no enquadramento teórico.

Tal como é possível observar no modelo apresentado, a componente teórica da presente investigação é composta por três capítulos:

1. **O sector do turismo** – Inclui questões relacionadas com a importância desta indústria, sistematização de conceitos relevantes, planeamento e desenvolvimento, impactos do turismo no desenvolvimento (local e regional) entre outras.
2. **Sector público e turismo** – Aborda a relevância da intervenção do sector público no turismo, as suas principais funções e níveis de intervenção, as políticas públicas definidas para a indústria, e especial enfoque para o investimento público.
3. **O turismo na Região Norte de Portugal** – Destaca as principais características do turismo em Portugal e, mais especificamente, do caso específico da Região Norte de Portugal, sobre a qual incide a investigação, e, por último, apresenta o caso concreto do Programa Operacional Regional do Norte (ON.2).

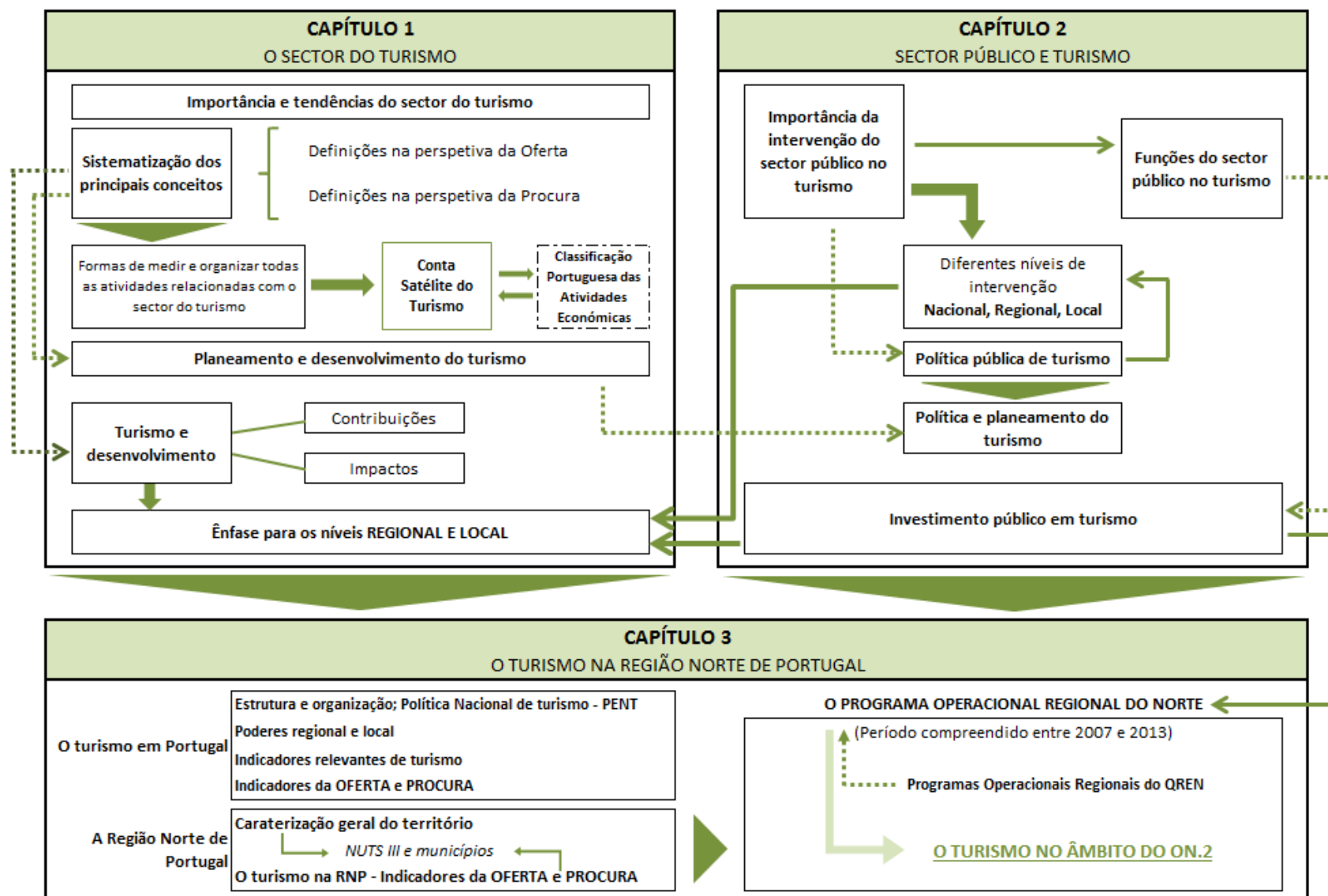


Figura 4.3 – Modelo teórico da investigação.
 FONTE: Elaboração própria.

Porém, apesar de conterem informações distintas, todos os capítulos estão relacionados, ou seja, é importante realçar a interligação entre os diferentes componentes, não só no seio de cada capítulo, mas também entre os diversos temas apresentados. A identificação dessas relações é extremamente relevante para provar que os capítulos não são apresentados de forma independente. Por outras palavras, é possível relacioná-los e associá-los, podendo mesmo influenciar-se mutuamente, e todos contribuem de forma significativa para a compreensão de toda a informação apresentada, bem como para estabelecer relações entre a componente teórica e a prática.

Ao analisar com atenção o modelo teórico apresentado, são evidentes as relações e correspondências entre os dois primeiros capítulos – “o sector do turismo” e o “sector público e turismo” –, na medida em que algumas temáticas se encontram direta ou indiretamente associadas. Porém, o terceiro capítulo aparece representado de forma distinto, pelo facto de ser o resultado da convergência dos capítulos anteriores, ou seja, tem em conta as conclusões retiradas dos dois primeiros capítulos, e apresenta um caso de estudo onde apresenta dados relevantes e, por outro lado, aplica e adapta a informação exposta anteriormente.

4.2.3 DEFINIÇÃO DO MODELO DE INVESTIGAÇÃO – ANÁLISE EMPÍRICA

4.2.3.1 *Recolha e sistematização dos dados*

4.2.3.1.1 *Base de dados e variáveis em análise*

A análise empírica desta investigação assenta no investimento público em turismo, por parte do sector público, no período compreendido entre 2007 e 2013, período de vigência do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e, mais especificamente, do Programa Operacional Regional do Norte (ON.2), dado que é sobre a Região Norte de Portugal que incide o presente estudo. Para a referida análise, foi cedida, por parte da **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N)**, uma **base de dados** com o total de projetos aprovados no âmbito do ON.2, no período identificado. No sentido de ser possível entender quais os principais investimentos realizados por parte do sector público em turismo, na Região Norte de Portugal (RNP), a base de dados original sofreu um conjunto de alterações, explicadas de seguida.

Inicialmente, a base de dados era composta por um total de 2.337 projetos de investimento, enumerados e caracterizados com recurso a 24 variáveis, apresentadas à frente com maior pormenor. No entanto, este conjunto de projetos dizia respeito a investimentos efetuados nas mais diversas áreas (saúde, educação, ambiente, entre muitas outras) e no sentido de ir ao encontro da ideia exposta no início desta secção, o objetivo era perceber o investimento efetuado no sector do turismo, por parte do sector público. Assim, e antes de ser possível prosseguir com a componente empírica da investigação, foi necessário “filtrar” os projetos, com o intuito de incluir na análise apenas aqueles que estivessem relacionados, de forma

direta ou indireta, com o sector do turismo. Para isso, procedeu-se à realização de dois processos/análises distintos, que serão expostos de seguida, e que se encontram sistematizados na Figura 4.4.

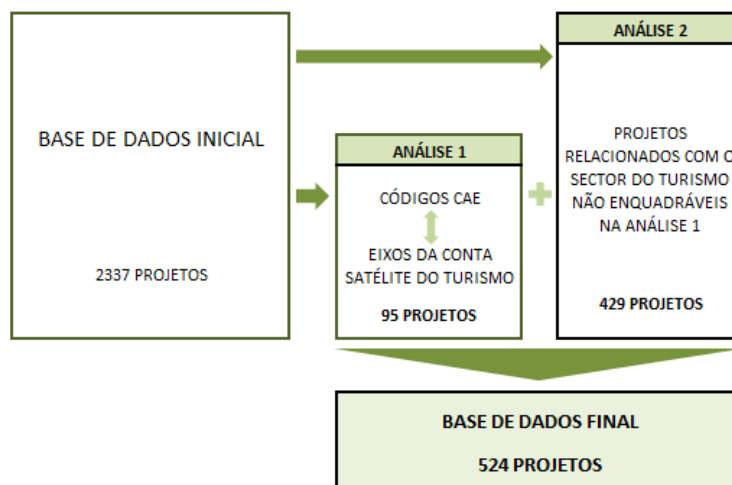


Figura 4.4 – Processo de seleção dos projetos para a base de dados final.

FONTE: Elaboração própria.

Em primeiro lugar, numa primeira fase foram estudados os códigos CAE associados a cada projeto (uma das principais variáveis da base de dados), e foi realizada uma seleção daqueles que estavam diretamente associados aos diferentes eixos da Conta Satélite do Turismo²¹. Esta análise permitiu, num primeiro momento, selecionar um total de **95 projetos** com Códigos CAE associados aos seguintes eixos da CST (não só em termos de atividades características, mas também incluindo as não características):

- 47784 (Comércio a retalho de outros produtos novos, em estabelecimentos especializados, n.e.) – **Atividades não específicas do turismo**
- 47890 (Comércio a retalho em bancas, feiras e unidades móveis de venda, de outros produtos) – **Atividades não específicas do turismo**
- 49310 (Transportes terrestres, urbanos e suburbanos, de passageiros) – **Transportes de passageiros**
- 52220 (Atividades auxiliares dos transportes por água) – **Transportes de passageiros**
- 82300 (Organização de feiras, congressos e outros eventos similares) – **Outros serviços de turismo**
- 84130 (Administração Pública - atividades económicas) – **Outros serviços de turismo**
- 88990 (Outras atividades de apoio social sem alojamento, n.e.) – **Outros serviços de turismo**
- 90010 (Atividades das artes do espetáculo) – **Serviços culturais**
- 90040 (Exploração de salas de espetáculos e atividades conexas) – **Serviços culturais**
- 91020 (Atividades dos museus) – **Serviços culturais**
- 91030 (Atividades dos sítios e monumentos históricos) – **Serviços culturais**
- 91042 (Atividade dos parques e reservas naturais) – **Serviços culturais**
- 93110 (Gestão de instalações desportivas) – **Recreação e lazer**

²¹ Para entender de forma clara a associação entre os códigos CAE e a CST, ver **secção 1.2.1.1**.

- 93192 (Outras atividades desportivas, n.e.) – **Outros serviços de turismo**
- 93292 (Atividades dos portos de recreio (marinas)) – **Outros serviços de turismo**

Torna-se possível entender, a partir da informação apresentada, que os projetos selecionados a partir desta análise estão diretamente associados ao sector do turismo, e a sua relação com a Conta Satélite do Turismo é evidente e, também, diversificada. Os projetos incluem-se em Códigos CAE associados a diversos eixos da Conta Satélite do Turismo, podendo destacar-se a predominância dos **Serviços Culturais**, de **Outros serviços de turismo**, **Transportes de passageiros**, entre outros.

Por outro lado, e pelo facto de existir um número substancial de projetos que não se enquadravam na análise anterior, dada a inexistência de ligações entre os respetivos códigos CAE e os eixos da CST, realizou-se uma segunda análise, com o objetivo de selecionar a totalidade de projetos com ligação direta, e evidente, ao sector do turismo.

Esta análise, de teor mais subjetivo, teve em consideração um conjunto de procedimentos distintos, no sentido de se realizar uma seleção rigorosa e precisa. Ao contrário do processo anterior, a triagem dos restantes projetos não teve em atenção apenas o Código CAE (embora tenha constituído o ponto de partida), tendo sido estudadas variáveis como o Regulamento Específico de cada projeto, a Designação da Operação (a identificação do projeto), a Natureza do Investimento e, por último, a Entidade Beneficiária. Assim, este estudo baseou-se num processo exaustivo e moroso, tendo em conta a análise individual de cada projeto, e as características de cada uma das variáveis descritas.

Resumindo, o processo de tomada de decisão acerca da inclusão de mais um conjunto de projetos na análise empírica baseou-se, em primeiro lugar, num estudo pormenorizado de todos os Códigos CAE sem associação aos Eixos da CST (ou seja, os que não foram incluídos na Análise 1). Dessa forma foi possível excluir, quase automaticamente, um conjunto de projetos sem qualquer relação com o sector do turismo (tais como atividades de engenharia, saúde, educação e investigação científica). De seguida, os projetos foram estudados tendo em conta o regulamento específico onde estavam inseridos. Para além deste critério, a designação de cada projeto também exerceu uma influência significativa na sua validação ou exclusão, dado que permitiu clarificar o seu contexto e finalidade. Nos casos em que ainda restaram dúvidas, constituíram importantes fatores de decisão a natureza do investimento e, por outro lado, a entidade beneficiária. Desta forma, e através da segunda análise efetuada, foram selecionados **429 projetos** considerados relevantes para o estudo.

Tendo em conta as duas análises descritas e os respetivos processos de seleção, ao somar os 95 projetos resultantes da primeira e os 429 projetos da segunda, foi possível gerar uma **BASE DE DADOS FINAL**, constituída por **524 projetos** considerados relevantes para o estudo do investimento por parte do sector público em turismo, na Região Norte de Portugal, e sobre a

qual se centra toda a análise empírica da presente investigação. Assim, importa explicar de que forma é que a base de dados se encontra organizada.

Cada projeto da base de dados é caracterizado por **vinte e quatro variáveis** distintas: Código do Eixo, Regulamento Específico, Concurso, Código da Operação, Designação da Operação, Tipo de Operação, Natureza do Investimento, NUT I, NUT II, NUT III, Concelho, Unidade Territorial, Beneficiário – NIF, Beneficiário Designação, Estado da Operação, Código CAE, Investimento Total Aprovado, Custo Elegível Aprovado, FEDER Aprovado, Custo Elegível Executado, FEDER Executado, FEDER Pago, Data Efetiva Início e Data Efetiva Conclusão.

Após a realização de um estudo cuidado e exaustivo das mesmas, foi possível identificar um conjunto de variáveis relevantes para a análise empírica da presente investigação (Figura 4.5):

- Eixo Prioritário;
- Regulamento Específico;
- Natureza do Investimento;
- Variáveis relacionadas com a localização dos projetos (NUTS III e Concelhos);
- Código CAE;
- Investimento Total aprovado;
- FEDER aprovado.

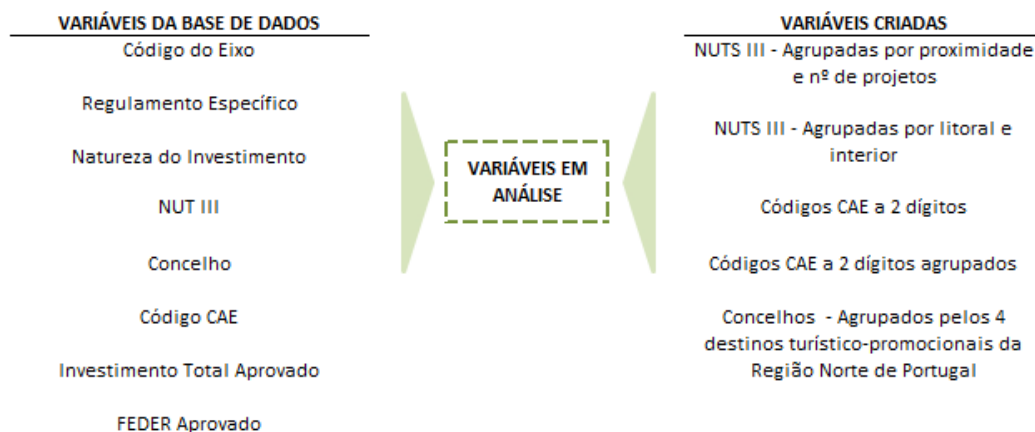


Figura 4.5 – Variáveis originais e variáveis criadas para o estudo.
FONTE: Elaboração própria.

Para além das anteriormente referidas, procedeu-se ao desenvolvimento de 5 novas variáveis, concebidas a partir das originais, e com o principal objetivo de enriquecer o estudo, através de diferentes análises com a inclusão das mesmas:

- **NUTS III (agrupadas por proximidade e por número de projetos)** – Tendo em conta a existência de alguma discrepância em termos de número de projetos associados a cada NUTS III, procedeu-se à agregação de algumas dessas áreas, considerando,

também, a proximidade das mesmas e, por outro lado, o número de municípios localizados em cada sub-região²².

- **NUTS III (agrupadas por litoral e interior)** – Neste caso, as NUTS III foram agrupadas de acordo com a existência ou não de contacto com a linha marítima. Desta forma, consideraram-se três NUTS III do litoral e 5 do interior.
- **Códigos CAE a dois dígitos e Códigos CAE a dois dígitos agrupados** (Figura 4.6) – Dada a existência de uma grande quantidade de códigos CAE a 5 dígitos na base de dados, optou-se por agregar alguns deles nos respetivos códigos CAE a dois dígitos. Para além de se ter feito essa correspondência dos códigos CAE de 5 para 2 dígitos, ainda se procedeu ao agrupamento de determinados códigos com uma representatividade praticamente residual.



Figura 4.6 – Processo de agrupamento dos códigos CAE a 2 dígitos e formação do novo código.

FONTE: Elaboração própria

- **Concelhos agrupados tendo em conta a subdivisão da RNP nos seus 4 destinos turístico-promocionais** (Figura 4.7) – Devido ao facto de a base de dados em estudo ser constituída por 78 municípios, concluiu-se que seria possível agregá-los tendo em consideração a sua divisão pelos 4 destinos turístico-promocionais da Região Norte de Portugal.

²² Esta agregação carece de uma análise mais aprofundada, dado que seria necessário incluir questões transversais relacionadas, por exemplo, com outros sectores de atividade.



Figura 4.7 – Quatro destinos turístico-promocionais da Região Norte de Portugal e respetivos municípios. FONTE: Elaboração própria com base em CCDR-N (2011) e Idtour (2010)

Desta forma, importa realçar o facto de ser sobre estas variáveis que se desenvolve toda a análise empírica e o respetivo estudo dos projetos relacionados com o sector do turismo, no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte. É possível justificar a relevância destas variáveis para a investigação, na medida em que são estas que sustentam e detêm as informações necessárias para ser possível responder à pergunta de investigação desenvolvida no início do presente estudo, ao serem combinadas com toda a componente teórica desenvolvida.

4.2.3.1.2 Métodos e técnicas de análise

A seleção e definição das variáveis em estudo coloca o investigador perante a necessidade de escolher os métodos e técnicas de análise mais adequadas (Costa, 2012, p.196). Para Veal (2006, p.40), “grande parte da investigação em turismo envolve a recolha, análise e apresentação de informação estatística”.

A OMT (2001) destaca a importância dos resultados obtidos com base na investigação quantitativa, na medida em que são estes que permitem entender e explicar determinados comportamentos. Desta forma, é crucial que os dados estatísticos sejam precisos, para que os resultados obtidos sejam credíveis e verosímeis.

Tendo em conta a perspetiva de Quivy e Campenhoudt (1998), a qualidade das informações, se apresentada de várias formas, acrescenta valor a qualquer investigação. Desta forma, *“a estatística descritiva e a expressão gráfica dos dados são muito mais do que simples métodos de exposição dos resultados”* (p.223). Para Costa (2012, p.197), a *“investigação quantitativa*

envolve a recolha e seleção de informação que vá de encontro à revisão de literatura e à definição do modelo teórico” e, por isso, foi o método de estudo utilizado na análise empírica da presente investigação.

No sentido de ir ao encontro dos argumentos referidos anteriormente, esta investigação pretende estudar o investimento em turismo por parte do sector público, na Região Norte de Portugal. Para isso, e tal como já foi referido anteriormente, procedeu-se à análise dos projetos aprovados no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte (ON.2), no período compreendido entre 2007 e 2013, e apresentados na base disponibilizada pela CCDR-N, no sentido de entender qual o montante investido em questões relacionadas, direta ou indiretamente, com o sector do turismo.

Para esse efeito, o **SPSS (Statistical Package for the Social Sciences)** – *software* que tem como principal objetivo a organização e análise de informação estatística de forma rápida e simplificada – foi o recurso utilizado para obter resultados baseados na informação disponibilizada pela base de dados. Através deste programa, foi possível realizar diversos tipos de análises e interpretar os respetivos *outputs* (resultados obtidos), que constituem o principal objeto de estudo das secções e capítulos seguintes.

4.2.3.1.3 Classificação e codificação das variáveis

Em primeiro lugar, e no sentido de se realizar uma análise estatística coerente, é fulcral classificar as variáveis que estão a ser objeto de estudo. A classificação de uma variável está relacionada com a informação que esta contém, podendo esta assumir-se como:

- Qualitativa Nominal – neste caso, *“os elementos são atributos ou qualidades (...) e os números servem apenas para os categorizar”* (Pestana e Gageiro, 1998, p.17).
- Qualitativa Ordinal – nesta classificação, *“apenas podem ser distinguidos diferentes graus de um atributo ou variável, existindo portanto entre eles uma relação de ordem”* (Pestana e Gageiro, 1998, p.17).
- Quantitativa – nesta situação, a variável pode ser de intervalo ou rácio. No primeiro caso, *“o uso de números para classificar os elementos é feito de forma que a igual diferença entre os números corresponda igual diferença nas quantidades do atributo medido (...) e o zero é um valor arbitrário e não representa a ausência da característica medida”*. Por outro lado, uma escala rácio só difere da anterior *“porque o zero tem existência real, denotando ausência da característica medida”* (Pestana e Gageiro, 1998, p.17-18).

No caso concreto da presente investigação, todas as variáveis são **Qualitativas Nominais**, à exceção das variáveis investimento e FEDER, que são **Quantitativas**. A classificação de cada uma encontra-se sistematizada no Quadro 4.3.

Quadro 4.3 – Classificação e codificação das variáveis em análise.

VARIÁVEL	CODIFICAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	
		QUALITATIVA	QUANTITATIVA
Eixo Prioritário	CódEixo	Nominal	
Regulamento Específico	RegEspecífico	Nominal	
Natureza do Investimento	NatInvestimento	Nominal	
NUTS III	NUTS III	Nominal	
Concelho	Concelho	Nominal	
Código CAE	CódigoCAE	Nominal	
Código CAE a 2 dígitos	CAE2Díg	Nominal	
Código CAE a 2 dígitos agrupados	CAE2Díg_Agrupadas	Nominal	
Investimento	Investimento		
FEDER	FEDER		
NUTS III (Proximidade e Nº de projetos)	NUTS III_prox_proj	Nominal	
NUTS III (Litoral vs. interior)	NUTS III_litoral_interior	Nominal	
Concelhos (4 destinos promocionais)	Concelhos_4destprom	Nominal	

FONTE: Elaboração própria.

Depois de uma correta classificação de cada variável em estudo, torna-se necessária a sua codificação, já no âmbito do seu estudo com base no *software* SPSS. Assim, apresentam-se os critérios utilizados para transformar cada variável e torná-la passível de ser estudada em termos estatísticos.

A variável **Eixo Prioritário**, identificada na base de dados como Código do Eixo, corresponde às 5 prioridades estratégicas do Programa Operacional Regional do Norte, e a sua codificação, para efeitos de estudo estatístico, baseia-se na sua numeração de cada componente da variável de 1 a 5, da seguinte forma:

- 1 = Competitividade, Inovação e Conhecimento, ou NORTE-07
- 2 = Valorização Económica dos Recursos Específicos, ou NORTE-08
- 3 = Valorização do Espaço Regional, ou NORTE-09
- 4 = Coesão Local e Urbana, ou NORTE-10
- 5 = Assistência Técnica, ou NORTE-11

Por outro lado, os projetos da base de dados em estudo distribuem-se por 12 **Regulamentos Específicos (RegEspecífico)** distintos, o que significa que a codificação desta variável corresponde à sua numeração de 1 a 12. Importa salientar outra questão que se prende com o facto de os 12 regulamentos se encontrarem ordenados alfabeticamente, por uma questão de organização (Quadro 4.4).

Quadro 4.4 – Regulamentos Específicos incluídos na base de dados.

REGULAMENTO ESPECÍFICO	
1	= Ações de assistência técnica
2	= Ações de Valorização e Qualificação Ambiental
3	= Apoio à Modernização Administrativa
4	= Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)
5	= Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados
6	= Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana
7	= Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação
8	= Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento
9	= Promoção e Capacitação Institucional
10	= Rede de Equipamentos Culturais
11	= Valorização e Animação do Património Cultural
12	= Valorização Económica de Recursos Específicos

FONTE: Elaboração própria.

A **Natureza do Investimento (NatInvestimento)** é uma variável constituída por 4 categorias, codificadas e numeradas, para efeito de estudo estatístico, por ordem alfabética:

- 1 = Ações imateriais/Estudos
- 2 = Assistência Técnica
- 3 = Equipamento/Material
- 4 = Infraestruturas

A variável **NUTS III** é uma das mais relevantes no seio da investigação, e, tal como o nome indica, corresponde às 8 subdivisões territoriais da Região Norte de Portugal, no caso específico da presente investigação – Alto Trás-os-Montes, Ave, Cávado, Douro, Entre Douro e Vouga, Grande Porto, Minho-Lima e Tâmega. Por uma questão de organização, optou-se por ordenar as NUTS III de 1 a 8, mantendo-as por ordem alfabética. No entanto, e tendo em conta que a base é constituída por um conjunto de projetos sem localização definida – projetos não regionalizáveis – criou-se uma nona categoria (“Não Regionalizável”) para que estes projetos não fossem excluídos da base de dados. Desta forma:

- 1 = Alto Trás-os-Montes
- 2 = Ave
- 3 = Cávado
- 4 = Douro
- 5 = Entre Douro e Vouga
- 6 = Grande Porto
- 7 = Minho-Lima
- 8 = Tâmega
- 9 = Não Regionalizável

Outra variável de extrema importância para o presente estudo é a que contém todos os **municípios** (concelhos) da Região Norte de Portugal. No entanto, durante o processo de

seleção dos projetos, alguns municípios foram excluídos, pelo facto de se considerar que não possuíam projetos relevantes que pudessem ser associados ao sector do turismo. Nesse sentido, a Região Norte de Portugal, no âmbito da presente análise empírica, passou a ser representada por 78 municípios²³. Para além deste número, e a par do que foi referido na variável NUTS III, a componente “Não Regionalizável” também é contabilizada. Desta forma, os concelhos foram ordenados alfabeticamente, e numerados de 1 a 78, e os projetos não regionalizáveis foram codificados com o número 79.

Os códigos da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (**CódigoCAE**), a cinco dígitos, foram numerados de 1 a 37. Por outro lado, a reconversão destes códigos para 2 dígitos (**CAE_2dígit**) passou a ser numerada de 1 a 19. Por último, e dado que esta última variável ainda foi alvo de um último agrupamento, formou-se a variável **CAE_2dígitAgrupados**, com cinco componentes, ou seja, numerada de 1 a 5. Em qualquer um dos casos, a numeração/codificação das variáveis teve em consideração a ordenação dos códigos do menor para o maior.

A variável **Investimento**, sendo uma variável Quantitativa, não sofreu qualquer tipo de codificação, no sentido de ser possível realizar análises e comparações entre esta e outras variáveis da base de dados, e poderem obter-se valores exatos e passíveis de serem analisados. A variável **FEDER** possui as mesmas características da anteriormente referida, e a sua apresentação na componente teórica deve-se ao facto de ser possível estabelecer uma ligação direta da mesma com o investimento, para ser possível perceber qual a percentagem de financiamento para a realização dos projetos em análise.

As **NUTS III agrupadas por proximidade e número de projetos (NUTSIII_prox_proj)** subdividem a Região Norte de Portugal em 6 áreas territoriais, às quais se acrescenta uma sétima componente, que corresponde aos projetos não regionalizáveis. Assim, no sentido de se codificar a variável em questão, procedeu-se à seguinte ordenação:

- 1 = Minho-Lima e Cávado
- 2 = Grande Porto
- 3 = Entre Douro e Vouga e Tâmega
- 4 = Ave
- 5 = Alto Trás-os-Montes
- 6 = Douro
- 7 = Não Regionalizável

A variável **NUTS III agrupadas por litoral e interior (NUTSIII_litoral_interior)** subdividiu a Região Norte de Portugal em duas grandes partes. Tal como já foi exposto anteriormente, o critério utilizado para agregar as NUTS III teve em conta aquelas que possuíam (ou não)

²³ Foram excluídos da análise oito municípios: Armamar, Gondomar, Monção, Póvoa de Varzim, Tabuaço, Valongo, Vieira do Minho e Vila Flor.

municípios na linha de costa. Desta forma, foi possível criar dois grupos distintos, aos quais se juntou um terceiro, composto pelos projetos não regionalizáveis:

1 = Litoral (Minho-Lima, Cávado e Grande Porto)

2 = Interior (Ave, Tâmega, Entre Douro e Vouga, Alto Trás-os-Montes e Douro)

3 = Não Regionalizável

Por último, e não menos relevante, importa apresentar a codificação da variável **concelhos agrupados tendo em conta os 4 destinos turístico-promocionais (concelhos_4destprom)** do Norte de Portugal. Tal como nos casos relacionados com a localização dos projetos, apresentados anteriormente, a juntar às categorias da própria variável, agrega-se sempre uma outra “Não Regionalizável”. Desta forma, os quatro destinos promocionais são numerados de 1 a 4, e a quinta categoria corresponde aos projetos sem localização definida:

1 = Minho-Lima

2 = Trás-os-Montes

3 = Porto

4 = Douro

5 = Não Regionalizável

4.2.3.2 *Análise das informações*

4.2.3.2.1 *Metodologia utilizada na análise empírica*

Tal como já foi referido nas secções anteriores, e no sentido de concretizar os objetivos definidos, a parte empírica da presente investigação incide sobre o investimento em turismo por parte do sector público, na Região Norte de Portugal, no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte. Desta forma, para ser possível realizar a análise proposta, a base de dados foi o elemento central de toda a componente empírica, e foi através da mesma que se realizaram todos testes relevantes para se responder aos objetivos e pergunta fixados inicialmente.

No sentido de ir ao encontro do que acabou de ser exposto, a parte empírica do estudo foi realizada com base no *software* estatístico SPSS, através do qual foi possível estudar a informação da base de dados final. Por outras palavras, a partir da codificação de todas as variáveis e da realização de um conjunto de análises distintas, foi possível realizar uma ponte entre as componentes teórica e prática e, por outro lado, tirar conclusões relevantes para a investigação. No sentido de ir ao encontro do que acabou de ser referido, procedeu-se à realização de dois tipos distintos de análise: **univariada e bivariada**:

- A análise univariada trata cada variável de forma isolada, e “*deve ser o primeiro passo na exploração de dados*” (Pestana e Gageiro, 1998, p.18).
- A análise bivariada, tal como o nome indica, estabelece uma relação entre duas variáveis (Pestana e Gageiro, 1998).

Assim, em primeiro lugar, apresenta-se uma extensa e pormenorizada **análise univariada** de todas as variáveis relevantes da base de dados, ou seja, expõem-se as principais particularidades e características de cada uma, e posteriores contribuições para as análises subsequentes. Por outro lado, e depois de terem sido apresentadas as variáveis com elevada importância para a componente prática, segue-se a **análise bivariada**, cujo principal objetivo se prende com o estudo das diferentes relações entre o investimento e as restantes variáveis (Figura 4.8). Por outras palavras, pelo facto de o investimento ser o ponto central da investigação, importa entender o seu “comportamento” quando cruzado com outras variáveis.

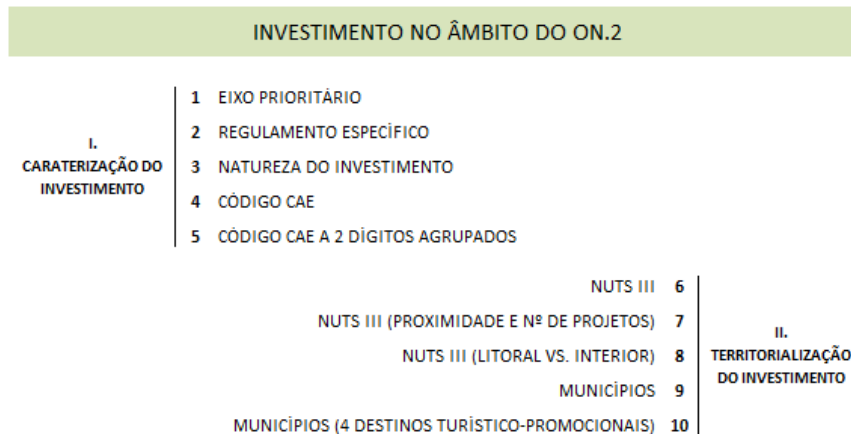


Figura 4.8 – Caracterização e territorialização do investimento no âmbito do ON.2.
 FONTE: Elaboração própria.

Neste sentido, o estudo da relação entre uma variável quantitativa (o investimento) e variáveis qualitativas nominais (com dois grupos ou com mais que dois grupos) pressupõe a realização de vários tipos de testes, tendo como suporte o *software* SPSS. De seguida apresenta-se uma explicação detalhada de cada um dos testes estatísticos, tendo como base investigações protagonizados por Pestana e Gageiro (1998), Kerr, Hall e Kozub (2002), Ho (2006) e Marôco (2011).

- **Teste t**

“O teste t permite testar hipóteses sobre médias de uma variável de nível quantitativo em um ou dois grupos, formados a partir de uma variável qualitativa.” (Pestana e Gageiro, 1998, p.147)

A interpretação do teste t (Quadro 4.5) assenta em duas hipóteses fundamentais que permitem retirar conclusões válidas acerca do estudo da variável quantitativa e da variável qualitativa – **H0: Não existem diferenças entre as médias da variável quantitativa; H1: Existem diferenças entre as médias da variável quantitativa.** Para que seja possível realizar este teste, é necessário o cumprimento de um pressuposto que lhe está associado – o da Normalidade. Se ambos os casos tiverem uma frequência (N) superior a 30 elementos, não é

necessário testar este pressuposto, ou seja, parte-se do princípio que este é válido, e é possível realizar o teste t.

Se, por outro lado, uma das categorias possuir um N inferior a 30 elementos, antes de prosseguir o teste é obrigatório testar a Normalidade. Para isso, definem-se, *a priori*, duas hipóteses – H0: A variável segue uma distribuição normal; H1: A variável não segue uma distribuição normal. Se o nível de significância for inferior a 0,05, rejeita-se a hipótese nula, logo a variável não segue uma distribuição normal; por outro lado, se o nível de significância for superior a 0,05, aceita-se a hipótese nula, o que permite concluir que a variável segue uma distribuição normal.

Quadro 4.5 – Interpretação do teste t.

		Independent Samples Test								
		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means						
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	Difference	
									Lower	Upper
Variável	Equal variances assumed									
	Equal variances not assumed									

Valor de significância para perceber a existência ou não homogeneidade de variâncias
 Dependendo da igualdade ou não de variâncias, opta-se pela interpretação do valor de significância da linha superior ou inferior

FONTE: Elaboração própria com base em SPSS.

Validado o pressuposto da Normalidade, é possível prosseguir com o teste t. A primeira questão a ter em conta passa por entender a existência ou não de homogeneidade de variâncias (ou homocedasticidade), através do teste de *Levene*. Sendo as hipóteses H0: Existe igualdade de variâncias e H1: Não existe igualdade de variâncias, se o valor de significância do teste de *Levene* for inferior a 0,05, rejeita-se a hipótese nula, o que permite concluir que existe não existe homogeneidade de variâncias. Caso contrário, com um valor de significância superior a 0,05, aceita-se H0, e assume-se a existência de homocedasticidade.

A questão da igualdade de variâncias permite prosseguir com a análise do teste t. No caso de existir igualdade de variâncias, o valor de significância a analisar é o da primeira linha; caso contrário, interpreta-se o valor de significância da linha inferior. Assim, e tendo em conta as hipóteses do teste em análise, se o valor de significância for inferior a 0,05, rejeita-se a hipótese nula, o que permite concluir que existem diferenças estatisticamente significativas entre as médias em estudo. Por outro lado, se o valor de significância for superior a 0,05, aceita-se a hipótese nula e é possível concluir que não existem diferenças entre as médias dos grupos.

• ANOVA

“A análise de variância é uma extensão do teste t que permite verificar qual o efeito de uma variável independente, de natureza qualitativa, numa variável dependente, de natureza quantitativa.” (Pestana e Gageiro, 1998, p.177)

Para que seja possível realizar o teste ANOVA (ou Análise de Variância), é necessário o cumprimento de dois pressupostos fundamentais: o da Normalidade e o da Homogeneidade de Variâncias (ou Homocedasticidade). No entanto, há duas questões a ter em consideração: em primeiro lugar, se todos os grupos de uma determinada variável possuem uma frequência (ou um N) superior a 30 elementos, não é necessário testar o pressuposto da normalidade, ou seja, por outras palavras, parte-se do princípio que todas as distribuições são normais. Por outro lado, se o quociente entre o N do maior grupo e o N do menor grupo for inferior a 2, assume-se a igualdade de variâncias, ou a existência de homocedasticidade.

Caso não se verifique nenhum dos casos anteriores, é essencial testar os pressupostos, através dos respetivos testes. Para saber se o pressuposto da Normalidade é válido, e tendo em conta as hipóteses definidas para este teste (H0: A variável segue uma distribuição normal; H1: A variável não segue uma distribuição normal), é necessário olhar para a dimensão de cada grupo da variável. Se o N de uma determinada categoria for superior a 30 elementos, o valor de significância é o apresentado na coluna Kolmogorov-Smirnov; se, pelo contrário, o N for inferior a 30 elementos, observa-se o valor de significância da coluna Shapiro-Wilk. Em qualquer um dos casos, se Sig. for inferior a 0,05, rejeita-se a hipótese nula, o que permite concluir que as distribuições não são normais; se Sig. for superior a 0,05, aceita-se a hipótese nula, sendo possível garantir a normalidade da distribuição (Quadro 4.6).

Quadro 4.6 – Teste da Normalidade.

Tests of Normality						
Variável Qualitativa com mais de duas categorias	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
Grupo A			↓			↓
Variável Quantitativa			↓			↓
Grupo B			↓			↓
Grupo C			↓			↓
Grupo D			↓			↓

a. Lilliefors Significance Correction

↓
Para N > 30 elementos

↓
Para N < 30 elementos

FONTE: Elaboração própria com base em SPSS

O pressuposto da homogeneidade de variâncias, ou homocedasticidade, é estudado a partir do teste de *Levene*, que pressupõe, igualmente, a definição de duas hipóteses – H0: Existe igualdade de variâncias; H1: Não existe igualdade de variâncias. Assim, se o valor de significância for inferior a 0,05, rejeita-se a hipótese nula e, conseqüentemente, rejeita-se a hipótese de haver homocedasticidade (Quadro 4.7). Por outro lado, se a significância for

superior a 0,05, aceita-se a hipótese nula, ou seja, garante-se a existência de Homocedasticidade. Posto isto, importa salientar que basta que um dos pressupostos não se verifique para que não seja possível prosseguir com a análise do teste ANOVA (passando-se, automaticamente, para o seu teste não paramétrico correspondente – Kruskal-Wallis).

Quadro 4.7 – Teste da homogeneidade de variâncias.

Test of Homogeneity of Variances

InvTotalAprovado

Levene Statistic	df1	df2	Sig.

↓

Valor de significância que leva à
rejeição ou não de H0

FONTE: Elaboração própria com base em SPSS

No caso de se verificar a validação dos pressupostos da Normalidade e da Homocedasticidade, torna-se possível prosseguir com a análise do teste ANOVA (Quadro 4.8). Desta forma, é necessário lembrar que a interpretação dos resultados depende da definição de uma hipótese **H0** (Não existem diferenças entre as médias dos grupos) e outra hipótese alternativa, ou **H1** (Existem diferenças entre as médias dos grupos). Se o valor de significância for inferior a 0,05, rejeita-se a hipótese nula, ou seja, valida-se a hipótese de existência de diferenças entre os grupos em análise; por outro lado, se o valor de significância for superior a 0,05, elimina-se a hipótese de existência de diferenças entre os grupos.

Quadro 4.8 – Interpretação do teste ANOVA.

ANOVA

Variável

	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Between Groups					
Within Groups					
Total					

↓

Valor de significância do teste ANOVA,
que permite entender se existem ou
não diferenças entre as médias dos
grupos

FONTE: Elaboração própria com base em SPSS.

- **Kruskal-Wallis**

“O teste de Kruskal-Wallis consiste numa alternativa não paramétrica ao teste One-Way Anova, utilizado quando não se encontram reunidos os pressupostos da normalidade ou da igualdade de variâncias.” (Pestana e Gageiro, 1998, p.262)

Quando os pressupostos do teste ANOVA não são cumpridos, ou seja, quando as distribuições dos diferentes grupos não são normais e não existe homogeneidade de variâncias

(Homocedasticidade), procede-se à realização do teste não-paramétrico não alternativo: Kruskal-Wallis. Neste caso, para que seja possível entender se existem ou não diferenças estatisticamente significativas entre os grupos da variável em análise, é necessário analisar o nível de significância do respetivo teste (Quadro 4.9).

Quadro 4.9 – Interpretação do teste Kruskal-Wallis.

Test Statistics ^{a,b}	
	Variável
Chi-Square	
df	
Asymp. Sig.	

a. Kruskal Wallis Test
b. Grouping Variable:

Valor de significância do teste

FONTE: Elaboração própria com base em SPSS

Este valor interpreta-se a partir da definição de duas hipóteses:

- H0: Não existem diferenças entre as médias dos grupos
- H1: Existem diferenças entre as médias dos grupos

Desta forma, se o valor de significância for inferior a 0,05, rejeita-se a hipótese nula e assumem-se diferenças entre os grupos; por outro lado, se a significância for superior a 0,05, aceita-se a hipótese nula, sendo possível concluir que não existem diferenças entre grupos.

4.2.3.2.2 Definição das hipóteses de investigação

A definição de um conjunto de hipóteses de investigação é fulcral no seio de um estudo empírico. Segundo Quivy e Campenhoudt (1998, p.119), “a organização de uma investigação em torno de hipóteses de trabalho constitui a melhor forma de a conduzir com ordem e rigor”. Desta forma, uma hipótese é uma suposição antecipada do problema de investigação e, neste sentido, pretende-se que o estudo se oriente com o objetivo de demonstrar e validar essa suposição (OMT, 2001).

Tendo em conta a perspetiva de Kerlinger (1986), uma hipótese é uma afirmação conjetural que relaciona duas ou mais variáveis e, por outro lado, que necessita de uma resposta e a sua definição constitui uma ferramenta extremamente relevante e indispensável no âmbito da investigação científica. As hipóteses direcionam a investigação e, quando claramente definidas, podem ser testadas, e permitem ao investigador confirmar ou não a teoria.

Por outras palavras, “é impossível realizar uma investigação sem que exista um sistema de relações entre as variáveis” (OMT, 1998, p.11) e, por esse motivo, é importante definir hipóteses no início do estudo, para que seja possível guiar o trabalho, no sentido de responder à pergunta de investigação.

Por vezes, a definição de uma hipótese gera alguma especulação, mas no âmbito de uma determinada investigação possui um significado mais formal. Num âmbito estatístico, as hipóteses são testadas e são, muitas vezes, apelidadas de Hipótese Nula, que sugere a não existência de relação entre as variáveis em estudo (Smith, 2010).

Segundo a perspectiva de Costa (2012, p.215), “o modelo de análise é definido através da formulação de hipóteses que decorrem da análise da problemática, que integra a pergunta de investigação e os objetivos definidos. As hipóteses de investigação são testadas através da análise empírica”.

Desta forma, apresentam-se, nesta secção, as hipóteses definidas para os dois capítulos respeitantes à componente empírica da investigação. A partir das análises realizadas, e tendo em conta os resultados obtidos, pretende-se validar cada uma das hipóteses definidas. Tal como já foi referido anteriormente, o primeiro capítulo prático baseia-se numa análise pormenorizada das variáveis da base de dados, em termos de número de projetos e tendo em conta a relação de cada um com o investimento. Nesse sentido, foram constituídas hipóteses de investigação do capítulo 5 as que se apresentam na Figura 4.9.

CAPÍTULO 5	
<p>Objetivo específico 1</p> <p>Demonstrar que o investimento público no setor do turismo, no período de 2007-2013, concentra-se principalmente na componente infraestrutural e de qualificação da oferta do</p>	<p>Objetivo específico 2</p> <p>Demonstrar que entre 2007-2013, o investimento público no turismo, na região Norte, concentrou-se fundamentalmente nos principais destinos turísticos</p>
<p>1 A maior parte dos projetos públicos realizados concentra-se no eixo prioritário valorização económica dos recursos específicos</p>	<p>1 A maior parte dos projetos realizados localiza-se nos principais destinos turísticos (NUT III) da Região Norte</p>
<p>2 O investimento público no turismo concentra-se, maioritariamente, no eixo prioritário relacionado com a valorização económica de recursos específicos</p>	<p>2 O investimento concentra-se, maioritariamente, no principal destino turístico (NUTS III) da Região Norte de Portugal</p>
<p>3 A maior parte dos projetos públicos executados concentra-se na criação e desenvolvimento de equipamentos e infraestruturas</p>	<p>3 A maior parte dos projetos executados na área do turismo concentra-se nas NUTS III do litoral</p>
<p>Hipóteses</p> <p>4 A natureza do investimento público incide, maioritariamente, na componente infraestrutural do sector</p>	<p>4 O investimento público total no turismo é superior nas NUTS III do litoral</p>
<p>5 O investimento em infraestruturas é superior em todas as NUTS III da Região Norte de Portugal</p>	<p>Hipóteses</p> <p>5 Os projetos realizados na área do turismo, por parte do sector público, concentram-se nos principais centros urbanos da Região Norte de Portugal</p>
<p>6 A maior parte dos projetos de investimento público na área do turismo concentra-se na CAE Administração Local</p>	<p>6 O investimento centra-se, maioritariamente, nos principais centros urbanos da Região Norte de Portugal</p>
<p>7 O investimento público em turismo concentra-se, de forma significativa, na CAE Administração Local</p>	<p>7 O destino turístico-promocional Porto concentra o maior número de projetos públicos no turismo</p>
	<p>8 O investimento do sector público no turismo concentra-se, maioritariamente, no destino turístico-promocional Porto</p>

Figura 4.9 – Objetivos específicos e hipóteses de investigação do capítulo 5.
 FONTE: Elaboração própria

Por outro lado, o segundo capítulo apresenta um conjunto de análises realizadas com recurso ao *software* SPSS, com o intuito de entender diferenças nas médias do investimento em turismo, a partir da sua análise com outras variáveis. Este estudo tem como objetivo realizar uma caracterização geral do investimento e, por outro lado, perceber as suas dinâmicas em termos de territorialização, tendo em consideração valores médios. Com esse intuito, as hipóteses definidas para o capítulo 6 encontram-se organizadas na Figura 4.10.

CAPÍTULO 6	
Objetivo específico 1	Demonstrar que o investimento médio varia de acordo com a natureza do investimento e a atividade económica
Hipóteses	<ol style="list-style-type: none"> 1 O investimento médio no Eixo 2 "Valorização Económica dos Recursos Específicos" é superior aos restantes 2 O investimento médio na componente infraestrutural é superior às restantes componentes de natureza do investimento 3 O investimento médio na CAE Administração Local é superior comparativamente às restantes CAE's
Objetivo específico 2	Demonstrar que não existem diferenças em termos de investimento médio no que diz respeito à sua territorialização
Hipóteses	<ol style="list-style-type: none"> 1 O investimento médio é superior na NUTS III do Grande Porto 2 O investimento médio nas NUTS III do litoral é superior ao das NUTS III do interior 3 Registam-se diferenças significativas em termos de investimento médio por município 4 Existem diferenças em termos de investimento médio por destino turístico-promocional

Figura 4.10 - Objetivos específicos e hipóteses de investigação do capítulo 6.
FONTE: Elaboração própria

Em jeito de conclusão, tendo sido apresentado todo o processo metodológico, é possível entender a ligação entre todos os componentes descritos, e a forma como toda a informação se encontra organizada. Os três capítulos relativos ao enquadramento teórico pretendem, por um lado, introduzir todas as temáticas abordadas, com base numa vasta e relevante lista de referências bibliográficas, e as suas ligações encontram-se apresentadas num modelo teórico global. Por outro lado, a componente empírica da investigação baseia-se numa extensa análise (univariada e bivariada) de projetos de investimento público no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte, e tem como principal intuito ajudar a responder, a par da componente teórica, aos objetivos e pergunta de investigação fixados inicialmente.

CAPÍTULO 5. INVESTIMENTO PÚBLICO EM TURISMO NO ÂMBITO DO ON.2

5.1 INTRODUÇÃO

O primeiro capítulo da componente empírica da presente investigação pretende apresentar as principais características do Programa Operacional Regional do Norte, através de uma análise de cada variável existente na base de dados, bem como a relação entre o investimento e as restantes componentes. No entanto, e antes de prosseguir, importa realçar que o facto de se estar a estudar uma base de dados constituída por um grande conjunto de informação leva a que a sua análise seja dotada de um elevado grau de pormenor, no sentido de se explorarem todas as particularidades de uma forma rigorosa e exata.

Desta forma, a primeira parte do capítulo centra-se na **análise univariada** de cada uma das componentes da base de dados, ou seja, o estudo das variáveis consideradas relevantes para a investigação. Por outras palavras, importa não só estudar as variáveis originais da base de dados, mas também analisar as variáveis criadas posteriormente, com o propósito de enriquecer a presente componente.

Para esse fim, procedeu-se à realização de análises de frequências e descritivas, obtidas a partir dos *outputs* gerados pelo SPSS, das variáveis Eixo Prioritário, Regulamento Específico, Natureza do Investimento, NUTS III (e agrupamento por proximidade e nº de projetos e litoral/interior), concelhos (e agregação dos mesmos pelos 4 destinos turístico-promocionais da RNP), códigos CAE (a 5 e 2 dígitos, e posterior agrupamento), investimento e, por último, a variável FEDER.

Outro aspeto a ter em conta e que convém clarificar é o facto de as frequências de cada variável (e respetivos grupos) corresponderem ao número de projetos que lhes estão associados. Desta forma, e tal como será possível compreender, a análise de frequências está relacionada com a contabilização do número de projetos de cada componente das variáveis.

Posteriormente, a segunda secção do presente capítulo pretende realizar uma análise descritiva da relação entre o investimento e as restantes variáveis, ou seja, o principal objetivo prende-se com o estudo do comportamento do investimento quando cruzado com as restantes variáveis. Assim, apresentam-se 10 relações distintas que permitem tirar conclusões acerca da sua maior ou menor concentração de investimento por Eixo Prioritário, Regulamento Específico, Natureza do Investimento, Código CAE, Código CAE a 2 dígitos agrupados, NUTS III, NUTS III agrupadas por proximidade e número de projetos, NUTS III agrupadas por litoral e interior, Municípios e, por último, Municípios agrupados pelos 4 destinos turístico-promocionais.

5.2 ANÁLISE UNIVARIADA

5.2.1 EIXO PRIORITÁRIO

Tal como foi referido anteriormente, o Programa Operacional Regional do Norte rege-se por quatro prioridades estratégicas, correspondentes aos quatro eixos prioritários: **Competitividade, Inovação e Conhecimento (NORTE-07)**; **Valorização Económica dos Recursos Específicos (NORTE-08)**; **Valorização do Espaço Regional (NORTE-09)** e **Coesão Local e Urbana (NORTE-10)**. Para além destes, existe um quinto eixo, de natureza instrumental e financeira, relacionado com questões de **Assistência Técnica (NORTE-11)**.

Quadro 5.1 – Número de projetos por Eixo Prioritário.

EIXO PRIORITÁRIO	Nº DE PROJETOS	%
1. Competitividade, Inovação e Conhecimento (NORTE-07)	60	11,45%
2. Valorização Económica dos Recursos Específicos (NORTE-08)	221	42,18%
3. Valorização do Espaço Regional (NORTE-09)	99	18,89%
4. Coesão Local e Urbana (NORTE-10)	124	23,66%
5. Assistência Técnica (NORTE-11)	20	3,82%
TOTAL	524	100%

FONTE: Elaboração própria.

Esta variável, classificada como **Qualitativa Nominal**, é constituída por cinco componentes, correspondentes aos eixos do Programa Operacional em análise, cada um composto por um conjunto de projetos (Quadro 5.1). A frequência do primeiro eixo (NORTE-07) é de 60 projetos, o que representa 11,5% do total. O segundo eixo prioritário (NORTE-08) possui uma frequência de 221, equivalente a 42,2% do total de projetos. O terceiro eixo (NORTE-09) representa 18,9% do total, com uma frequência de 99. Associados ao quarto eixo (NORTE-10) estão 124 projetos, o que equivale a 23,7% do total. Por fim, o quinto e último eixo (NORTE-11) é praticamente residual (20 projetos), e equivale a apenas 3,8% do total de projetos.

Posto isto, tendo sido apresentadas as principais características da variável, é possível concluir que a hipótese “A maior parte dos projetos públicos realizados concentra-se no eixo prioritário Valorização Económica dos Recursos Específicos” é **verdadeira**, sendo que o segundo eixo é o que mais se destaca dos restantes, na medida em que representa perto de metade do número de projetos.

5.2.2 REGULAMENTO ESPECÍFICO

O Programa Operacional Regional do Norte é composto por vários Eixos Prioritários, constituídos por vários Regulamentos Específicos, dentro dos quais se organizam os projetos. A base de dados utilizada no presente estudo organiza os 524 projetos em 12 Regulamentos Específicos (Ações de assistência técnica; Ações de valorização e qualificação ambiental; Apoio à modernização administrativa; Equipamentos e serviços de proximidade (coesão local);

Gestão ativa de espaços protegidos e classificados; Política de cidades – Parcerias para a regeneração urbana; Política de cidades – Redes urbanas para a competitividade e inovação; Promoção da cultura científica e tecnológica e difusão do conhecimento; Promoção e capacitação institucional; Rede de Equipamentos culturais; Valorização e animação do património cultural e, por último, Valorização económica dos recursos específicos), e a sua distribuição não é uniforme.

Tal como é possível observar a partir do Quadro 5.2, se em dois Regulamentos Específicos se pode verificar que só existe um projeto (“Ações de Valorização Ambiental” e “Apoio à Modernização Administrativa”), no Regulamento “Valorização Económica de Recursos Específicos” concentram-se 221 projetos. Assim, os regulamentos referidos correspondem aos extremos, ou seja, os dois primeiros casos são os que possuem o menor número de projetos associados e, num sentido contrário, o terceiro regulamento é o que contém a maior frequência, ou seja, o maior número de projetos.

Quadro 5.2 – Número de projetos por Regulamento Específico.

REGULAMENTO ESPECÍFICO	Nº DE PROJETOS	%
1 Ações de assistência técnica	20	3,82%
2 Ações de Valorização e Qualificação Ambiental	1	0,19%
3 Apoio à Modernização Administrativa	1	0,19%
4 Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	9	1,72%
5 Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	34	6,49%
6 Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	104	19,85%
7 Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação	11	2,10%
8 Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	9	1,72%
9 Promoção e Capacitação Institucional	50	9,54%
10 Rede de Equipamentos Culturais	5	0,95%
11 Valorização e Animação do Património Cultural	59	11,26%
12 Valorização Económica de Recursos Específicos	221	42,18%
TOTAL	524	100%

FONTE: Elaboração própria.

O segundo regulamento específico com maior representatividade, no âmbito da investigação, é o quinto (Política de cidades – parcerias para a regeneração urbana), com 104 projetos, o que equivale a aproximadamente 20% do total. Por outro lado, o regulamento Valorização e Animação do Património Cultural corresponde a cerca de 11,3% do total de projetos da base de dados em estudo. Estes dois regulamentos, juntamente com o décimo segundo (Valorização Económica de Recursos Específicos), representam 73,3% do total de projetos, o que significa que os restantes 26,7 pontos percentuais correspondem aos restantes nove regulamentos, sendo possível concluir que todos esses têm uma representatividade residual, quando comparados com os três principais.

Posto isto, importa salientar a relevância de um conjunto de Regulamentos Específicos, nos quais se concentra grande parte dos projetos relacionados com o sector do turismo, no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte. Em primeiro lugar, especial destaque para a

Valorização Económica de Recursos Específicos (tal como já tinha acontecido no caso dos Eixos Prioritários), seguindo-se a Política de Cidades (regeneração urbana) e a Valorização e Animação do Património Cultural. Estes três regulamentos concentram praticamente ¾ dos projetos da base de dados em análise, ou seja, têm um peso significativo no que diz respeito à interpretação do Programa Operacional Regional do Norte.

5.2.3 NATUREZA DO INVESTIMENTO

A natureza do investimento diz respeito à forma como o próprio investimento se concretiza, no âmbito dos projetos considerados relevantes para o presente estudo. Por outras palavras, o investimento pode ser “materializado” em:

- 1. Ações imateriais/estudos** – Promoção, roteiros, dinamização cultural, animação, eventos artísticos, projetos, seminários, festivais, entre outros;
- 2. Assistência técnica**
- 3. Equipamento/material** – Restauro, conservação, reabilitação, património cultural e religioso, guias turísticos interativos;
- 4. Infraestruturas** – Postos de turismo, Centros de informação turística, Lojas interativas de turismo, estâncias termais, igrejas, jardins e parques, centros urbanos e históricos, museus, entre outros.

Quadro 5.3 - Número de projetos por Natureza do Investimento.

NATUREZA DO INVESTIMENTO	Nº DE PROJETOS	%
1 Ações imateriais/Estudos	187	35,69%
2 Assistência técnica	16	3,05%
3 Equipamento/Material	85	16,22%
4 Infraestruturas	236	45,04%
TOTAL	524	100%

FONTE: Elaboração própria.

Tal como é possível observar no Quadro 5.3, é possível identificar duas categorias com uma grande concentração de projetos, e outras duas com um número significativamente menor de projetos. A componente de investimento em infraestruturas é aquela que concentra o maior número de projetos – 236 – ou seja, quase metade do total (45%). Por sua vez, as ações imateriais/estudos representam, também, uma grande parcela dos projetos (36%), ou seja, o investimento público em turismo na RNP concentra-se, maioritariamente, em questões relacionadas com infraestruturas e ações imateriais/estudos.

Por outro lado, seguem-se investimentos em Equipamento/Material (que agregam 85 projetos da base de dados, o que corresponde a 16,22% do total), com uma representatividade inferior aos casos anteriores. Por último, importa referir que o investimento em projetos relacionados com a assistência técnica é, neste caso, praticamente residual, sendo que aglomera apenas 16 dos projetos em análise, ou seja, apenas 3% do total.

Neste sentido, é possível enfatizar o número de projetos associados a uma componente infraestrutural, no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte. Esta questão, aliada ao investimento em Equipamentos e Materiais, representa mais de 60% do total de projetos incluídos no ON.2. Este valor é bastante significativo, e vai ao encontro do que tinha sido referido na componente teórica, relacionado com a importância do sector público para o desenvolvimento de infraestruturas nos destinos.

Posto isto, a análise realizada permite concluir que a hipótese “*A maior parte dos projetos públicos executados concentra-se na criação e desenvolvimento de equipamentos e infraestruturas*” é **verdadeira**.

5.2.4 NUTS III

As NUTS III são outra variável de extrema importância para a investigação, dado que correspondem às subdivisões da região que está a ser alvo de análise – a Região Norte de Portugal. Assim, tal como já foi referido anteriormente, Alto Trás-os-Montes, Ave, Cávado, Douro, Entre Douro e Vouga, Grande Porto, Minho-Lima e Tâmega são as 8 divisões territoriais da Região Norte, e é a partir destas que se desenvolve grande parte da investigação e que permitirá chegar a um conjunto de aspetos conclusivos.

Através da análise do Quadro 5.4, é possível retirar um conjunto de conclusões relevantes para a investigação. Tendo em conta que a componente “não regionalizável” foi excluída da análise, por não fazer sentido estudar, em termos territoriais, projetos sem uma localização definida, no âmbito das NUTS III, o total de projetos passou a ser 511, e a representatividade de cada NUTS III, em termos percentuais, é calculada tendo em conta este valor.

Ao observar o número de projetos correspondente a cada NUTS III, existem duas regiões que detêm o mesmo número de projetos e, em simultâneo, o maior – Douro e Grande Porto. Cada uma destas subdivisões possui 94 projetos associados e, em conjunto, representam cerca de 36,8% do total de projetos. Segue-se a NUTS III Alto Trás-os-Montes, com 78 projetos, o que equivale a 15,3% do total de projetos da Região Norte.

Seguem-se as regiões Tâmega, Ave e Minho-Lima, com 69, 63 e 44 projetos, respetivamente, e uma representatividade em termos percentuais de 34,4% do total (em conjunto). Por outro lado, as NUTS III Cávado (34 projetos) e Entre Douro e Vouga (35 projetos) são as sub-regiões com menor número de projetos associados e, por esse motivo, são as menos representativas de toda a Região Norte, equivalendo a apenas 13,5% do total, em conjunto.

Quadro 5.4 - Número de projetos por NUTS III.

NUTS III	Nº DE PROJETOS	%
Alto Trás-os-Montes	78	15,3%
Ave	63	12,3%
Cávado	34	6,7%
Douro	94	18,4%
Entre Douro e Vouga	35	6,8%
Grande Porto	94	18,4%
Minho-Lima	44	8,6%
Tâmega	69	13,5%
TOTAL	511	100%

FONTE: Elaboração própria.

Assim sendo, as discrepâncias identificadas no que diz respeito à distribuição de projetos em algumas das variáveis anteriormente analisadas, não se verificam de forma tão perceptível no caso específico do estudo das NUTS III. Por outras palavras, embora existam concentrações mais evidentes de projetos em algumas regiões, as diferenças não são tão significativas como se verificou noutros casos, e a representatividade das oito áreas territoriais, e o respetivo estudo de cada uma de forma individual, é de extrema importância para a investigação que está a ser levada a cabo.

No entanto, é possível destacar as NUTS III Douro e Grande Porto como aquelas que possuem o maior número de projetos relacionados com o turismo, no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte. No primeiro caso, o elevado número de projetos pode justificar-se através da predominância de projetos relacionados com a Valorização Económica de Recursos Específicos, onde se incluem questões de promoção, eventos, espaços museológicos, requalificação de centros históricos, entre muitos outros.

Por outro lado, os projetos localizados na NUTS III Grande Porto pertencem a um leque mais alargado de regulamentos específicos, embora seja possível destacar a Valorização e Animação do Património Cultural, a Valorização Económica de Recursos Específicos e a Promoção e Capacitação Institucional. Dado que é nesta sub-região que se situa a cidade do Porto (tal como foi referido anteriormente, a cidade com maior peso e relevância da Região Norte), grande parte dos projetos aqui localizados acabam por influenciar a restante NUTS III.

Assim sendo, tendo sido apresentado o estudo relacionado com a distribuição do total de projetos pelas NUTS III da Região Norte de Portugal, é possível concluir que a hipótese “A maior parte dos projetos de investimento localiza-se nos principais destinos turísticos (em termos de NUT III) da Região Norte” é **verdadeira**, destacando-se o Douro como Património da Humanidade e o Grande Porto como as NUTS III com maior relevância.

Posto isto, e no sentido de enriquecer a componente empírica do presente estudo e permitir a realização de um maior número de análises de âmbito estatístico, procedeu-se ao agrupamento das NUTS III em dois conjuntos distintos:

1. Em primeiro lugar, agruparam-se as NUTS III tendo em conta dois critérios – o de proximidade das áreas territoriais e, por outro lado, tendo em conta o número de projetos associado a cada uma, tendo resultado, assim, 6 “regiões” distintas: (i) Minho-Lima e Cávado, (ii) Grande Porto, (iii) Entre Douro e Vouga e Tâmega, (iv) Ave, (v) Alto Trás-os-Montes e, por último, (vi) Douro.
2. Em segundo lugar, revelou-se interessante o estudo das NUTS III através da sua agregação por NUTS III do Litoral (Minho, Cávado e Grande Porto, por possuírem municípios na linha costeira) e NUTS III do interior (Ave, Tâmega, Entre Douro e Vouga, Alto Trás-os-Montes e Douro).

5.2.5 AGRUPAMENTO DAS NUTS III POR PROXIMIDADE E NÚMERO DE PROJETOS

Tal como acabou de ser referido, algumas NUTS III foram agrupadas não só pelo facto de possuírem menos projetos, quando comparadas com outras, mas também por uma questão de proximidade. Desta forma, a análise torna-se diferente da anterior, pelo facto de se modificarem determinadas frequências decorrentes da modificação das dimensões das regiões em estudo e, conseqüentemente, se modificarem as conclusões a retirar.

Através deste agrupamento, as NUTS III Entre Douro e Vouga e Tâmega reúnem o maior número de projetos, representando cerca de 20,4% do total. As NUTS III Grande Porto e Douro mantiveram-se desagregadas e, por esse motivo, continuam a possuir 94 projetos associados, representando cerca de 18,4%, cada uma. Tal como é possível entender, a agregação das NUTS III primeiramente citadas superou o Grande Porto e o Douro, em termos percentuais, embora essa diferença não seja significativa (Quadro 5.5).

Quadro 5.5 - Número de projetos por NUTS III agrupadas por proximidade e número de projetos.

NUTS III (PROXIMIDADE E NÚMERO DE PROJETOS)	Nº DE PROJETOS	%
1 Minho-Lima e Cávado	78	15,26%
2 Grande Porto	94	18,40%
3 Entre Douro e Vouga e Tâmega	104	20,35%
4 Ave	63	12,33%
5 Alto Trás-os-Montes	78	15,26%
6 Douro	94	18,40%
TOTAL	511	100%

FONTE: Elaboração própria.

As NUTS III Minho-Lima e Cávado também foram agregadas, somando, desta forma, 78 projetos, ou seja, o mesmo número que a NUTS III Alto Trás-os-Montes. Por conseguinte, cada uma das regiões passou a representar 15,3 pontos percentuais do total de projetos, de forma

individual. Por outro lado, a NUTS III Ave passou a ser a sub-região com o menor número de projetos (63) representando, desta forma, 12,3% do total de projetos relacionados com o sector do turismo na Região Norte de Portugal.

Assim sendo, é possível concluir que, depois de uma reorganização de determinadas NUTS III da Região Norte de Portugal, os projetos associados a cada nova região (e a respetiva representatividade) sofreram algumas alterações. Neste contexto, Entre Douro e Vouga e Tâmega passaram a representar o valor mais elevado em termos de projetos associados ao sector do turismo (mais de 20%), seguindo-se as NUTS III Grande Porto e Douro, que separadamente continuam a representar cerca de 18.4% do total. Desta forma, é possível concluir que a nova região, em conjunto com as que acabaram de ser referenciadas, concentram praticamente 60% do total de projetos da RNP (Quadro 5.5).

5.2.6 AGRUPAMENTO DAS NUTS III POR LITORAL E INTERIOR

A segunda forma de agrupar as NUTS III da Região Norte de Portugal baseou-se na localização das mesmas no litoral ou no interior. Dessa forma, definiu-se que as sub-regiões Minho-Lima, Cávado e Grande Porto, ao possuírem municípios em contacto com a linha marítima, representam o litoral da RNP e, por outro lado, as NUTS III que não partilham da mesma característica anterior representam o interior.

Tal como é possível observar a partir do Quadro 5.6, o estudo da variável obtida através da agregação das NUTS III baseia-se na comparação de dois grupos distintos. Em termos de número de projetos, é possível perceber que existe uma grande concentração no interior da Região Norte. As cinco sub-regiões que o compõem agregam 339 projetos, ou seja, o equivalente a 66.3% do total.

Quadro 5.6 - Número de projetos por NUTS III litoral e interior.

	NUTS III (LITORAL E INTERIOR)	Nº DE PROJETOS	%
1	Litoral (Minho-Lima, Cávado e Grande Porto)	172	33,66%
2	Interior (Ave, Tâmega, Entre Douro e Vouga, Alto Trás-os-Montes e Douro)	339	66,34%
	TOTAL	511	100%

FONTE: Elaboração própria.

Por outro lado, as sub-regiões Minho-Lima, Cávado e Grande Porto, que representam o litoral da Região Norte, agregam um total de 172 projetos, o que corresponde a 33.7% do total. Ao comparar as duas regiões formadas aquando da criação da presente variável, é possível concluir que o número de projetos do interior é praticamente o dobro do número de projetos localizados no litoral. No entanto, é importante assinalar um facto: a divisão das NUTS III não foi equitativa, ou seja, num dos grupos encontram-se 3 sub-regiões, ao passo que no segundo

localizam-se os restantes 5. Porém, e antes de ser possível retirar mais alguma conclusão, importa estudar esta variável tendo em conta as questões de investimento, relação apresentada mais à frente.

Posto isto, é possível concluir que a hipótese “A maior parte dos projetos executados na área do turismo concentra-se nas NUTS III do litoral” é **falsa**, tendo sido comprovado exatamente o oposto.

5.2.7 CONCELHOS

Depois de concluído o processo de seleção dos projetos que iriam constituir a base de dados para a presente análise empírica, observou-se que alguns concelhos acabaram por ser excluídos²⁴, por não possuírem nenhum projeto relacionado com o sector do turismo. Desta forma, a Região Norte de Portugal passou a ser representada por 78 municípios, e a componente “não regionalizável” foi excluída da análise, tal como já tinha acontecido no caso das NUTS III.

Desta forma, tendo em conta que a base de dados é constituída não só por um grande número de projetos, mas também de concelhos, a análise que se apresenta é distinta das restantes. Optou-se por analisar o número de projetos associados a cada concelho, e sistematizar a informação no Quadro 5.7, onde é possível entender o número de projetos associados a cada município, bem como a sua identificação.

Quadro 5.7 – Número de projetos associados a cada município.

Nº PROJETOS	Nº DE CONCELHOS ASSOCIADOS AO NÚMERO DE PROJETOS		Nº TOTAL DE PROJETOS
1	13	Alfândega da Fé; Caminha; Carrazeda de Ansiães; Castelo de Paiva; Espinho; Fafe; Maia; Mesão Frio; Moimenta da Beira; Murça; Penedono; Valpaços; Vizela	13
2	11	Amares; Cinfães; Mirandela; Mondim de Basto; Paredes de Coura; Póvoa de Lanhoso; Resende; Sabrosa; Santa Marta de Penaguião; Tarouca; Vila Verde;	22
3	12	Alijó; Arcos de Valdevez; Cabeceiras de Basto; Celorico de Basto; Macedo de Cavaleiros; Marco de Canaveses; Miranda do Douro; Paços de Ferreira; Sernancelhe; Terras de Bouro; Valença; Vila Nova de Cerveira	36
4	6	Melgaço; Montalegre; Paredes; Ponte da Barca; São João da Madeira; Vinhais	24
5	6	Barcelos; Esposende; Felgueiras; Penafiel; São João da Pesqueira; Vila Nova de Famalicão	30
6	7	Baião; Freixo de Espada à Cinta; Oliveira de Azeméis; Santa Maria da Feira; Trofa; Vila do Conde; Vimioso	42
7	4	Amarante; Mogadouro; Santo Tirso; Vale de Cambra	28
8	3	Boticas; Lamego; Torre de Moncorvo	24
9	2	Matosinhos; Vila Nova de Gaia	18
11	1	Lousada	11
12	6	Arouca; Chaves; Ponte de Lima; Ribeira de Pena; Viana do Castelo; Vila Pouca de Aguiar	72
14	1	Bragança	14
16	1	Vila Real	16
17	2	Braga; Vila Nova de Foz Côa	34
18	1	Peso da Régua	18
41	1	Guimarães	41
68	1	Porto	68
TOTAL	78		511

FONTE: Elaboração própria.

²⁴ Armamar, Gondomar, Monção, Póvoa de Varzim, Tabuaço, Valongo, Vieira do Minho e Vila Flor foram os municípios excluídos.

Assim, tal como é possível entender, a distribuição de projetos por município não é equitativa. Se por um lado há 13 municípios da Região Norte com apenas um projeto associado, por outro, o município do Porto concentra um total de 68. Guimarães, por sua vez, também se destaca pelo grande número de projetos que se localizam neste concelho (41).

Num sentido oposto ao dos dois exemplos referidos anteriormente, é possível entender que cerca de 46% dos concelhos possui entre um e três projetos; aproximadamente 36% dos municípios possuem entre 4 e 9 projetos; e apenas 14% possuem um número de projetos superior a 10. Assim, é possível concluir que grande parte dos projetos relacionados com o turismo, na Região Norte de Portugal, se encontra concentrada num pequeno número de municípios, considerados representativos de toda a região.

Assim, é possível destacar os municípios do Porto, Guimarães, Peso da Régua, Braga, Vila Nova de Foz Côa, Vila Real e Bragança como aqueles que possuem números significativos de projetos. A partir desta conclusão, é possível ir ao encontro do que foi referido no capítulo de apresentação da Região Norte, que identificava alguns destes concelhos como sendo os mais importantes de toda o território em análise.

Tendo em conta a informação apresentada, o estudo do número de projetos por município permite concluir que a hipótese “*Os projetos realizados na área do turismo, por parte do sector público, concentram-se nos principais centros urbanos da Região Norte de Portugal*” é verdadeira.

5.2.8 CONCELHOS AGRUPADOS DE ACORDO COM OS 4 DESTINOS PROMOCIONAIS

Ao organizar os concelhos tendo em conta os quatro destinos turístico-promocionais da Região Norte de Portugal – Minho, Trás-os-Montes, Porto e Douro – a variável em estudo passa a ser constituída por 4 grupos distintos, e é a partir destes que é possível reunir um conjunto de ideias relevantes (Quadro 5.8).

Quadro 5.8 - Número de projetos por concelhos agrupados pelos 4 destinos promocionais.

CONCELHOS AGRUPADOS PELOS 4 DESTINOS TURÍSTICO-PROMOCIONAIS DA RNP		Nº DE PROJETOS	%
1	Minho-Lima	133	26,0%
2	Trás-os-Montes	79	15,5%
3	Porto	186	36,4%
4	Douro	113	22,1%
TOTAL		511	100%

FONTE: Elaboração própria.

Em primeiro lugar, o destino promocional Porto é o que agrega o maior número de projetos (186), representando cerca de 36,4% do total da RNP. Segue-se o Minho, com 133 projetos, e uma representatividade de 26%. Em terceiro lugar, identifica-se o destino Douro, com 113 projetos, ou seja, 22,1% do total. Por último, e com uma diferença algo significativa em relação aos restantes, reconhece-se o destino Trás-os-Montes como aquele que possui o menor número de projetos (79) e, por esse motivo, a menor representatividade no seio da Região Norte de Portugal (15,5%).

Desta forma, volta a merecer especial destaque a região do Porto (com o maior número de projetos), seguida dos destinos Minho-Lima, Douro e Trás-os-Montes, por ordem decrescente em termos de representatividade. Assim sendo, Trás-os-Montes é o que possui o menor número de projetos associados, embora importe entender se o mesmo acontece com o investimento por região, analisado mais à frente.

Tendo em conta a análise realizada, permite-se concluir que a hipótese *“O destino turístico-promocional Porto concentra o maior número de projetos públicos no turismo”* é **verdadeira**.

5.2.9 CÓDIGO CAE A 5 DÍGITOS

Tal como já aconteceu anteriormente, é possível agrupar os códigos CAE da base de dados em análise em duas componentes distintas:

1. Os que contêm atividades económicas diretamente relacionadas com o turismo (e com associação direta à CST): **47784, 47890, 49310, 52220, 82300, 84130, 88990, 90010, 90040, 91020, 91030, 91042, 93110, 93192 e 93292.**
2. Os que não se enquadram na componente anterior, mas que possuem projetos direta ou indiretamente associados ao turismo, no contexto do estudo – **36002, 41200, 42110, 42990, 59140, 63120, 63990, 74900, 84111, 84113, 84114, 84123, 84130, 85420, 86905, 86906, 87902, 94110, 94910, 94991, 94993 e 94995.**

Ao observar o Quadro 5.9 é possível identificar, logo à partida, a existência de um grande conjunto de atividades económicas às quais se associam os projetos da base de dados. Para além disso, ao analisar o número de projetos associados a cada código CAE, entende-se que este não é, de todo, uniforme. Alguns códigos possuem apenas um projeto associado, ao passo que outros possuem valores significativamente superiores (o número máximo de projetos pertencentes a apenas uma atividade económica é 251).

Quadro 5.9 - Número de projetos por CAE a 5 dígitos.

CÓDIGO CAE	DESIGNAÇÃO	Nº DE PROJETOS	%
36002	Distribuição de água	1	0,19%
41200	Construção de edifícios (residenciais e não residenciais)	3	0,57%
42110	Construção de estradas e pistas de aeroportos	3	0,57%
42990	Construção de outras obras de engenharia civil, n.e.	35	6,68%
47784	Comércio a retalho de outros produtos novos, em estabelecimentos especializados, n.e.	1	0,19%
47890	Comércio a retalho em bancas, feiras e unidades móveis de venda, de outros produtos	1	0,19%
49310	Transportes terrestres, urbanos e suburbanos, de passageiros	1	0,19%
52220	Actividades auxiliares dos transportes por água	3	0,57%
59140	Projectção de filmes e de vídeos	2	0,38%
63120	Portais web	1	0,19%
63990	Outras actividades dos serviços de informação, n.e.	1	0,19%
74900	Outras actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, n.e.	2	0,38%
82300	Organização de feiras, congressos e outros eventos similares	4	0,76%
82990	Outras actividades de serviços de apoio prestados às empresas, n.e.	1	0,19%
84111	Administração Central	2	0,38%
84113	Administração Local	251	47,90%
84114	Actividades de apoio à administração pública	1	0,19%
84123	Administração Pública - actividades da cultura, desporto, recreativas, ambiente, habitação e de outras actividades sociais, exceto segurança social obrigatória	29	5,53%
84130	Administração Pública - actividades económicas	23	4,39%
85420	Ensino superior	4	0,76%
86905	Actividades termais	1	0,19%
86906	Outras actividades de saúde humana, n.e.	1	0,19%
87902	Actividades de apoio social com alojamento, n.e.	1	0,19%
88990	Outras actividades de apoio social sem alojamento, n.e.	5	0,95%
90010	Actividades das artes do espectáculo	5	0,95%
90040	Exploração de salas de espectáculos e actividades conexas	1	0,19%
91020	Actividades dos museus	18	3,44%
91030	Actividades dos sítios e monumentos históricos	5	0,95%
91042	Actividade dos parques e reservas naturais	21	4,01%
93110	Gestão de instalações desportivas	4	0,76%
93192	Outras actividades desportivas, n.e.	2	0,38%
93292	Actividades dos portos de recreio (marinas)	1	0,19%
94110	Actividades de organizações económicas e patronais	14	2,67%
94910	Actividades de organizações religiosas	7	1,34%
94991	Associações culturais e recreativas	41	7,82%
94993	Associações de juventude e de estudantes	1	0,19%
94995	Outras actividades associativas, n.e.	27	5,15%
TOTAL		524	100%

FONTE: Elaboração própria.

Da mesma forma que o número de projetos associados a uma determinada atividade económica varia de forma substancial, a sua representatividade varia de igual forma. Por outras palavras, muitos códigos CAE possuem um significado praticamente residual no seio da análise, dado o número diminuto de projetos associados, quando comparados a outras atividades económicas.

São catorze os códigos CAE com apenas um projeto associado e, num sentido oposto, é possível identificar um código CAE que agrega praticamente metade (48%) do número de projetos da base de dados – o código **CAE 84113**, relacionado com questões de **Administração Local**. Entre estes extremos, é possível encontrar um conjunto de atividades com um peso praticamente residual e, por outro lado, outras com um peso mais significativo que convém realçar, embora possuam uma grande diferença em relação ao código anteriormente destacado:

- 42990 – Construção de obras de engenharia civil (35 projetos – 6,68% do total)
- 84123 – Administração pública: atividades de cultura, desporto, recreativas, etc. (29 projetos – 5,53% do total)
- 84130 – Administração pública: atividades económicas (23 projetos – 4,39% do total)
- 91020 – Atividades dos museus (18 projetos – 3,44% do total)
- 91042 – Atividades dos parques e reservas naturais (21 projetos – 4,01% do total)
- 94110 – Atividades de organizações económicas e patronais (14 projetos – 2,67% do total)
- 94991 – Associações culturais e recreativas (41 projetos – 7,82% do total)
- 94995 – Outras atividades associativas (27 projetos – 5,15% do total)

Tendo sido identificados os principais códigos CAE presentes na base de dados, é possível concluir que a hipótese “A maior parte dos projetos de investimento público na área do turismo concentra-se na CAE Administração Local” é **verdadeira**.

5.2.10 CÓDIGO CAE A 2 DÍGITOS

Pelo facto de existirem grandes diferenças no número de projetos associados a cada código CAE a 5 dígitos, procedeu-se ao agrupamento de todas as atividades económicas para os respetivos códigos CAE a 2 dígitos. Este processo permitiu, assim, agregar atividades que se encontravam dispersas, dado que os dois dígitos correspondem a temáticas mais generalizadas e abrangentes.

Esta união de códigos CAE a 5 dígitos para que fosse possível formar códigos CAE a 2 dígitos permitiu, por um lado, reduzir o número de categorias da nova variável de 37 para 19 e, por outro, aumentar o número de projetos associados a cada atividade económica, em determinados casos. No entanto, alguns códigos CAE a 2 dígitos continuam a representar apenas um projeto (Quadro 5.10).

Os códigos CAE 36 (Captação, tratamento e distribuição de água), 49 (Transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos) e 87 (Atividades de apoio social com alojamento) são os que dizem respeito às atividades económicas que se mantiveram com apenas um projeto e, conseqüentemente, com a menor representatividade em termos totais (cada um representa apenas 0,2 pontos percentuais).

Por outro lado, é possível observar que, mesmo com a agregação de alguns códigos CAE de 5 para 2 dígitos, a representatividade de alguns manteve-se praticamente residual, e, por outro lado, algumas atividades económicas que já possuíam um grande número de projetos ainda aumentaram após o agrupamento. O caso mais evidente é o 84, que agrega os códigos CAE a 5 dígitos 84111, 84113, 84123 e 84130, e que passou a reunir 306 projetos, ou seja, aproximadamente 60% do total.

Quadro 5.10 - Número de projetos por CAE a 2 dígitos.

CÓDIGOS CAE (5 DÍGITOS)	CAE 2 DÍGITOS	DESIGNAÇÃO	Nº DE PROJETOS	%
36002	→ 36	Captação, tratamento e distribuição de água	1	0,19%
41200	→ 41	Promoção imobiliária (desenvolvimento de projectos de edifícios); construção de edifícios	3	0,57%
42110, 42990	→ 42	Engenharia civil	38	7,25%
47784, 47890	→ 47	Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos	2	0,38%
49310	→ 49	Transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos	1	0,19%
52220	→ 52	Armazenagem e actividades auxiliares dos transportes (inclui manuseamento)	3	0,57%
59140	→ 59	Actividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música	2	0,38%
63120, 63990	→ 63	Actividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de	2	0,38%
74900	→ 74	Outras actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	2	0,38%
82300, 82990	→ 82	Actividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas	5	0,95%
84111, 84113, 84114, 84123, 84130	→ 84	Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	306	58,40%
85420	→ 85	Educação	4	0,76%
86905, 86906	→ 86	Actividades de saúde humana	2	0,38%
87902	→ 87	Actividades de apoio social com alojamento	1	0,19%
88990	→ 88	Actividades de apoio social sem alojamento	5	0,95%
90010, 90040	→ 90	Actividades de teatro, de música, de dança e outras actividades artísticas e literárias	6	1,15%
91020, 91030, 91042	→ 91	Actividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras actividades culturais	44	8,40%
93110, 93192, 93292	→ 93	Actividades desportivas, de diversão e recreativas	7	1,34%
94110, 94910, 94991, 94993, 94995	→ 94	Actividades das organizações associativas	90	17,18%
TOTAL			524	100%

FONTE: Elaboração própria.

Os restantes 40% concentram-se, maioritariamente, nos códigos CAE 42 (Engenharia Civil), 91 (Actividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras actividades culturais) e 94 (Actividades das organizações associativas), com 38, 44 e 90 projetos, respetivamente, e uma representatividade de 7,25%, 8,40% e 17,18%, na mesma ordem. Daqui é possível concluir que estes três códigos CAE, em conjunto com o que tinha sido referido anteriormente (84), representam cerca de 91% do total de projetos, ou seja, os restantes 15 códigos CAE estão associados a valores praticamente residuais.

5.2.11 CÓDIGO CAE A 2 DÍGITOS AGRUPADOS

No seguimento do que acabou de ser referido, dos 19 códigos CAE a 2 dígitos gerados no agrupamento anterior, apenas 4 representam, de forma significativa, o número de projetos incluídos na base de dados em análise. Desta forma, procedeu-se a um novo agrupamento de códigos CAE a 2 dígitos, com o intuito de conseguir agrupar de forma mais equilibrada os projetos que ainda se encontravam “dispersos”. Nesse sentido, todos os códigos CAE com menos de 10 projetos associados foram agrupados, formando-se, assim, um novo código CAE a 2 dígitos – 00 – denominado **Outras Actividades Económicas**.

Como se observa no Quadro 5.11, todos os projetos da base de dados passaram a inclui-se em apenas 5 códigos CAE a 2 dígitos – quatro provenientes do primeiro processo de agrupamento, e o que foi criado posteriormente, no sentido de agregar as actividades económicas com menor representatividade.

De qualquer maneira, o código CAE 84 continua a ser o mais representativo, com 306 projetos associados, ou seja, aproximadamente 60% do total. Seguem-se as actividades das organizações

associativas, com 90 projetos (cerca de 17% do total); outras atividades económicas, com 46 projetos (cerca de 9% do total); atividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais, com 44 projetos (8,4% do total) e, por último, questões relacionadas com engenharia civil, às quais estão associados 38 projetos (7,25% do total).

Quadro 5.11 – Número de projetos por CAE a 2 dígitos agrupados.

Códigos CAE a 2 dígitos agrupados	CAE A 2 DÍGITOS AGRUPADOS	Nº DE PROJETOS	%
	36 41 47 49 52 59 63 74 82 85 86 87 88 90 93	1. 00 (Outras atividades económicas)	46
	2. 42 (Engenharia civil)	38	7,25%
	3. 84 (Administração pública e defesa; Segurança social obrigatória)	306	58,40%
	4. 91 (Atividades das bibliotecas, arquivos, museus, e outras atividades culturais)	44	8,40%
	5. 94 (Atividades das organizações associativas)	90	17,18%
	TOTAL	524	100%

FONTE: Elaboração própria.

A partir desta análise, é possível entender quais as atividades económicas com maior peso no âmbito da presente investigação, ou seja, aquelas que agregam o maior número de projetos. As atividades desempenhadas pela Administração Pública são as que agregam o maior número de projetos e, assim, possuem maior representatividade no que diz respeito à perceção das dinâmicas de investimento na Região Norte de Portugal. Por outras palavras, entende-se que muito do investimento em turismo é realizado por parte da Administração Pública.

No entanto, é possível destacar a importância de outras atividades económicas, ainda que com um peso significativamente menor que o caso anterior: organizações associativas, atividades de bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais e questões relacionadas com a engenharia civil. As restantes atividades, agrupadas no novo código, contêm outros aspetos bastante relevantes e enriquecedores para a investigação, mas a reorganização da variável não permite uma avaliação individual de cada um desses códigos CAE, tendo estes sido estudados nas secções anteriores.

5.2.12 INVESTIMENTO

O investimento é das únicas variáveis quantitativas presentes na base de dados em análise, e uma das componentes mais relevantes de toda a investigação. A partir do estudo do mesmo, é possível retirar um conjunto de informações relevantes que dão resposta a grande parte dos objetivos e hipóteses definidos para a investigação.

Ao contrário das restantes variáveis, não faz sentido estudar as frequências do investimento, dado que cada projeto possui um valor distinto. No entanto, a partir da análise desta variável, é possível entender que os 524 projetos que constituem a base de dados possuem valores de

investimento que variam entre 7.299,14€ e 49.753.671€, o que permite afirmar, à partida, que a amplitude dos investimentos efetuados é elevada, existindo casos em que os investimentos são baixos e, por outro lado, situações em que o montante necessário para a realização de um determinado projeto é muito alto.

Por último, é ainda possível referir que o valor médio de investimento por projeto é de, aproximadamente, 1.001.845€. Tal como já foi referido anteriormente, o estudo desta variável é feito com maior pormenor quando cruzado com outras variáveis, no sentido de perceber as dinâmicas, características, distribuição geográfica, entre outros aspetos (essas relações constituem objeto de estudo do presente capítulo e, também, do seguinte).

5.2.13 FEDER

O FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) é o único programa comunitário que financia o Programa Operacional Regional do Norte. Tal como foi referido anteriormente, o ON.2 é o Programa Operacional Regional que dispõe de maior dotação financeira por parte do referido fundo estrutural, equivalente a cerca de 2,7 mil milhões de euros, valor que corresponde a 12,5% do orçamento do QREN.

Tal como o investimento, a variável FEDER é, também, quantitativa, e corresponde a uma percentagem do investimento aprovado para cada projeto, no âmbito do investimento público. Desta forma, não faz sentido estudar frequências desta variável, dado que cada projeto possui um valor associado à percentagem financiada pelo programa comunitário em questão.

No entanto, é possível referir um conjunto de aspetos relevantes acerca do estudo desta variável no âmbito da presente investigação. Em primeiro lugar, o montante total de financiamento por parte do FEDER, em projetos relacionados com o sector do turismo, corresponde a cerca de 348 milhões de €, ou seja, cerca de 66,2% do total do investimento. Por outro lado, importa destacar os valores mínimo e máximo, correspondentes a aproximadamente 5047€ e 25,5 milhões de €, respetivamente.

5.3 RELAÇÃO ENTRE O INVESTIMENTO E AS RESTANTES VARIÁVEIS

5.3.1 EIXO PRIORITÁRIO

A primeira relação a constituir objeto de análise pretende entender de que forma se distribui o investimento público em turismo pelos diferentes eixos prioritários do Programa Operacional Regional do Norte. Assim, tal como já foi referido anteriormente, o ON.2 divide-se em 5 prioridades estratégicas, correspondentes aos cinco eixos, e que possuem um conjunto de particularidades que convém realçar.

Ao estudar o investimento por eixo prioritário (apresentado no Quadro 5.12), há um conjunto de factos relevantes a salientar. O segundo eixo, com maior número de projetos, é também o que corresponde a maiores montantes de investimento – cerca de 43% do total. Por outro lado, o quarto eixo – Coesão Local e Urbana – segue-se, novamente, à Valorização Económica dos Recursos Específicos, com aproximadamente 27% do investimento total do Programa Operacional. Importa destacar o eixo NORTE-09, que possui um investimento que corresponde a cerca de 19% do total, ou seja, também bastante significativo.

Quadro 5.12 – Investimento por Eixo Prioritário.

EIXO PRIORITÁRIO	Nº DE PROJETOS	INVESTIMENTO TOTAL	% DE INVESTIMENTO
1. Competitividade, Inovação e Conhecimento (NORTE-07)	60	32.108.424,78 €	6,12%
2. Valorização Económica dos Recursos Específicos (NORTE-08)	221	225.983.000,80 €	43,05%
3. Valorização do Espaço Regional (NORTE-09)	99	98.925.477,34 €	18,84%
4. Coesão Local e Urbana (NORTE-10)	124	139.143.821,70 €	26,51%
5. Assistência Técnica (NORTE-11)	20	28.806.103,98 €	5,49%
TOTAL	524	524.966.828,60 €	100%

FONTE: Elaboração própria.

Os eixos Competitividade, Inovação e Conhecimento e Assistência Técnica são os que possuem menor representatividade em termos de investimento (6,12% e 5,49%, respetivamente). No entanto é curioso observar que, no primeiro caso, o número de projetos equivale ao triplo do segundo, o que demonstra que os projetos no eixo 1 apresentam um investimento médio inferior quando comparados com o eixo 5. Por outras palavras, a importância destes dois eixos, em termos de investimento, é praticamente a mesma, embora seja possível verificar que nem sempre o número de projetos pressupõe grandes montantes de investimento, ou vice-versa.

Como forma de concluir, importa realçar, mais uma vez, a importância da Valorização Económica de Recursos Específicos, sendo que neste caso se mantém superior em relação aos restantes eixos prioritários, em termos de investimento. Juntamente com a Valorização do Espaço Regional, representam mais de 60% do investimento total em turismo, no âmbito do Programa Operacional, o que permite concluir que os projetos visam o desenvolvimento da Região Norte de Portugal em termos de promoção, desenvolvimento dos locais e melhoria da oferta disponibilizada para os visitantes, no sentido de alargar o leque de serviços que satisfaçam as suas necessidades.

Posto isto, a hipótese “O investimento público no turismo concentra-se, maioritariamente, no eixo prioritário relacionado com a valorização económica de recursos específicos” é **verdadeira**, ou seja, é possível concluir que o investimento está direcionado, em grande parte, para a melhoria e qualificação da oferta de serviços.

5.3.2 REGULAMENTO ESPECÍFICO

Tendo em conta que a variável Regulamento Específico deriva dos cinco eixos prioritários do Programa Operacional em análise e, por isso, possui um maior número de categorias, os projetos incluídos na base de dados encontram-se mais distribuídos e, por esse motivo, o estudo do investimento a partir desta variável é distinto do anteriormente realizado. Nesse sentido, apresenta-se, no Quadro 5.13, a distribuição dos projetos por Regulamento Específico, bem como o respetivo investimento e representatividade em termos percentuais.

Quadro 5.13 - Investimento por Regulamento Específico.

REGULAMENTO ESPECÍFICO	Nº DE PROJETOS	INVESTIMENTO TOTAL	% DE INVESTIMENTO
1 Ações de assistência técnica	20	28.806.103,98 €	5,487%
2 Ações de Valorização e Qualificação Ambiental	1	1.521.459,30 €	0,290%
3 Apoio à Modernização Administrativa	1	126.379,00 €	0,024%
4 Equipamentos e serviços colectivos de proximidade (coesão local)	9	22.333.785,46 €	4,254%
5 Gestão Activa de Espaços Protegidos e Classificados	34	49.994.431,36 €	9,523%
6 Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	104	102.865.375,56 €	19,595%
7 Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação	11	13.944.660,68 €	2,656%
8 Promoção da Cultura Científica e Tecnológica e Difusão do Conhecimento	9	11.865.669,74 €	2,260%
9 Promoção e Capacitação Institucional	50	20.116.376,04 €	3,832%
10 Rede de Equipamentos Culturais	5	1.825.730,00 €	0,348%
11 Valorização e Animação do Património Cultural	59	45.583.856,68 €	8,683%
12 Valorização Económica de Recursos Específicos	221	225.983.000,80 €	43,047%
TOTAL	524	524.966.828,60 €	100%

FONTE: Elaboração própria.

Assim, a análise do investimento por Regulamento Específico pode ser realizada com base em três observações distintas: dois regulamentos têm um peso significativo e representam cerca de 63% do total de investimento; outros quatro possuem valores mais reduzidos, contribuindo, ainda assim, para 28% do investimento total; por último, o restante grupo de seis regulamentos possui valores considerados “residuais”, dado que possuem poucos projetos e, por esse motivo, têm um peso mínimo no que diz respeito ao investimento público em turismo.

Desta forma, é possível identificar um Regulamento Específico que se destaca, de forma bastante significativa, de todos os restantes – **Valorização Económica de Recursos Específicos**. Este regulamento compreende 221 projetos da base de dados, com um investimento de cerca de 226 milhões de euros, ou seja, 43% do total. O Regulamento “**Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana**” segue-se ao anteriormente exposto, e também possui um peso significativo no que diz respeito à percentagem de investimento canalizada para o mesmo: cerca de 20%.

Os Regulamentos “**Ações de Assistência Técnica**” (5,5% do total de investimento), “**Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados**” (9,5% do total de investimento), “**Promoção e Capacitação Institucional**” (3,8% do total de investimento) e, por último, “**Valorização e Animação do Património Cultural**” (8,7% do total de investimento), encontram-se num nível

“intermédio”, dado que possuem um investimento total inferior aos casos anteriores. No entanto, é importante realçar que qualquer um destes regulamentos possui projetos de extrema relevância para a investigação, e não fazia sentido serem ignorados aquando do processo de seleção. Desta forma, a sua contribuição é significativa para a análise do investimento em turismo na Região Norte de Portugal.

Por último, é possível identificar um conjunto de Regulamentos – **“Ações de Valorização e Qualificação Ambiental”, “Apoio à Modernização Administrativa”, “Equipamentos e serviços coletivos de proximidade (coesão local)”, “Política de cidades – Redes urbanas para a competitividade e inovação”, “Promoção da cultura científica e tecnológica e difusão do conhecimento” e “Rede de equipamentos culturais”** – que, apesar de conterem poucos projetos relacionados com o sector do turismo, não podiam ser excluídos, de forma alguma, da base de dados, pelo facto de estarem diretamente relacionados com o estudo levado a cabo na presente investigação. Dessa forma, este último conjunto de Regulamentos compreende, no total, 51 617 684,18€, ou seja, apenas 9,8% do total de investimento.

Por outro lado, é possível verificar que regulamentos constituídos por um número menor de projetos possuem, por vezes, investimentos superiores a regulamentos com maiores quantidades de projetos. Este facto pode justificar-se, por exemplo, através da comparação dos regulamentos **“Equipamentos e serviços de proximidade”** e **“Promoção e capacitação institucional”**. No primeiro caso, nove projetos correspondem a cerca de 22 milhões de euros, ao passo que, no segundo, 50 projetos equivalem a 20 milhões de euros. Este exemplo permite ir ao encontro do que foi referido anteriormente, ou seja, mesmo que alguns regulamentos possuam menos projetos, o seu peso é significativo, e contribuem, mesmo que de formas diferentes, para o desenvolvimento do setor do turismo.

Posto isto, é possível realçar um conjunto de aspetos relevantes, relacionados com a distribuição do investimento pelos Regulamentos Específicos que constituem a base de dados em estudo. Os regulamentos que mais se destacam (e que se apresentam por ordem de relevância em termos de investimento) são os que estão associados a questões de Valorização Económica de Recursos Específicos, Política de cidades – regeneração urbana, Valorização e Animação do Património Cultural, Promoção e Capacitação Institucional e, por último, Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados. O estudo do investimento tendo em conta os regulamentos, embora semelhante ao realizado em termos de eixos prioritários, acaba por ser mais específico, e permite entender, de forma mais concreta, a canalização do investimento público em turismo no Norte de Portugal.

5.3.3 NATUREZA DO INVESTIMENTO

O investimento público em turismo, no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte pode ser realizado de quatro formas distintas – Ações imateriais/Estudos; Assistência Técnica;

Equipamento/Material e Infraestruturas. Estes quatro componentes de investimento dizem respeito à **Natureza** do mesmo, e é sobre esta variável que se centram as atenções, na presente secção²⁵.

Através da observação do Quadro 5.14, é possível entender que grande parte dos projetos se concentra nas Ações imateriais/Estudos e na construção e desenvolvimento de Infraestruturas. O primeiro caso, o investimento total corresponde a cerca de 87 milhões de euros, ou seja, aproximadamente 17% do total de investimento em turismo na Região Norte de Portugal. Por outro lado, o investimento em infraestruturas é o mais evidente, dado que reúne praticamente 60% do total. Por sua vez, o investimento em Equipamento/Material, representa cerca de 21% do investimento total.

Quadro 5.14 - Investimento por Natureza do investimento.

NATUREZA DO INVESTIMENTO	Nº DE PROJETOS	INVESTIMENTO TOTAL	% DE INVESTIMENTO
1 Ações imateriais/Estudos	187	87.425.059,85 €	16,65%
2 Assistência técnica	16	26.471.230,35 €	5,04%
3 Equipamento/Material	85	107.481.319,33 €	20,47%
4 Infraestruturas	236	303.589.219,07 €	57,83%
TOTAL	524	524.966.828,60 €	100%

FONTE: Elaboração própria.

As questões relacionadas com projetos de Assistência Técnica têm, também, alguma importância no seio da investigação. Apesar de conter um investimento de cerca de 27 milhões de euros (apenas 5% do total), esta componente não deixa de ser necessária. Assim, é possível afirmar que o investimento em turismo está relacionado, em grande parte, com a construção e desenvolvimento de infraestruturas, seguido de Equipamento/Material, Ações imateriais/Estudos e, por último, com questões relacionadas com a Assistência Técnica.

Assim, e através da análise da relação entre o investimento e a sua natureza, é possível reter um conjunto de ideias fundamentais para o presente estudo. A construção de infraestruturas por parte do sector público é preponderante, no sector do turismo, já que sem estas não seria possível potenciar e criar bases sólidas para o desenvolvimento da atividade. Em conjunto com o investimento em equipamentos e materiais complementares, estas duas componentes agregam aproximadamente 80% do investimento total, o que vem sustentar a ideia anterior.

Posto isto, é possível concluir que a hipótese “A natureza do investimento público incide, maioritariamente, na componente infraestrutural do sector” é **verdadeira**.

²⁵ Para que seja possível entender, de forma mais clara, em que consiste cada um dos componentes da variável em estudo, ver Secção 5.2.3.

5.3.4 CÓDIGO CAE A 5 DÍGITOS

Os 524 projetos que constituem a base de dados em análise distribuem-se por 37 códigos CAE a 5 dígitos distintos, e o estudo do investimento por cada um dos componentes é de extrema relevância para o estudo. Este número elevado de atividades económicas pode ser justificado pela transversalidade do sector do turismo, ou seja, pela grande variedade de atividades relacionadas com a indústria em questão.

Tal como já foi referido anteriormente, os códigos CAE constituíram um importante fator de decisão aquando do processo de seleção dos projetos que iriam constituir a base de dados. Tendo em conta os dois processos de filtragem de projetos descritos no capítulo metodológico, foi possível selecionar um conjunto de códigos CAE diretamente associados ao sector do turismo (pela associação existente com a Conta Satélite do Turismo)²⁶ e, por outro lado, incluir outro conjunto de projetos que, apesar de não se enquadrar na primeira análise, possuía relações diretas ou indiretas com a indústria em análise²⁷.

A designação de cada Código CAE, e respetivo número de projetos e investimento total estão apresentados no
apresentados no

Quadro 5.15, e é a partir do mesmo que se baseia a análise apresentada de seguida, relacionada com o investimento em turismo, a partir da subdivisão dos projetos pelos respetivos códigos CAE a 5 dígitos. Em primeiro lugar, e tal como aconteceu com o número de projetos, o investimento total associado a cada código CAE não é equilibrado. Mesmo que possa estar relacionado, em determinados casos, com o número de projetos associados, noutras componentes não se verifica esse argumento.

Não obstante, é possível identificar um conjunto de códigos CAE a 5 dígitos onde se concentra uma parte significativa do investimento total em turismo, no âmbito do presente estudo. O caso mais evidente está relacionado com a Administração Local, com cerca de 44% do investimento. Por outro lado, as Atividades auxiliares dos transportes por água representam cerca de 50 milhões de euros, ou seja, aproximadamente 10% do total.

A Administração pública (atividades económicas) e as Atividades relacionadas com os Parques e Reservas Naturais são, também, dois conjuntos de elementos onde recai uma parte significativa do investimento em turismo, totalizando, no conjunto, 15% do total. Por último, importa destacar a importância, ainda que menor, da Administração Pública, no que diz respeito a atividades de cultura, desporto, recreativas, ambiente, habitação, entre outras questões, que representam cerca de 27,3 milhões de euros, ou seja, 5,20% do total.

²⁶ Códigos CAE a 5 dígitos resultantes do primeiro processo de seleção de projetos: 47784, 47890, 49310, 52220, 82300, 84130, 88990, 90010, 90040, 91020, 91030, 91042, 93110, 93192 e 93292

²⁷ Códigos CAE a 5 dígitos resultantes do segundo processo de seleção de projetos: 36002, 41200, 42110, 42990, 59140, 63120, 63990, 74900, 84111, 84113, 84114, 84123, 84130, 85420, 86905, 86906, 87902, 94110, 94910, 94991, 94993 e 94995

Quadro 5.15 – Investimento por Código CAE.

CÓDIGO CAE	DESIGNAÇÃO	Nº DE PROJETOS	INVESTIMENTO TOTAL	% DE INVESTIMENTO
36002	Distribuição de água	1	1.043.229,60 €	0,20%
41200	Construção de edifícios (residenciais e não residenciais)	3	2.839.392,47 €	0,54%
42110	Construção de estradas e pistas de aeroportos	3	10.989.388,51 €	2,09%
42990	Construção de outras obras de engenharia civil, n.e.	35	24.261.790,09 €	4,62%
47784	Comércio a retalho de outros produtos novos, em estabelecimentos especializados, n.e.	1	4.068.251,00 €	0,77%
47890	Comércio a retalho em bancas, feiras e unidades móveis de venda, de outros produtos	1	79.340,48 €	0,02%
49310	Transportes terrestres, urbanos e suburbanos, de passageiros	1	386.926,10 €	0,07%
52220	Actividades auxiliares dos transportes por água	3	49.941.569,70 €	9,51%
59140	Projectção de filmes e de vídeos	2	1.061.010,32 €	0,20%
63120	Portais web	1	260.209,70 €	0,05%
63990	Outras actividades dos serviços de informação, n.e.	1	525.394,94 €	0,10%
74900	Outras actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, n.e.	2	898.142,36 €	0,17%
82300	Organização de feiras, congressos e outros eventos similares	4	4.011.257,21 €	0,76%
82990	Outras actividades de serviços de apoio prestados às empresas, n.e.	1	442.603,82 €	0,08%
84111	Administração Central	2	3.575.899,84 €	0,68%
84113	Administração Local	251	232.265.404,33 €	44,24%
84114	Actividades de apoio à administração pública	1	233.114,66 €	0,04%
84123	Administração Pública - actividades da cultura, desporto, recreativas, ambiente, habitação e de outras atividades sociais, exceto segurança social obrigatória	29	27.295.832,99 €	5,20%
84130	Administração Pública - actividades económicas	23	41.400.609,24 €	7,89%
85420	Ensino superior	4	10.559.943,42 €	2,01%
86905	Actividades termais	1	4.250.000,00 €	0,81%
86906	Outras actividades de saúde humana, n.e.	1	293.398,02 €	0,06%
87902	Actividades de apoio social com alojamento, n.e.	1	960.067,15 €	0,18%
88990	Outras actividades de apoio social sem alojamento, n.e.	5	2.307.919,56 €	0,44%
90010	Actividades das artes do espectáculo	5	2.641.828,13 €	0,50%
90040	Exploração de salas de espectáculos e actividades conexas	1	699.853,10 €	0,13%
91020	Actividades dos museus	18	9.110.227,10 €	1,74%
91030	Actividades dos sítios e monumentos históricos	5	4.668.420,64 €	0,89%
91042	Actividade dos parques e reservas naturais	21	37.694.032,74 €	7,18%
93110	Gestão de instalações desportivas	4	3.828.832,64 €	0,73%
93192	Outras actividades desportivas, n.e.	2	435.191,18 €	0,08%
93292	Actividades dos portos de recreio (marinas)	1	900.000,00 €	0,17%
94110	Actividades de organizações económicas e patronais	14	7.859.467,66 €	1,50%
94910	Actividades de organizações religiosas	7	3.015.356,86 €	0,57%
94991	Associações culturais e recreativas	41	14.613.604,14 €	2,78%
94993	Associações de juventude e de estudantes	1	2.266.986,91 €	0,43%
94995	Outras actividades associativas, n.e.	27	13.282.331,99 €	2,53%
TOTAL		524	524.966.828,60 €	100%

FONTE: Elaboração própria.

Num sentido oposto, importa também realçar outro facto, relacionado com códigos CAE que possuem valores de investimento praticamente residuais, quando comparados com os anteriormente destacados. Existem 25 códigos CAE com um investimento total menor que um ponto percentual e 6 com um investimento total situado entre 1% e 3%. Daqui, conclui-se que a maioria dos projetos se concentra num pequeno conjunto de actividades económicas, com especial destaque para as que se enquadram na Administração Local.

Este facto vai ao encontro de algumas informações apresentadas anteriormente, onde se enfatiza o papel relevante das entidades locais no que diz respeito à dinamização da atividade turística e, por outro lado, as funções de extrema relevância desempenhadas pelo sector público. Por outras palavras, e no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte, é possível entender a forte influência da administração local no que diz respeito ao investimento, de forma significativa, no sector do turismo, ainda que seja possível identificar a importância de outras atividades, em diferentes contextos.

Neste sentido, é possível afirmar que a hipótese “O investimento público em turismo concentra-se, de forma significativa, na CAE Administração Local” é verdadeira.

5.3.5 CÓDIGO CAE A 2 DÍGITOS AGRUPADOS

Na secção anterior foi possível verificar que um grande número de projetos, bem como os respetivos investimentos se encontravam concentrados num número reduzido de Códigos CAE a cinco dígitos e, nesse sentido, procedeu-se a uma conversão dos mesmos para 2 dígitos e, por outro lado, agregaram-se aqueles que continham um reduzido número de projetos e de investimento. Desta forma, resultaram, dessa agregação, cinco Códigos CAE a 2 dígitos agrupados (Quadro 5.16), sendo sobre esta variável que recai o estudo do investimento.

Quadro 5.16 - Investimento por CAE a 2 dígitos agrupados.

CAE A 2 DÍGITOS AGRUPADOS - DESIGNAÇÃO	Nº DE PROJETOS	INVESTIMENTO TOTAL	% DE INVESTIMENTO
1. 00 (Outras atividades económicas)	46	92.434.360,90 €	17,61%
2. 42 (Engenharia civil)	38	35.251.178,60 €	6,71%
3. 84 (Administração pública e defesa; Segurança social obrigatória)	306	304.770.861,06 €	58,06%
4. 91 (Atividades das bibliotecas, arquivos, museus, e outras atividades culturais)	44	51.472.680,48 €	9,80%
5. 94 (Atividades das organizações associativas)	90	41.037.747,56 €	7,82%
TOTAL	524	524.966.828,60 €	100%

FONTE: Elaboração própria.

A partir da observação da tabela, é possível retirar um conjunto de ideias relevantes para a análise. Depois de terem sido feitas as correspondências dos Códigos CAE de 5 dígitos para apenas dois, e após a agregação daqueles que possuíam valores residuais, continua a observar-se a predominância de um código CAE – o que diz respeito à Administração Pública e defesa. Neste código concentra-se um investimento de aproximadamente 305 milhões de euros, representando, desta forma, praticamente 60% do total do investimento em turismo, por parte do sector público, em termos de atividades económicas.

Por outro lado, através da agregação de 15 códigos CAE a 2 dígitos (que quando estudados individualmente, eram praticamente residuais), foi possível formar um novo código, o 00 (Outras atividades económicas), com uma representatividade, em termos de investimento, de aproximadamente 18%. Daqui é possível concluir que, se estudados individualmente, os códigos CAE não teriam qualquer importância para o estudo; assim, ao formarem um bloco mais consistente, facilitam a análise e permitem tirar conclusões acerca das principais concentrações de projetos, no âmbito do ON.2.

Os restantes códigos CAE a 2 dígitos mantidos nesta variável – 42, 91 e 94 – possuem valores de investimento total relativamente próximos, sendo que os projetos associados a questões de Engenharia Civil representam cerca de 6,7% do investimento, as Atividades de bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais concentram quase 10% do investimento e, por último, as Atividades das organizações associativas correspondem a cerca de 7,8% do investimento.

Posto isto, e tendo em conta que a variável em análise resultou de um conjunto de processos distintos de agregação de projetos, é possível concluir a predominância, de forma significativa, de um código CAE a 2 dígitos – Administração pública – que concentra praticamente 60% do investimento total da base de dados. A restante percentagem encontra-se distribuída por 4 códigos CAE distintos, sendo que um deles corresponde à agregação de diversas atividades económicas. No entanto, mesmo com uma representatividade menor que as atividades relacionadas com a administração pública, importa realçar a sua relevância, no seio da investigação.

5.3.6 NUTS III

Antes de se proceder à análise pormenorizada do investimento por parte do sector público em turismo, ao nível dos municípios, importa, em primeiro lugar, realizar um enquadramento ao nível das NUTS III. Tendo em conta a informação apresentada no Quadro 5.17, a NUTS III com maior representatividade não só em termos de projetos, mas também tendo em consideração o investimento total, é o **Grande Porto**, que compreende cerca de 32% do investimento total na Região Norte.

Quadro 5.17 - Investimento por NUTS III.

NUTS III	Nº DE PROJETOS	INVESTIMENTO TOTAL	%
Alto Trás-os-Montes	78	65.367.489,24 €	12,65%
Ave	63	61.834.853,12 €	11,97%
Cávado	34	28.333.287,62 €	5,48%
Douro	94	56.489.580,29 €	10,93%
Entre Douro e Vouga	35	36.509.381,79 €	7,07%
Grande Porto	94	165.350.047,10 €	32,01%
Minho-Lima	44	42.828.197,53 €	8,29%
Tâmega	69	59.894.918,65 €	11,59%
TOTAL	511	516.607.755,34 €	100%

FONTE: Elaboração própria.

As NUTS III que se seguem são Alto Trás-os-Montes, com perto de 13%, Ave, com 12%, e Tâmega, com 11,6%, ultrapassando o Douro que, apesar de ter um maior número de projetos, possui uma representatividade menor, em termos de investimento total (cerca de 10,9%). Numa perspetiva oposta, o Cávado, Entre Douro e Vouga e Minho-Lima são as três NUTS III com o menor número de projetos, bem como a menor representatividade em termos de

investimento total. A primeira região representa apenas 5,5% do total de investimento na Região Norte de Portugal; no segundo caso, 35 projetos equivalem a cerca de 7,1%; por último, e tendo em conta os valores da NUTS III Minho-Lima, 44 projetos correspondem a cerca de 8,3% do investimento total.

Posto isto, é possível destacar o Grande Porto como sendo a NUTS III com maior investimento total. Apesar de ter associado o mesmo número de projetos que o caso anterior, o Douro possui um investimento associado muito inferior, sendo ultrapassado por NUTS III como Alto Trás-os-Montes, Ave e Tâmega. No entanto, estas 4 NUTS III possuem, também, um peso significativo em termos de investimento total.

Assim, infere-se que a hipótese “O investimento concentra-se, maioritariamente, no principal destino turístico (NUT III) da Região Norte de Portugal” é verdadeira.

5.3.6.1 Natureza do investimento por NUTS III

No sentido de enriquecer a investigação, é de extrema relevância perceber, no seio da investigação, de que forma é que o investimento se encontra distribuído pelas 8 NUTS III que constituem a Região Norte de Portugal, no que diz respeito à sua natureza. Desta forma, o Quadro 5.18 apresenta o cruzamento das variáveis NUTS III e Natureza do Investimento, para que seja possível complementar a informação anteriormente referida.

Quadro 5.18 – Natureza do investimento por NUTS III.

			Natureza Investimento				Total
			Ações imateriais / Estudos	Assistência Técnica	Equipamento / Material	Infraestruturas	
NUTS III	Alto Trás-os-Montes	Count	13	0	9	56	78
		% within NUTS III	16,7%	0,0%	11,5%	71,8%	100,0%
	Ave	Count	38	0	13	12	63
		% within NUTS III	60,3%	0,0%	20,6%	19,0%	100,0%
	Cávado	Count	8	0	7	19	34
		% within NUTS III	23,5%	0,0%	20,6%	55,9%	100,0%
	Douro	Count	30	0	13	51	94
		% within NUTS III	31,9%	0,0%	13,8%	54,3%	100,0%
	Entre Douro e Vouga	Count	13	0	9	13	35
		% within NUTS III	37,1%	0,0%	25,7%	37,1%	100,0%
	Grande Porto	Count	46	15	13	20	94
		% within NUTS III	48,9%	16,0%	13,8%	21,3%	100,0%
	Minho-Lima	Count	14	1	11	18	44
		% within NUTS III	31,8%	2,3%	25,0%	40,9%	100,0%
	Tâmega	Count	17	0	8	44	69
		% within NUTS III	24,6%	0,0%	11,6%	63,8%	100,0%
Total		Count	179	16	83	233	511
		% within NUTS III	35,0%	3,1%	16,2%	45,6%	100,0%

Assim, é possível retirar um conjunto de ideias essenciais a partir do cruzamento das duas variáveis. Em primeiro lugar, é notória a predominância de projetos relacionados com a construção de infraestruturas nas NUTS III Alto Trás-os-Montes, Cávado, Douro, Minho-Lima e Tâmega. Por outro lado, nas sub-regiões Ave e Grande Porto os projetos de investimento

baseiam-se, maioritariamente em Ações imateriais/estudos. Entre Douro e Vouga possui o mesmo número de projetos de investimento (13) em Ações imateriais/Estudos e Infraestruturas.

Por outro lado, as questões relacionadas com a assistência técnica localizam-se praticamente todas na NUTS III Grande Porto, à exceção de um projeto localizado na NUTS III Minho-Lima. O investimento em Equipamento/Material é o mais equilibrado em termos de distribuição por NUTS III, variando entre 7 (na NUTS III Cávado) e 13 (nas NUTS III Ave, Douro e Grande Porto) projetos.

Desta forma, é possível afirmar que a hipótese “*O investimento em infraestruturas predomina em todas as NUTS III da Região Norte de Portugal*” é **falsa**.

A questão da natureza do investimento permite, de certa forma, tirar conclusões acerca do estado de desenvolvimento (em termos turísticos) das diferentes NUTS III da Região Norte de Portugal. Por outras palavras, uma região que já possua bons alicerces no que diz respeito à componente infraestrutural, provavelmente aposta no investimento canalizado para outros fins. A título de exemplo, a NUTS III Grande Porto, tal como tem vindo a ser referido ao longo da investigação, assume-se como a mais relevante não só em termos de projetos, mas também em termos de investimento total, e a importância do turismo nesta região é evidente. Neste seguimento, é possível afirmar que a componente infraestrutural relacionada com o sector do turismo é já existente nesta região e, por isso, seja necessário apostar noutra tipo de projetos de investimento.

Num sentido oposto, uma região menos desenvolvida em termos turísticos necessita de uma maior aposta em termos de construção de infraestruturas, com o intuito de receber os visitantes e conseguir satisfazer as suas necessidades. Neste caso, a importância da componente anteriormente referida é maior, em detrimento do investimento em questões relacionadas com Ações imateriais/Estudos. Como exemplo, a NUTS III Alto Trás-os-Montes possui um grande número de projetos relacionados com o desenvolvimento de infraestruturas, ao passo que o número de projetos associados a ações imateriais é bastante reduzido.

5.3.7 NUTS III (AGRUPADAS POR PROXIMIDADE E Nº DE PROJETOS)

O agrupamento das NUTS III tendo em consideração, a proximidade e, também, o número de projetos, modifica os valores de investimento total correspondentes a cada nova região. Desta forma, e tal como foi explicado anteriormente, algumas NUTS III mantiveram-se desagregadas, ao contrário das sub-regiões Minho-Lima e Cávado, e também Entre Douro e Vouga e Tâmega, que passaram a representar duas regiões distintas.

A partir do Quadro 5.19, é possível retirar um conjunto de considerações importantes para o estudo do investimento. Em primeiro lugar, é possível verificar que o investimento com valor superior continua a pertencer à NUTS III Grande Porto, com um total de 32%. Apesar de agregadas, as NUTS III Entre Douro e Vouga e Tâmega não superam o valor do investimento total do Grande Porto (embora possuam um número de projetos superior), mas o seu valor passa a representar, em conjunto, aproximadamente 19% do total.

Quadro 5.19 - Investimento por NUTS III agrupados por proximidade e número de projetos.

NUTS III (PROXIMIDADE E NÚMERO DE PROJETOS)	Nº DE PROJETOS	INVESTIMENTO TOTAL	% DE INVESTIMENTO
1 Minho-Lima e Cávado	78	71.161.485,15 €	13,77%
2 Grande Porto	94	165.350.047,10 €	32,01%
3 Entre Douro e Vouga e Tâmega	104	96.404.300,44 €	18,66%
4 Ave	63	61.834.853,12 €	11,97%
5 Alto Trás-os-Montes	78	65.367.489,24 €	12,65%
6 Douro	94	56.489.580,29 €	10,93%
TOTAL	511	516.607.755,34 €	100%

FONTE: Elaboração própria.

Por outro lado, as NUTS III Minho-Lima e Cávado, depois de serem agregadas, passaram a conter tantos projetos como a NUTS III Alto Trás-os-Montes, e a superar o valor de investimento total desta última. Assim, este agrupamento resultou num total de 78 projetos, correspondendo a cerca de 13,77% do investimento total (a sub-região Alto Trás-os-Montes contribui em 12,65%).

A criação desta nova variável fez com que a NUTS III Ave passasse a representar o menor número de projetos e, por outro lado, a menor representatividade em termos de investimento. Mais concretamente, situam-se, nesta sub-região, 63 projetos, com um investimento equivalente a 61.834.853,12€, ou seja, 11,97% do total.

Assim sendo, o estudo do investimento a partir das NUTS III agrupadas por proximidade e número de projetos permite concluir que apesar da formação de novas regiões com a agregação de 4 NUTS III, é possível destacar o investimento efetuado no Grande Porto, correspondente a cerca de 32% do total. Por outro lado, as NUTS III Entre Douro e Vouga e Tâmega, ao serem agregadas, passaram a dotar-se de uma maior notoriedade em termos de investimento total que, embora inferior ao caso anterior, é bastante significativo: cerca de 19% do investimento total. Por último, a NUTS III Ave passou a ser a sub-região com menor investimento total, no âmbito da análise da presente variável.

5.3.8 NUTS III (POR LITORAL E INTERIOR)

O litoral e o interior foram outra forma de agrupar as NUTS III da Região Norte de Portugal e, assim, as sub-regiões Minho-Lima, Cávado e Grande Porto passaram a representar o litoral da

RNP, enquanto as restantes NUTS III – Ave, Tâmega, Entre Douro e Vouga, Alto Trás-os-Montes e Douro – passaram a representar o interior (Quadro 5.20).

Quadro 5.20 - Investimento por NUTS III agrupadas por litoral e interior.

	NUTS III (LITORAL E INTERIOR)	Nº DE PROJETOS	INVESTIMENTO TOTAL	% DE INVESTIMENTO
1	Litoral (Minho-Lima, Cávado e Grande Porto)	172	236.511.532,25 €	45,78%
2	Interior (Ave, Tâmega, Entre Douro e Vouga, Alto Trás-os-Montes e Douro)	339	280.096.223,09 €	54,22%
	TOTAL	511	516.607.755,34 €	100%

FONTE: Elaboração própria.

Assim, a partir desta divisão, o litoral da Região Norte possui um investimento associado de mais de 236,5 milhões de euros, ou seja, 45,8% do total. Por outro lado, as NUTS III situadas no interior possuem um investimento de cerca de 280 milhões de euros, o que corresponde a 54,2% do total do investimento na Região Norte de Portugal.

Desta forma, e tendo em conta o que acabou de ser apresentado, verifica-se que a hipótese “O investimento público total no turismo é superior nas NUTS III do litoral” é falsa.

Importa realçar, no entanto, a relação entre o número de projetos e o investimento em cada uma das regiões formadas. Por outras palavras, é possível observar que o litoral da RNP possui um número significativamente inferior de projetos (cerca de metade), quando comparado com o interior. No entanto, o investimento em ambas as regiões é praticamente o mesmo, o que permite concluir que, apesar de existirem menos projetos localizados nas NUTS III do litoral, o investimento é praticamente o mesmo que existe no interior, onde o número de projetos é significativamente maior.

5.3.9 CONCELHOS

A presente secção visa apresentar os projetos e o respetivo investimento total, tendo em conta os municípios da Região Norte de Portugal. Por uma questão de organização, optou-se por estudar os municípios tendo em conta a sua subdivisão por NUTS III²⁸. O enquadramento teórico apresentado nos três primeiros capítulos desta investigação destacou a importância da intervenção do sector público ao nível local, ou seja, é da maior relevância estudar o investimento ao nível dos municípios, e perceber a contribuição de cada um para a NUTS III na qual se insere.

²⁸ No entanto, ao nível das conclusões apresentam-se os municípios desagregados das respetivas NUTS III, ou seja, os resultados têm em consideração apenas o valor dos projetos e/ou do investimento total associado a cada um.

5.3.9.1 Alto Trás-os-Montes

A NUTS III Alto Trás-os-Montes é uma das regiões do Norte com maior número de municípios – **Alfândega da Fé, Boticas, Bragança, Chaves, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Montalegre, Murça, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar, Vimioso e Vinhais**. O processo de seleção de projetos para a construção da base de dados não eliminou nenhum concelho pertencente a esta NUTS III e, por esse motivo, todos serão alvo de estudo, no sentido de se entender qual a sua contribuição em termos turísticos.

Quadro 5.21 - Investimento por concelhos da NUTS III Alto Trás-os-Montes.

	Nº DE PROJETOS	INVESTIMENTO TOTAL	% DE INVESTIMENTO
Alto Trás-os-Montes			
Alfândega da Fé	1	349.616,54 €	0,53%
Boticas	8	9.772.480,49 €	14,95%
Bragança	14	4.423.542,85 €	6,77%
Chaves	12	10.830.828,08 €	16,57%
Macedo de Cavaleiros	3	1.583.609,89 €	2,42%
Miranda do Douro	3	2.003.307,12 €	3,06%
Mirandela	2	5.541.238,64 €	8,48%
Mogadouro	7	8.117.137,99 €	12,42%
Montalegre	4	3.033.595,67 €	4,64%
Murça	1	1.761.780,32 €	2,70%
Valpaços	1	1.528.775,38 €	2,34%
Vila Pouca de Aguiar	12	10.042.351,56 €	15,36%
Vimioso	6	4.533.920,02 €	6,94%
Vinhais	4	1.845.304,69 €	2,82%
TOTAL	78	65.367.489,24 €	100%

FONTE: Elaboração própria.

Tal como já foi referido anteriormente, a Região Alto Trás-os-Montes compreende 78 dos 524 projetos da base de dados, o que representa cerca de 15% do total. O investimento público em turismo, nesta região, foi de 65 367 489,24€, ou seja, cerca de 12,45% do total. Observando o Quadro 5.21, e tendo em conta os municípios com maior número de projetos, é possível afirmar que **Bragança, Chaves e Vila Pouca de Aguiar** são os que mais se destacam dos restantes, com um total de 38 projetos. No entanto, o maior volume de investimento não se concentra nos municípios citados anteriormente, e é possível verificar que **Boticas, Chaves, Mogadouro e Vila Pouca de Aguiar** são os que agregam maiores quantidades de investimento (praticamente 60% do total da NUTS III).

Por outro lado, **Alfândega da Fé, Murça e Valpaços** contemplam apenas um projeto relacionado com o sector do turismo, o que significa que a sua representatividade, na NUTS III na qual estão inseridos, é praticamente residual. No entanto, e tal como em casos anteriores, os projetos não podiam ser ignorados, dada a sua importância em termos turísticos, e respetiva contribuição para o desenvolvimento desta atividade nos locais.

5.3.9.2 Ave

Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Santo Tirso, Trofa, Vila Nova de Famalicão e Vizela são os municípios da NUTS III Ave contemplados na presente investigação. Vieira do Minho foi o único concelho que foi excluído no processo de seleção, não tendo sido considerado nenhum projeto relacionado com o sector do turismo neste local. Por esse motivo, e no sentido de prosseguir com a análise do investimento, consideram-se apenas os 7 municípios referidos no início desta secção.

Quadro 5.22 - Investimento por concelhos da NUTS III Ave.

	Nº DE PROJETOS	INVESTIMENTO TOTAL	% DE INVESTIMENTO
Ave			
Fafe	1	185.253,23 €	0,30%
Guimarães	41	33.683.796,42 €	54,47%
Póvoa de Lanhoso	2	607.898,61 €	0,98%
Santo Tirso	7	5.471.353,08 €	8,85%
Trofa	6	10.622.483,97 €	17,18%
Vila Nova de Famalicão	5	10.958.546,09 €	17,72%
Vizela	1	305.521,72 €	0,49%
TOTAL	63	61.834.853,12 €	100,00%

FONTE: Elaboração própria.

Através da observação do Quadro 5.22, os 63 projetos concentrados na NUTS III Ave correspondem a um investimento total de cerca de 62 milhões de euros, o que equivale a cerca de 12% do total investido na Região Norte de Portugal, em projetos relacionados com o sector do turismo. É possível identificar um município que se destaca de forma significativa dos restantes – **Guimarães** –, onde se concentram 41 projetos, ou seja, cerca de 65% do total da NUTS III. Na mesma linha de pensamento, o investimento total em projetos de turismo, neste concelho, corresponde a 55% do total. Desta forma, é possível depreender que Guimarães contribui, de forma significativa, para o turismo na NUTS III, não só em termos de concentração de projetos, mas também ao nível do investimento.

Os restantes municípios compreendem entre 1 e 7 projetos, ou seja, valores muito inferiores ao caso apresentado anteriormente. **Fafe** e **Vizela** são os concelhos que apresentam o menor número de projetos (que representam menos de um ponto percentual do total de investimento), e o município de **Santo Tirso** inclui 7 projetos (com uma representatividade de aproximadamente 9% do total investido).

5.3.9.3 Cávado

A NUTS III Cávado é composta por seis concelhos – **Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro, Vila Verde** – que se mantiveram todos na base de dados final, por conterem projetos relevantes para o presente estudo. O investimento total nesta NUTS III foi de 28,3

milhões de euros, o que equivale a apenas 5,4% do investimento na Região Norte de Portugal. No entanto, há um conjunto de aspetos a destacar, que podem ser analisados no Quadro 5.23.

Quadro 5.23 - Investimento por concelhos da NUTS III Cávado.

	Nº DE PROJETOS	INVESTIMENTO TOTAL	% DE INVESTIMENTO
Cávado			
Amares	2	547.900,00 €	1,93%
Barcelos	5	14.684.631,89 €	51,83%
Braga	17	8.406.171,72 €	29,67%
Esposende	5	1.562.653,63 €	5,52%
Terras de Bouro	3	2.212.602,90 €	7,81%
Vila Verde	2	919.327,48 €	3,24%
TOTAL	34	28.333.287,62 €	100,00%

FONTE: Elaboração própria.

Ao estudar a NUTS III em termos de número de projetos, **Braga** é o concelho que mais sobressai em relação aos restantes – 50% dos projetos estão localizados neste município. Barcelos e Esposende, cada um com cinco projetos, são os concelhos que se seguem a Braga. Terras de Bouro, Amares e Vila Verde são os que contêm menos projetos (3, 2 e 2, respetivamente).

No entanto, ao estudar o investimento total em turismo, tendo em conta cada município da NUTS III Ave, é possível verificar um fenómeno curioso – **Barcelos** concentra **mais de 50%** do investimento total, apenas com 5 projetos. Seria de esperar que Braga, por compreender metade dos projetos, registasse valores superiores no que diz respeito ao investimento total. Porém, não é esse facto que se verifica, e Braga representa 30% do investimento total, ou seja, menos 20 pontos percentuais.

5.3.9.4 Douro

O Douro é a NUTS III que contém o maior número de municípios da Região Norte de Portugal: 20, no total²⁹. O investimento nesta região não é o mais elevado, quando comparado com as restantes NUTS III, representando cerca de 11% do total do investimento. É possível estudar o investimento em turismo nos municípios do Douro, fazendo uma separação dos mesmos em três grupos distintos:

- O primeiro, constituído pelos municípios com maior representatividade em termos investimento total;
- O segundo, composto por um conjunto de municípios com uma contribuição menor que a do grupo anterior;

²⁹ Alijó, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Lamego, Mesão Frio, Moimenta da Beira, Penedono, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tarouca, Torre de Moncorvo, Vila Nova de Foz Côa, Vila Real

- O terceiro e último, formado pelos municípios com menor representatividade em termos de investimento.

Quadro 5.24 - Investimento por concelhos da NUTS III Alto Trás-os-Montes.

	Nº DE PROJETOS	INVESTIMENTO TOTAL	% DE INVESTIMENTO
Douro			
Alijó	3	895.254,82 €	1,58%
Carrazeda de Ansiães	1	221.868,24 €	0,39%
Freixo de Espada à Cinta	6	4.651.975,90 €	8,24%
Lamego	8	4.468.892,85 €	7,91%
Mesão Frio	1	399.660,00 €	0,71%
Moimenta da Beira	1	173.623,07 €	0,31%
Penedono	1	173.238,92 €	0,31%
Peso da Régua	18	9.972.258,52 €	17,65%
Sabrosa	2	3.385.285,72 €	5,99%
Santa Marta de Penaguião	2	840.965,57 €	1,49%
São João da Pesqueira	5	3.973.359,55 €	7,03%
Sernancelhe	3	4.358.226,01 €	7,72%
Tarouca	2	3.604.779,82 €	6,38%
Torre de Moncorvo	8	2.155.254,10 €	3,82%
Vila Nova de Foz Côa	17	7.614.416,69 €	13,48%
Vila Real	16	9.600.520,51 €	17,00%
TOTAL	94	56.489.580,29 €	100,00%

FONTE: Elaboração própria.

Assim, através da observação e análise do Quadro 5.24, os concelhos **Peso da Régua**, **Vila Nova de Foz Côa** e **Vila Real** destacam-se não só em termos de quantidade de projetos (51 em 94), mas também relativamente à percentagem de investimento total aí localizada – estes três locais reúnem um investimento igual a 27 187 195,72, o que equivale a 48% do investimento total da NUTS III.

Numa perspetiva diferente, **Freixo de Espada à Cinta** (com 6 projetos e 8,24% do investimento total), **Lamego** (com 8 projetos e 7,91% do investimento total), **Sabrosa** (com 2 projetos e 5,99% do investimento total), **São João da Pesqueira** (com 5 projetos e 7,03% do investimento total), **Sernancelhe** (com 3 projetos e 7,72% do investimento total), **Tarouca** (com 2 projetos e 6,38% do investimento total) e **Torre de Moncorvo** (com 8 projetos e 3,82% do investimento total), são os municípios que se encontram num patamar intermédio, dado que a sua contribuição para o investimento total na NUTS III na qual se encontram equivale a 47% do total.

Por fim, a contribuição de municípios como Alijó, Carrazeda de Ansiães, Mesão Frio, Moimenta da Beira, Penedono e Santa Marta de Penaguião é praticamente residual, sendo que o somatório do investimento total de cada um dos referidos concelhos não alcança os cinco pontos percentuais.

5.3.9.5 Entre Douro e Vouga

Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra são os cinco municípios da NUTS III Entre Douro e Vouga. Os trinta e cinco projetos contemplados nesta região correspondem a cerca de 37 milhões de euros de investimento total (aproximadamente 7% da Região Norte). A interpretação e caracterização dos projetos e o respetivo investimento de cada município podem analisar-se a partir do Quadro 5.25.

Quadro 5.25 - Investimento por concelhos da NUTS III Entre Douro e Vouga.

	Nº DE PROJETOS	INVESTIMENTO TOTAL	% DE INVESTIMENTO
Entre Douro e Vouga			
Arouca	12	9.374.572,97 €	25,68%
Oliveira de Azeméis	6	3.083.386,48 €	8,45%
Santa Maria da Feira	6	7.741.182,04 €	21,20%
São João da Madeira	4	12.047.319,88 €	33,00%
Vale de Cambra	7	4.262.920,42 €	11,68%
TOTAL	35	36.509.381,79 €	100,00%

FONTE: Elaboração própria.

Devido ao facto de ser uma região com poucos municípios, a NUTS III Entre Douro e Vouga pode ser estudada tendo em conta a caracterização de cada concelho, de forma individual, e tendo em consideração a informação apresentada no quadro anterior. Desta forma, o primeiro município a ter em consideração é **Arouca**, que possui o maior número de projetos – 12 – e um investimento total de cerca de 9,4 milhões de euros (o que representa aproximadamente 26% do total).

Oliveira de Azeméis e **Santa Maria da Feira** contemplam, cada um, seis projetos, e um investimento de 3 e 7,7 milhões de euros, respetivamente. Desta forma, é possível concluir que os projetos do concelho de Santa Maria da Feira envolveram mais recursos financeiros que o outro município, facto que pode ser justificado pela representatividade, em termos percentuais, dos dois concelhos: Oliveira de Azeméis representa apenas 8,5% do total investido na NUTS III na qual se insere, ao passo que Santa Maria da Feira ultrapassa os 20 pontos percentuais.

Importa realçar o caso do município de **São João da Madeira**, dado que possui o menor número de projetos e, em simultâneo, o maior montante de investimento. Apenas com quatro projetos contemplados neste concelho, o investimento total é de cerca de 12 milhões de euros, o que equivale a 33% do total investido na NUTS III. Por último, **Vale de Cambra** é o segundo município com mais projetos – sete – e com uma representatividade, no seio da NUTS III em que está inserida, de aproximadamente 12% (os projetos equivalem a um investimento de cerca de 4,3 milhões de euros).

5.3.9.6 Grande Porto

A NUTS III Grande Porto é talvez a que regista maiores diferenças e disparidades entre municípios (Quadro 5.26). Espinho, Maia, Matosinhos, Porto, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia são os concelhos objeto de análise, na presente secção. Porém, e antes de se passar à caracterização pormenorizada destes municípios, importa realçar um aspeto importante, que se relaciona com o investimento total concentrado nesta NUTS III: representa cerca de 32% do total da Região Norte de Portugal, sendo possível destacar a importância desta região para todo o território.

Quadro 5.26 - Investimento por concelhos da NUTS III Grande Porto.

	Nº DE PROJETOS	INVESTIMENTO TOTAL	% DE INVESTIMENTO
Grande Porto			
Espinho	1	206.228,38 €	0,12%
Maia	1	271.478,63 €	0,16%
Matosinhos	9	54.940.293,34 €	33,23%
Porto	68	101.032.248,62 €	61,10%
Vila do Conde	6	3.208.479,33 €	1,94%
Vila Nova de Gaia	9	5.691.318,80 €	3,44%
TOTAL	94	165.350.047,10 €	100,00%

FONTE: Elaboração própria.

Seria incorreto analisar esta NUTS III sem se enfatizar a importância do município **Porto**, não só pelo número de projetos aí contemplados, mas também pelo investimento total canalizado para este concelho. Quando comparado com os restantes municípios, o Porto destaca-se de forma significativa em termos de projetos – num total de 94, o Porto reúne 68, ou seja, cerca de 72% do total. Por outro lado, e tendo em conta o investimento neste concelho, é possível verificar que ultrapassa os 100 milhões de euros, ou seja, possui uma representatividade de mais de 61 pontos percentuais, no âmbito da NUTS III alvo de estudo.

Matosinhos tem, também, um grande peso para a NUTS III Grande Porto: apesar de possuir apenas 9 projetos, o investimento é claramente elevado, embora significativamente inferior ao Porto (cerca de 55 milhões de euros, o que representa 33,2% do total). No sentido de estabelecer uma comparação, o município de Vila Nova de Gaia possui o mesmo número de projetos que Matosinhos. No entanto, o investimento é de aproximadamente 6 milhões de euros, o que lhe confere uma representatividade muito mais reduzida, relativamente aos municípios anteriores (apenas 3,4 pontos percentuais, em termos de investimento).

Os restantes concelhos – **Espinho**, **Maia** e **Vila do Conde** – agregam, ao todo, 8 projetos, o que representa um valor praticamente residual em termos de representatividade no seio da NUTS III. O investimento total destes três municípios representa apenas 2,2% do total do Grande Porto. Assim, é possível afirmar que a grande “força” desta NUTS III são os concelhos do Porto, Matosinhos e, de forma significativamente mais reduzida, Vila Nova de Gaia.

5.3.9.7 Minho-Lima

Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira são os municípios contemplados no âmbito da NUTS III Minho-Lima, no que diz respeito à análise de projetos (e respetivo investimento) relacionados com o sector do turismo, no âmbito do ON.2 (Quadro 5.27).

Quadro 5.27 - Investimento por concelhos da NUTS III Minho-Lima.

	Nº DE PROJETOS	INVESTIMENTO TOTAL	% DE INVESTIMENTO
Minho-Lima			
Arcos de Valdevez	3	2.368.540,07 €	5,53%
Caminha	1	194.086,89 €	0,45%
Melgaço	4	5.190.711,19 €	12,12%
Paredes de Coura	2	2.710.899,81 €	6,33%
Ponte da Barca	4	2.479.654,30 €	5,79%
Ponte de Lima	12	3.840.450,70 €	8,97%
Valença	3	1.656.485,89 €	3,87%
Viana do Castelo	12	22.245.048,41 €	51,94%
Vila Nova de Cerveira	3	2.142.320,27 €	5,00%
TOTAL	44	42.828.197,53 €	100,00%

FONTE: Elaboração própria.

O número total de projetos da NUTS III Minho-Lima – quarenta e quatro – subdivide-se em 9 municípios, e equivale a um investimento total de aproximadamente 43 milhões de euros, ou seja, cerca de 8% do total de toda a Região Norte de Portugal. Ao analisar a NUTS III por municípios, e tendo em conta o número de projetos, destacam-se **Ponte de Lima** e **Viana do Castelo** (com 12 projetos cada).

No entanto, os valores do investimento total permitem interpretações distintas. No primeiro caso, o investimento total é significativamente menor (em Ponte de Lima, o investimento total é de 3,8 milhões de euros, e em Viana do Castelo é de 22,2 milhões de euros), o que faz com que **Viana do Castelo** se destaque não só em termos de projetos, mas também como sendo o município com maior representatividade em termos de investimento (aproximadamente 52% do total). Não obstante do que acabou de ser referido, estes dois concelhos representam cerca de 70% do investimento na NUTS III.

Desta forma, o município de Ponte de Lima (que possui o mesmo número de projetos que Viana do Castelo) é ultrapassado pelo concelho de **Melgaço**, quando se tem em consideração o investimento total. Este último representa, na NUTS III Minho-Lima, cerca de 12,1%. Seguem-se os municípios de **Paredes de Coura, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez, Vila Nova de Cerveira** e, por último, **Valença**, que representam valores percentuais (em termos de investimento) significativamente menores e, dessa forma, contribuem de forma menos visível

para o desenvolvimento do turismo na região em que se inserem (o seu somatório é de aproximadamente, 27 pontos percentuais).

5.3.9.8 Tâmega

A última NUTS III pertencente à Região Norte de Portugal é a região do Tâmega. Amarante, Baião, Cabeceiras de Basto, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Mondim de Basto, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Resende, Ribeira de Pena são os municípios que a compõem, no âmbito da presente investigação.

Quadro 5.28 - Investimento por concelhos da NUTS III Tâmega.

	Nº DE PROJETOS	INVESTIMENTO TOTAL	% DE INVESTIMENTO
Tâmega			
Amarante	7	8.253.577,97 €	13,78%
Baião	6	1.986.174,56 €	3,32%
Cabeceiras de Basto	3	1.625.999,06 €	2,71%
Castelo de Paiva	1	187.921,85 €	0,31%
Celorico de Basto	3	6.721.027,67 €	11,22%
Cinfães	2	330.840,32 €	0,55%
Felgueiras	5	5.060.930,26 €	8,45%
Lousada	11	13.052.045,03 €	21,79%
Marco de Canaveses	3	569.480,65 €	0,95%
Mondim de Basto	2	2.425.632,17 €	4,05%
Paços de Ferreira	3	1.385.540,99 €	2,31%
Paredes	4	5.634.977,42 €	9,41%
Penafiel	5	3.463.261,68 €	5,78%
Resende	2	1.081.070,88 €	1,80%
Ribeira de Pena	12	8.116.458,14 €	13,55%
TOTAL	69	59.894.938,65 €	100,00%

FONTE: Elaboração própria.

A partir da análise do Quadro 5.28, é possível retirar um conjunto de informações relevantes para o estudo da NUTS III Tâmega. Em primeiro lugar, é possível observar que o número de projetos por município é, na maior parte dos casos, reduzido, à exceção de dois casos: Lousada e Ribeira de Pena. Desta forma, estes dois concelhos são os primeiros a ser alvo de estudo. Tal como foi possível observar em casos anteriores, um município com um elevado número de projetos pode não ser o que possui maior representatividade em termos de investimento e, consequentemente, maior contribuição para a NUTS III. Neste caso, é possível ir ao encontro do que acabou de ser referido, tal como será possível observar de seguida.

Os municípios que possuem mais projetos relacionados com o sector do turismo, nesta NUTS III – **Lousada e Ribeira de Pena** –, possuem, efetivamente, grandes volumes de investimento. No caso do concelho de Lousada, 11 projetos somam cerca de 13 milhões de euros de investimento (representando, assim, cerca de 22 pontos percentuais na NUTS III), ao passo que Ribeira de Pena, com 12 projetos, equivale a 8,1 milhões de euros (o que corresponde a

aproximadamente 13,6% do investimento total). No entanto, o concelho de **Amarante** (com sete projetos), ultrapassa Ribeira de Pena, em termos de investimento total nos projetos relacionados com o turismo – com 8,3 milhões de euros, contribui para aproximadamente 14% do montante investido na NUTS III.

Noutro sentido, é possível identificar um conjunto de municípios cuja contribuição (em termos de investimento em turismo) é, também, significativa. Destacam-se **Baião** (com 6 projetos e 1,99 milhões de investimento), **Felgueiras** (com 5 projetos e 5 milhões de investimento), **Mondim de Basto** (com 2 projetos e 2,4 milhões de investimento), **Paredes** (com 4 projetos e 5,6 milhões de investimento) e **Penafiel** (com 5 projetos e 3,5 milhões de investimento). Ao todo, estes municípios representam cerca de 31% do investimento em turismo na NUTS III.

Por último, os restantes concelhos – **Cabeceiras de Basto, Castelo de Paiva, Cinfães, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira e Resende** – contribuem para o desenvolvimento da NUTS III, em termos turísticos, de forma praticamente residual. Numa perspetiva global (ou seja, ao realizar o somatório de todos estes municípios), o investimento é de 5 180 853,75 milhões de euros, o que representa apenas 8,6% do total.

Como forma de conclusão, conclui-se que o investimento está concentrado nos principais municípios de cada NUT III, ou seja, é possível afirmar que a hipótese “*O investimento centra-se, maioritariamente, nos principais centros urbanos da Região Norte de Portugal*” é verdadeira.

5.3.10 CONCELHOS (POR 4 DESTINOS PROMOCIONAIS)

Os concelhos agrupados pelos 4 destinos turístico-promocionais da Região Norte de Portugal e o consequente estudo do investimento em cada um dos grupos permite retirar um conjunto de ideias importantes para a investigação. Em primeiro lugar, e a partir da observação do Quadro 5.29, o destino Porto é o que lidera não só termos de projetos, mas também relativamente à concentração do investimento na Região Norte (mais de metade).

Quadro 5.29 - Investimento por concelhos agregados por 4 destinos turístico-promocionais

CONCELHOS AGRUPADOS PELOS 4 DESTINOS TURÍSTICO-PROMOCIONAIS DA RNP	Nº DE PROJETOS	INVESTIMENTO TOTAL	% DE INVESTIMENTO
1 Minho-Lima	133	120.954.132,45 €	23,41%
2 Trás-os-Montes	79	61.601.721,95 €	11,92%
3 Porto	186	262.612.849,78 €	50,83%
4 Douro	113	71.439.051,16 €	13,83%
TOTAL	511	516.607.755,34 €	100%

FONTE: Elaboração própria.

Minho-Lima é o segundo destino com maior montante de investimento total, ou seja, os concelhos que aí se situam contribuem para que cerca de um quarto do investimento se concentre nesta região. Por outro lado, os destinos Trás-os-Montes e Douro são os que reúnem não só menores quantidades de projetos, mas também um investimento menor em turismo – em conjunto, equivalem a pouco mais de um quarto do total.

Assim, conclui-se que a Região onde se concentra a maior parte do investimento é a do Porto, ou seja, mais uma vez é possível afirmar a importância dos municípios aí localizados, em termos de dinâmicas de investimento e desenvolvimento da atividade turística na Região Norte. Por outro lado, a Região de Trás-os-Montes agrega municípios com menos projetos associados e, por outro lado, com menor valor de investimento total.

Desta forma, é possível concluir que a hipótese “*O investimento do sector público no turismo concentra-se, maioritariamente, no destino turístico-promocional Porto*” é **verdadeira**.

5.4 CONCLUSÃO

Dado por terminado o primeiro capítulo da componente teórica da presente investigação, é possível realçar os principais pontos a destacar, ou seja, aqueles que merecem ser salientados, no sentido de ser possível efetuar uma ponte entre os capítulos teóricos e a parte empírica. Nesse sentido, importa lembrar que a informação exposta pretendeu estudar, de forma pormenorizada, todas as variáveis consideradas relevantes para a análise – por um lado, um conjunto de variáveis originais da base de dados e, por outro, um grupo de variáveis criadas com o propósito de enriquecer as análises. Para além da análise univariada realizada, procedeu-se a um estudo idêntico ao anterior, dividido por secções correspondentes ao estudo de cada variável, mas, neste caso, com o principal intuito de relacionar cada uma com o investimento, cujo principal objetivo consistiu em perceber o comportamento do mesmo, face a cada variável. Desses cruzamentos, resultou um conjunto de ideias de extrema importância, que serão expostas de seguida.

Em primeiro lugar, o **Eixo Prioritário** do Programa Operacional Regional do Norte permitiu entender as principais concentrações não só em termos de projetos, mas também no que diz respeito ao investimento em cada uma das prioridades estratégicas do ON.2. A Valorização Económica dos Recursos Específicos é o eixo que merece especial destaque, já que concentra o maior número de projetos e, simultaneamente, de investimento total. No sentido de ir ao encontro do que já tinha sido estudado nomeadamente na componente teórica, os resultados encontrados realçam a relevância de projetos associados ao sector do turismo neste eixo prioritário, relacionado com a promoção dos recursos existentes em cada local e, por outro lado, com o esforço por parte do sector público em melhorar e diversificar a oferta em torno dos mesmos, com o intuito de atrair mais visitantes para os destinos do Norte de Portugal.

Para além deste eixo, importa salientar a importância da Coesão Local e Urbana e da Valorização do Espaço Regional que agregam um elevado número de projetos e, também, grandes montantes de investimento. Daqui é possível concluir que o sector público possui um importante papel, que passa por desenvolver estratégias em torno da qualidade dos destinos e dos próprios recursos, apostando nos projetos relacionados, maioritariamente, com a criação de espaços associados ao sector do turismo, requalificação urbana, criação de postos de turismo, entre outras facilidades imprescindíveis para o funcionamento eficaz da indústria.

O estudo dos **Regulamentos Específicos** do ON.2 também se revelou importante, na medida em que permitiu uma análise mais alargada e complementar ao estudo dos eixos prioritários. Neste sentido, a valorização económica dos recursos específicos – associada ao Eixo Prioritário 2 – voltou a ser estudada de forma isolada e, por isso, destacou-se de forma significativa de todos os outros componentes, não só em termos de projetos, mas também no que diz respeito ao investimento total. Por outro lado, importa destacar a importância da Política de Cidades (em termos de regeneração urbana) e da Valorização e Animação do Património, onde se concentra a maioria dos projetos de investimento por parte do sector público em turismo na Região Norte de Portugal, sendo possível reforçar a relevância da sua intervenção.

Ao estudar a **Natureza do Investimento** no âmbito do Programa Operacional Regional do Turismo, é possível perceber que as ações desempenhadas por parte do sector público se centram, essencialmente, no desenvolvimento de infraestruturas. Esta componente, aliada aos projetos enquadrados na questão dos Equipamentos e Materiais, revestem-se de grande relevância no seio do estudo do investimento, representando cerca de 80% do investimento total em turismo. No entanto, importa realçar a importância de projetos de investimento associados a ações imateriais/estudos, bastante representativos na Região Norte de Portugal.

A análise do investimento a partir da divisão de projetos por código **CAE a 5 dígitos** é de extrema relevância no seio da presente investigação, dado que importa entender quais as principais atividades económicas incluídas no Programa Operacional Regional do Norte. Através de uma análise pormenorizada, foi possível entender que a atividade predominante está associada à Administração Local, que representa cerca de 44% do investimento total do ON.2. Este facto justifica-se através do importante papel das entidades locais no que diz respeito ao desenvolvimento do turismo, ou seja, a administração local desempenha, efetivamente, um papel essencial no que diz respeito ao impulsionamento do turismo, neste caso na Região Norte de Portugal.

O restante investimento encontra-se distribuído pelos restantes 36 códigos CAE, mas é possível salientar outros que também são considerados relevantes para a investigação, embora sejam muito menos significativos que o código CAE anteriormente referido: construção de obras de engenharia civil; atividades auxiliares dos transportes por água;

administração pública – atividades de cultura, desporto, recreativas, ambiente, habitação e outras atividades sociais; administração pública – atividades económicas e atividades dos parques e reservas naturais. Os projetos incluídos neste conjunto de atividades económicas representam um investimento correspondente a 34.4% do total, ou seja, também bastante relevantes no seio da investigação. De realçar o facto de algumas das atividades estarem diretamente associadas ao sector do turismo, a partir da associação aos eixos da CST, o que demonstra que a intervenção direta do sector público no sector é de uma importância extrema.

No que diz respeito ao investimento total das **NUTS III da Região Norte de Portugal**, conclui-se que a sub-região onde se concentra cerca de 1/3 do total é o Grande Porto. O restante valor de investimento distribui-se de forma praticamente equitativa pelas outras NUTS III, o que permite realçar a relevância do Grande Porto para o desenvolvimento do turismo na Região Norte de Portugal. Por outras palavras, esta região impulsiona a atividade e traduz muito do valor de todo o território em análise. No entanto, no seio da investigação, é possível destacar a NUTS III Alto Trás-os-Montes, seguida da região do Ave e Tâmega. A análise do investimento total a partir da subdivisão da Região Norte em litoral e interior permite verificar uma repartição do mesmo de forma praticamente igual, sendo um pouco inferior nas NUTS III do litoral. No entanto, é possível justificar este resultado pelo facto de a zona litoral definida para a presente investigação ser constituída por apenas três NUTS III, ao passo que o interior é representado por 5 sub-regiões.

Ao estudar o investimento total pela divisão da Região Norte de Portugal nos seus **4 destinos turístico-promocionais** – Minho, Porto, Douro e Trás-os-Montes – é possível concluir que mais de metade do investimento total se localiza no destino Porto, ou seja, mais uma vez se destaca das restantes regiões. A segunda região com maior valor de investimento é Minho-Lima, seguindo-se o Douro e Trás-os-Montes.

O investimento total de cada **concelho** da Região Norte de Portugal é uma das questões mais relevantes da investigação, e por isso apresentam-se alguns pontos essenciais que convém reter. Em primeiro lugar, e tendo em conta que a análise por concelhos foi feita com base na sua distribuição por NUTS III, apresenta-se, na presente conclusão, Figura 5.1, onde a dimensão de cada município está relacionada com a proporção de investimento em cada um. Assim, destacam-se, de forma mais significativa, e por ordem decrescente de importância, os concelhos do Porto, Matosinhos, Guimarães, Viana do Castelo, Barcelos, Lousada, São João da Madeira e Chaves, ou seja, as principais cidades da Região Norte de Portugal.



Figura 5.1 – Municípios com maior representatividade em termos de investimento total na Região Norte de Portugal.

FONTE: Elaboração própria.

O município do **Porto** é, efetivamente, o que mais contribui para o impulsionamento do turismo na Região Norte de Portugal, com o maior volume de investimento de todo o território em análise. Tal como foi referido ao longo das componentes teórica e prática, este município é considerado o principal da Região Norte de Portugal, e aquele que influencia toda a dinâmica de investimento em todo o território. Por outro lado, **Matosinhos** e **Guimarães** apresentam, também, uma grande notoriedade em termos de investimento no setor do turismo. No primeiro caso, o investimento é elevado e justifica-se pelo facto de alguns projetos do ON.2 estarem associados ao Porto de Leixões. Por outro lado, Guimarães assume uma posição de grande relevo, na medida em que foi considerada a Capital Europeia da Cultura, em 2012 e, por esse motivo, grande parte dos projetos direcionados para este município estão relacionados com todo o evento e atividades que lhe estão associadas. **Viana do Castelo** e **Barcelos** assumem-se como concelhos com grande relevância, no seio da investigação, bem como todos os municípios apresentados, que têm, igualmente, um peso significativo em termos de investimento na indústria turística da Região Norte de Portugal.

CAPÍTULO 6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

6.1 INTRODUÇÃO

Tal como tem vindo a ser referido ao longo de toda a investigação, o principal objetivo da mesma prende-se com o estudo das dinâmicas de investimento, por parte do sector público, no sector do turismo. Para isso, a componente empírica centra-se na análise de uma base de dados com os projetos relacionados com o turismo, no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte, para o período compreendido entre 2007 e 2013.

Nesse sentido, e depois de terem sido apresentadas as análises descritivas (univariadas) de todas as variáveis relevantes para o estudo e as respetivas relações com o investimento, a presente secção apresenta um conjunto de testes, realizados com recurso ao *software* SPSS, com o intuito de estudar, de forma rigorosa, o investimento médio em cada componente das variáveis que caracterizam o Programa Operacional Regional do Norte.

Por outras palavras, no capítulo anterior realizou-se um estudo exaustivo do investimento total a partir de todas as variáveis selecionadas para o estudo. No entanto, tendo em conta a amplitude verificada em termos de investimento mínimo e máximo, no âmbito do ON.2, faz sentido estudá-lo em termos de possíveis diferenças nas médias do investimento, tendo em conta as restantes variáveis em análise.

Desta forma, a análise bivariada que se apresenta no atual capítulo divide o estudo tendo em conta a **(i) caracterização geral do investimento** (a partir do Eixo Prioritário, Regulamento Específico, Natureza do Investimento, Código CAE a 5 dígitos e, por último, Código CAE a 2 dígitos agrupados); e, por outro lado, a sua **(ii) territorialização** (através das NUTS III, NUTS III agrupadas por proximidade e número de projetos, NUTS III do litoral e interior, municípios e, por último, municípios agregados a partir dos 4 destinos turístico promocionais da Região Norte de Portugal).

Com o intuito de clarificar a informação que acabou de ser exposta, a primeira parte do capítulo centra-se na caracterização do investimento tendo em conta possíveis diferenças nas médias relativamente a variáveis mais gerais, associadas ao Programa Operacional Regional do Norte; e, por outro lado, importa entender, a partir do estudo da territorialização, se existem diferenças entre o investimento médio relativamente às variáveis associadas à localização.

Nesse sentido, cada relação apresentada é constituída por duas componentes distintas:

1. **Realização de um Teste t/Teste ANOVA/Kruskal-Wallis e apresentação dos respectivos resultados** – O teste t utiliza-se quando a variável qualitativa nominal tem apenas duas categorias e o teste ANOVA utiliza-se quando a variável qualitativa nominal tem mais do que duas categorias. Se os pressupostos do teste ANOVA não forem cumpridos, realiza-se o teste não-paramétrico correspondente: Kruskal-Wallis. Todos os testes referidos têm como principal objetivo identificar (ou não) diferenças entre o investimento médio nas diferentes categorias (ou grupos) de cada variável. As características e procedimentos de todos os testes (objetivos, hipóteses, pressupostos, análises dos resultados, teste alternativo, entre outras questões) foram devidamente explorados no capítulo metodológico. No entanto, as principais particularidades de cada um vão sendo lembradas, ao longo da apresentação dos resultados.
2. **Resultados e conclusões:** A partir dos resultados obtidos nos testes realizados, é possível retirar um conjunto de conclusões acerca do investimento médio nas componentes das restantes variáveis.

6.2 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO INVESTIMENTO – DIFERENÇAS NAS MÉDIAS

6.2.1 INVESTIMENTO MÉDIO POR EIXO PRIORITÁRIO

Na presente secção, pretende-se analisar a existência ou não de diferenças no investimento médio dos diferentes Eixos Prioritários do Programa Operacional Regional do Norte. Perante uma variável quantitativa e uma qualitativa nominal, com mais de duas categorias, o teste a realizar é o teste Anova. Para isso, e antes de ser possível realizá-lo, importa que os pressupostos se verifiquem – Normalidade e Homocedasticidade.

Ao analisar o N dos diferentes grupos, é possível identificar que existe um valor inferior a 30 elementos (correspondente ao eixo 5 – Norte-11 – com um N igual a 20), ou seja, torna-se necessário testar o pressuposto da Normalidade, a partir dos testes Kolmogorov-Smirnov (no caso das variáveis com mais do que 30 elementos) e Shapiro-Wilk (no caso da variável com menos do que 30 elementos). A partir da observação do Quadro 6.1, é possível verificar que o valor de significância, em todos os casos, é inferior a 0,05 (os quatro eixos principais têm uma significância igual a zero, e o quinto eixo é igual a 0,01). Tendo em conta as hipóteses definidas para este teste específico (H0: Segue uma distribuição normal e H1: Não segue uma distribuição normal), como o valor de Sig. é inferior a 0,05 em todos os casos, rejeita-se a hipótese nula, o que significa que não se valida a hipótese da Normalidade. Embora o pressuposto da Homocedasticidade se verifique (Sig. é superior a 0,05, logo existe homogeneidade de variâncias), não é possível prosseguir com o teste.

Quadro 6.1 – Testes de normalidade associados aos Eixos Prioritários.

		Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
CódEixo		Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
InvTotalAprovado	NORTE-07	,340	60	,000	,543	60	,000
	NORTE-08	,388	221	,000	,191	221	,000
	NORTE-09	,295	99	,000	,458	99	,000
	NORTE-10	,283	124	,000	,585	124	,000
	NORTE-11	,159	20	,198	,866	20	,010

a. Lilliefors Significance Correction

Assim, o caminho passa por realizar o teste não-paramétrico correspondente à ANOVA – Kruskal-Wallis (Quadro 6.2). Ao analisar-se o valor de significância do mesmo – igual a zero – e assumindo que as hipóteses deste teste são as mesmas da ANOVA (H0: Não existem diferenças nas médias dos grupos; H1: Existem diferenças nas médias dos grupos), como o valor é inferior a 0,05, rejeita-se a hipótese nula, o que permite concluir que existem diferenças entre os grupos, ou seja, o investimento médio por eixo prioritário é diferente.

Kruskal-Wallis Test

Ranks			
	CódEixo	N	Mean Rank
InvTotalAprovado	NORTE-07	60	168,98
	NORTE-08	221	264,98
	NORTE-09	99	309,53
	NORTE-10	124	249,35
	NORTE-11	20	364,45
	Total	524	

Test Statistics ^{a,b}	
	InvTotalAprovado
Chi-Square	42,501
df	4
Asymp. Sig.	,000

a. Kruskal Wallis Test
 b. Grouping Variable:
 CódEixo

InvTotalAprovado		
	N	Mean
NORTE-07	60	535140,4130
NORTE-08	221	1022547,515
NORTE-09	99	999247,2459
NORTE-10	124	1122127,594
NORTE-11	20	1440305,199
Total	524	1001845,093

Quadro 6.2 – Valores do teste Kruskal-Wallis e investimento médio – Eixo Prioritário.

Ao observar os valores do investimento médio por eixo prioritário, verifica-se que o eixo com valor superior é o que está relacionado com questões de Assistência Técnica (NORTE-11) e de o menor valor de investimento médio é o NORTE-07. Posto isto, e tendo em conta que a hipótese é “O investimento médio no Eixo 2 “Valorização Económica dos Recursos Específicos” é superior aos restantes”, é possível concluir que a mesma é **falsa**.

6.2.2 INVESTIMENTO MÉDIO POR REGULAMENTO ESPECÍFICO

No sentido de se perceber se existem diferenças no investimento médio de cada categoria do Regulamento Específico, o teste ANOVA é o indicado, dado que cruza uma variável quantitativa e outra qualitativa nominal com mais do que duas categorias, respetivamente. Para que este teste seja passível de se realizar, é necessário testar os dois pressupostos que lhe estão subjacentes – o da Normalidade e o da Homocedasticidade. Como foi possível entender anteriormente, existem Regulamentos Específicos com apenas um projeto associado, e outros cinco com menos que 30 projetos. Isto significa que a Normalidade tem que ser testada, através dos testes Kolmogorov-Smirnov (em casos com N superior a 30 elementos) e Shapiro-Wilk (quando o N é inferior a 30), e cujos valores se apresentam no Quadro 6.3.

Quadro 6.3 - Testes de normalidade associados aos Regulamentos Específicos.

		Tests of Normality ^{b,c}					
		Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	RegEspecífico	Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
InvTotalAprovado	Ações de assistência técnica	,159	20	,198	,866	20	,010
	Equipamentos e serviços de proximidade (coesão local)	,432	9	,000	,573	9	,000
	Gestão ativa de espaços protegidos e classificados	,295	34	,000	,575	34	,000
	Política de cidades - Parcerias para a regeneração urbana	,278	104	,000	,610	104	,000
	Política de cidades - Redes urbanas para a competitividade e inovação	,238	11	,082	,883	11	,114
	Promoção da cultura científica e tecnológica e difusão do conhecimento	,254	9	,096	,793	9	,017
	Promoção e capacitação institucional	,365	50	,000	,487	50	,000
	Rede de Equipamentos culturais	,302	5	,154	,812	5	,100
	Valorização e animação do património cultural	,330	59	,000	,363	59	,000
	Valorização económica dos recursos específicos	,388	221	,000	,191	221	,000

Assim, nos casos com frequência superior a 30, os valores de significância do teste Kolmogorov-Smirnov são sempre iguais a zero. Por outro lado, é possível observar, através do teste Shapiro-Wilk, que os regulamentos específicos com menos do que 30 ocorrências possuem diferentes valores de significância: em três casos, são inferiores a 0,05 e, nos outros dois, são superiores. Desta forma, existindo valores de significância inferiores a 0,05, rejeita-se a hipótese nula, ou seja, a de existência de Normalidade. O pressuposto da Normalidade não é verificado, embora o mesmo não aconteça com o da Homocedasticidade (Quadro 6.4), que, com um valor de significância superior a 0,05 (0,197), faz com que a hipótese nula seja aceite e, assim, a homogeneidade de variâncias de valide.

Quadro 6.4 – Teste da Homogeneidade de variâncias – Regulamento Específico.

Test of Homogeneity of Variances

InvTotalAprovado

Levene Statistic	df1	df2	Sig.
1,374 ^a	9	512	,197

a. Groups with only one case are ignored in computing the test of homogeneity of variance for InvTotalAprovado.

Como um dos pressupostos não pôde ser cumprido, o teste a realizar corresponde ao não-paramétrico correspondente à ANOVA, ou seja, Kruskal-Wallis (Quadro 6.5). Através da análise do nível de significância deste teste – igual a zero – e tendo em conta as hipóteses do mesmo (H0: Não existem diferenças entre os grupos; H1: Existem diferenças entre os grupos), é possível rejeitar a hipótese nula, ou seja, afirmar que existem diferenças entre o investimento médio nos diferentes Regulamentos Específicos do Programa Operacional Regional do Norte.

Quadro 6.5 - Valores do teste Kruskal-Wallis e investimento médio – Regulamento Específico.

Kruskal-Wallis Test

Ranks			InvTotalAprovado		
RegEspecifico	N	Mean Rank		N	Mean
InvTotalAprovado			Ações de assistência técnica	20	1440305,199
Ações de assistência técnica	20	364,45	Ações de valorização e qualificação ambiental	1	1521459,300
Ações de valorização e qualificação ambiental	1	437,00	Apoio à modernização administrativa	1	126379,0000
Apoio à modernização administrativa	1	85,00	Equipamentos e serviços de proximidade (coesão local)	9	2481531,718
Equipamentos e serviços de proximidade (coesão local)	9	355,89	Gestão ativa de espaços protegidos e classificados	34	1470424,452
Gestão ativa de espaços protegidos e classificados	34	343,68	Política de cidades - Parcerias para a regeneração urbana	104	989090,1496
Política de cidades - Parcerias para a regeneração urbana	104	232,89	Política de cidades - Redes urbanas para a competitividade e inovação	11	1267696,425
Política de cidades - Redes urbanas para a competitividade e inovação	11	317,73	Promoção da cultura científica e tecnológica e difusão do conhecimento	9	1318407,749
Promoção da cultura científica e tecnológica e difusão do conhecimento	9	302,22	Promoção e capacitação institucional	50	402327,5208
Promoção e capacitação institucional	50	146,68	Rede de Equipamentos culturais	5	365146,0000
Rede de Equipamentos culturais	5	234,60	Valorização e animação do património cultural	59	772607,7403
Valorização e animação do património cultural	59	294,03	Valorização económica dos recursos específicos	221	1022547,515
Valorização económica dos recursos específicos	221	264,98	Total	524	1001845,093
Total	524				

Test Statistics ^{a,b}	
	InvTotalAprovado
Chi-Square	63,071
df	11
Asymp. Sig.	,000

a. Kruskal Wallis Test
 b. Grouping Variable: RegEspecifico

Ao observar os valores do investimento médio por Regulamento Específico, as diferenças identificadas são notórias. O menor valor de investimento médio – 126.379€ – está associado ao Regulamento Específico Apoio à Modernização Administrativa, ao passo que o maior montante de investimento em termos médios corresponde aos Equipamentos e Serviços de Proximidade, que corresponde a cerca de 2.481.532€. Assim, é possível demonstrar que a

amplitude de investimento, em termos médios, é significativa (o valor máximo é cerca de 20 vezes superior ao mínimo).

6.2.3 INVESTIMENTO MÉDIO POR NATUREZA DO INVESTIMENTO

A análise bivariada que estuda a relação entre o Investimento e a sua Natureza faz-se com recurso a um teste ANOVA, dado que a primeira variável é Quantitativa e a segunda Qualitativa Nominal com mais do que duas categorias, e o principal objetivo passa por entender se existem diferenças no investimento médio de cada componente da variável qualitativa. Desta forma, para que seja possível realizar o teste, é necessário que sejam cumpridos os dois pressupostos do teste – o da Normalidade e o da Homocedasticidade.

Como existe um grupo com um N menor que 30 elementos, é necessário estudar o pressuposto da Normalidade, a partir do teste Kolmogorov-Smirnov (para os casos com N maior que 30) e Shapiro-Wilk (para o caso com N menor que 30), cujos valores se apresentam no Quadro 6.6. No primeiro caso, os valores de significância dos três grupos são iguais a zero. Por outro lado, o grupo com menos do que 30 elementos – Assistência Técnica – possui um valor de Sig. igual a 0,048. Isto significa que todas as categorias possuem uma significância inferior a 0,05 e, desta forma, tendo em conta as hipóteses do teste da Normalidade (H0: Segue uma distribuição normal; H1: Não segue uma distribuição normal), é possível rejeitar a hipótese nula, ou seja, negar a existência de normalidade em qualquer um dos casos.

Quadro 6.6 - Testes de normalidade associados à Natureza do Investimento.

Natureza Investimento		Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
		Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
InvTotalAprovado	Ações imateriais / Estudos	,297	187	,000	,420	187	,000
	Assistência Técnica	,189	16	,131	,886	16	,048
	Equipamento / Material	,201	85	,000	,632	85	,000
	Infraestruturas	,363	236	,000	,275	236	,000

a. Lilliefors Significance Correction

Para além de não se verificar o pressuposto da Normalidade, a hipótese de existência de homogeneidade de variâncias (Homocedasticidade) também não é válida, dado que o valor de significância deste teste é inferior a 0,05 (igual a zero), ou seja, rejeita-se a hipótese de existência de igualdade de variâncias (Quadro 6.7). Daqui, é possível concluir que nenhum dos pressupostos do teste foi validado.

Quadro 6.7 - Teste da Homogeneidade de variâncias – Natureza do investimento.

Test of Homogeneity of Variances

InvTotalAprovado

Levene Statistic	df1	df2	Sig.
6,124	3	520	,000

Não sendo possível validar os pressupostos, o teste que deve ser alvo de análise passa a ser o não-paramétrico da ANOVA, ou seja, o Kruskal-Wallis (Quadro 6.8). Para isso, torna-se necessária a análise do valor de significância do mesmo, para se apurar a existência ou não de semelhanças nas médias dos diferentes grupos. Assim, depois de relembrar que as hipóteses da ANOVA e do Kruskal-Wallis são as mesmas (H0: Não existem diferenças entre os grupos; H1: Existem diferenças entre os grupos), e observando o valor de significância do teste – igual a zero – é possível rejeitar a hipótese nula (dado que Sig. é inferior a 0,05) e, por isso, afirma-se a existência de diferenças entre as médias dos grupos.

Quadro 6.8 - Valores do teste Kruskal-Wallis e investimento médio – Natureza do investimento.

Kruskal-Wallis Test

Ranks

NaturezaInvestimento		N	Mean Rank
InvTotalAprovado	Ações imateriais / Estudos	187	197,16
	Assistência Técnica	16	392,06
	Equipamento / Material	85	341,44
	Infraestruturas	236	277,06
	Total	524	

Test Statistics^{a,b}

	InvTotalAprovado
Chi-Square	71,832
df	3
Asymp. Sig.	,000

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable:
NaturezaInvestimento

InvTotalAprovado

	N	Mean
Ações imateriais / Estudos	187	467513,6890
Assistência Técnica	16	1654451,897
Equipamento / Material	85	1264486,110
Infraestruturas	236	1286394,996
Total	524	1001845,093

Tendo sido identificadas diferenças estatisticamente significativas entre o investimento médio nas diferentes componentes da Natureza do Investimento, é possível verificar que as Ações imateriais/Estudos possuem um valor equivalente a 467.514€, a Assistência Técnica 1.654.452€, o Equipamento/Material 1.264.486€ e, por último, as Infraestruturas possuem um investimento médio de 1.286.395€. Desta forma, o investimento médio é menor nas Ações imateriais/Estudos, ao passo que o valor superior está relacionado com as questões de

Assistência Técnica. Posto isto, infere-se que a hipótese “O investimento médio na componente infraestrutural é superior às restantes componentes de natureza do investimento” é falsa.

6.2.4 INVESTIMENTO MÉDIO POR CÓDIGO CAE

Para ser possível entender possíveis diferenças entre o investimento médio de cada Código CAE, é necessária a realização de um teste ANOVA, que relaciona uma variável quantitativa e uma qualitativa nominal com mais de duas categorias, respetivamente. Desta forma, e antes de dar início ao teste, a primeira questão a ter em conta está relacionada com a validação dos pressupostos da ANOVA – Normalidade e Homocedasticidade.

Tal como já foi referido anteriormente, a existência de diversos Códigos CAE com um único projeto é evidente, o que significa que existem muitos grupos com um N inferior a 30 elementos e, dessa forma, torna-se necessário estudar a Normalidade. Dado que se está a lidar com um grande conjunto de elementos, importa apenas referir que alguns códigos CAE possuem um valor de significância inferior a 0,05, o que pressupõe a rejeição da hipótese nula, ou seja, a não validação do pressuposto da normalidade. Por outro lado, o valor de significância do teste de Levene (para testar a Homocedasticidade) é igual a zero, o que leva, novamente, à rejeição da hipótese nula (a que assume a existência de igualdade de variâncias), permitindo afirmar não existe homogeneidade (Quadro 6.9).

Quadro 6.9 - Teste da Homogeneidade de variâncias – Código CAE.

Test of Homogeneity of Variances

InvTotalAprovado

Levene Statistic	df1	df2	Sig.
41,186 ^a	22	487	,000

a. Groups with only one case are ignored in computing the test of homogeneity of variance for InvTotalAprovado.

Não testados os pressupostos, o teste a realizar é o Kruskal-Wallis (Quadro 6.10), ou seja, o não paramétrico da ANOVA. Desta forma, ao observar o valor de significância do mesmo, igual a 0,024, é possível rejeitar a hipótese nula, ou seja, afirmar que existem diferenças entre as médias dos diferentes grupos da variável em estudo – Código CAE a 5 dígitos.

Quadro 6.10 - Valores do teste Kruskal-Wallis e investimento médio – Código CAE.

Ranks			Investimento Médio	Ranks (Cont.)			Investimento Médio (Cont.)
CódigoCAE	N	Mean Rank	Mean	CódigoCAE (Cont.)	N	Mean Rank	Mean
InvTotalA 36002	1	405,00	1043229,6000	85420	4	284,50	2639985,8550
provado 41200	3	279,67	946464,1567	86905	1	507,00	4250000,0000
42110	3	463,33	3663129,5033	86906	1	213,00	293398,0200
42990	35	238,09	693194,0026	87902	1	394,00	960067,1500
47784	1	504,00	4068251,0000	88990	5	231,00	461583,9120
47890	1	51,00	79340,4800	90010	5	252,80	528365,6260
49310	1	252,00	386926,1000	90040	1	345,00	699853,1000
52220	3	216,67	16647189,9000	91020	18	201,17	506123,7278
59140	2	239,50	530505,1600	91030	5	267,60	933684,1280
63120	1	202,00	260209,7000	91042	21	352,48	1794953,9400
63990	1	305,00	525394,9400	93110	4	330,50	957208,1600
74900	2	271,00	449071,1800	93192	2	153,50	217595,5900
82300	4	331,25	1002814,3025	93292	1	383,00	900000,0000
82990	1	280,00	442603,8200	94110	14	229,29	561390,5471
84111	2	365,00	1787949,9200	94910	7	238,57	430765,2657
84113	251	261,33	925360,1766	94991	41	199,20	356429,3693
84114	1	189,00	233114,6600	94993	1	474,00	2266986,9100
84123	29	291,83	941235,6203	94995	27	214,96	491938,2219
84130	23	360,96	1800026,4887	Total	524		1001845,0927

	InvTotalAprovado
Chi-Square	54,564
df	36
Asymp. Sig.	.024

a. Kruskal Wallis Test
b. Grouping Variable: CódigoCAE

Tendo em conta que se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre os investimentos médios de cada Código CAE, convém perceber essas diferenças. Desta forma, ao observar as médias do investimento, o valor mínimo está associado ao código CAE 47890 (Comércio a retalho em bancas, feiras e unidades móveis de venda, de outros produtos) – 79.340€ – e o máximo está associado ao código CAE 52220 (Atividades auxiliares dos transportes por água) – 16.647.190€. Ao analisar estes dois valores, é possível entender a amplitude de valores, ou seja, a grande diferença registada em termos de investimento médio (o maior valor é aproximadamente 210 vezes superior ao menor). Assim, a hipótese “O investimento médio na CAE Administração Local é superior comparativamente às restantes CAE's” é falsa.

6.2.5 INVESTIMENTO MÉDIO POR CÓDIGO CAE A 2 DÍGITOS AGRUPADOS

O estudo dos códigos CAE a 5 dígitos constituiu um processo moroso, dada a elevada quantidade de grupos existentes. Desta forma, e após um processo de conversão desses códigos para apenas dois dígitos, e ainda depois de um posterior agrupamento de grupos com um peso residual, formou-se uma nova variável – CAE a 2 dígitos agregados – constituída por apenas 5 categorias. O cruzamento desta variável com o investimento pressupõe a realização de um teste ANOVA. Para esse efeito, importa testar os pressupostos do teste (Normalidade e Homocedasticidade).

Dado que todos os grupos possuem uma frequência superior a 30 elementos, não é necessário testar o primeiro pressuposto. Por outro lado, dado que o quociente entre o N do maior grupo e o N do menor grupo é muito superior a 2 (igual a 8,05), a homogeneidade de variâncias deve ser testada a partir do teste de Levene (Quadro 6.11). O valor de significância – igual a zero – permite rejeitar a hipótese nula, dado que é inferior a 0,05, ou seja, é possível concluir que não

há homogeneidade de variâncias (ou Homocedasticidade). Neste sentido, dado que um dos pressupostos não foi cumprido, procede-se à realização do teste não paramétrico correspondente à ANOVA – Kruskal-Wallis.

Quadro 6.11 - Teste da Homogeneidade de variâncias – Código CAE a 2 dígitos agrupados.

Test of Homogeneity of Variances

InvTotalAprovado

Levene Statistic	df1	df2	Sig.
7,564	4	519	,000

Tendo em consideração o facto de as hipóteses do teste não paramétrico serem as mesmas da ANOVA – H0: Não existem diferenças entre as médias dos grupos e H1: Existem diferenças entre as médias dos grupos – e observando que o valor de significância do teste (igual a 0,021) é inferior a 0,05, é possível rejeitar a hipótese nula e, por isso, concluir que existem diferenças entre os grupos (Quadro 6.12). Por outras palavras, o investimento médio dos diversos códigos CAE a 2 dígitos agrupados é diferente.

Quadro 6.12 - Valores do teste Kruskal-Wallis e investimento médio – Código CAE a 2 dígitos agrupados.

Kruskal-Wallis Test

Ranks

CAE2Díg. Agregados	N	Mean Rank
InvTotalAprovado 00 - CAE a 2 dígitos agregadas (com menos de 10 projetos cada)	46	279,61
42 - 38 projetos	38	255,87
84 - 306 projetos	306	272,15
91 - 44 projetos	44	280,93
94 - 90 projetos	90	214,72
Total	524	

InvTotalAprovado

	N	Mean
00 - CAE a 2 dígitos agregadas (com menos de 10 projetos cada)	46	2009442,628
42 - 38 projetos	38	927662,5947
84 - 306 projetos	306	995983,2061
91 - 44 projetos	44	1169833,647
94 - 90 projetos	90	455974,9729
Total	524	1001845,093

Test Statistics^{a,b}

	InvTotalAprovado
Chi-Square	11,518
df	4
Asymp. Sig.	,021

- a. Kruskal Wallis Test
- b. Grouping Variable: CAE2Díg_Agregados

As diferenças em termos de investimento médio podem ser observadas a partir dos valores de cada código CAE a 2 dígitos. Dado que se agregaram os códigos CAE a 2 dígitos considerados residuais (no novo código 00), em termos médios o investimento é superior, correspondente a 2.009.443€. Por outro lado, o menor valor de investimento médio está associado ao código CAE 94 (Atividades das organizações associativas), equivalente a 455.975€. Desta forma, é possível entender a diferença entre os valores de investimento médio, dado que o maior é 4,4 vezes superior ao menor.

6.3 TERRITORIALIZAÇÃO DO INVESTIMENTO – DIFERENÇAS NAS MÉDIAS

6.3.1 INVESTIMENTO MÉDIO POR NUTS III

O teste ANOVA é o que permite tirar conclusões acerca do cruzamento da variável Quantitativa investimento e a variável Qualitativa Nominal NUTS III, neste caso específico. O principal objetivo passa por entender se existem ou não diferenças estatisticamente significativas entre o investimento médio dos grupos da variável qualitativa, ou seja, nas NUTS III que compõem a Região Norte de Portugal.

Desta forma, para que seja possível realizar o teste, é necessário testar os pressupostos da Normalidade e Homocedasticidade. Como o N de todas as NUTS III é superior a 30 elementos, não é necessário testar o primeiro pressuposto. Relativamente à Homocedasticidade (Quadro 6.13), se o N do maior grupo for menor que o dobro do N do menor grupo, não é necessário testá-la. Assim, ao efetuar o quociente entre o maior N (94) e o menor N (34), o resultado é superior a 2 (2,7), ou seja, é necessário observar o valor de significância do teste de Levene para afirmar ou não a existência de Homocedasticidade.

Quadro 6.13 - Teste da Homogeneidade de variâncias – NUTS III.

Test of Homogeneity of Variances

InvTotalAprovado

Levene Statistic	df1	df2	Sig.
2,860	7	503	,006

Assim, o valor Sig. observado é igual a 0,006, ou seja, menor que 0,05, o que faz com que a hipótese nula seja rejeitada e, conseqüentemente, se possa concluir que não existe homogeneidade de variâncias. Como um dos pressupostos não foi cumprido, não é possível realizar a ANOVA e, por isso, realiza-se o teste não paramétrico correspondente: **Kruskal-Wallis** (Quadro 6.14). As hipóteses deste teste correspondem às fixadas para o teste ANOVA – H0: Não existem diferenças entre os grupos; H1: Existem diferenças entre os grupos.

Quadro 6.14 - Valores do teste Kruskal-Wallis e investimento médio por NUT III – NUTS III.

Kruskal-Wallis Test

Ranks			
NUTIII		N	Mean Rank
InvTotalAprovado	Alto Trás-os-Montes	78	265,50
	Ave	63	261,40
	Cávado	34	236,35
	Douro	94	229,87
	Entre Douro e Vouga	35	243,66
	Grande Porto	94	283,13
	Minho-Lima	44	251,09
	Tâmega	69	258,04
	Total	511	

Test Statistics ^{a,b}		
	InvTotalAprovado	
Chi-Square	7,431	
df	7	
Asymp. Sig.	,385	

a. Kruskal Wallis Test
b. Grouping Variable: NUTIII

InvTotalAprovado		
	N	Mean
Alto Trás-os-Montes	78	838044,7338
Ave	63	981505,6051
Cávado	34	833331,9888
Douro	94	600952,9818
Entre Douro e Vouga	35	1043125,194
Grande Porto	94	1759043,054
Minho-Lima	44	973368,1257
Tâmega	69	868042,2993
Total	511	1010974,081

Ao observar o valor de significância do teste Kruskal-Wallis – correspondente a 0,385 – é possível concluir que não existem diferenças entre os grupos, ou seja, como o valor é superior a 0,05, aceita-se a hipótese nula que, tal como foi explicado anteriormente, refere que as médias analisadas são semelhantes. No entanto, embora se tenha concluído que não existem diferenças entre as médias, é possível fazer uma análise simples da relação entre estas duas variáveis, no sentido de se entender o investimento médio por NUTS III, na Região Norte de Portugal.

O investimento médio no Grande Porto é o maior (1.759.043€), ao passo que no Douro se regista o menor valor (600.953€). Posto isto, e apesar de não terem sido identificadas diferenças estatisticamente significativas entre o investimento médio, a hipótese “O investimento médio é superior na NUT III do Grande Porto” é **verdadeira**.

6.3.2 INVESTIMENTO MÉDIO POR NUTS III AGRUPADAS POR PROXIMIDADE E NÚMERO DE PROJETOS

O cruzamento das variáveis NUTS III (agrupadas por proximidade) e Investimento é realizado através de um teste ANOVA, dado que se pretende estudar uma variável Qualitativa Nominal com mais de duas categorias e uma variável Quantitativa, respetivamente. Neste sentido, a primeira questão a ter em conta relaciona-se com o cumprimento dos pressupostos do teste, no sentido de ser possível prosseguir com a análise, para que seja possível perceber se existem diferenças entre o investimento médio nos diferentes grupos formados.

O pressuposto da Normalidade não precisa de ser testado (dado que todos os grupos possuem um N superior a 30 elementos), e o mesmo acontece com o pressuposto da Homocedasticidade, dado que o N do maior grupo não é maior que o dobro do N do menor grupo (o quociente é igual a 1,65). Deste modo, é possível prosseguir com a análise do valor de significância do teste, para que se possa perceber se existem ou não relações entre as variáveis, a partir da observação do Quadro 6.15.

Quadro 6.15 – Teste ANOVA (investimento médio por NUTS III agrupadas por proximidade e número de projetos.

ANOVA

InvTotalAprovado

	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Between Groups	7,229E+13	5	1,446E+13	2,108	,063
Within Groups	3,463E+15	505	6,857E+12		
Total	3,535E+15	510			

Ao observar o *output* gerado pelo SPSS e o valor de significância que se encontra na tabela ANOVA – 0,063 – percebe-se que, ao ser superior a 0,05, a hipótese aceite é a hipótese nula, ou seja, aquela que afirma que não existem diferenças entre os grupos. Por outras palavras, a realização do teste ANOVA permite concluir que não existem diferenças estatisticamente significativas do investimento médio nas NUTS III, quando estas estão agrupadas por proximidade e por número de projetos.

6.3.3 INVESTIMENTO MÉDIO POR NUTS III DO LITORAL E NUTS III DO INTERIOR

O estudo da relação entre as variáveis Investimento e NUTS III agrupadas tendo em conta os critérios Litoral/Interior) é o único que se realiza com recurso a um Teste t, dado que resulta de um cruzamento entre uma variável quantitativa (o investimento) e uma variável qualitativa nominal com apenas duas categorias (Quadro 6.16). Desta forma, é necessário cumprir um pressuposto: as distribuições têm que ser normais. No entanto, se a dimensão dos dois grupos for superior a 30 elementos, não é necessário testar a normalidade ou, por outras palavras, assume-se automaticamente que as distribuições são normais.

Por outro lado, é necessário observar o valor de significância do *Levene’s Test for Equality of Variances* (igual a 0,001), para que seja possível perceber se há ou não igualdade de variâncias (ou Homocedasticidade). Tendo em consideração as hipóteses definidas para o cumprimento deste pressuposto (H0: Há homogeneidade de variâncias; H1: Não há homogeneidade de variâncias), como o valor de significância é menor que 0,05, rejeita-se a hipótese nula e, por isso, é possível afirmar que não existe homogeneidade de variâncias.

Assim, para que seja possível prosseguir com o Teste t, e tendo em conta que as variâncias não são homogêneas, observa-se o valor de significância (Sig. 2-tailed) de *t-test for Equality of Means*, na segunda linha (correspondente à heterogeneidade de variâncias), neste caso igual a 0,094. Como este valor é superior a 0,05, e tendo em conta as hipóteses definidas para o teste t (H0: Não existem diferenças entre as médias dos grupos; H1: Existem diferenças entre as médias dos grupos) aceita-se a hipótese nula, o que significa que não existem diferenças no investimento médio das NUTS III do litoral e do interior.

Quadro 6.16 – Teste t (investimento médio por NUTS III do litoral vs. Interior).

T-Test

Group Statistics					
	NUTS III Litoral Interior	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
InvTotalAprovado	Minho-Lima, Cávado e Grande Porto	172	1375067,048	4179339,372	318671,6396
	Ave, Tâmega, Entre Douro e Vouga, Alto Trás-os-Montes, Douro	339	826242,5460	1233265,183	66981,77034

Independent Samples Test										
		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means						
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
									Lower	Upper
InvTotalAprovado	Equal variances assumed	10,755	,001	2,235	509	,026	548824,50198	245515,128	66476,754	1031172,250
	Equal variances not assumed			1,685	186,259	,094	548824,50198	325635,028	-93582,459	1191231,463

No sentido de interpretar os resultados obtidos, é possível concluir que o investimento realizado no litoral e o investimento realizado no interior, no que diz respeito a valores médios, são semelhantes. Mais concretamente, o investimento médio nas NUTS III do litoral é de 1.375.067, 048€, e nas NUTS III do interior o valor médio é de 826.242,5460€, sendo possível entender que o investimento no litoral, embora superior ao das NUTS III localizadas no interior da Região Norte de Portugal, não corresponde a uma diferença significativa.

Posto isto, é possível concluir que a hipótese “O investimento médio nas NUTS III do litoral é superior ao das NUTS III do interior” é **verdadeira**.

6.3.4 INVESTIMENTO MÉDIO POR MUNICÍPIOS

Para que seja possível tirar conclusões relativamente ao investimento médio por concelho, torna-se necessária a realização de um teste ANOVA, dado que se está a trabalhar com uma variável quantitativa e outra qualitativa nominal, respetivamente. Para dar seguimento à análise do mesmo, devem cumprir-se os pressupostos da Normalidade e Homocedasticidade. Ao estudar a frequência de cada concelho (correspondente ao número de projetos associados), é possível observar que grande parte destes possui um valor inferior a 30 elementos.

Desta forma, é obrigatório testar a normalidade, a partir valor de significância de cada um dos concelhos. Importa lembrar que nos casos em que o N é inferior a 30 elementos, o valor de significância estudado é o que diz respeito ao teste Shapiro-Wilk; quando a frequência é superior ao valor referido, analisam-se os valores de significância do teste Kolmogorov-Smirnov.

Pelo facto de a variável em estudo apresentar um conjunto elevado de categorias (correspondentes aos concelhos), apresentam-se os resultados de um modo geral. No que diz respeito aos concelhos com um N inferior a 30, alguns valores de significância são inferiores a zero e outros são superiores, o que significa que embora alguns sigam uma distribuição normal, o mesmo não acontece com outros. Relativamente aos casos em que o N é superior a 30, o valor de significância é igual a zero, o que permite concluir que em nenhum caso há uma distribuição normal. Consequentemente, o pressuposto da Normalidade não se verifica e, por isso, não é possível realizar o teste ANOVA. A solução passa pela realização do seu teste não paramétrico correspondente – o Kruskal-Wallis (Quadro 6.17).

Quadro 6.17 - Valores do teste Kruskal-Wallis – Municípios.

Kruskal-Wallis Test

Test Statistics ^{a,b}	
	InvTotalAprovado
Chi-Square	80,552
df	77
Asymp. Sig.	,369

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable: Concelho

Para que seja possível tirar conclusões relativamente à existência ou não de diferenças no investimento médio de cada concelho, é necessário observar o nível de significância do teste em questão, e considerar as hipóteses definidas para o mesmo – H0: Não existem diferenças entre grupos; H1: Existem diferenças entre grupos. Como o valor em questão é superior a 0,05 (0,369), a hipótese nula é aceite, o que permite afirmar que não existem diferenças estatisticamente significativas no investimento médio dos concelhos da Região Norte de Portugal.

Posto isto, é possível afirmar que a hipótese “*Registam-se diferenças significativas em termos de investimento médio por município*” é **falsa**.

6.3.5 INVESTIMENTO MÉDIO POR MUNICÍPIOS AGREGADOS NOS 4 DESTINOS TURÍSTICO-PROMOCIONAIS

O investimento médio dos concelhos agrupados tendo em conta os 4 destinos promocionais deve ser estudado a partir de um teste ANOVA, dado que se está a relacionar uma variável quantitativa e uma qualitativa nominal com mais do que duas categorias, respetivamente. Neste sentido, a primeira questão a ter em conta passa pela validação dos pressupostos do teste – Normalidade e Homocedasticidade. Como todos os grupos possuem um N superior a 30, não é necessário testar a normalidade; por outro lado, tendo em conta que o quociente entre o N do maior grupo e o N do menor é superior a 2, é obrigatório testar a Homocedasticidade, a partir do teste de Levene.

Considerando as hipóteses do teste de Levene (H0: Há igualdade de variâncias; H1: Não há igualdade de variâncias) apresentadas no Quadro 6.18, e sabendo que o valor de significância é menor que 0,05 (Sig.=0,002), rejeita-se a hipótese nula e, conseqüentemente, conclui-se que não existe homogeneidade de variâncias. Por este motivo, e dado que um dos pressupostos do teste ANOVA não foi cumprido, não é possível prosseguir com o teste, ou seja, o único caminho passa pela análise do teste não-paramétrico alternativo – Kruskal-Wallis.

Quadro 6.18 - Teste da Homogeneidade de variâncias – Concelhos agregados por 4 destinos turístico-promocionais.

Test of Homogeneity of Variances

InvTotalAprovado			
Levene Statistic	df1	df2	Sig.
4,863	3	507	,002

Tal como é possível observar a partir do Quadro 6.19, ao analisar o valor de significância do teste não-paramétrico – igual a 0,336 e, por isso, superior a 0,05 – aceita-se a hipótese nula, ou seja, conclui-se que não existe uma relação estatisticamente significativa entre as variáveis Investimento e Concelhos (distribuídos pelos 4 destinos promocionais). Por outras palavras, as médias dos diferentes grupos são próximas, o que não permite identificar diferenças entre os grupos.

Quadro 6.19 - Valores do teste Kruskal-Wallis – Municípios agregados pelos 4 destinos turístico-promocionais.

Kruskal-Wallis Test

Ranks			
Concelhos_4DestinosPromocionais		N	Mean Rank
InvTotalAprovado	Minho	133	252,58
	Trás-os-Montes	79	252,13
	Porto	186	270,39
	Douro	113	239,04
	Total	511	

Test Statistics ^{a,b}	
	InvTotalAprovado
Chi-Square	3,383
df	3
Asymp. Sig.	,336

a. Kruskal Wallis Test
 b. Grouping Variable:
 Concelhos_4Destinos
 Promocionais

InvTotalAprovado		
	N	Mean
Minho	133	909429,5673
Trás-os-Montes	79	779768,6323
Porto	186	1411897,042
Douro	113	632203,9926
Total	511	1010974,081

Apesar de não terem sido identificadas diferenças em termos de investimento médio, o destino Porto é o que possui o maior valor. Num sentido oposto, o Douro é o destino promocional com menores valores de investimento médio. No entanto, tendo em conta as informações expostas anteriormente, conclui-se que a hipótese “Existem diferenças em termos de investimento médio por destino turístico-promocional” é falsa.

6.4 CONCLUSÃO

Tendo sido terminado o presente capítulo, é possível tirar um conjunto de conclusões relevantes relacionadas com as análises levadas a cabo com recurso ao *software* SPSS. Em primeiro lugar, ao estudar o investimento médio tendo em consideração as variáveis relacionadas com a sua caracterização, é possível identificar diferenças estatisticamente significativas entre as categorias de cada variável. Por outras palavras, é possível afirmar que o investimento médio varia consoante o Eixo Prioritário, o Regulamento Específico, a Natureza do Investimento, o Código CAE a 5 dígitos e o Código CAE a 2 dígitos agrupados.

Importa realçar a importância deste estudo na medida em que permitiu analisar, de forma distinta, as relações entre o investimento e as restantes variáveis, ou seja, os resultados obtidos no presente capítulo foram distintos dos alcançados no anterior, dado que, por um lado, foi abordado o investimento em termos totais e, por outro, em termos de médias. Consequentemente, os *outputs* forneceram um conjunto de ideias de extrema relevância que permitem complementar a informação adquirida anteriormente.

Por outro lado, a territorialização do investimento, ou seja, o investimento médio tendo em consideração diferentes formas de organização das componentes geográficas da Região Norte de Portugal, permitiu concluir que não existem diferenças estatisticamente significativas entre as categorias de cada variável em análise (NUTS III, por NUTS III agrupadas por proximidade e

número de projetos, por NUTS III do litoral e interior, concelhos e, finalmente, concelhos agrupados pelos 4 destinos turístico-promocionais).

No seguimento do que acabou de ser referido, o facto de não existirem diferenças em termos de investimento médio permite afirmar um conjunto de ideias. Apesar de anteriormente ter sido possível entender que grande parte do investimento total se concentra num pequeno conjunto de NUTS III e municípios da Região Norte de Portugal (e posteriores agrupamentos), a grande conclusão a retirar deste capítulo está relacionada com o facto de não existirem grandes diferenças em termos de investimento médio, ou seja, a sua distribuição por toda a Região Norte é praticamente equitativa.

Assim, conclui-se que o investimento médio na Região Norte de Portugal não é semelhante nas categorias das variáveis que o caracterizam, mas, por outro lado, encontra-se distribuído de forma equitativa em termos médios, ou seja, não existem áreas territoriais que se destaquem de forma significativa das restantes.

CAPÍTULO 7. SÍNTESE E CONCLUSÕES

O capítulo de síntese e conclusões tem como principal objetivo estabelecer uma ponte e um elo de ligação entre os capítulos da componente teórica e toda a análise empírica levada a cabo. Para além disso, pretende dar resposta à pergunta e objetivos definidos no início do estudo no sentido de se compreenderem as interligações entre todas as temáticas expostas.

A investigação baseou-se no estudo da intervenção do sector público em turismo e no investimento público ao nível regional e local, e focou atenções numa região específica: o Norte de Portugal. Para que fosse possível analisar as dinâmicas de investimento na indústria turística desta região, analisou-se um conjunto de projetos relacionados com o turismo, enquadrados no Programa Operacional Regional do Norte, para o período compreendido entre 2007 e 2013. Assim, importa apresentar as principais conclusões a retirar do estudo, tendo em conta a ligação entre todos os capítulos da investigação.

Assim, em primeiro lugar, foi possível entender a **importância ímpar do fenómeno turístico** a nível global, sendo que esta indústria possui um relevo cada vez maior no que diz respeito ao desenvolvimento das regiões e dos locais, em termos económicos, sociais, culturais e ambientais. A sua contribuição para a geração de riqueza, criação de postos de trabalho e, em certos casos, para amenizar constrangimentos políticos e económicos, é fundamental, e esta atividade é vista, com frequência, como a solução para os problemas de muitos países. Neste seguimento, destacou-se a **importância da Conta Satélite do Turismo** como um instrumento fundamental para medir, em termos económicos, a importância da indústria nos locais. Aliada à questão anterior, surgiu a necessidade de estudar a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas e perceber a sua ligação aos diferentes eixos da CST, nomeadamente ao nível das atividades características.

Num outro sentido, um bom conhecimento dos **impactos** que o turismo pode gerar não só nos locais onde se desenvolve, mas também ao nível das entidades envolvidas e da população residente, é de extrema relevância. A melhor forma de conseguir maximizar os benefícios económicos, sociais e ambientais que derivam da atividade turística passa pela **definição de políticas de planeamento e desenvolvimento bem sustentadas e com estratégias coerentes** que se encontrem alinhadas com outras questões mais abrangentes, com o intuito de gerir a indústria de uma forma integrada, tendo em conta todos os componentes que a compõem (da oferta e da procura).

A **intervenção do sector público em turismo** é uma questão fundamental, e mereceu especial destaque no âmbito da presente investigação, nomeadamente no capítulo 2. Foi possível apurar, ao longo de toda a investigação, que as funções desempenhadas por parte de todas as entidades públicas em vários níveis – nacional, regional e local – são essenciais, para que os

destinos se possam desenvolver de forma integrada, sem prejudicar todos os elementos envolvidos. Por outras palavras, o sector público constitui-se como um alicerce para o **desenvolvimento do sector do turismo em termos de infraestruturas básicas e determinadas facilidades turísticas**, próprias para a satisfação das necessidades dos visitantes. Sem estas, os locais não estão preparados para receber visitantes, e, por outro lado, não permitem o desenvolvimento de superestruturas por parte do sector privado.

Desta forma, funções tais como **coordenação, regulação e legislação, disponibilização de infraestruturas, educação e formação**, são as de maior relevo, e é mesmo possível afirmar que a atividade turística não sobreviveria sem a intervenção do sector público em áreas como as que acabaram de ser referidas. Tal como foi possível entender ao longo da investigação, o papel do sector público não é estanque e varia consoante o nível de intervenção – nacional, regional ou local.

Ao nível nacional, as funções são mais abrangentes e, nos níveis inferiores, as funções têm mais em consideração os pormenores e as características intrínsecas das regiões/locais. No entanto, é possível afirmar que é fulcral uma ligação entre entidades a todos os níveis hierárquicos, no sentido de respeitar funções de patamares superiores ou inferiores, para evitar conflitos e divergências.

Outra questão que constituiu objeto de estudo na presente investigação foram as **políticas definidas por parte do sector público** em turismo. Em primeiro lugar, importa salientar o facto de ser difícil a elaboração de políticas de turismo, dada a natureza multisectorial desta indústria. No entanto, a sua definição é crucial, dado que serve de orientação para o cumprimento de objetivos por parte das entidades do sector público, no que diz respeito à gestão e desenvolvimento da atividade turística.

Mais uma vez, diferentes níveis de intervenção levam à definição de políticas distintas que, a par do que se verificou anteriormente, são mais abrangentes em níveis superiores e, por outro lado, mais pormenorizadas em níveis inferiores. A política pública de turismo constitui a alavanca para a definição de um processo eficaz de planeamento do desenvolvimento do turismo. Estes dois componentes encontram-se intimamente relacionados, e é por essa razão que a definição de políticas públicas é o primeiro passo para o bom funcionamento do turismo num determinado local.

Por último, e ainda no seio do capítulo 2 da presente investigação, foi relevante introduzir uma temática essencial para uma perceção mais eficaz de todo o estudo, que se baseia no **investimento levado a cabo por parte do sector público**. Apesar de ter sido uma componente referida aquando a análise das principais funções destas entidades, importou salientá-la das restantes, com o intuito de estabelecer uma ligação mais consistente, nomeadamente com a parte empírica. Desta forma, a identificação das principais áreas de investimento por parte do

sector público permitiu enfatizar elementos como a **construção de infraestruturas básicas** preparadas para receber os visitantes (tais como aeroportos, acessibilidades, estrutura urbana em termos de saneamento, serviços de saúde e policiamento), e, por outro lado, o **desenvolvimento da indústria turística**, nomeadamente no que diz respeito a áreas relacionadas com a recreação e lazer.

Num outro contexto, o capítulo 3 teve como principal objetivo apresentar a Região Norte de Portugal em termos gerais e relativamente ao turismo, sendo a NUT II sobre a qual incidiu a componente empírica da investigação. Numa primeira fase, foi importante enquadrá-la no contexto nacional e perceber o seu posicionamento em termos turísticos, não só ao nível da oferta (em termos de estabelecimentos hoteleiros, número de quartos e capacidade de alojamento), mas também da procura (no que diz respeito ao número de hóspedes, dormidas e estada média).

Neste sentido, a **Região Norte de Portugal** é a NUT II com maior número de estabelecimentos hoteleiros, embora o número de quartos e camas seja ultrapassado pelas regiões Algarve, Lisboa e Centro, por ordem decrescente. Relativamente à procura turística, o mercado nacional é predominante em relação ao estrangeiro, e a estada média é de cerca de 1,7 noites (dado de 2011), ou seja, inferior à nacional (equivalente a 2,6 noites). A Região Norte assume-se, assim, como uma **área com elevado potencial de desenvolvimento** contínuo em termos turísticos.

O **Programa Operacional Regional do Norte (ON.2)** é um dos programas operacionais integrados no QREN, cujo principal objetivo se relaciona com o apoio ao desenvolvimento regional da Região Norte de Portugal. É o instrumento com maior dotação financeira no âmbito dos programas operacionais, e assenta em 5 prioridades estratégicas, dentro das quais é possível encontrar ligações ao sector do turismo. Esta indústria é uma das que merece maior destaque em termos de investimento, e as principais conclusões da componente empírica estão exatamente relacionadas com esta análise.

Os capítulos 5 e 6 representam a **componente prática** da presente investigação, e tiveram como base, tal como já foi referido anteriormente, o estudo dos projetos de investimento público em turismo no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte, para o período compreendido entre 2007 e 2013. Para que fosse possível cumprir os objetivos fixados para a análise, a investigação baseou-se numa **abordagem quantitativa da informação**, onde se estudou um conjunto de variáveis originalmente provenientes da base de dados disponibilizada (Eixo Prioritário, Regulamento Específico, Natureza do investimento, Código CAE, NUTS III e concelhos) e outras criadas posteriormente com base na informação existente (Código CAE a 2 dígitos e posterior agrupamento, NUTS III agrupadas por proximidade e número de projetos, NUTS III localizadas no litoral e no interior e concelhos agrupados pelos 4 destinos turístico-promocionais da RNP).

Assim, como resultado das análises efetuadas, para além de ter sido possível compreender o investimento por parte do sector público em turismo, no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte, a ligação entre aspetos abordados na teoria e as conclusões retiradas da parte prática foi evidente. Desta forma, e no seguimento do que acabou de ser referido, apresentam-se as ideias essenciais da realização da presente investigação.

Os projetos de investimento público inseridos no Programa Operacional Regional do Norte caracterizam-se por um conjunto de variáveis que lhes estão associadas, e que permitiram a realização de toda a análise apresentada. Em primeiro lugar, foi possível entender que o número de projetos e o respetivo investimento estão concentrados, maioritariamente, em questões relacionadas com a **valorização dos recursos específicos dos locais**, sendo possível dar como exemplos projetos associados a festivais, eventos, festas, rotas patrimoniais, parques urbanos, parques de exposições, lojas de turismo, promoção e marketing e conservação de património. Esta questão pode ser justificada através do facto de grande parte da intervenção do sector público no turismo dizer respeito a ações que visam a **qualificação da oferta de bens e serviços aos visitantes**.

A **componente infraestrutural** do sector do turismo e a **aposta do sector público no seu incremento** constituem-se como uma das principais conclusões a retirar da presente investigação. Grande parte dos projetos estão associados à construção e desenvolvimento de infraestruturas relacionadas com a atividade turística, e o mesmo se verifica em termos de investimento canalizado para esta vertente. Cerca de **60% do investimento público está concentrado na componente infraestrutural do sector do turismo**, e inclui questões relacionadas com lojas interativas, centros culturais, zonas de lazer e recreio, museus, ecopistas e acessos pedonais, casas de arte e cultura, centros de interpretação e casas-museu.

Em termos de códigos CAE, a **Administração Local** é a que reúne praticamente metade do número de projetos relacionados com o sector do turismo, no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte, e o mesmo acontece em termos de investimento, sendo possível enfatizar a importância da administração local (ou seja, das câmaras municipais) no que diz respeito à **dinamização e investimento em turismo**. Para além disso, foi possível perceber que o investimento em turismo por parte do sector público se relaciona, de forma direta, com os principais eixos da Conta Satélite do Turismo, o que vem uma vez mais reforçar a ideia de que num contexto maioritariamente privado, as entidades públicas também exercem influência no que diz respeito à intervenção no sector.

Um dos principais objetivos da presente investigação teve por base o estudo do investimento público em turismo na Região Norte de Portugal, nomeadamente ao nível das **NUTS III e dos municípios**. Perceber tendências em termos de **territorialização** constituiu uma questão de grande relevância, dado que permitiu entender de que forma se distribui o investimento por

toda a Região. A NUT III **Grande Porto** é a que se destaca de forma mais significativa das restantes, não só em termos de projetos mas também em termos de investimento. Tendo sido identificada como a principal sub-região da RNP aquando do seu estudo em termos de indicadores turísticos, a análise empírica permitiu concluir que também o **investimento público em turismo se concentra no principal destino turístico da Região.**

Por outro lado, as regiões com menor atratividade em termos turísticos são, em média, as que possuem menores projetos associados e, por outro lado, investimentos inferiores. Assim sendo, **quanto maior é a importância de uma região em termos turísticos, maior o investimento canalizado para o seu desenvolvimento.** Nesse sentido, é visível a **concentração elevada de investimento nos principais centros urbanos de toda a Região Norte de Portugal,** sendo possível destacar os municípios do Porto, Matosinhos, Guimarães, Viana do Castelo, Barcelos, Lousada, São João da Madeira, Vila Nova de Famalicão e Chaves, que acabam por representar, de certa forma, a totalidade das NUTS III onde se inserem, e permitem o desenvolvimento do turismo nesses locais.

Assim, foi possível entender que os projetos de investimento por parte do sector público em turismo, no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte, envolvem a grande maioria dos municípios da RNP, embora existam concentrações evidentes nos principais destinos da Região, nomeadamente nos casos que já possuem uma atividade turística bem sustentada e desenvolvida

Por outro lado, foi possível verificar que, em termos médios, **o investimento no ON.2 é diferente nas variáveis que o caracterizam** (nos Eixos Prioritários o investimento médio é superior em questões de assistência técnica, nos Regulamentos Específicos salientam-se os Equipamentos e Serviços de Proximidade, em termos de Natureza do Investimento destaca-se, também, a assistência técnica, e relativamente aos Códigos CAE o investimento médio é superior no caso das atividades auxiliares dos transportes por água) e, num sentido oposto, **não se verificam diferenças em termos médios no que diz respeito às variáveis relacionadas com a territorialização** do investimento (NUTS III e respetivos agrupamentos, concelhos e 4 destinos turístico-promocionais).

No seguimento do que acabou de ser referido, o estudo do investimento em termos de territorialização não permitiu identificar diferenças significativas entre as diferentes regiões em estudo (não só ao nível das NUTS III, mas também em termos de municípios). Daqui é possível concluir que, **por região, o investimento médio é equilibrado,** ou seja, mesmo tendo sido identificadas disparidades em termos de investimento total dos principais destinos, é possível concluir que, em termos médios, não existem diferenças significativas.

Posto isto, e agregando um conjunto de ideias essenciais para uma compreensão global de toda a investigação, importa referir que a **intervenção do sector público em turismo é**

essencial, nomeadamente no que diz respeito a questões de investimento. A componente infraestrutural constitui-se como a principal no que diz respeito ao envolvimento do sector público no sector do turismo, e assenta, em grande parte, na permanente valorização dos recursos existentes nos locais (naturais, culturais, patrimoniais).

Em termos gerais, o investimento em turismo por parte do sector público concentra-se, maioritariamente, nos **principais destinos turísticos**, ou seja, aposta nos locais onde a componente do turismo já possui bons alicerces e tem potencial para se desenvolver de forma contínua e com perspetivas futuras. No entanto, o sector público também possui o importante papel de impulsionador do desenvolvimento do turismo noutras regiões, dado que o investimento em locais menos relevantes em termos turísticos também é evidente, ainda que em menor quantidade.

Em jeito de conclusão, e no sentido de responder à questão formulada inicialmente, é possível afirmar que **o investimento realizado por parte do sector público contribui, de forma significativa, para melhorar e criar as condições necessárias para o desenvolvimento ao nível local.**

7.1 CONTRIBUTOS, LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA INVESTIGAÇÕES FUTURAS

A realização da presente investigação permitiu identificar um conjunto de contribuições não só em termos teóricos, mas também no que diz respeito ao procedimento metodológico adotado para a análise empírica. Por outro lado, importa reconhecer a existência de determinadas limitações associadas ao estudo e, por último, sugerir a realização de mudanças ou introdução de abordagens distintas em investigações futuras, na medida em que é sempre possível efetuar uma abordagem mais exaustiva do que a apresentada numa dissertação.

Assim, o primeiro grande contributo do estudo relaciona-se com o facto de terem sido abordadas diversas temáticas sobre o sector do turismo, nomeadamente ao nível do planeamento, da contribuição do turismo para o desenvolvimento, da intervenção do sector público e definição de políticas e do investimento em turismo no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte. Face a uma diversidade aparente e desagregada de conceitos, foi possível construir um fio condutor consistente, que permitiu estabelecer ligações fortes entre os diferentes capítulos teóricos e a análise empírica.

A identificação de relações diretas entre a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas e os diferentes eixos da Conta Satélite do Turismo constituiu um contributo de extrema relevância para a investigação. Esta associação permitiu a identificação de projetos diretamente relacionados com o sector do turismo, a partir da sua categorização em termos de atividades específicas ou não específicas da CST. Para além disso, foi possível perceber que o

sector público também investe em áreas do turismo onde predomina o investimento por parte do sector privado.

Por outro lado, outra contribuição que convém salientar prende-se com o facto de ter sido estudada uma região concreta de Portugal, sobre a qual incidiu a componente prática da investigação. A Região Norte de Portugal e o respetivo Programa Operacional foram alvo de um estudo exaustivo e pormenorizado, no sentido de se perceberem as dinâmicas de investimento ao nível regional e local, no que diz respeito ao sector do turismo. O enquadramento desta indústria no âmbito do ON.2 surge, também, como uma das principais mais-valias da investigação, na medida em que não existia um estudo que analisasse apenas um sector de forma individual.

As investigações existentes relacionadas com o investimento em turismo, por parte do sector público são, ainda, “vagas” e pouco exploradas, e não existe muita informação consistente relacionada com esta temática. Desta forma, a presente investigação surge como uma contribuição prática para esta área, na medida em que demonstra e apresenta, em forma de caso de estudo, a existência de inúmeros projetos de investimento por parte do sector público, e permite entender para que fins é utilizado o montante disponibilizado, e quais os principais tipos de projetos de investimento.

Noutro sentido, uma das limitações a apontar ao estudo prende-se com o facto de existir algum desfasamento entre o período dos dados estatísticos apresentados e o período temporal associado ao Programa Operacional Regional do Norte. Por outras palavras, revelou-se complicado apresentar indicadores estatísticos para os mesmos anos que correspondem ao período de vigência do ON.2. No entanto, a análise de todos os indicadores apresentados, não só ao nível da oferta, mas também da procura, foi essencial para efetuar uma interligação entre conceitos teóricos e práticos, com especial ênfase para as NUTS III da Região Norte de Portugal.

Outra limitação que pode ser identificada relaciona-se com o facto de se ter estudado o investimento em turismo apenas numa perspetiva pública, ou seja, a componente privada não foi analisada por não constituir objeto de estudo do Programa Operacional. Desta forma, e tendo em conta o que acabou de ser referido, sugere-se uma abordagem futura que alie os dois componentes (público e privado), no sentido de perceber possíveis diferenças ao nível do próprio investimento, mas também em termos territoriais.

Por outro lado, o facto de se ter estudado apenas uma região (NUT II) de Portugal também pode constituir uma desvantagem, ou seja, se se tivessem estudado as várias NUTS II de Portugal, ou se se optasse por comparar duas, a título de exemplo, os resultados poderiam ser distintos e as conclusões a retirar seriam, igualmente, diferentes. Nesse sentido, uma das principais sugestões para investigações futuras relaciona-se com o estudo comparativo de

duas ou mais regiões de Portugal, no sentido de ser possível identificar diferenças e semelhanças entre as dinâmicas de investimento dos territórios em análise.

A análise quantitativa foi a abordagem adotada para estudar o investimento por parte do sector público em turismo, no âmbito do Programa Operacional Regional do Norte. A partir de análises univariadas e bivariadas, foi possível realizar um estudo pormenorizado do investimento na Região Norte de Portugal, o que constitui uma mais-valia da presente investigação. No entanto, os testes realizados não se esgotaram na presente investigação e, por esse motivo, uma das sugestões prende-se com uma análise mais exaustiva, com recurso a outros métodos estatísticos, no sentido de estudar outras questões que acrescentem mais valor a potenciais investigações futuras. Por outro lado, o investimento por parte do sector público em turismo podia ser estudado a partir de uma análise qualitativa, ou seja, a partir da realização de entrevistas (a entidades como câmaras municipais, a título de exemplo), com o intuito de analisar o investimento noutra perspetiva distinta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal [AICEP] (2012). *Portugal – Perfil país*. Lisboa: Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal.
- Aronsson, L. (2000). *The development of sustainable tourism*. Londres: Continuum.
- Associação de Turismo do Porto e Norte, AR. [ATPN] (2012). *Porto e Norte: a essência de Portugal*. Porto: Associação de Turismo do Porto e Norte, AR.
- Ateljevic, I. & Doorne, S. (2000). Local Government and Tourism development: issues and constraints of public sector entrepreneurship. *New Zealand Geographer*. 56(2), 25-31.
- Bodlender, J., & Gerty, M. (1992). *Guidelines on Tourism Investment* (2ª ed.). Madrid: Organização Mundial do Turismo.
- Botterill, D. & Platenkamp, V. (2012). *Key Concepts in tourism Research*. Londres: SAGE Publications Ltd.
- Bramwell, B. (2011). Governance, the state and sustainable tourism: a political economy approach. *Journal of Sustainable Tourism*. 19(4-5), 459-477.
- Breda, Z. (2001). *Turismo na República Popular da China: Políticas e Desenvolvimento Económico*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Briedenhann, J. (2007). The Role of the Public Sector in Rural Tourism: Respondents' Views. *Current Issues in Tourism*. 10(6), 584-607.
- Bull, A. (1995). *The economics of travel and tourism*. Melbourne: Longman.
- Carvalho, J., Fernandes, M., Camões, P. e Jorge, S. (2012). *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses*. Lisboa: Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.
- Cheong, S. & Miller, M. (2000). Power and Tourism: a Foucauldian observation. *Annals of Tourism Research*. 27(2), 371-390.
- Church, A. (2004). Local and Regional Tourism Policy and Power. In A. Lew, C. Hall e A. Williams, *A Companion to tourism* (pp.525-541). Maldon: Blackwell Publishing, Ltd.
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte [CCDR-N] (2007). *Apresentação do Programa Operacional Regional do Norte*. Porto: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte [CCDR-N] (2011). *ON.2 O Novo Norte – Relatório de execução*. Porto: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte [CCDR-N] (2012). *Proposta de Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013 – FEDER*. Porto: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.

- Cooper, C., Fletcher, J., Gilbert, D., & Wanhill, S. (1993). *Tourism: principles & practice*. Londres: Pitman publishing.
- Cooper, M. & Flehr, M. (2006). Government intervention in tourism development: case studies from Japan to South Australia. *Current Issues in Tourism*. 9(1), 69-85
- Costa, C. (1996). *Towards the improvement of the efficiency and effectiveness of tourism planning and development at the regional level*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Surrey, Surrey.
- Costa, C. (2004). Turismo e poder local. In *Apresentação no Congresso Associação Nacional de Municípios Portugueses Actas XIV*. Funchal. Portugal.
- Costa, R. (2012). *Dinâmicas territoriais geradas pelo investimento privado no turismo*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Davidson & Maitland (1997). *Tourism destinations*. Londres: Hodder & Stoughton.
- Decreto Lei nº 191/2009 de 17 de agosto. Diário da República nº 158/2009 – I série. Ministério da Economia e da Inovação. Lisboa.
- Decreto Lei nº 33/2013 de 16 de maio. Diário da República nº 94/2013 – I série. Ministério da Economia e do Emprego. Lisboa.
- Devine, A. & Devine, F. (2011). Planning and developing tourism within a public sector quagmire: Lessons from and for small countries. *Tourism Management*, 32(6), 1253-1261.
- Doswell, R. (1997). *Tourism: How effective management makes the difference*. Oxford: Butterworth-Heinemann.
- Dredge, D. & Jenkins, J. (2003). Destination place identity and regional tourism policy. *Tourism Geographies*, 5(4), 383-407.
- Dredge & Jenkins (2007). *Tourism planning and policy*. Milton: John Wiley & Sons.
- Dredge, D. & Jenkins, J. (2011). *Stories of Practice: Tourism Policy and Planning*. Surrey: Ashgate.
- Elliott, J. (1997). *Tourism: politics and public sector management*. Londres: Routledge.
- Eusébio (2006). *Avaliação do impacte económico do turismo a nível regional*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Fazenda, N., Silva, F. & Costa, C. (2008). Política e planeamento turístico à escala regional: o caso da Agenda Regional de Turismo para o Norte de Portugal. In *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 18, 77-100.
- Farsari, I., Butler, R. & Szivas, E. (2011). Complexity in tourism policies: a cognitive mapping approach. *Annals of tourism research*, 38(3), 1110-1134.

- Fayos-Solá, E. (1996). Tourism policy: a midsummer night's dream?. *Tourism Management*, 17(6), 405-412.
- Fernandes, P., Monte, A. & Castro, J. (2003). A Região Norte de Portugal e a preferência da procura turística: Litoral vs. Interior. In *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, (pp.57-73).
- Finn, M., Elliott-White, M., & Walton, M. (2000). *Tourism and Leisure Research Methods: Data collection, analysis and interpretation*. Pearson Education.
- Goeldner, C., & Ritchie, J. (2009). *Tourism: principles, practices, philosophies*. New Jersey: John Wiley & Sons.
- Governo de Portugal (2013). Os secretaries de Estado. Acedido em 28 de Setembro de 2013, em <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-economia-e-do-emprego/conheca-a-equipa/secretarios-de-estado/adolfo-mesquita-nunes.aspx>
- Halkier, H. (2010). EU and tourism development: bark or bite?. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 10(2), 92-106.
- Hall, C. (1994). *Tourism and Politics: Policy, Power and Place*. Chichester: John Wiley & Sons.
- Hall, C. (2005). The role of government in the management of tourism: the public sector and tourism policies. In L. Pender e R. Sharpley, *The management of tourism* (pp.217-232). Londres: SAGE Publications Ltd.
- Hall, C. (2008). *Tourism Planning: policies, processes and relationships* (2ª ed.). Harlow: Pearson Education Limited.
- Hall, C. & Jenkins, J. (1995). *Tourism and Public Policy*. Londres: Routledge.
- Hall, C. & Page, S. (2002). *The geography of tourism and recreation: environment, place and space* (2ª ed.). Londres: Routledge.
- Henriksen, P. & Halkier, H. (2009). From local promotion towards regional tourism policies: knowledge processes and actor networks in North Jutland, Denmark. *European Planning Studies*, 17(10), 1445-1462.
- Ho, R. (2006). *Handbook of univariate and multivariate data analysis and interpretation with SPSS*. Boca Raton: Taylor & Francis Group.
- Holloway, J. & Taylor, N. (2006). *The Business of Tourism* (7ª ed.). Harlow: Pearson Education Limited.
- Idtour (2010). *Centros de Informação Turística: Estudo Operacional para a Criação e Desenvolvimento de uma Rede de Informação Turística Regional para a Região do Norte – Aplicação piloto no Destino Douro*. Aveiro: Idtour.
- INE (2013). *Tabela de Correspondência entre a nomenclatura da Conta Satélite do Turismo e a CAE Rev.3*. Documento não publicado cedido pelo Instituto Nacional de Estatística.

- INE (2012a). *Anuário estatístico da Região Norte*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2012b). *Anuário estatístico de Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2007). *Classificação Portuguesa das Atividades Económicas – Rev.3*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Inskeep, E. (1991). *Tourism Planning: An Integrated and Sustainable Development Approach*. Nova Iorque: Van Nostrand Reinhold.
- Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I.P. (2013). *O que é o FEDER*. Acedido em 20 de Outubro de 2013, em <http://www.ifdr.pt/content.aspx?menuid=119>.
- Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo [IPDT] (2011). *Perfil dos turistas do Porto e Norte de Portugal – 4º trimestre de 2011*.
- Instituto de Turismo [IPDT] (2013). *Perfil dos turistas do Porto e Norte de Portugal - 2º Trimestre de 2013*. Porto: Instituto de Turismo.
- Jeffries, D. (2001). *Governments and tourism*. Oxford: Butterworth Heinemann
- Jenkins, J. (2000). The impact of globalization on small and medium enterprises: new challenges for tourism policies in European countries. *Current issues in tourism*, 3(3), 175-203.
- Jessop, B. (2008). *State Power*. Cambridge: Polity Press.
- Kerlinger, F. (1986). *Foundations of Behavioral Research* (3ª ed.). Orlando: Harcourt Brace & Company.
- Kerr, A., Hall, H. & Kozub, S. (2002). *Doing Statistics with SPSS*. Londres: SAGE.
- Kerr, W. (2003). *Tourism public policy, and the Strategic Management of Failure*. Oxford: Elsevier Ltd.
- Krutwaysho, O. & Bramwell, B. (2010). Tourism policy implementation and society. *Annals of Tourism Research*, 37(7), 670-691.
- Kumral, N. & Önder, Ö. (2009). Tourism, regional development and public policy: introduction to the special issue. *European Planning Studies*, 17(10), 1441-1443.
- Lickorish, L. & Jenkins, C. (1997). *An introduction to tourism*. Oxford: Routledge.
- Liu, A. & Wall, G. (2006). Planning tourism employment: a developing country perspective. *Tourism Management*, 27(1), 159-170.
- Liu, C., Tzeng, G. & Lee, M. (2012). Improving tourism policy implementation: the use of hybrid MCDM models. *Tourism Management*, 33(2), 413-426.
- Marôco, J. (2011). *Análise estatística com o SPSS Statistics*. Pêro Pinheiro: Report Number, Lda.

- Mathieson, A. & Wall, G. (1982). *Tourism economic, physical and social impacts*. Harlow: Longman Scientific & Technical.
- Mei, X., Arcodia, C. & Ruhanen, L. (2012). Towards tourism innovation: a critical review of public policies at the national level. *Tourism Management Perspectives*, 4, 92-105.
- Mihalič (2002). Tourism and Economic Development Issues. In R. Sharpley e D. Telfer, *Tourism and development: concepts and issues* (pp.81-112). Clevedon: Channel View Publications.
- Mill, R. & Morrison, A. (1992). *The tourism system: an introductory text*. Londres: Prentice Hall.
- Ministério da Economia e do Emprego [MEE] (2013). *Plano Estratégico Nacional do Turismo: Horizonte 2013-2015*. Lisboa: Ministério da Economia e do Emprego.
- Ministério da Economia e da Inovação [MEI] (2010). *Plano Estratégico Nacional do Turismo: Propostas para revisão no horizonte 2015 – versão 2.0*. Lisboa: Ministério da Economia e da Inovação.
- Ministério da Economia e da Inovação [MEI] (2007). *Plano Estratégico Nacional do Turismo*. Lisboa: Ministério da Economia e da Inovação.
- Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional [MAOTDR] (2007). *Quadro de Referência Estratégico Nacional*. Lisboa: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.
- Murphy, P. (1985). *Tourism: a community approach*. Nova Iorque: Routledge.
- Murphy, P. & Murphy, A. (2004). *Strategic Management for Tourism Communities: Bridging the Gaps*. Clevedon: Channel View Publications.
- Novo Norte (2013). Investimento public. Acedido em 9 de Maio de 2013, em <http://www.novonorte.qren.pt/pt/investimento-publico/apresentacao/>
- Nyaupane, G. & Timothy, D. (2010). Power, regionalism and tourism policy in Bhutan. *Annals of Tourism Research*, 37(4), 969-988.
- Nunkoo, R. & Smith, S. (2013). Political economy of tourism: Trust in government actors, political support and their determinants. *Tourism Management*, 36, 120-132.
- O'Brien, A. (2010). Beyond policy-making: institutional regimes, the state and policy implementation in the Irish case. *Current issues in Tourism*, 13(6), 563-577.
- Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte [ODRN] & Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte [CCDR-N] (2009). *Turismo na Região Norte de Portugal*. Porto: Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [OCDE] (2008). *OECD Glossary of statistical terms*. França: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [OCDE] (2012). *Tourism trends and policies 2012*. França: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [OCDE] (2013). *Indicators for measuring competitiveness in tourism*. França: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.
- OMT (1995). *Concepts, Definitions, and Classifications for Tourism Statistics*. Madrid: Organização Mundial do Turismo
- OMT (1996). *Towards new forms of public-private sector partnership*. Madrid: Organização Mundial do Turismo.
- OMT (1998a). *Guide for Local Authorities on Developing Sustainable Tourism*. Madrid: Organização Mundial do Turismo
- OMT (1998b). *Introducción al Turismo*. Madrid: Organização Mundial do Turismo
- OMT (1999). *Conta Satélite do Turismo: Quadro Conceptual*. Madrid: Organização Mundial do Turismo
- OMT (2001). *Apuntes de Metodología de la Investigación en Turismo*. Madrid: Organização Mundial do Turismo.
- OMT (2008). *International Recommendations for tourism statistics*. Madrid: Organização Mundial do Turismo.
- OMT (2013a). *UNWTO World Tourism Barometer*. Madrid: Organização Mundial do Turismo
- OMT (2013b). *UNWTO Tourism Highlights*. Madrid: Organização Mundial do Turismo
- Pearce, D. (1989). *Tourist development* (2ª ed.). Nova Iorque: Longman Scientific & Technical.
- Pearce, D. (2001). Tourism, trams and local government policy-making in Christchurch, New Zealand. *Current Issues in Tourism*, 4(2-4), 331-354.
- Pestana, M. & Gageiro, J. (1998). *Análise de dados para ciências sociais*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Pfarr, C. (2005). Three lenses of analysis for the study of tourism public policy: a case from Northern Australia. *Current Issues in Tourism*, 8(4), 323-343.
- Pike, A. (2006). *Local and Regional Development*. Abingdon: Routledge.
- Porto e Norte (2013). Turismo do Porto e Norte de Portugal. Acedido em 20 de Agosto de 2013, em <http://www.portoenorte.pt/>
- Porto Editora (2013). Desenvolvimento. In *Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora*. Porto: Porto Editora.

- Qin, Q., Wall, G., & Liu, X. (2011). Government roles in stimulating tourism development: A case from Guangxi, China. *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, 16(5), 471-487.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva
- Reid, D. (2003). *Tourism, globalization and development: Responsible tourism planning*. Londres: Pluto Press.
- Ruhanen, L. (2013). Local government: facilitator or inhibitor of sustainable tourism development?. *Journal of Sustainable Tourism*, 21(1), 80-98.
- Sakai, M. (2006). Public sector investment in tourism infrastructure. In L. Dwyer e P. Forsyth, *International Handbook on the Economies of Tourism* (pp.266-281). Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited.
- Santos, N. & Fernandes, P. (2010). *Turismo da Região Norte de Portugal: aplicação do modelo linear geral*.
- Simão, J. (2009). *Turismo como motor de desenvolvimento local: o caso do Vale do Tua*. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Sharma, K. (2004). *World Tourism Today*. Nova Deli: Sarup & Sons.
- Sharpley, R. (2002). Tourism: a vehicle for development?. In R. Sharpley e D. Telfer, *Tourism and development: concepts and issues* (pp.11-34). Clevedon: Channel View Publications.
- Sharpley & Telfer (2002). *Tourism and development: concepts and issues*. Clevedon: Channel View Publications.
- Shone, M. & Memon, P. (2008). Tourism, public policy and regional development: a turn from neo-liberalism to the new regionalism. *Local Economy*, 23(4), 290-304.
- Simão, J. (2009). *Turismo como motor de desenvolvimento local: o caso do Vale do Tua*. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa
- Simão & Partidário (2012). How Does Tourism Planning Contribute to sustainable development?. *Sustainable Development*, 20(6), 372-385.
- Smith, V. (1989). *Hosts and guests: the anthropology of tourism* (2^o ed.). Pennsylvania: University of Pennsylvania Press.
- Smith, S. (2010). *Practical Tourism Research*. Wallingford: CABI
- Soukiazis, E. & Proença, S. (2008). Tourism as an alternative source of regional growth in portugal: a panel data analysis at NUTS II and III levels. *Portuguese Economic Journal*, 7(1), 43-61.
- Stevenson, N., Airey, D. & Miller, G. (2008). Tourism policy making: the policymakers' perspectives. *Annals of Tourism Research*, 35(3), 732-750.

- Telfer, D. (2002). Tourism and Regional Development Issues. In R. Sharpley e D. Telfer, *Tourism and development: concepts and issues* (pp.112-149). Clevedon: Channel View Publications.
- Turismo de Portugal, I.P. (2013). Estrutura e organização do Turismo em Portugal. Acedido em 15 de Agosto de 2013, em <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/Imprensa/Publica%C3%A7%C3%B5es,%20Documentos%20e%20Liga%C3%A7%C3%B5es%20%C3%BAteis/Documents/Estrutura%20e%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Turismo%20em%20Portugal.pdf>
- Telfer, D. (2005). Managing tourism for development. In L. Pender e R. Sharpley, *The management of tourism* (pp.188-201). Londres: SAGE Publications Ltd.
- Turismo de Portugal (2013). *Movimentos aeroportuários: tipo de voo*. Lisboa: Turismo de Portugal.
- Vanhove, N. (2005). *The economics of tourism destinations*. Oxford: Elsevier Butterworth-Heinemann
- Veal, A. (2002). *Leisure and Tourism Policy and Planning* (2ª ed.). Wallingford: CABI Publishing.
- Veal, A. (2006). *Research methods for leisure and tourism: a practical guide* (3ª ed.). Harlow: Pearson Education Limited.
- Vlami, A., Zacharatos, G. & Tsamos, G. (2006). Government Involvement in Regionalization of Tourism Development in Greece. In *Proceedings of the 2nd international conference on geotour 2006* (pp.5-16).
- Wang, D. & Ap, J. (2013). Factors affecting tourism policy implementation: a conceptual framework and a case study in China. *Tourism Management*, 36, 221-233.
- Wang, Y. & Bramwell, B. (2012). Heritage protection and tourism development priorities in Hangzhou, China: a political economy and governance perspective. *Tourism Management*, 33(4), 988-998.
- Wanhill, S. (1987). UK – Politics and tourism. *Tourism Management*, 8(1), 54-58.
- Wearing, S. & Neil, S. (2009). *Ecotourism: Impacts, potentials and possibilities?*. Oxford: Reed Educational and Professional Publishing.
- Zahra, A. (2011). Rethinking regional tourism governance: the principle of subsidiarity. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(4-5), 535-552.
- Zhang, H., Chong, K. & Ap, J. (1999). An analysis of tourism policy development in modern China. *Tourism Management*, 20, 471-485.